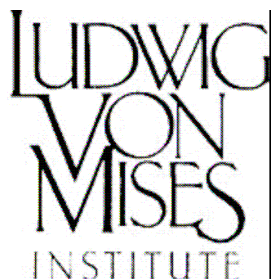


Uma Teoria sobre Socialismo e Capitalismo

Economia, Política e Ética

Hans-Hermann Hoppe

Estudos de Economia do Instituto Ludwig von Mises,
Segundo a Teoria Austríaca



Departamento de Economia
Universidade de Nevada, Las Vegas



<http://www.hanshoppe.com>

Traduzido e publicado com a autorização expressa do autor, para distribuição gratuita em língua portuguesa, em arquivo pdf.

ÍNDICE

<i>Breve Prólogo do Tradutor</i>	3
<i>Sobre o Autor</i>	4
<i>Agradecimentos</i>	4
<i>Capítulo 1 - Introdução</i>	5
<i>Capítulo 2 - Propriedade, Contrato, Agressão, Capitalismo, Socialismo.</i>	9
<i>Capítulo 3 - Socialismo de Estilo Russo</i>	16
<i>Capítulo 4 - Socialismo de Estilo Social-Democrata</i>	27
<i>Capítulo 5 - O Socialismo do Conservadorismo</i>	42
<i>Capítulo 6 - O Socialismo da Engenharia Social e os Fundamentos da Análise Econômica</i>	60
<i>Capítulo 7 - A Justificativa Ética do Capitalismo</i>	78
<i>Capítulo 8 - Os Fundamentos Sócio-Psicológicos do Socialismo ou A Teoria do Estado</i>	89
<i>Capítulo 9 - A Produção Capitalista e o Problema do Monopólio</i>	102
<i>Capítulo 10 - Produção Capitalista e o Problema dos Bens Públicos</i>	114
<i>Notas de Referência</i>	128
Capítulo 1	128
Capítulo 2	128
Capítulo 3	130
Capítulo 4	133
Capítulo 5	136
Capítulo 6	140
Capítulo 7	144
Capítulo 8	149
Capítulo 9	153
Capítulo 10	156
<i>Bibliografia</i>	164
<i>Index</i>	174

Breve Prólogo do Tradutor



A decisão de traduzir esta excelente obra se deveu à conjugação de dois fatores fundamentais. Em primeiro lugar, obviamente, jaz o conteúdo, apresentado com irreparável clareza didática, que, aliás, é a marca do autor. Em seguida, destaca-se a urgente necessidade que se tem no Brasil de arejar o ambiente acadêmico, bem como do próprio senso comum brasileiro, tão intoxicado pelo pensamento keynesiano/marxista.

Esta versão em português foi readequada para o formato de papel A-4, por ser o preferido no Brasil, e possui margens do tipo espelho, para ser impresso em ambos os lados da folha, com espaço suficiente para a encadernação. O leitor também encontrará no decorrer do texto pequenas notações entre parênteses, como esta: [p. 999] com destaque em azul, que são as marcações das páginas na versão original impressa em inglês, e que decidimos reproduzir, para facilitar futuras comparações a quem assim o desejar.

Para que pudéssemos explicar melhor o sentido de algumas palavras ou expressões de difícil tradução, ou ilustrá-las com alguns fatos, principalmente os ocorridos no Brasil, usamos notas de rodapé com caracteres alfabéticos na cor verde. Finalmente, apesar do fato que a língua portuguesa consagra a palavra “estado” com a inicial maiúscula, em honra a Deus e à filosofia da liberdade, aqui representada com tanto brilho e bondade pelo autor, que nos autorizou a traduzi-la, optamos por grafá-la propositadamente com a inicial minúscula.

O professor Hans Hermann-Hoppe tem o dom de nos fazer olhar para além do óbvio, mesmo para aquelas coisas que sempre estiveram ao nosso redor, mas que não as constatamos por nossa própria cegueira e conformismo. Dotado de um profundo senso humanístico, são nas pessoas comuns, aquelas que persistem silenciosamente na paz e no trabalho, que se aloja o alvo principal da sua abordagem, o que faz de Hoppe um autêntico anti-Maquiavel.

Este livro não somente se lê, mas também se ouve; tal é a impressão que nos acomete ao ler o professor Hans-Hermann Hoppe, assim como eu mesmo a tive, qual seja, a de ouvir um querido pai, um velho amigo. Espero que o singelo esforço consubstanciado nesta tradução sirva para prover um benfazejo esclarecimento desmistificador para todos os leitores, tanto no Brasil, como em Portugal e em todos os demais países de língua portuguesa.

Muito obrigado.

Klauber Cristofen Pires
Klauber.pires@gmail.com

Sobre o Autor

Hans-Hermann Hoppe nasceu a 02 de setembro de 1949, em Peine, Alemanha (Ex República Federal da Alemanha, ou “Alemanha Ocidental” – n.t.). Ele assistiu a Universidade de Saarlandes, Saarbruecken, a Goethe-Universitaet, Frankfurt/M, e a Universidade de Michigan, Ann Arbor, para estudos em Filosofia, Sociologia, História e Economia. Ele recebeu seu Ph.D. (Filosofia, 1974) e sua “Habilitação” (Sociologia e Economia, 1981) , ambas da Goethe-Universitaet, Frankfurt/M.

Ministrou em diversas universidades alemãs, bem como na Universidade Johns Hopkins - Centro para Estudos Internacionais Avançados de Bolonha, em Bolonha, Itália. Atualmente, é professor de Economia da Universidade de Nevada, Las Vegas, e **Senior Fellow** do Instituto Ludwig von Mises.

Hoppe é o autor de *Haldeln und Erkennen* (Bern 1976); *Kritic der kausalwissenschaftlichen Sozialforshung* (Opladen 1983), *Eigentum, Anarchie und Staat* (Opladen 1987) e numerosos artigos em Filosofia, Economia e Ciências Sociais. [\[p.ix\]](#)

Agradecimentos

Três instituições assistiram-me enquanto eu escrevi este tratado. Como docente na Heisenberg eu gozei o mais generoso suporte financeiro da German Science Foundation (DFG) de 1982 a 1986. O presente estudo é o mais recente trabalho que eu completei durante este período. Apoio adicional veio do da Universidade Johns Hopkins - Centro para Estudos Internacionais Avançados de Bolonha, onde eu atuei como Professor Visitante nos anos de 1984 a 1985. As palestras lá proferidas proveram a essência do que está aqui apresentado. Finalmente, durante o ano acadêmico 1985/86, quando minha pesquisa tomou esta forma atual e enquanto trabalhei em Nova York, recebi o mais cordial e desburocratizado auxílio do Centro para Estudos Libertários (the Center for Libertarian Studies – n.t.).

Minha esposa Margaret deu inesgotável apoio emocional para o meu trabalho. Ela também dele tomou parte, freqüentemente contra a minha teimosa resistência, de editar meus escritos em uma língua estrangeira.

Minha mais profunda gratidão vai para o meu professor e amigo Murray N. Rothbard. Ao seu pessoal e professoral exemplo eu devo mais do que poderia propriamente expressar. Ele leu um esboço anterior do estudo e proveu-me com valiosos comentários. Inúmeras discussões com ele proporcionaram uma fonte inesgotável de inspiração e seu entusiasmo foi um constante encorajamento.

A estas pessoas e instituições eu devo um sincero “obrigado”. [\[p.1\]](#)

Uma Teoria do Socialismo e Capitalismo

Capítulo 1 - Introdução

O seguinte estudo sobre economia, política e moral do socialismo e capitalismo é um tratado sistemático de teoria política. De escopo interdisciplinar, irá abordar os problemas centrais de economia política e filosofia política: como organizar a sociedade de modo a promover a produção de riqueza e erradicar a pobreza, e como arranjá-la de modo a promover uma justa ordem social.

Contudo, ao fazer este trabalho, eu irei também, constantemente, tocar e iluminar problemas sociais e políticos, no sentido mais comum e estreito destes termos. De fato, um dos maiores trunfos deste tratado é desenvolver e explicar as ferramentas argumentativas e conceituais, econômicas e morais, necessárias para analisar e avaliar qualquer tipo de sistema empírico, social ou político, para entender ou avaliar qualquer processo de mudança social, e explicar ou interpretar similaridades, bem como diferenças na estrutura social de quaisquer duas ou mais sociedades diferentes.

Ao fim deste tratado ficará claro que somente por meio de uma teoria, econômica ou moral, que não seja por si mesma derivada da experiência, porém, ao invés, oriunda de uma sentença logicamente incontestável (o que significa ser algo muito diferente de um “axioma arbitrariamente postulado”), que prossiga por um caminho puramente dedutivo (talvez fazendo uso de alguma suposição explicitamente introduzida, empírica e empiricamente verificável, em adição) até alcançar resultados que são por si mesmos logicamente inatacáveis (e então dispensando qualquer teste empírico), será possível organizar ou interpretar o que de outra forma seria um rol caótico, complicado e desconexo de fatos isolados e opiniões sobre a realidade social, para então formar conceitualmente um verdadeiro sistema, moral e economicamente coerente. Esperançosamente será demonstrado que sem tal teoria, a Economia Política e a Filosofia podem ser consideradas nada mais que um vagar na escuridão, produzindo, no máximo, opiniões arbitrárias sobre o que pode ter causado isto ou aquilo, ou o que é melhor ou pior que outra coisa qualquer: opiniões, isto é, cujos opostos podem geralmente ser defendidos tão facilmente quanto às próprias opiniões originais (o que seria o mesmo de dizer que elas não podem ser defendidas sob estritamente nenhuma hipótese!).

Especificamente, uma teoria da propriedade e dos direitos de propriedade será desenvolvida. Será demonstrado que o socialismo, de forma alguma uma invenção do marxismo do século dezanove, mas muito mais antiga, deve ser conceituado como uma interferência institucionalizada ou uma agressão sobre a propriedade privada e os direitos sobre a propriedade privada. O capitalismo, em outra mão, é um sistema social baseado no reconhecimento explícito da propriedade privada e das trocas contratuais, não agressivas, entre os seus proprietários. Implícita nesta afirmação, como ficará claro no curso deste tratado, é a crença que devem então existir vários tipos e graus de socialismo e capitalismo, por exemplo, vários graus onde os direitos sobre a propriedade privada são respeitados ou ignorados. As sociedades não são simplesmente capitalistas ou socialistas. Certamente, todas as sociedades existentes são socialistas em alguma extensão. (Mesmo os Estados Unidos, certamente uma sociedade que é relativamente mais capitalista que a maioria das outras, é, como ficará aparente,

surpreendentemente socialista e assim vem gradualmente se tornando mais com o tempo.).

Um trunfo então é demonstrar que um determinado grau de socialismo, ou seja, um determinado grau de interferência sobre os direitos de propriedade que venha a existir em um dado país, explica sua determinada riqueza. Quanto mais socialista um país, mais freado será o processo de produção de riqueza e a manutenção da pré-existente, mantendo-o na pobreza ou o empobrecendo ainda mais¹. O fato de que os Estados Unidos são - e muito - mais ricos que a Europa ocidental, e a Alemanha Ocidental, bem mais rica do que a Alemanha Oriental, pode se explicar por seu menor grau de socialismo, assim como também o fato de a Suíça ser mais próspera que a Áustria, ou que a Inglaterra, que no século dezenove era o mais rico país no mundo, tem decaído ao que se pode propriamente chamar de um país subdesenvolvido.

Porém, a preocupação aqui não estará relacionada somente com os efeitos da riqueza geral, nem com o lado propriamente econômico do problema. Por uma razão, ao analisarmos diferentes tipos de socialismo para os quais existem exemplos reais e históricos, (exemplos os quais, certa e freqüentemente, não são chamados de socialismo, mas que aos quais se dá um nome mais apelativo²), é importante explicar por que, e de que modo, *qualquer* intervenção, pequena ou grande, em qualquer lugar, aqui ou ali, produz um efeito particularmente disruptivo na estrutura social que um observador teoricamente não capacitado, superficial, cegado por uma conseqüência imediatamente positiva de uma intervenção particular, pode não perceber. Ainda assim, este efeito negativo, todavia, existe, e com certo atraso irá causar problemas em um lugar diferente na estrutura social, mais numerosos ou severos que os primeiros resolvidos pelo ato de intervenção inicial. Conseqüentemente temos, por exemplo, efeitos positivos altamente visíveis das políticas socialistas tais como “alimentos baratos”, “aluguéis baixos”, isto ou aquilo “grátis”, que não são apenas coisas positivas flutuando no ar, desconectadas de qualquer coisa, mas antes, são fenômenos que têm de ser pagos de alguma forma: pela escassez ou queda na qualidade dos alimentos, pelo déficit habitacional, decadência e favelas, filas e corrupção, e adiante, pela queda dos padrões de vida, reduzida formação de capital e/ou aumento de consumo de capital. Além disso, o fato a mencionar, bem menos óbvio, mas quase sempre “positivo” – um maior sentimento de solidariedade entre o povo, um maior valor relacionado a coisas como família, parentes ou amigos, tal como é encontrado, por exemplo, entre os alemães orientais, quando comparados aos seus correspondentes, os alemães ocidentais, mais “individualistas”, egoístas – é também não um fato simples e isolado, isento de análise. Tais sentimentos resultam de um sistema social marcado por constantes racionamentos e por oportunidades continuamente reprimidas de se poder melhorar a sua situação pelos próprios meios. Na Alemanha Oriental, para se realizar as mais simples e rotineiras tarefas, tal como um reparo doméstico, o que em outros países requer não mais que um telefonema, simplesmente deve apoiar-se mais pesadamente em relações “pessoais” (se comparadas às impessoais relações negociais); e onde a vida “pública” de alguém está sob constante observação pela “sociedade”, simplesmente tem-se de agir com discrição.

Foram analisados com certo detalhamento os efeitos disruptivos particulares que são produzidos: (1) por uma política marxista tradicional de nacionalização e socialização dos meios de produção, ou mais, pela expropriação dos meios de produção; (2) por uma política social-democrata revisionista de redistribuição igualitária de renda;

(3) por uma política de índole conservadorista^A, voltada a preservar o *status quo* por meio de regulações^B comportamentais e econômicas e controles de preços; e (4) por um sistema tecnocrático, de intervenção e engenharia social e econômica, gradativas.

Estas formas de política, que serão analisadas sequencialmente, não são completamente homogêneas e mutuamente exclusivas. Cada qual pode ser conduzida em vários níveis; há diferentes meios de fazer as coisas sob cada uma destas categorias de política e os diferentes esquemas de política podem ser combinados até certa extensão. De fato, qualquer dada sociedade é uma mistura de todas estas categorias, assim como é o resultado de diversas forças políticas que têm se revezado em tempos diversos em poder e influência. A razão de analisá-las separadamente (além da que, obviamente, nem todos os problemas podem ser discutidos de uma só vez) é que eles constituem esquemas políticos associados a grupos sociais, movimentos, partidos, etc., facilmente distinguíveis, e que cada esquema político afeta a riqueza geral de uma forma diferente.

O Socialismo, por sua vez, não será de modo algum analisado somente sob o ponto de vista econômico. Obviamente, o socialismo, especificamente sua corrente marxista ou então chamada “científica”, tem sempre fingido ser uma organização economicamente superior da sociedade (sem contar todas as suas outras alegadas qualidades) comparada à chamada “anarquia de produção” do capitalismo³. Contudo, o socialismo não [p.5] entra em colapso uma vez demonstrado que, de fato, o oposto é que é verdade e que ele traz empobrecimento, não riqueza. Certamente, o socialismo perde muito de sua atratividade para a maior parte das pessoas uma vez que é compreendido. Todavia, não é verdade, definitivamente, como seu argumento final pretende alegar – qualquer que seja o seu desempenho econômico – que o socialismo represente uma moralidade superior, que seja mais justo, ou que possua um fundamento eticamente superior.

Contudo, esperançosamente, por uma análise profunda da teoria da propriedade implícita na diferentes versões do socialismo, este tratado irá tornar claro que nada poderia estar mais distante da realidade. Será demonstrado que a teoria da propriedade implícita no socialismo não passa, normalmente, nem mesmo o primeiro teste decisivo (a condição necessária, senão suficiente) requerido para normas de conduta humana que possam requisitar para si serem moralmente justificadas ou justificáveis. Este teste, tal como formulado na chamada “regra de ouro” ou, similarmente, no imperativo categórico kantiano, requer que, para ser justa, uma norma deve ser geral e aplicável a cada única pessoa da mesma forma. A norma não pode especificar direitos ou obrigações diferentes para categorias diversas de pessoas (uma para os cabeças-vermelhas, e uma para os outros, ou uma para as mulheres e outra diferente para os homens), porque uma tal norma “particularista^C”, naturalmente, jamais poderia, nem mesmo em princípio, ser aceita como justa por todos. As leis particularistas, porém, do tipo “eu posso ferir você, mas você não tem permissão para me ferir”, estão, como se tornará claro no curso deste tratado, justamente na base de todas as formas praticadas de

^A Evitamos usar o termo “conservador”, para evitarmos a confusão com o movimento político norte-americano que carrega este nome – N.T.

^B No Brasil, em Direito, há “regular”, que se faz por lei, e “regulamentar”, que se faz pela legislação infralegal, de origem administrativa – N.T.

^C No Brasil, há o termo “casuísta” para definir a norma que desce a detalhes; entretanto, o termo que aqui sugerimos, emprestado da língua inglesa, também expressa o caráter particular da norma, ou seja, aquela que privilegia (ou persegue) uma espécie determinada de cidadãos, em detrimento (ou privilégio) dos demais.

socialismo. Não apenas economicamente, mas no campo da moral, também, o socialismo torna-se um sistema mal-concebido de organização social. Novamente, a despeito de sua má reputação pública, é o capitalismo, um sistema social baseado explicitamente no reconhecimento da propriedade privada e das relações contratuais entre os detentores de propriedade privada, que vence incondicionalmente. Será demonstrado que a teoria da propriedade implícita no capitalismo não apenas passa no primeiro teste de “universalização”, mas também que ele se torna a pré-condição lógica (*die Bedingung der Moeglichkeit*) de qualquer tipo de justificação argumentativa: [p.6] Quem argumenta em favor de *qualquer coisa*, e em particular em favor de certas normas como sendo justas, deve, implicitamente, pelo menos, pressupor a validade das normas de propriedade implícitas no capitalismo. Negar a validade destas normas de aceitabilidade universal e argüir em favor do socialismo é, então, contraditório.

Conduzida por tais considerações, a discussão finalmente retorna à Economia. Os capítulos conclusivos lidam com a tarefa construtiva de explicar os fenômenos de uma ordem social puramente capitalista como a alternativa moral e economicamente válida ao socialismo. Mais especificamente, eles estarão devotados à análise de como um sistema social baseado na ética da propriedade privada comporta-se com o problema do monopólio e a produção dos chamados “bens públicos”, e em particular com a produção da segurança, i.e., da polícia e dos serviços judiciários. Será explicado que, contrariamente a muito do que tem sido escrito na literatura de Economia acerca do monopólio e dos bens públicos, nenhum problema existe ou, se existem, seriam insuficientes, sob qualquer senso razoável, para provar a deficiência econômica em um sistema de puro mercado. Adicionalmente, a ordem capitalista sempre, necessariamente e sem exceções, provê na forma mais eficiente as necessidades mais urgentes dos consumidores voluntários, inclusive nas áreas de polícia e do judiciário. Com esta tarefa construtiva completa, o argumento terá realizado um círculo inteiro, e a demolição da credibilidade intelectual do socialismo, moral e economicamente, deverá estar completa. [p.7]

Capítulo 2 - Propriedade, Contrato, Agressão, Capitalismo, Socialismo.

Antes de avançar ao campo mais excitante da análise dos diversos esquemas políticos na base da teoria econômica e filosofia política, é essencial introduzir e explicar os conceitos básicos usados no decorrer do seguinte estudo. Certamente, os conceitos explicados neste capítulo - os conceitos de propriedade, contrato, agressão, capitalismo e socialismo - são tão básicos, tão fundamentais, que ninguém poderia nem mesmo evitar fazer uso deles, ainda que implicitamente. Desafortunadamente, todavia, o justo fato de que, ao analisar qualquer tipo de ação humana e/ou qualquer tipo de relação interpessoal, alguém tem de fazer uso destes conceitos não implica que todos têm uma compreensão precisa deles. Parece, ao inverso, que as coisas acontecem de modo contrário. Porque o conceito de propriedade, por exemplo, é tão básico que qualquer um aparenta ter uma imediata compreensão dele, a maioria das pessoas nunca pensa sobre isto cuidadosamente e como consequência, pode produzir uma definição bastante vaga, na melhor das hipóteses.

Próxima ao conceito de ação, *propriedade* é a mais básica categoria nas ciências sociais. Como matéria de fato, todos os outros conceitos a serem introduzidos neste capítulo - agressão, contrato, capitalismo e socialismo - são definíveis em termos de propriedade: *agressão* como sendo agressão contra a propriedade, *contrato* como sendo uma relação não-agressiva entre donos de propriedade, *socialismo* como sendo uma política institucionalizada de agressão contra a propriedade, e *capitalismo* como sendo uma política institucionalizada de reconhecimento da propriedade e do contratualismo. [p.8]

Permita-se-nos começar com uma elucidação da precondição necessária para emergir o conceito de propriedade¹. Para surgir um conceito de propriedade, deve haver uma escassez de bens. Se não houvesse nenhuma escassez e todos os bens passassem a serem chamados de “bens livres”, cujo uso por qualquer pessoa e para qualquer finalidade de modo nenhum excluísse (ou interferisse ou restringisse) seu uso por qualquer outra pessoa para qualquer outra finalidade, então não haveria necessidade da propriedade. Permita-se-nos afirmar que, se devido a alguma paradisíaca superabundância de bananas, meu atual consumo de bananas não reduzir de modo algum meu próprio suprimento futuro (consumo possível) de bananas, nem o consumo presente ou futuro de bananas de qualquer outra pessoa, então a atribuição de direitos de propriedade, aqui com respeito às bananas, seria supérflua. Para desenvolver o conceito de propriedade, é necessário que haja escassez de bens, de modo que os conflitos sobre o uso destes bens possivelmente possam emergir. É a função dos direitos de propriedade evitar tais possíveis conflitos sobre o uso de recursos escassos atribuindo direitos de exclusiva propriedade. A propriedade é então um conceito normativo, destinado a tornar possível uma interação livre de contendas, ao estipular normas de conduta mutuamente obrigacionais com relação aos recursos escassos². Não é necessário comentar muito para ver que existe, de fato, escassez de bens - de toda sorte de bens - em qualquer lugar, e que a necessidade de direitos de propriedade é por isto evidente.

Como matéria de fato, mesmo que assumíssemos viver no Jardim do Éden, onde houvesse uma superabundância de todas as coisas necessárias não apenas para sustentar a vida de alguém, mas para proporcionar o máximo conforto por um simples esticar do

braço, o conceito de propriedade iria necessariamente ter de evolver. Porque mesmo sob tais circunstâncias ideais, o corpo de cada pessoa ainda seria um recurso escasso e então a necessidade para o estabelecimento de direitos de propriedade, isto é, a existência de normas relativas aos seus corpos, iria existir. É incomum pensar que o próprio corpo de alguém seja um bem escasso, mas quando imaginamos a situação mais ideal que se poderia imaginar - o Jardim do Éden - torna-se possível perceber [p.9] como o corpo humano é certamente o *protótipo* de um bem escasso, e que para uso do mesmo os direitos de propriedade, i.e., direitos de posse exclusiva, de alguma maneira têm de ser estabelecidos, de modo a evitarem-se conflitos.

Como é fato, enquanto uma pessoa age³, ou seja, enquanto uma pessoa tenta intencionalmente mudar um estado de coisas que são subjetivamente percebidas e avaliadas como menos satisfatórias para um estado que aparente ser mais compensador, esta ação envolve necessariamente uma escolha relativa ao uso de seu próprio corpo. Continuando, escolher - preferir uma coisa ou um estado a outro - evidentemente implica que nem tudo, nem todos os prazeres ou satisfações possíveis podem ser obtidos de uma só vez e ao mesmo tempo, mas, ao invés, que algo considerado menos valioso tem de ser declinado de forma a que se possa ater-se a qualquer outra coisa considerada mais valiosa⁴. Portanto, escolher implica sempre na incorrência de custos: adiar possíveis prazeres porque os meios necessários para consegui-los são escassos e são ligados a algum uso alternativo que promete retornos mais valiosos que as oportunidades preteridas⁵. Mesmo no Jardim do Éden eu não poderia *simultaneamente* comer uma maçã, fumar um cigarro, apreciar uma bebida, escalar uma árvore, ler um livro, construir uma casa, brincar com meu gato, dirigir um carro, etc. Eu teria de fazer escolhas e fazer as coisas apenas sequencialmente. E assim seria porque existe apenas um corpo que eu posso usar para fazer estas coisas e gozar a satisfação derivada de fazê-las. Eu não tenho uma superabundância de corpos que me permitiriam usufruir todas as satisfações possíveis simultaneamente, em um único êxtase. E eu estaria também restrito pela escassez em outro aspecto: assim como o recurso escasso “corpo” não é indestrutível e não é equipado com energia e saúde eternas, mas, ao invés, é um organismo dotado de apenas um período de vida limitado, o tempo é escasso, também. O tempo usado para perseguir o objetivo “A” reduz o tempo deixado para perseguir outros objetivos. Assim, quanto mais demoramos a alcançar um recurso desejado, maiores serão os custos envolvidos na espera e maior deverá ser a satisfação esperada, para que venha a justificar estes custos. [p.10]

Por conseguinte, devido à escassez de corpos e tempo, mesmo no Jardim do Éden regulações sobre a propriedade teriam de ser estabelecidas. Sem elas, e assumindo agora que mais de uma pessoa existe, que as amplitudes de suas ações se sobrepõem, e que não há nenhuma harmonia e sincronização de interesses preestabelecidos entre estas pessoas, conflitos sobre o uso do próprio corpo seriam inevitáveis. Eu poderia, por exemplo, querer usar meu corpo para apreciar uma xícara de chá, enquanto uma outra pessoa qualquer poderia desejar iniciar uma relação amorosa com ele, então me impedindo de ter o meu chá e também reduzindo o tempo deixado para perseguir meus próprios objetivos por meio de seu corpo. Para que se evitem tais possíveis confrontos, regras de propriedade exclusiva devem ser formuladas. De fato, tanto quanto há ação, há a necessidade de se estabelecer normas de propriedade.

Para deixar as coisas simples e livres de detalhes que possam distrair, permitam-se-nos assumir, por outra seqüência de análise, que de fato habitamos um Jardim do Éden, onde os recursos escassos são, apenas, o corpo de alguém, o local onde este se

encontre e o tempo. O que pode nos dizer o protótipo de um recurso escasso, isto é, um corpo de uma pessoa, sobre a propriedade e seus conceitos derivados?

Enquanto que mesmo em um mundo com apenas um tipo de recurso escasso todos os tipos de normas reguladoras relativas à propriedade exclusiva sobre os meios escassos são concebíveis em princípio (por exemplo, uma norma tal como “na segunda-feira eu determino que uso faremos de nossos corpos, na terça você determina o uso deles”, etc), é certo que nem todas as regras teriam a mesma chance de serem propostas e aceitas. Então parece ser melhor começar uma análise sobre uma norma de propriedade, que fosse mais facilmente aceita pelos habitantes do Éden como a “posição natural” com relação à atribuição de direitos de propriedade exclusiva sobre os corpos. Para que fique certo, nesta etapa do argumento nós ainda não estamos preocupados com a ética, com o problema da justificação moral das normas. Então, conquanto possa ser bem admitido desde o início que eu certamente irei argumentar posteriormente que a posição natural [p.11] é a única moralmente defensável, e enquanto eu também estou convencido que é a posição natural justamente porque é moralmente defensável, neste estágio, “natural” não implica nenhuma conotação moral. Significa simplesmente ser uma categoria sócio-psicológica utilizada para indicar que esta posição provavelmente encontraria maior aprovação na opinião pública⁶. Certamente, sua naturalidade é refletida pelo justo fato de que, falando-se de corpos, é quase impossível se evitar o uso de expressões possessivas (indicadoras de posse). Um corpo é normalmente referido como sendo um corpo de uma pessoa específica: meu corpo, seu, dele, etc. (e, incidentalmente, o mesmo acontece sempre quando alguém fala de ações!) e ninguém tem o mínimo problema em distinguir qual é o meu, o seu, etc.; Claramente, assim fazendo, atribuem-se títulos de propriedade e distinguem-se entre os próprios donos dos recursos escassos.

Qual, então, é a posição natural relativa à propriedade, implícita na forma natural que se tem ao falarmos sobre corpos? Cada pessoa tem o exclusivo direito de propriedade de seu corpo dentro das fronteiras de sua superfície. Cada pessoa pode colocar seu corpo naqueles usos que ela pensa serem os melhores para seu interesse, bem-estar ou satisfação imediatos ou remotos, tanto quanto ela não interfira nos direitos de outra pessoa de controlar o uso de seu respectivo corpo. Esta propriedade de alguém sobre seu próprio corpo implica o direito dela de convidar (negociar com) outra pessoa para fazer alguma coisa com ele: meu direito de fazer com meu corpo o que eu quiser inclui o direito de pedir e deixar alguém usar o meu corpo, amá-lo, examiná-lo, injetar-lhe drogas e remédios, modificar-lhe a aparência física e mesmo bater-lhe, danificá-lo ou matá-lo, se isto for o que eu gostar e concordar que façam. Relações interpessoais desta sorte são e serão chamadas “trocas contratuais”. Elas são caracterizadas pelo fato que um acordo sobre o uso de recursos escassos foi estabelecido, baseado no respeito mútuo e reconhecimento de cada um e de todos os domínios de controle exclusivo das partes envolvidas sobre seus respectivos corpos. Por definição, tais trocas contratuais, enquanto não necessariamente vantajosas para cada um e todos [p.12] os parceiros envolvidos *em retrospecto* (eu posso não gostar de minha aparência posterior, muito embora o cirurgião tenha feito exatamente o que eu dissera para ele fazer com a minha face), são sempre, e assim necessariamente, mutuamente vantajosas para cada participante *ex ante*, ou de outra maneira a troca simplesmente não teria lugar.

Se, por outro lado, uma ação é realizada de modo que invade um corpo de outra pessoa de forma não consentida ou muda a sua integridade física, e põe este corpo em um uso que não é do gosto desta própria pessoa, de acordo com a posição natural com respeito à propriedade, chamamos-na de *agressão*⁷. Seria agressão se uma pessoa

tentasse satisfazer seus desejos sexuais ou sádicos por meio de rapto ou batendo no corpo de outra pessoa sem o explícito consentimento dela. Seria agressão, do mesmo modo, se uma pessoa fosse fisicamente impedida de realizar certas ações com seu corpo que podem não ser do *gosto* de um outro alguém, tal como vestir meias cor-de-rosa ou cabelos cacheados, ou embebedar-se diariamente, ou primeiro dormir e depois filosofar ao invés de fazer de outro modo, mas, que, se concretamente viessem a ser realizadas, não iriam por si mesmas causar uma mudança na integridade física no corpo de qualquer outra pessoa⁸. Por definição, então, um ato agressivo sempre e necessariamente implica que uma pessoa, ao realizá-lo, aumenta sua satisfação em detrimento de um declínio na satisfação de uma outra pessoa.

Qual é a razão implícita desta posição natural relativa à propriedade? Na base da teoria natural da propriedade assenta-se a idéia de basear a atribuição de um direito exclusivo de propriedade sobre a existência de um elo objetivo, intersubjetivamente presumível, entre o dono e a propriedade e, *mutatis mutantis*, de chamar de agressivas todas as reivindicações de propriedade que podem invocar apenas evidências puramente subjetivas em seu favor. Enquanto eu posso alegar em meu favor ao reclamar a propriedade sobre o meu corpo o fato objetivo de que eu fui o seu primeiro ocupante – seu primeiro usuário – qualquer outra pessoa que reclama ter o direito de controlar este corpo não pode alegar nada deste tipo. Ninguém poderia chamar meu corpo de um produto de sua vontade, da mesma forma como eu posso alegar que ele seja o produto da minha; tal [p.13] requisição, no sentido de ter o direito de determinar o uso do recurso escasso “meu corpo” seria uma alegação de não-usuários, de não-produtores, e estaria baseada exclusivamente na opinião subjetiva, ou seja, em uma mera declaração verbal de que as coisas deveriam ser deste ou daquele jeito. Obviamente, tais alegações verbais poderiam (e quase sempre irão) também apontar para certos fatos (“eu sou maior”, “eu sou mais esperto”, “eu sou mais pobre”, ou “eu sou mais especial”, etc.!) e poderiam assim tentar assim legitimar-se. Porém, fatos tais como estes não estabelecem (e não podem estabelecer) nenhum elo objetivo entre um dado recurso escasso e qualquer/quaisquer pessoa(s) em particular. A propriedade de cada um sobre cada recurso particular pode igualmente ser estabelecida ou excluída sob tais termos. Estas requisições de propriedade, derivadas do ar rarefeito, com elos puramente verbais entre os possuidores e as coisas possuídas são, de acordo com a teoria natural da propriedade, chamadas de agressivas. Quando comparadas com estas, minha requisição de propriedade sobre o meu corpo aponta para um determinado elo natural. E assim pode ser porque meu corpo foi *produzido*, e todas as coisas produzidas (em contraste com as coisas “dadas”), logicamente, têm uma determinada conexão com um ou mais produtores individuais definidos. Este corpo foi produzido por *mim*. Para que se evite qualquer mal-entendido, “produzir” não é dizer “criar do nada” (afinal, meu corpo é também uma coisa naturalmente dada); significa mudar uma coisa naturalmente dada de acordo com um plano, para transformar a natureza. Também não é dizer “transformar cada uma das partes” (afinal, meu corpo possui muitas partes com respeito às quais eu nunca fiz nada.); significa, ao contrário, transformar uma coisa dentro de certos limites, ou, mais precisamente, produzir os contornos das coisas. E finalmente, “produzir” também não é dizer que o processo de produção deve perdurar indefinidamente (afinal, às vezes me encontro dormindo, e meu corpo não é, certamente, um produto das minhas ações neste momento), o que simplesmente significa que ele foi produzido no passado e pode ser reconhecido como tal. Estas reivindicações de propriedade, então, que podem ser derivadas do passado, dando contorno aos esforços produtivos e que podem ser ligadas a indivíduos específicos, “produtores”, são [p.14] chamadas “naturais”, ou “não-agressivas”⁹.

Neste ponto, as idéias do capitalismo e do socialismo devem ficar quase claras. Mas antes de deixar o Jardim do Éden de uma vez por todas, um olhar sobre as *conseqüências* da introdução dos elementos da posse fundada agressivamente no paraíso deveria ser feito, de modo a ajudar a elucidar, pura e simplesmente, o problema social e econômico central de cada tipo de socialismo real, ou seja, do socialismo em um mundo de escassez generalizada, cuja análise detalhada é então a preocupação dos capítulos seguintes.

Mesmo na terra do leite e mel, as pessoas evidentemente poderiam escolher diferentes estilos de vida, determinar diferentes objetivos para si mesmas, terem distintos padrões tais como que tipo de personalidade elas desejam desenvolver e para que realizações vão se esforçar. É verdade, uma pessoa não teria necessidade de trabalhar para viver a vida já que haveria uma superabundância de tudo. Porém, colocando drasticamente, uma pessoa poderia ainda escolher entre tornar-se um bêbado ou um filósofo, o que significa dizer, mais tecnicamente, que uma pessoa poderia escolher usar seu corpo em usos que seriam mais ou menos imediatamente recompensadores do ponto de vista do agente, ou poderia usá-lo para tais fins que iriam trazer frutos somente em um futuro mais ou menos distante. Decisões como aquelas primeiras podem ser chamadas “decisões de consumo”. Decisões, como estas últimas, de usar o corpo para um uso que somente trará retorno depois, ou seja, escolhas induzidas por uma recompensa ou satisfação previstas para um futuro mais ou menos distante, e que requerem do agente superar a desutilidade de esperar (o tempo é escasso!), podem ser chamadas “decisões de investimento” – decisões que significam investir em capital humano, no capital incorporado no próprio corpo físico da pessoa¹⁰.

Agora suponha que a posse fundada agressivamente seja introduzida. Enquanto antes cada indivíduo era dono exclusivo de seu corpo e poderia decidir por si próprio quanto a se tornar um beerrão ou um filósofo, agora está estabelecido um sistema em que o direito de uma pessoa de determinar como usar seu corpo está diminuído ou completamente eliminado, e, ao invés, este direito está parcial ou totalmente delegado a outra pessoa [p.15] que não está naturalmente ligada ao respectivo corpo como seu produtor. Qual seria a conseqüência disto? A abolição da propriedade privada de um corpo pode ser de longo alcance: os não-produtores podem ter o direito de determinar todos os usos de “meu” corpo o tempo todo, ou o direito deles de fazer isto poderia ser restringido com respeito ao tempo e/ou aos domínios, e estas restrições novamente podem ser flexíveis (com os não-produtores tendo o direito de mudar as definições restritivas de acordo com seu próprio gosto.) ou fixadas de uma vez por todas, e então os efeitos podem, obviamente, ser mais ou menos drásticos! Entretanto, qualquer que seja o grau, a socialização da propriedade sempre, e necessariamente, produz dois tipos de efeitos. O primeiro efeito, “econômico” no sentido estrito do termo, é uma redução na quantidade de investimento em capital humano como acima definido. O dono natural de um corpo pode não ajudar, mas faz as suas decisões com relação ao seu corpo enquanto não comete suicídio e decide permanecer vivo, conquanto possa estar restringido seu direito de propriedade. Todavia, desde que ele não mais possa decidir por si próprio, sem a influência de outrem, em que usos colocar seu corpo, o valor agregado a seu corpo é por ele diminuído; A satisfação das necessidades, o ganho psíquico, ou seja, o que ele poderia auferir de seu corpo ao colocá-lo sob certos usos está reduzido porque o leque de opções disponíveis a ele tem sido limitado. Então, todavia, como cada ação necessariamente implica em custos (como acima explicado), e diante de uma dada inclinação de os custos sobrepujarem na troca os lucros ou as recompensas esperadas, o dono natural fica de frente a uma situação em que os custos

das ações têm de ser reduzidos de modo a compensar os ganhos reduzidos. No Jardim do Éden, existe apenas um meio para se fazer isto: pela diminuição do tempo de espera, reduzindo a sua desutilidade, e escolhendo um curso de ação que prometa retornos mais imediatos. A introdução, então, da posse fundada na agressão leva a uma tendência a reduzir decisões de investimento e favorecer decisões de consumo. Colocando as coisas de forma drástica, leva a uma tendência de transformar filósofos em bêbados. Esta tendência é permanente e mais [p.16] pronunciada quando a ameaça de intervenção com os direitos do dono natural é permanente, e menor quando o grau de ameaça restringe-se a certos períodos ou domínios. Em qualquer caso, contudo, o grau de investimento em capital humano é menor do que poderia ser se o direito de controle exclusivo dos donos naturais de seus corpos permanecesse intocado e absoluto.

O segundo efeito pode ser chamado de social. A introdução de elementos de posse fundada na agressão implica uma mudança na estrutura social, uma mudança na composição da sociedade com respeito aos tipos de personalidade e caráter. O abandono da teoria natural de propriedade evidentemente implica uma redistribuição da renda. O ganho psíquico das pessoas em sua capacidade de agir como usuárias de seus próprios corpos, como pessoas expressando-se por si mesmas por meio de seus corpos, e auferindo a satisfação de fazê-lo, é reduzido *a custo* de um aumento no ganho psíquico daqueles que estão na qualidade de invasores dos corpos alheios. Auferir a satisfação de usar seu corpo para seus próprios propósitos sem a invasão de outros tem se tornado relativamente mais custoso e difícil. Somente este fato não implica nenhuma mudança social, mas desde que uma simples presunção empírica seja feita, isto resulta em que, ao assumirmos que o desejo de ganhar satisfação às expensas de uma perda de satisfação disponível para outrem, por meio do uso do corpo delas, existe como um desejo humano, que não pode ser implantado em todos e na mesma extensão, mas que às vezes e em algum grau existe em algumas pessoas, e tão concebivelmente pode ser suprimido ou encorajado e favorecido por algum dado arranjo institucional, as conseqüências são iminentes. Certamente, pois, esta presunção é verdadeira. Portanto, a redistribuição das oportunidades de aquisição de ganhos deve resultar em mais pessoas usando a agressão para conquistar a satisfação pessoal e/ou mais pessoas tornando-se agressivas, ou seja, mudando-se gradativamente as regras de não-agressivas para agressivas, e vagarosamente mudando a personalidade delas como uma conseqüência disto; e esta mudança na estrutura do caráter, [p.17] na composição moral da sociedade, em retorno, leva a uma redução no nível de investimento em capital humano.

Sinteticamente, com estes dois efeitos nós já temos pincelado as razões mais fundamentais pelas quais o socialismo apresenta-se como um sistema de arranjos de propriedade economicamente inferior. Certamente, ambos os efeitos irão reaparecer de novo e de novo no curso das seguintes análises dos esquemas da política socialista. Tudo o que demonstramos aqui serve para explicar a teoria natural da propriedade com relação ao mundo real de escassez generalizada, pois este é o ponto de partida para todas as formas de socialismo real.

Não obstante algumas evidentes diferenças entre corpos e todos os outros recursos, todas as distinções conceituais podem ser feitas e aplicadas novamente sem dificuldades: exceto os corpos, que nunca deixam de ser possuídos, mas sempre têm um dono natural, todos os outros recursos escassos podem, certamente, ser destituídos de um possuidor. Esta é a situação enquanto permanecerem em estado natural, sem uso por quem quer que seja. Eles apenas se tornam a propriedade de alguém quando são tratados como meios escassos, ou seja, tão logo são utilizados em algum objetivo e colocados em um uso específico por alguém. O ato de adquirir recursos sem donos prévios é

chamado “apropriação original”¹¹. Uma vez que estes recursos sem dono são apropriados torna-se uma agressão mudar sem consentimento do dono as suas características físicas ou restringir-lhe as possibilidades de uso, tanto quanto um uso particular destes recursos não afetar as características físicas da propriedade de ninguém mais – assim como no caso dos corpos. Apenas no curso de uma relação contratual, ou seja, quando o dono natural de um meio escasso explicitamente concorda, é possível para alguém mais utilizar ou mudar as coisas por ele anteriormente adquiridas. Além disso, somente se o proprietário original ou anterior deliberadamente transfere seu título de propriedade a alguém mais, seja em troca de algo ou como um presente gratuito, pode esta outra pessoa tornar-se ela própria a proprietária de tais coisas. Diferentemente do corpo, contudo, que pela mesma razão “natural” nunca deixará de ter um possuidor, e também [p.18] jamais poderá ser partido pelo dono natural *completamente*, mas apenas “emprestado”, enquanto o acordo com o dono perdurar, naturalmente, todos os outros recursos poderão ser “alienados” e um título de propriedade para eles pode ser dispensado de uma vez por todas¹².

Um sistema social baseado nesta posição natural relativa à atribuição de direitos de propriedade é, e será daqui por diante, chamado de “puramente capitalista”. E desde que suas idéias podem também ser reconhecidas como as idéias dominantes da lei privada, ou seja, das normas reguladoras das relações entre particulares, esta poderá também ser chamada de “um sistema puro de lei privada”¹³. Este sistema é baseado na idéia de que, para serem não-agressivas, as reivindicações de propriedade devem estar escoradas pelo fato “objetivo” de um ato de apropriação original ou em uma relação contratual mutuamente benéfica. Esta relação pode ser ou uma cooperação deliberada entre os donos da propriedade ou a transferência deliberada de títulos de propriedade de um dono para outro. Se este sistema for alterado e, ao invés, for instituída uma política que atribua direitos de exclusiva propriedade sobre meios escassos, embora parcialmente, a pessoas ou grupos de pessoas que não podem ser apontadas por um ato de prévio uso das coisas em questão, nem por uma relação contratual com algum dono ou usuário anterior, então este sistema pode ser chamado (em parte) de *socialismo*.

Será a tarefa dos próximos quatro capítulos explicar como os diferentes meios de desvio de um puro sistema capitalista, bem como os diferentes meios de redistribuição de títulos de propriedade, retirando-os dos proprietários naturais das coisas (por exemplo, de pessoas que têm colocado alguns recursos particulares em um uso específico e que, portanto, estão naturalmente ligadas a eles, e para as pessoas que não têm ainda feito nada com os recursos, mas que têm feito simplesmente uma requisição verbal, declarativa, com relação a eles.) diminuem o investimento e aumentam o consumo, e que, além disso, causam uma mudança na composição da população pelo favorecimento das pessoas não-produtivas sobre as produtivas. [p.19]

Capítulo 3 - Socialismo de Estilo Russo

Temos definido o socialismo como uma política institucionalizada de redistribuição de títulos de propriedade. Mais precisamente, é uma transferência de títulos de propriedade das pessoas que realmente colocam seus meios escassos em algum uso ou que os têm adquirido contratualmente de pessoas que os adquiriram previamente para pessoas que não têm feito nada com as coisas em questão e nem as adquiriram contratualmente. Para um mundo altamente irreal – o Jardim do Éden – apontei então as conseqüências sócio-econômicas de tal sistema de atribuição de direitos de propriedade onde elas se destacam: uma redução do investimento em capital humano e um aumento de incentivos para a evolução de tipos não-produtivos de personalidade.

Desejo agora alargar e concretizar esta análise de socialismo e seu impacto sócio-econômico ao contemplar diferentes, embora típicas, versões de socialismo. Neste capítulo irei concentrar a análise no que a maioria das pessoas têm visto como o “socialismo por excelência” (senão o único tipo de socialismo que existe), este sendo provavelmente o ponto de partida mais apropriado para qualquer discussão sobre socialismo. Este “socialismo por excelência” é um sistema social em que os meios de produção, ou seja, os recursos escassos usados para produção dos bens de consumo, são “nacionalizados” ou “socializados”.

Certamente, enquanto Karl Marx, e como ele a maioria dos nossos intelectuais contemporâneos de esquerda, estavam quase exclusivamente preocupados com os defeitos econômicos e sociais do capitalismo, e em todos os seus escritos fizeram apenas umas poucas considerações, vagas e generalizadas, sobre o problema construtivo da organização do processo de produção sob o socialismo, a alternativa alegadamente superior ao capitalismo, não pode haver dúvida que isto é o que ele considerava a pedra fundamental de uma política socialista e a chave para um futuro melhor e mais próspero¹. Coerentemente, a socialização dos meios de produção [p.20] tem sido advogada por todos os socialistas de tendência marxista ortodoxa desde então. Isto não é só o que os partidos comunistas do Ocidente oficialmente têm guardado para nós, embora tenham se tornado crescentemente relutantes em afirmar tal coisa com a finalidade de manter-se no poder. Em todos os partidos socialistas e social-democratas do Ocidente uma quantidade mais ou menos numerosa, uma minoria barulhenta e eloqüente com alguma influência também existe, que arduamente apóia tal esquema e que propõe a socialização, senão de todos os meios de produção, pelo menos os das grandes indústrias e empresas. Sob um aspecto mais importante, maiores ou menores setores de indústrias nacionalizadas têm tornado-se parte da realidade social, mesmo nos chamados países “mais capitalistas”; e obviamente uma quase completa socialização dos meios de produção tem sido tentada na União Soviética e mais tarde em todos os países dominados pelos soviéticos da Europa Oriental, bem como em um número de outros países ao redor do mundo. A seguinte análise deverá, por conseguinte, nos capacitar a entender os problemas sociais e econômicos das sociedades, no tanto que se caracterizam pelos meios nacionalizados de produção. Em particular, irá nos ajudar a entender os problemas centrais que afligiram a Rússia e seus satélites, já que estes países têm levado uma política de socialização tão longe que se pode justamente dizer que esta é a sua característica estrutural dominante. É por causa deste fato que o tipo de socialismo sob investigação é chamado de “estilo russo”².

Com respeito às forças motivacionais que empurram os esquemas de socialização, elas são declaradamente igualitaristas. Uma vez que é permitida a propriedade privada dos meios de produção, permitem-se as diferenças. Se eu possuo o recurso A, então você não o possui, e nossa relação com relação a este recurso é então diferente. Ao abolir a propriedade privada a posição de todos, face a face, é que os meios de produção são iguados de uma só vez, pelo menos aparentemente. Qualquer um torna-se co-proprietário de tudo, refletindo a situação igual de todos como seres humanos. E a razão econômica de tal esquema é a de ser supostamente mais eficiente. Ao observador novato, não familiarizado com a função que os preços exercem como coordenadores das ações, [p.21], o capitalismo, assim baseado na propriedade privada dos meios de produção, simplesmente parece caótico. Parece ser um sistema onde há muito desperdício, caracterizado por esforços duplicados, competição predatória, e ausência de ação coordenada, concertada. Como os marxistas o chamam depreciativamente, é uma “anarquia da produção”. Apenas quando a propriedade coletiva substituir a privada pode ser aparentemente possível eliminar o desperdício ao se implementado um plano de produção único, coordenado e compreensível.

Entretanto, mais importante que a motivação e as promessas é aquilo que a socialização dos meios de produção realmente agrega³. As normas de propriedade que são adotadas sob uma política de socialização e que constituem os princípios legais de países como a Rússia possuem duas características complementares. A primeira, ninguém possui os meios de produção socializados; eles são “socialmente” apropriados, o que significa dizer: nenhuma pessoa, ou grupo de pessoas, ou todas, tomadas em conjunto, têm permissão para adquiri-los ou vendê-los e de ficarem com as receitas das vendas privativamente. Seu uso é determinado pelo povo não no papel de um dono, mas de um administrador^D das coisas. E a segunda, nenhuma pessoa ou grupo de pessoas, ou mesmo todas elas, tomadas em conjunto, têm permissão para engajarem-se em novos investimentos privados e criarem novos meios de produção privados. Tais pessoas não podem não podem nem investir, transformando os recursos existentes e usados de forma não-produtiva em novos e produtivos, seja por meio de poupança original, seja juntando recursos com outras pessoas, nem por uma combinação destas técnicas. Investimentos só podem ser feitos pelos administradores das coisas, nunca para proveito próprio, mas sempre em benefício da comunidade de administradores com quem os possíveis lucros dos investimentos terão de ser divididos⁴.

Que significa tal economia de administradores? Que, em particular, implica em mudar de uma economia erguida sobre a teoria natural da propriedade para outra, socializada? Em “*passant*”, duas observações deveriam ser feitas, as quais já jogarão alguma luz sobre as acima mencionas promessas de igualdade e eficiência. Declarar todos como co-proprietários [p.22] de tudo resolve os problemas das diferenças de propriedade apenas nominalmente, mas não resolve o real problema subjacente: diferenças de poder para controlar. Em uma economia baseada na propriedade privada, o proprietário determina o que deve ser feito com os meios de produção. Em uma economia socializada isto não mais acontece, já que não há mais nenhum dono. Não obstante, o problema de determinar o que deve ser feito com os meios de produção ainda existe e deve ser resolvido de algum modo, sabido que não há nenhuma harmonia preestabelecida e pré-sincronizada de interesses entre todas as pessoas (em cujo caso, de outra forma, nenhum problema jamais existiria), mas, ao contrário, algum grau de desacordo. Apenas uma opinião sobre o que deve ser feito pode de fato prevalecer e as

^D O termo em inglês é *caretaker*, significando “zelador”, “curador”. Optamos por utilizar “administrador”, para casarmos com o termo “administrador público”, consagrado no Brasil.

outras devem, *mutatis mutandis*, serem excluídas. Entretanto, então novamente outras desigualdades aparecerão entre o povo: a opinião de um indivíduo ou de algum grupo deve sobrepor-se às dos demais. A diferença entre a economia de propriedade privada e a socializada está apenas em *como* aquelas que irão prevalecer em caso de discordância serão determinadas. No capitalismo deve haver alguém que controla, e outras pessoas que não, e então diferenças reais entre as pessoas existem, mas a questão sobre qual opinião deve prevalecer é resolvida pela apropriação original e contrato. No socialismo, também, diferenças reais entre controladores e não-controladores devem necessariamente existir; apenas no caso do socialismo, a posição de quais são as opiniões que vencem não é determinada por prévio uso ou contrato, mas por meios políticos⁵. A diferença é certamente da mais alta importância, e nossa discussão irá retornar a ela posteriormente neste capítulo e novamente nos últimos capítulos, mas aqui é suficiente dizer que, contrariamente às promessas de igualitarismo do socialismo – não há uma diferença entre um sistema igualitário e outro não igualitário com relação ao poder de controlar.

A segunda observação está intimamente conectada com a primeira e preocupa-se com as capacidades de coordenação alegadamente superiores do socialismo. Novamente uma inspeção mais acurada revela que a diferença é meramente ilusória, criada apenas pela semântica: dizer que uma economia de proprietários privados é suplantada por uma nacionalizada cria a impressão de que, ao invés de uma variedade de unidades de centros de decisão, de súbito passa a haver tão somente uma. Na verdade, nada se modificou. Existem tantos indivíduos com tantos interesses, como antes. Assim como no capitalismo, portanto, o socialismo tem de encontrar uma solução ao problema de determinar como coordenar os usos dos diferentes meios de produção, dado o fato de haver visões diferentes entre as pessoas sobre como devem ser utilizados. A diferença entre capitalismo e socialismo está, novamente, em *como* a coordenação é alcançada, e não entre caos e coordenação, assim como insinua a semântica socialista. Ao invés de simplesmente deixar os indivíduos fazerem o que quiserem, o capitalismo coordena as ações ao instar as pessoas a respeitar a propriedade previamente estabelecida. O socialismo, em outra mão, ao invés de deixar as pessoas fazerem o que mais lhes agradam, coordena os planos individuais pela sobreposição do plano de uma pessoa ou grupo de pessoas sobre aquele de outra pessoa ou grupo discordante, *desconsiderando* a propriedade previamente estabelecida e os acordos de trocas mútuas⁶. Dificilmente merece comentário que esta diferença, também, é da maior importância. Mas esta não é, como o socialismo marxista gostaria de fazer-nos acreditar, uma diferença entre um planejamento social e nenhum planejamento; ao contrário, tão logo os mecanismos do socialismo e capitalismo são trazidos à tona e reconstruídos, a alegação do socialismo de possuir uma maior eficiência começa a perder muito de sua credibilidade, e a tese oposta começa a ser mais convincente.

Quão bem fundada certamente seja esta tese, e exatamente porque são os mecanismos de coordenação do capitalismo - e não os do socialismo - que provam serem economicamente superiores, ficará clara quando forem desprezadas as aparentes diferenças e, ao invés, concentrando-se sobre as reais, atentar-se para a redistribuição dos títulos de propriedade, e portanto, de renda, que resultam ao se abandonar o capitalismo em favor de uma economia de administradores, como caracterizado acima. Da base da teoria natural da propriedade - o fundamento [p.24] do capitalismo – a adoção dos princípios básicos de uma economia de administradores significa que os títulos de propriedade são redistribuídos apartando-se os atuais produtores e usuários dos meios de produção, bem como aqueles que têm adquirido estes meios por mútuo

consentimento de seus prévios usuários, para uma comunidade de administradores em que, na melhor das hipóteses, cada pessoa permanece como administradora daquilo que ela anteriormente possuía. Entretanto, mesmo neste caso cada antigo usuário/contratante será prejudicado, já que ele não mais pode vender os meios de produção e ficar com a receita da venda privativamente, nem pode ele se apropriar dos lucros da utilização destes meios na forma como ele usava, e então o valor dos meios de produção *para ele* irá cair. *Mutatis Mutantis*, cada não-usuário/não-contratante destes meios de produção será favorecido ao ser promovido ao cargo de administrador deste, com uma palavra ao menos parcial sobre os recursos, que ele nunca os tivera nem deles contratara o uso, e assim a sua renda irá aumentar.

Adicionalmente a este esquema redistributivista existe um outro, resultante da proibição de criar novo capital privado ou pelo grau de limitação (dependendo do tamanho deste setor socializado da economia) sob o qual este processo deve agora ter lugar: uma redistribuição à revelia das pessoas que abdicaram de um possível consumo para, ao invés, poupar fundos de modo a empregá-los produtivamente, ou seja, para o propósito de produzir futuros bens de consumo, e que agora não podem mais fazer isto ou que agora possuem menos opções disponíveis, face aos não-poupadores, que por adotarem o esquema de redistribuição, ganham uma palavra, conquanto parcial, sobre os fundos dos poupadores.

As conseqüências sócio-econômicas de uma política de socialização estão essencialmente implicadas nestas fórmulas. Todavia, antes de prestar uma atenção mais detalhada a elas, seria valioso rever e clarear as características centrais do mundo real em que este esquema de socialização supostamente teria lugar. Devemos nos lembrar que estamos lidando com um mundo em mutação; que o homem, em adição, pode aprender com respeito a este mundo e necessariamente [p.25.] não sabe hoje o que virá a saber em algum momento posterior; que existe uma carência de uma multidão de bens e que, conseqüentemente, o homem é pressionado por uma miríade de necessidades, das quais nem todas ele pode satisfazer ao mesmo tempo e/ou sem sacrificar a satisfação de outras necessidades; devido a isto, o homem deve escolher e ordenar suas necessidades em uma escala de preferências de acordo com o grau de urgência que elas têm para ele; também, mais especificadamente, que nem o processo de apropriação original dos recursos percebidos como escassos, nem o processo de produção de novos e a manutenção dos meios de produção então existentes, e nem o processo de contratação são isentos de custo para o homem; que todas estas atividades custam, pelo menos, *tempo*, que poderia ser empregado de outra maneira, tal como, por exemplo, em atividades de lazer; adicionalmente não devemos nos esquecer que estamos lidando com um mundo caracterizado pela divisão do trabalho, o que significa dizer que não estamos falando de um mundo de produtores auto-suficientes, mas de um cuja produção é carregada para um mercado de consumidores independentes.

Com isto em mente, então, quais são os efeitos da socialização dos meios de produção? Para começar, quais são as conseqüências “econômicas”, no sentido coloquial do termo? Há três efeitos intimamente relacionados⁷. Primeiro - e este é o efeito geral imediato de todos os tipos de socialismo – há uma relativa queda na taxa de investimento, a taxa de formação de capital. Desde que a “socialização” favorece o não-usuário, o não-produtor e o não-contratante dos meios de produção e, *mutatis mutantis*, aumenta os custos para os usuários, os produtores e os contratantes, haverá menos pessoas atuando nestas últimas funções. Haverá menos apropriação original dos recursos naturais cuja carência for observada, haverá menos produção de novos fatores de produção e menos manutenção dos já existentes, e haverá menos contratos. Porque

todas estas atividades envolvem custos e os custos de realizá-las têm subido, e também porquer há cursos de ação alternativos, tais como atividades de consumo e de lazer, as quais ao mesmo tempo têm se tornado relativamente menos custosas e por conseguinte mais abertas e acessíveis aos atores. Seguindo a mesma linha, porque as carteiras de investimentos de todos [P. 26] terão secado a ponto de não mais ser possível converter a poupança privada em investimento privado, ou porque as carteiras têm sido limitadas ao tanto que a economia é socializada, haverá desta forma menos poupança e mais consumo, menos trabalho e mais lazer. Depois de tudo, não se poderá mais ser um capitalista, ou suas possibilidades de se tornar um terão sido restringidas, e portanto haverá pelo menos uma razão a menos para poupar. Desnecessário dizer, o resultado disto será uma redução da produção de bens intercambiáveis e uma diminuição do padrão de vida em termos destes mesmos bens. E desde que estes padrões de vida rebaixados são impostos à força às pessoas, e não representam a escolha natural dos consumidores que deliberadamente mudam suas avaliações relativas de lazer e bens intercambiáveis em função do resultado de seu trabalho, ou seja, desde que experimentam este fenômeno como um empobrecimento indesejado, irá evoluir uma tendência de compensar tais perdas pela atividade informal, pelos bicos e pelos mercados negros.

Segundo, uma política de socialização dos meios de produção irá resultar em um desperdício do uso de tais meios, ou seja, em um uso que na melhor das hipóteses irá satisfazer apenas necessidades de segunda ordem e na pior, sem satisfazer nenhuma necessidade, porém exclusivamente aumentando os custos⁸. A razão para isto é a existência e a inevitabilidade da mudança! Uma vez admitido que possa haver mudanças nas demandas dos consumidores, no conhecimento tecnológico, e no ambiente natural em que o processo de produção tem de ter lugar – e todas estas mudanças efetivamente ocorrem constante e incessantemente – então se deve admitir que há uma constante e interminável necessidade de se reorganizar e se redistribuir a estrutura inteira da produção social. Existe sempre uma necessidade de retirar os velhos investimentos de algumas linhas de produção e junto com novos investimentos, colocá-los em outras linhas, de modo a fazer certos estabelecimentos produtivos, certos ramos, ou mesmo certos setores da economia afundar e outros expandir. Agora digamos – e isto é precisamente o que é feito debaixo de um esquema de socialização – que seja ou completamente ilegal ou extremamente difícil vender [P. 27] os meios de produção de propriedade coletiva para mãos privadas. Este processo de reorganização da estrutura de produção, ainda que não seja completamente impedido, será então pelo menos seriamente prejudicado. A razão é simples e basicamente uma só, mas ainda assim, da maior importância. Por que os meios de produção não podem ser vendidos, ou vendê-los torna-se muito difícil para o administrador (na posição de vendedor) ou para o comprador privado, ou ambos, nenhum preço de mercado para os meios de produção existe, ou a formação de tais preços é obstruída e tornada mais custosa. Conseqüentemente, o administrador-produtor dos meios de produção socializados não pode mais corretamente estabelecer os atuais custos monetários do uso dos recursos ou da promoção de quaisquer mudanças na estrutura de produção. Da mesma forma, ele não pode comparar estes custos com sua expectativa de receita monetária das vendas. Ao não ser permitido aproveitar nenhuma das ofertas de outros indivíduos privados que poderiam enxergar um modo alternativo de utilizar alguns dados meios de produção, ou ao ser restringido de receber tais ofertas, o administrador simplesmente desconhece o que está perdendo, o que valem as oportunidades abandonadas, e não é capaz de avaliar corretamente os custos monetários da manutenção dos recursos. Ele não pode descobrir se o seu meio de usá-los ou se modificar-lhes o uso vale o resultado em termos de

retornos monetários, ou se os custos envolvidos são realmente maiores que os retornos, o que causa uma queda absoluta no valor de saída dos bens de consumo. Igualmente, ele não pode estabelecer se o seu meio de produção para demanda dos consumidores é seguramente o modo mais eficiente (quando comparado com modos alternativos concebíveis) de satisfazer as mais urgentes necessidades dos consumidores, ou se necessidades menos urgentes estão sendo satisfeitas às expensas da negligência em outras mais urgentes, com o resultado, no mínimo, de uma queda relativa no valor dos bens produzidos. Sem ser capaz de recorrer irrestritamente aos meios do cálculo econômico, simplesmente não há meio de saber. Certamente, alguém poderia ir adiante e tentar fazer o melhor de si. Poderia até ser bem-sucedido algumas vezes, embora não teria como assegurar a si mesmo que de fato o fora. Todavia, em qualquer caso, quanto maior for o mercado consumidor ao qual ele tem de servir, e quanto maior for o conhecimento acerca das preferências dos diferentes tipos de consumidores, circunstâncias especiais de tempo histórico e espaço geográfico, e as possibilidades de tecnologia estiverem dispersas entre diferentes indivíduos, tanto mais será provável que este alguém incorrerá em erro. Uma má alocação dos meios de produção, com desperdícios e desabastecimentos como os dois lados de uma mesma moeda, irá ocorrer. Ao dificultar e certamente até mesmo ainda mais, ao tornar ilegal que empreendedores privados adquiram os meios de produção dos administradores, um sistema de produção socializada impede que as oportunidades de prover melhorias sejam aproveitadas ao máximo no tanto quanto são percebidas. Novamente, desnecessário dizer que isto também contribui para o empobrecimento⁹.

Em terceiro lugar, a socialização dos meios de produção causa um relativo empobrecimento, ou seja, uma queda no padrão geral de vida, por levar a uma superutilização de dados fatores de produção. A razão para tanto, novamente, reside na posição peculiar de um administrador quando comparada à de um proprietário privado. Um proprietário privado que tenha o direito de vender os fatores de produção e de ficar com o dinheiro das receitas privativamente irá, por causa disto, tentar evitar qualquer aumento na produção que ocorra em detrimento do valor do capital empregado. Seu objetivo é maximizar o valor dos bens produzidos para além do valor dos recursos neles utilizados, porque ele possui ambos. Então ele irá parar de produzir quando o valor marginal do bem produzido for menor que a depreciação do capital usado para produzi-lo. Coerentemente, ele irá, em uma dada hipótese, reduzir os custos de depreciação envolvidos na produção, e ao inverso, engajar-se no aumento da conservação, se ele anteciper futuros aumentos de preços para os produtos produzidos e vice-versa. A situação do administrador, ou seja, a estrutura de incentivos que ele enfrenta, é muito diferente neste aspecto. Por que ele não pode vender os meios de produção, seu incentivo para não produzir e, portanto, utilizar o capital empregado, em detrimento de uma excessiva redução no valor do capital é então ao menos relativamente reduzido, se não completamente [p. 29] abandonado. De fato, desde que o administrador de uma economia socializada também não pode apropriar-se privativamente das receitas das vendas dos produtos, mas deve mantê-las para a comunidade de administradores para serem utilizadas, na maioria, conforme a sua discricionariedade, seu incentivo de produzir e vender produtos como um todo é relativamente enfraquecido. Este é precisamente o fato que explica o baixo grau de formação de capital. Todavia, enquanto o administrador trabalha e produz de qualquer forma, seu interesse em ganhar uma receita evidentemente existe, mesmo que esta não possa ser usada para fins de formação de capital privado, mas apenas para consumo privado e/ou criação de poder privado, não produtivamente utilizado. A impossibilidade de o administrador vender os meios de produção, então, implica que o incentivo para aumentar sua *receita privada* às expensas

do valor do capital é aumentado. De acordo com isto, à extensão que ele vê sua receita depender da saída de bens produzidos (o salário pago a ele pela comunidade de administradores por ser dependente disto!), crescerá seu incentivo para aumentar tal saída às expensas do capital. Além disso, desde que o administrador em questão não pertença à mesma classe dos da comunidade de administradores, jamais se poderá completa e permanentemente supervisioná-lo, o que poderá lhe possibilitar obter renda a partir do uso dos meios de produção para fins privados (i.e., a produção de bens usados privativamente para venda no mercado negro.), ele será encorajado a aumentar esta saída na linha de produção às expensas do valor do capital na extensão que ele vir sua receita dependente de tal produção privada. Em qualquer caso, o consumo de capital e o desperdício (uso excessivo) de capital existente irão ocorrer, e o aumento de consumo de capital mais uma vez implica em relativo empobrecimento, desde que a produção de futuros bens de troca, como consequência, será reduzida.

Enquanto o resultado desta análise do tripé das consequências econômicas da socialização dos meios de produção – redução de investimento, má alocação dos recursos e desperdício de recursos (superutilização), todas elas levando a uma redução nos padrões de vida – para que se alcance uma completa compreensão das sociedades do tipo russo é interessante e certamente [p.30] importante apontar especificamente que a análise acima também se aplica ao fator produtivo do trabalho. Com respeito ao trabalho, também, a socialização implica redução de investimento, má alocação e desperdício. Primeiro, desde que os proprietários dos fatores de produção não podem mais se tornar autônomos, ou desde que a oportunidade para se fazer isto é restringida, no todo haverá menos investimento em capital humano. Segundo, desde que os proprietários dos fatores de produção não podem mais vender seus serviços ao melhor contratante (porque, na extensão em que a economia é socializada, não se permite mais que haja contratantes negociando entre si, com controle independente sobre fatores específicos complementares de produção, incluindo o dinheiro necessário para pagar o trabalho, e que assumam oportunidades e riscos independentemente, sob sua própria conta) o custo monetário de usar um dado fator de trabalho, ou de combiná-lo com fatores complementares, não pode mais ser estabelecido, e então toda a sorte de erros de alocação de trabalho terá lugar. E terceiro, desde que os proprietários dos fatores de trabalho em uma economia socializada possuem, na melhor das hipóteses, apenas parte do produto de seu trabalho, enquanto o restante pertence à comunidade de administradores, haverá um incentivo a mais para que estes administradores suplementem seus ganhos privados às expensas das perdas no valor do capital incorporado nos trabalhadores, de modo que uma superutilização de trabalho irá resultar¹⁰.

Por último, mas certamente não menos, uma política de socialização dos meios de produção afeta a estrutura do caráter da sociedade, e a importância disto dificilmente pode ser tida como um exagero. Assim como apontado repetidamente, adotar o socialismo do tipo russo, ao invés do capitalismo, baseado na teoria natural da propriedade, implica em dar uma vantagem relativa aos não-usuários, não-produtores e não-contratantes com relação aos títulos de propriedade dos meios de produção e à renda que possa derivar do uso destes meios. Se as pessoas têm interesse em estabilizar-se e, se possível, em aumentar a renda e elas podem fazer isto de forma relativamente fácil trocando de papéis, de um usuário, produtor ou contratante para o de um não-usuário, não-produtor ou não-contratante – hipótese cuja certeza de acontecer, de fato, dificilmente pode ser refutada – então, respondendo à mudança na estrutura de incentivos afetada pela socialização, as pessoas irão progressivamente se engajar em

atividades não-produtivas e não-contratuais e, com o tempo, suas personalidades terão mudado. Uma antiga habilidade de perceber e de prever situações de carência, de aproveitar oportunidades produtivas, de estar atento às possibilidades tecnológicas, de se antecipar às mudanças na demanda, de desenvolver estratégias de marketing e de detectar chances de efetuar trocas mutuamente vantajosas, em suma: a habilidade de inovar, de trabalhar e de responder às necessidades de outras pessoas, será diminuída, senão completamente extinta. As pessoas tornar-se-ão diferentes, com diferentes habilidades, de tal forma que, caso haja uma mudança súbita da política e o capitalismo for re-introduzido, não poderão retornar imediatamente a ser o que eram e reacender seu antigo espírito produtivo, mesmo que assim o quisessem. Elas irão simplesmente ter esquecido como fazer isto e terão que re-aprender, vagarosamente, com altos custos psíquicos envolvidos, tanto quanto lhes custou sobremaneira terem suprimido as habilidades produtivas na situação anterior. Contudo, isto é apenas metade do cenário das conseqüências sociais da socialização. Pode-se completá-lo ao trazermos os mitos sobre as aparentes diferenças entre o capitalismo e o socialismo. Isto irá nos trazer o outro lado da mudança de personalidade causada pela socialização, complementando a já mencionada perda de capacidade produtiva. O fato que deve ser lembrado é que o socialismo, também, deve resolver o problema de quem está no controle e na coordenação dos vários meios de produção. De forma contrária à solução do capitalismo para este problema, contrariamente, no socialismo a atribuição das diferentes posições na estrutura de produção às diferentes pessoas é um assunto político, ou seja, um assunto a ser cumprido independentemente de considerações sobre prévios uso ou propriedade e a existência de trocas contratuais mutuamente benéficas, mas sobretudo pela sobreposição da vontade de uma pessoa sobre a de uma outra (discordante). Evidentemente, a posição de uma pessoa na estrutura de produção tem um efeito imediato em sua renda, seja em termos de bens intercambiáveis, de renda psíquica, [p.32] de status ou algo assim. Coerentemente, ao passo que as pessoas desejam aumentar a sua renda e aspiram a mover-se para posições mais bem valorizadas na hierarquia dos administradores, elas progressivamente têm de valer-se de seus talentos políticos. Torna-se irrelevante, ou ao menos de reduzida importância, ser um produtor ou contratante mais eficiente com a finalidade de subir na hierarquia dos recebedores de renda. Ao contrário, torna-se paulatinamente importante possuir as peculiares habilidades de um político, ou seja, as de uma pessoa que, por meio da persuasão, demagogia e intriga, de promessas, subornos e ameaças, manipula para conquistar o apoio público para sua própria posição. Dependendo da intensidade do desejo por maiores rendas, as pessoas terão de aplicar menos tempo desenvolvendo suas habilidades produtivas e mais tempo cultivando talentos políticos. E desde que diferentes pessoas possuem diferentes graus de talentos políticos e produtivos, agora um grupo diferente de pessoas irá ascender ao topo, de modo que se verificará um progressivo número de políticos em todas as posições na ordem hierárquica dos administradores. Em toda a escala, da base até o topo, haverá pessoas incompetentes para fazer o trabalho que se supunha serem capazes. Não há nenhum obstáculo na carreira de um administrador para que ele seja estúpido, indolente, ineficiente e negligente enquanto ele detenha superiores habilidades políticas, e conseqüentemente pessoas como estas irão administrar os meios de produção em toda parte¹¹.

Um olhar sobre a Rússia e outros países do bloco oriental em que uma política de socialização dos meios de produção tem sido levada a efeito em um grau considerável pode ajudar a ilustrar a verdade das conclusões acima. Mesmo uma avaliação superficial com estes países é suficiente para ver a validade da primeira e principal conclusão. O padrão geral de vida nos países do bloco oriental, embora

admissivelmente diferente de país para país (uma diferença que por ela mesma teria de ser explicada pelo quão estrito o esquema de socialização foi e é presentemente colocado em prática.), é claramente muito menor que nos assim chamados países capitalistas do ocidente. (Isto é verdade mesmo levando-se em consideração o grau de socialização existente nos países ocidentais [p.33], o qual, diferindo de país para país, é um dado por si mesmo um tanto considerável e normalmente muito subestimado, como ficará claro nos últimos capítulos.) Ainda que a teoria não faça e não possa fazer uma precisa predição de quão drástico é o efeito de empobrecimento que uma política de socialização possa causar, exceto que será notável, é certamente valioso mencionar que quando uma quase completa socialização foi posta em efeito pela primeira vez imediatamente após a 1ª Guerra Mundial na Rússia, esta experiência custou literalmente milhões de vidas, e exigiu uma notável mudança na política, a Nova Política Econômica (NPE), apenas uns poucos anos depois, em 1921, re-introduzindo elementos de propriedade privada, para moderar estes efeitos desastrosos a níveis que se mostrassem toleráveis¹². Certamente, mudanças repetidas na política fizeram a Rússia provar uma experiência similar mais de uma vez. Igualmente, embora de uma forma menos drástica, resultados de uma política de socialização foram experimentados em todos os países do leste europeu após a 2ª Guerra Mundial. Lá também, a privatização moderada de pequenas fazendas, os artesãos ou pequenos negócios tiveram de ser permitidos repetidamente como meio de prevenir completos colapsos econômicos¹³. Contudo, a despeito de tais reformas, as quais incidentalmente provaram que, contrariamente à propaganda socialista, é a propriedade privada e não a coletiva que fomenta o desempenho econômico, e a despeito do fato que os bicos, as atividades produtivas ilegais, o escambo e o mercado negro são fenômenos onipresentes em todos estes países, justamente como a teoria leva a esperar, e que esta economia subterrânea toma parte da carência geral e ajuda a melhorar as coisas, o padrão de vida nos países do bloco oriental é lamentavelmente baixo. Toda sorte de bens básicos de consumo é inteiramente faltante, seja em oferta reduzidíssima ou de qualidade extremamente pobre¹⁴.

O caso da Alemanha Ocidental e da Alemanha Oriental é particularmente instrutivo. Aqui a história nos provê um exemplo tão próximo de uma experiência social controlada quanto provavelmente se desejaria obter. Uma população bem homogênea, partilhando em muito da mesma história, cultura, estrutura [p.34] de caráter, ética do trabalho, dividida após a derrota da Alemanha de Hitler na 2ª Guerra Mundial. Na Alemanha Ocidental, mais devido às boas circunstâncias que à pressão da opinião pública, uma notável economia de mercado foi adotada, o antigo sistema de controle total de preços abolidos de uma só vez, e uma quase completa liberdade de movimento, comércio e ocupação, introduzida¹⁵. Na Alemanha Oriental, na outra mão, sob o domínio soviético russo, foi implantada a socialização dos meios de produção, ou seja, uma expropriação dos antigos proprietários privados. Dois diferentes arranjos institucionais, duas diferentes estruturas de incentivos foram então aplicadas à mesma população. A diferença nos resultados é impressionante¹⁶. Enquanto ambos os países fazem o melhor em seus respectivos blocos, a Alemanha Ocidental tem o mais alto padrão de vida entre as maiores nações do oeste europeu e a Alemanha Oriental se orgulha em ser o mais bem-sucedido país do bloco oriental, o padrão de vida no oeste é muito mais alto e tem se tornado relativamente mais e mais com o tempo, que a despeito da transferência de quantidades consideráveis de dinheiro do oeste para o leste pelo governo assim como por cidadãos privados e as crescentes políticas socialistas no oeste, o visitante que viaja do oeste para o leste fica simplesmente atônito assim que ele entra em um mundo completamente diferente e empobrecido. De fato, enquanto todos os

países do leste europeu sofrem a praga do problema da imigração das pessoas que querem sair do país para o mais próspero Oeste capitalista com suas ampliadas oportunidades, e enquanto todos eles têm gradualmente estabelecido controles de fronteiras mais rígidos, então transformando estes países numa sorte de gigantescos campos de prisioneiros de modo a evitar a saída em massa, o caso da Alemanha é um dos mais contundentes. Com a inexistência de diferenças de linguagem, tradicionalmente a mais severa barreira para os emigrantes, a diferença entre os padrões de vida entre as duas Alemanhas mostrou-se tão grande e a imigração do Leste para o Oeste tomou tais proporções, que em 1961 o regime socialista na Alemanha Oriental, num ato desesperado, finalmente teve de fechar suas fronteiras ao Oeste completamente. Para manter a população [p.35] dentro, teve de construir um sistema tal como o mundo sequer jamais viu, de muros, arame farpado, cercas eletrificadas, campos minados, dispositivos de disparo automático, torres vigias, etc., ao longo de quase 900 milhas (aprox. 1.448,34 km), para o único propósito de evitar seu povo de fugir das conseqüências do socialismo do tipo russo.

Além de exemplificar o ponto principal, o caso das duas Alemanhas, porque tomou um aspecto de um caráter experimental, demonstra-se particularmente auxiliador ao ilustrar a verdade do resto das conclusões teoricamente derivadas. Ao prestarmos atenção às comparáveis posições sociais, em quase nenhum lugar da Alemanha Ocidental se irá encontrar pessoas trabalhando tão pouco, tão vagarosamente, ou de forma negligente (enquanto as *horas* de trabalho, maiores no Leste, são, obviamente, reguladas!) como seus parceiros da Alemanha Oriental. Não, com certeza, devido a algumas alegadas diferenças de mentalidade ou de ética do trabalho, tal como tem sido muito comum historicamente, mas porque o incentivo para trabalhar é consideravelmente reduzido por um esquema político que efetivamente fecha todas ou quase todas as oportunidades para o investimento privado. O trabalho efetivo na Alemanha Oriental é bem mais provavelmente encontrado na economia informal. Em resposta aos vários desincentivos para trabalhar, e em particular o de trabalhar na economia controlada “oficialmente”, há também uma tendência entre os alemães orientais de se retirarem da vida pública e aterem-se à importância da privacidade, da família, dos parentes, amigos pessoais e conexões, excedendo-se nisto significativamente mais do que é visto no Oeste¹⁷.

Também há ampla evidência de má alocação, justamente como a teoria leva a esperar. Enquanto o fenômeno dos fatores produtivos que não são usados, (ao menos não continuamente) mas que podem estar simplesmente inativos porque fatores complementares estão em falta podem de fato ser observados no Oeste, no Leste (e novamente, no caso da Alemanha certamente não devido a diferenças de talentos organizacionais) observa-se em todo lugar como uma característica permanente da vida. Enquanto seja normalmente difícil no Oeste, e requeira um especial talento de empreendedorismo, apontar mudanças quanto ao uso de certos meios de [p.36] produção que poderiam resultar em um incremento geral na produção de bens de consumo é relativamente fácil nos países do bloco oriental. Quase todos os que trabalham na Alemanha Oriental conhecem muitos modos de alocar os meios de produção em usos mais urgentes que os que estão sendo correntemente usados, onde estão evidentemente sendo desperdiçados e causando o desabastecimento de outros bens, mais significativamente demandados. Todavia, desde que não possuem competência (em sentido burocrático - n.t.) para direcioná-los e, ao contrário, devem seguir tediosos procedimentos políticos para iniciar qualquer mudança, quase ou efetivamente nada pode ser feito.

A experiência também corrobora o que tem sido dito acerca do outro lado da moeda: a superutilização dos meios de produção da propriedade coletiva. Na Alemanha Ocidental tais bens públicos também existem, e, como haveria de se esperar, eles estão relativamente em mal estado. Contudo, na Alemanha Oriental, e sem diferenças ou até mesmo pior que nos outros países dominados pelos soviéticos, onde todos os fatores de produção são de propriedade coletiva, os fatores de produção, o maquinário e as construções sob insuficiente manutenção, em deterioração, sob a falta de reparos, enferrujados, e até mesmo simplesmente vandalizados são algo verdadeiramente generalizado. Ademais, a crise ecológica é muito mais dramática no Leste que no Oeste, a despeito do estado relativamente subdesenvolvido da economia geral, e tudo isto não é, como demonstra suficientemente o caso da Alemanha, devido a diferenças de inclinação natural do povo para cuidar e de ser cuidadoso.

Finalmente, a respeito das mudanças, teoricamente previstas, na estrutura da personalidade e na estrutura social, reclamações sobre os superiores são, de fato, notoriamente um fenômeno comum em toda parte. Entretanto, nos países de socialismo de estilo russo, onde a distribuição de posições na hierarquia dos administradores é e deve ser inteiramente uma questão política, tais reclamações acerca de superiores ridículos, desqualificados e absolutamente incompetentes são, senão mais veementemente apontadas, mais freqüentes, mais severas e mais bem fundamentadas, e as pessoas decentes são freqüentemente conduzidas à desesperança ou cinismo como consequência. Adicionalmente, desde que umas poucas pessoas da Alemanha Oriental ainda vão à Alemanha Ocidental em certa idade [p.37] na qual elas ainda pertencem à força laboral, algumas como fugitivas, mas mais freqüentemente porque pagaram algum tipo de fiança ou propina, material suficiente também existe para ilustrar a conclusão que, no longo prazo, uma economia socializada irá reduzir as capacidades produtivas das pessoas. Entre estes que se dirigem ao Oeste há um significativo número que leva sua vida produtiva de uma forma bastante normal no Leste, porém, a despeito da ausência de quaisquer barreiras lingüísticas e culturais, prova ser incapaz ou tem grande dificuldade de se adaptar à sociedade ocidental, com sua maior demanda por habilidades e espíritos mais produtivos e competitivos. [p.38] [p.39]

Capítulo 4 - Socialismo de Estilo Social-Democrata

No último capítulo eu analisei a versão marxista ortodoxa do socialismo – o socialismo de estilo russo, como foi aqui chamado – e expliquei seus efeitos sobre o processo de produção e a estrutura social moral. Ressalto que as conseqüências teoricamente previstas de relativo empobrecimento provaram ser tão poderosas que, de fato, uma política de socialização dos meios de produção jamais poderia ser levada ao seu objetivo lógico: a socialização de *todos* os fatores de produção, sem que causasse de imediato um desastre econômico. Certamente, cedo ou tarde todas as realizações do socialismo marxista têm tido de re-introduzir elementos de propriedade privada dos meios de produção, de modo a prevenir ou evitar a manifesta bancarrota. Mesmo o moderado socialismo “de mercado”, contudo, não pode prevenir um relativo empobrecimento da população, enquanto a idéia de produção socializada não for inteiramente abandonada, de uma vez por todas.

Muito mais do que qualquer argumento teórico, tem sido a desapontadora experiência com o socialismo do tipo russo o que tem levado a um constante declínio na popularidade do socialismo ortodoxo marxista e tem suscitado a ascensão e desenvolvimento do moderno socialismo social-democrata, do qual se preocupará este capítulo. Ambos os tipos de socialismo, certamente, derivam das mesmas fontes ideológicas¹. Ambos possuem uma motivação igualitarista, ao menos em teoria², e ambos têm essencialmente o mesmo objetivo final: a abolição do capitalismo como um sistema social baseado na propriedade privada e o estabelecimento de uma nova sociedade, caracterizado por uma solidariedade fraternal e pela erradicação da carência. Uma sociedade em que qualquer um é pago “de acordo com as suas necessidades”. Nos primórdios do movimento socialista nos meados do séc. XIX, contudo, tem havido idéias conflitantes sobre os métodos mais apropriados para se alcançarem tais objetivos. Enquanto geralmente havia [p.40] acordo sobre a necessidade de socialização dos meios de produção, sempre havia opiniões divergentes sobre como proceder. Em uma mão, dentro do movimento socialista havia os advogados de um rumo de ação revolucionário. Eles propagavam a tomada violenta dos governos existentes, a completa expropriação de todos os capitalistas de uma só vez, e a temporária (ou seja, até que a escassez fosse, como prometido, erradicada) ditadura do proletariado, ou seja, daqueles que não eram capitalistas, mas que tinham de vender seus serviços laborais, como modo de se estabilizar a nova ordem. Na mão oposta havia os reformistas que defendiam uma abordagem gradualista. Eles raciocinaram que, com o alargamento da legenda, e ultimamente com um sistema de sufrágio universal, a vitória do socialismo poderia ser obtida por meio de ação parlamentar, democrática. Deveria ser assim porque o capitalismo, de acordo com a doutrina socialista comum, traria uma certa tendência rumo à proletarização da sociedade, ou seja, a tendência de um número menor de pessoas ser autônomas e, de forma inversa, maior de serem empregadas. Assim, de acordo com as crenças socialistas comuns, esta tendência iria por sua vez produzir uma consciência da classe proletária crescentemente uniforme, a qual então iria liderar uma inchada multidão de eleitores para o partido socialista. Desta forma, assim como raciocinaram, como esta estratégia estava muito mais alinhada com a opinião pública (mais apelativa para a maioria dos trabalhadores de índole pacífica e ao mesmo tempo menos amedrontadora aos capitalistas), ao adotá-la, a vitória final do socialismo iria apenas tornar-se mais certa.

Ambas as forças coexistiram dentro do movimento socialista, embora seu relacionamento tenha sido às vezes sofrido conflitos, até a Revolução Bolsheviq de Outubro, 1917, na Rússia. Na prática, o movimento socialista geralmente adotou o passo reformista, enquanto no campo do debate ideológico os revolucionários dominavam³. Os eventos russos mudaram isto. Com Lênin à frente, pela primeira vez os socialistas revolucionários perceberam seu programa e o movimento socialista como um todo teve de acarear-se com a experiência [p.41] russa.

Como conseqüência, o movimento socialista rachou-se em duas facções com dois partidos separados: um partido comunista mais ou menos a favor dos eventos russos, e um partido socialista ou social-democrata com reservas, ou contra eles. Ainda, a divisão não ocorreu por questão da socialização; ambos eram a favor dela. Foi uma ampla cisão acerca da questão “mudança parlamentar democrática” *versus* “mudança revolucionária”. De frente com a verdadeira experiência da revolução russa – a violência, o derramamento de sangue, a prática de expropriação descontrolada, o fato de que milhares de novos líderes, freqüentemente de questionável reputação ou simplesmente sombrios e de caráter inferior, estavam sendo alçados à liderança política – os social-democratas, num esforço para ganhar o apoio público, perceberam que tinham de abandonar sua imagem revolucionária e tornar-se, não apenas na prática mas também na teoria, um partido decididamente democrático e reformista. Ademais, até mesmo alguns dos partidos comunistas do Oeste, dedicados como eram à teoria da mudança revolucionária, mas também tão necessitados de apoio público, sentiram que eles tinham de achar alguma falta, pelo menos, no modo peculiar dos bolcheviques de implementarem a sua revolução. Eles, também, crescentemente observaram necessário participar do jogo democrático, reformista, pelo menos na prática.

Contudo, este foi apenas o primeiro degrau na transformação do movimento socialista levado a efeito pela experiência da revolução russa. O próximo degrau, como indicado, foi forçado sobre a sombria experiência com o desempenho econômico da Rússia soviética. A despeito das diferentes visões deles sobre o desejo de mudanças revolucionárias, e igualmente não familiarizados ou incapazes ou relutantes em compreender o abstrato raciocínio econômico, tanto os socialistas como os comunistas, poderiam, durante uma espécie de período de lua-de-mel em que eles sentiram a merecida experiência, alimentar as mais ilusórias esperanças sobre as conquistas econômicas de uma política de socialização. Entretanto, este período não poderia durar para sempre, e os fatos teriam de ser encarados e os resultados avaliados depois que algum tempo tivesse passado. Para cada observador decentemente neutro das coisas, e [p.42] depois para cada visitante e viajante alerta, tornou-se evidente que o socialismo de estilo russo não significava mais, mas ao contrário, *menos* riqueza, e que este era um sistema acima de tudo que, ao ter de permitir mesmo pequenos nichos de formação de capital privado, tinha de fato admitido sua própria inferioridade, ao menos implicitamente. Assim que esta experiência tornou-se mais amplamente conhecida, e em particular quando depois da 2ª Guerra Mundial a experiência soviética foi repetida nos países do Leste europeu, produzindo os mesmos resultados sombrios e então desaprovando a tese que o desastre soviético deveu-se apenas a uma especial mentalidade asiática do povo, em sua corrida em busca de apoio, ou seja, os social-democratas e os comunistas, com seus partidos do Oeste, foram forçados a modificar seus programas dali em diante. Os comunistas agora viram vários vícios na implementação russa do programa de socialização como um todo, e progressivamente lidaram com a idéia de mais descentralização de planejamento e tomada de decisões e de socialização parcial, ou seja, a socialização apenas das maiores firmas e indústrias,

embora nunca tenham abandonado inteiramente a idéia de produção socializada⁴. Os partidos socialistas ou social-democratas, em outra via, menos simpáticos desde o início com o modelo russo de socialismo e por meio de suas políticas decididamente reformista-democráticas, já inclinados a aceitar compromissos tais como socialização parcial, tiveram de fazer um movimento adaptativo adicional. Estes partidos, em resposta às experiências russa e dos países do leste europeu, paulatinamente abandonaram a noção de produção socializada como um todo e ao contrário, puseram mais e mais ênfase na idéia de tributação e igualitarismo, e, em outro movimento, na igualdade de oportunidades, como sendo as pedras fundamentais do socialismo.

Enquanto esta mudança do socialismo de estilo russo a outro, social-democrata, teve lugar, e ainda está ocorrendo em todas as sociedades ocidentais, não se apresenta em todos os lugares com a mesma intensidade. Falando por alto e apenas considerando a Europa, a mudança do antigo para o novo tipo de socialismo tem sido mais acentuada quanto mais imediata e direta foi a experiência com o socialismo [p.43] de estilo russo para as populações em que os partidos socialistas e /ou comunistas tiveram de encontrar apoiadores e eleitores. De todos os maiores países, na Alemanha Ocidental, onde o contato com este tipo de socialismo é o mais direto, onde milhões de pessoas ainda têm grandes oportunidades de ver com seus próprios olhos o infortúnio que tem sido imposto ao povo na Alemanha Oriental, a substituição foi a mais completa. Aqui, em 1959, os social-democratas adotaram (ou melhor, foram forçados pela opinião pública a adotar) um novo programa partidário no qual todos os traços óbvios de um passado marxista ficaram notavelmente ausentes, e que além disso explicitamente mencionava a importância da propriedade privada e dos mercados, falava sobre socialização apenas como uma mera possibilidade, e que ao invés, pesadamente realçara a importância de medidas redistributivas. Aqui, os protagonistas de uma política de socialização dos meios de produção dentro do partido social-democrata têm ficado consideravelmente minoritários desde então; e aqui os partidos comunistas, mesmo quando eles estavam apenas a favor de uma socialização parcial e pacífica, têm sido reduzidos a uma insignificância⁵. Em países posteriormente removidos da cortina de ferro como França, Itália, Espanha e também a Grã-Bretanha, esta mudança tem sido menos dramática. Não obstante, é certo afirmar que hoje apenas o socialismo social-democrata, tal como representado mais tipicamente pelos social-democratas alemães, pode alegar ampla popularidade no Ocidente. De fato, devido parcialmente à influência da Internacional Socialista – a associação dos partidos socialistas e social-democratas – o socialismo social-democrata pode agora ser reconhecido como uma das mais disseminadas ideologias de nosso tempo, progressivamente moldando os programas políticos e as políticas atuais não apenas dos partidos socialistas, e em escala menor as dos comunistas ocidentais, mas também de grupos e partidos que nem mesmo em seus sonhos mais improváveis denominar-se-iam de socialistas, tais como os democratas “liberais” da costa leste dos Estados Unidos⁶. Adiante, no campo das políticas internacionais, as idéias do socialismo social-democrata, em particular as de uma abordagem redistributivista em direção ao [p.44] então conhecido conflito Norte-Sul, tem quase se tornado algo como a posição oficial entre os homens “bem-informados” e “bem-intencionados”; um consenso que se estendeu muito além daqueles que se pensam como socialistas⁷.

Quais são as características centrais do socialismo de estilo russo? Há basicamente duas características: Primeiro, em positiva contra-distinção ao tradicional socialismo marxista, o socialismo social-democrata não coloca a propriedade privada dos meios de produção na ilegalidade e até mesmo aceita a idéia de todos os meios de

produção serem possuídos em privado – com exceção apenas da educação, trânsito e comunicação, banco central, e as polícias e cortes. Em princípio, qualquer pessoa tem o direito de adquirir e possuir privadamente os meios de produção, para vender, comprar, ou novamente produzi-los, de dá-los como presente, ou alugá-los a qualquer outrem sob um arranjo contratual. Todavia, secundariamente, nenhum proprietário dos meios de produção pode por direito possuir toda a renda que possa ser auferida da utilização de seus meios de produção e a nenhum proprietário é deixado decidir o quanto da renda total da produção deve ser alocado em consumo e investimento. Contrariamente, parte da renda da produção pertence, por direito, à sociedade, pelo que a ela tem de ser transferida, e então, de acordo com idéias de igualitarismo ou de justiça distributiva, ser redistribuída entre os demais membros da sociedade⁸.

Do ponto de vista da teoria natural da propriedade – a teoria que delinea o capitalismo – a adoção destas normas implica que os direitos do proprietário natural têm sido agressivamente invadidos. De acordo com esta teoria da propriedade, reiteramos, o proprietário-usuário dos meios de produção pode fazer o que quiser com eles; e qualquer que seja o resultado de seu [p.45] uso, esta é sua própria renda, a qual ele pode usar novamente como desejar, até o limite em que ele não mude a integridade física da propriedade de outrem e sustente-se exclusivamente em trocas contratuais. Do ponto de vista da teoria natural da propriedade, não há dois processos separados – a produção de renda e então, depois de produzida, a sua distribuição. Há apenas um processo: ao ser produzida, a renda é automaticamente distribuída; o produtor é o dono. Comparado a isto, o socialismo social-democrata advoga a expropriação parcial do proprietário natural ao redistribuir parte da renda da produção a pessoas que, quaisquer que sejam seus outros méritos, definitivamente não produzem a riqueza em questão e definitivamente não tinham nenhuma demanda de ordem contratual por ela, mas que, adicionalmente, têm o direito de determinar unilateralmente, ou seja, sem ter de esperar pelo consentimento do produtor afetado, o *quantum* com que esta expropriação parcial pode se dar.

Deveria ficar claro a partir desta descrição que, contrariamente à impressão que o socialismo social-democrata pretende gerar entre o público, a diferença entre ambos os tipos de socialismo não é de uma natureza categórica. Antes, é apenas uma questão de grau. Certamente, a primeira norma mencionada aparenta inaugurar uma diferença fundamental quando permite a propriedade privada. Mas então a segunda norma, em princípio, permite a expropriação de toda a renda do produtor derivada da produção e então reduz seu direito de propriedade a um conceito puramente nominal. Obviamente, o socialismo social-democrata não *tem* de ir tão longe para reduzir a propriedade privada a um estado meramente nominal. Além disso, admitindo-se que a cota de renda a qual o produtor é forçado a passar às mãos da sociedade pode ser, de fato, bastante moderada, isto, na prática, pode fazer uma tremenda diferença com relação ao desempenho econômico. Todavia, ainda, deve-se observar que, do ponto de vista dos indivíduos não-produtores, o grau de expropriação da renda privada do produtor é uma questão de expediente, o que é suficiente para reduzir a diferença entre ambos [p.46] os tipos de socialismo – russo e social-democrata – de uma vez por todas a uma diferença somente de grau. Deveria ficar bem aparente o que este importante fato implica para um não-produtor. Isto significa que, não obstante quão baixo possa se encontrar o atual grau de expropriação, seus esforços produtivos têm lugar sob a sempre-presente ameaça que no futuro a cota da renda que deve passar às mãos da sociedade será aumentada unilateralmente. Não é necessário muito comentário para ver como isto aumenta o risco, ou o custo de produzir, e então diminui o grau de investimento.

Com o exposto, um primeiro degrau na análise que se segue já foi alcançado. Quais são as conseqüências econômicas, no sentido coloquial do termo, ao se adotar um sistema de socialismo social-democrata? Depois do que se acabou de dizer, não será doravante uma completa surpresa ouvir que pelo menos com relação à direção geral dos efeitos, estes são muito similares àqueles do socialismo tradicional do tipo marxista. Ainda, à medida que o socialismo social-democrata advoga por expropriação parcial e redistribuição de receitas do produtor, alguns dos efeitos de empobrecimento que resultam de uma política de completa socialização dos meios de produção podem ser contornados. Desde que estes recursos podem ainda ser comprados e vendidos, o mais típico problema de uma economia de administradores – que nenhum preço de mercado para os meios de produção existem e então nem o cálculo monetário nem a contabilidade são possíveis, com as suas falhas de alocação e desperdício de recursos limitados em usos que são, no máximo, de secundária importância – é evitado. Adicionalmente, o problema da superutilização é pelo menos reduzida. Também, desde que o investimento privado e a formação de capital ainda são possíveis, na medida que alguma parte das receitas da produção são deixadas para o produtor usar segundo seu critério, sob o socialismo de estilo social-democrata há um incentivo relativamente mais alto para trabalhar, poupar e investir.

Não obstante, de modo algum podem todos os efeitos de empobrecimento ser evitados. O socialismo de estilo social-democrata, conquanto tão bom possa aparentar-se em comparação [p.47] com o socialismo de estilo russo, ainda necessariamente conduz a uma redução de investimento e então em riqueza futura, quando comparado com o capitalismo⁹. Ao tomar parte das receitas da produção do produtor/proprietário, conquanto pequena esta parte possa ser, e transferindo-a àqueles que não produziram a receita em questão, os custos de produção (que nunca são zero, desde que produzir, apropriar e contratar sempre implicam, no mínimo, o gasto de tempo, que poderia ter sido utilizado de outra maneira, como por exemplo para lazer, consumo ou trabalho informal) se elevam, e, *mutatis mutantis*, os custos de não produzir e/ou de produzir informalmente caem, ainda que apenas levemente. Como conseqüência, haverá relativamente menos produção e investimento, muito embora, por razões que serão discutidas em breve, o nível absoluto de produção e riqueza possa ainda se elevar. Haverá relativamente mais lazer, mais consumo e mais comércio paralelo, e então, em tudo e por tudo, relativo empobrecimento. Adicionalmente, esta tendência tornar-se-á tanto mais pronunciada quanto maior for a receita da produção a ser redistribuída, e mais iminente a probabilidade de que será aumentada no futuro por decisão unilateral, não contratual e não societária.

Por um longo tempo, de longe, a mais popular idéia de implementação do trunfo da política geral do socialismo social-democrata era a redistribuição monetária de receitas por meio do imposto de renda ou de um imposto sobre vendas gerais aplicado sobre os produtores. Um olhar sobre esta particular técnica poderá adiante clarificar nosso ponto de vista e evitar alguns mal-entendidos e falhas conceituais, encontrados freqüentemente, acerca dos efeitos gerais de relativo empobrecimento. Qual o efeito econômico da introdução de tributação sobre a renda ou faturamento onde não havia nenhuma anteriormente, ou do aumento do nível existente de tributação para um nível mais alto¹⁰? Ao responder isto eu vou doravante ignorar as complicações que resultam dos diferentes modos possíveis de redistribuição de dinheiro proveniente dos impostos a diferentes indivíduos, ou grupos de indivíduos – isto será discutido posteriormente neste capítulo. Aqui nós iremos tomar em conta apenas o fato geral e verdadeiro por definição para todos [p.48] os sistemas redistributivistas, de que qualquer redistribuição de

dinheiro dos impostos é uma transferência da renda monetária dos produtores e recipientes de dinheiro contratuais a pessoas que, segundo suas capacidades, são não-produtoras e não-recipientes contratuais de rendas. A introdução ou aumento da tributação então implica que o fluxo monetário da produção é reduzido para o produtor e aumentado para pessoas nos seus papéis como não-produtoras ou não-contratantes. Isto muda os custos relativos de produção para retornos monetários versus não-produção, e produção para retornos não-monetários. Conseqüentemente, à medida que esta mudança é percebida pelas pessoas, elas irão progressivamente recorrer ao consumo de lazer e/ou produção para o fim de escambo, simultaneamente reduzindo seus esforços produtivos realizados para recompensas monetárias. Em qualquer caso, a produção de bens para serem comprados com dinheiro irá cair, o que significa dizer que o poder de compra do dinheiro decairá, e então o padrão geral de vida irá sofrer um declínio.

Contra este raciocínio às vezes se argumenta que tem sido freqüentemente observado empiricamente que um aumento no nível de tributação foi na verdade acompanhado de um aumento (e não de uma queda) no produto interno bruto (PIB), e que o raciocínio acima, conquanto plausível, deve então ser considerado empiricamente inválido. Este alegado contra-argumento exhibe um simples mal-entendido: uma confusão entre redução relativa e absoluta. Na análise acima a conclusão alcançada é que o efeito de maiores taxas é a redução relativa na produção para retornos monetários; uma redução, ou seja, quando comparada com o nível de produção que teria sido conseguido caso não tivesse o grau de tributação sido alterado. Isto não diz ou implica nada a respeito do nível absoluto de produção alcançada. De fato, crescimento absoluto do PIB não apenas é compatível com a nossa análise, mas pode ser visto como um fenômeno perfeitamente normal à medida que os avanços de produtividade são possíveis e de fato têm lugar. Se tem se tornado possível, por meio de melhorias na tecnologia de produção, produzir uma [p.49] maior saída com uma idêntica entrada (em termos de custos), ou uma saída fisicamente idêntica com uma entrada menor, então a coincidência da tributação aumentada e produção aumentada é nada mais que surpreendente. Todavia, para se ter certeza, isto não afeta a validade do que tem sido apresentado sobre *relativo* empobrecimento resultante da tributação.

Outra objeção que goza de alguma popularidade é a de que o aumento dos impostos leva a uma redução de renda monetária, e que esta redução aumenta a utilidade marginal do dinheiro, quando comparada com outras formas de receita (tal como lazer) e então, ao invés de abaixar, o que faz é ajudar a aumentar a tendência de trabalhar por retorno monetário. Esta observação, para se ter certeza, é perfeitamente verdadeira. Contudo, é um erro de concepção acreditar que isto de alguma forma invalida a tese de relativo empobrecimento. Primeiramente, de forma a conseguirmos a imagem completa, deve-se notar que, por meio da tributação, não apenas a receita monetária para algumas pessoas (os produtores) é reduzida mas que também, simultaneamente, a renda monetária para outras pessoas (não-produtores) é aumentada, e que para estas pessoas a utilidade marginal de dinheiro e então sua inclinação para trabalhar por retorno monetário será então reduzida. Mas isto não é nem sequer tudo o que precisa ser dito, já que isto pode levar à impressão de que a tributação simplesmente não afeta a produção de bens intercambiáveis como um todo – desde que irá reduzir a utilidade marginal da renda de dinheiro para alguns e aumentá-la para outros com ambos os efeitos cancelando-se mutuamente. Todavia esta impressão pode estar errada. Como matéria de fato, seria uma negação do que tem sido assumido no início: que uma elevação de tributação, ou seja, uma maior contribuição monetária forçada sobre a renda

de produtores que a desaprovam, tem na verdade tomado lugar e tem sido percebida como tal - e iria então envolver uma contradição lógica. Intuitivamente, a falha na crença que a tributação é “neutra” com respeito à produção torna-se aparente tão logo o argumento é conduzido para o seu fim extremo. Poderíamos então adicionar ao raciocínio que mesmo a completa expropriação de toda a renda dos produtores e a sua transferência a um grupo de não produtores não iria [p.50] fazer nenhuma diferença, desde que o aumento do ócio para os não-produtores resultante da redistribuição seria inteiramente compensado por um sobre empenho em trabalhar aumentado por parte dos produtores (o que é certamente um absurdo). O que é ressaltado neste tipo de raciocínio é que a introdução de tributação ou o seu aumento em qualquer nível não apenas implica o favorecimento dos não-produtores às expensas dos produtores, mas também simultaneamente muda, para produtores e não-produtores de renda monetária, igualmente, o custo anexado aos diferentes métodos de alcançar (ou aumentar) a renda monetária. Porque agora é relativamente menos custoso obter renda monetária adicional através de *meios não-produtivos*, ou seja, não por realmente *produzir* mais bens, mas por participar no processo de aquisição não-contratual de bens *já produzidos*. Mesmo que os produtores estejam certamente mais intencionados na obtenção de dinheiro adicional como consequência de um imposto mais alto, eles irão progressivamente fazê-lo não por meio de intensificação de seus esforços produtivos, mas antes, por meio de métodos exploratórios. Isto explica porque a tributação não é e nunca será neutra. Com a tributação (aumentada) uma diferente estrutura legal de incentivos é institucionalizada: uma que muda os custos relativos de *produção* para renda monetária versus não-produção, inclusive a não-produção para fins de lazer e a não-produção para retorno monetário, e também versus a produção para retorno não-monetário (escambo). Adicionalmente, se tal estrutura diferente de incentivos é aplicada a uma mesma população, então, necessariamente, deverá resultar uma diminuição na produção de bens produzidos para retorno monetário¹¹.

Ainda que a tributação sobre a receita e as vendas sejam as técnicas mais comuns, elas não exaurem o repertório de métodos de redistribuição social-democrata. Não importa como os impostos são redistribuídos; aos indivíduos que compõem uma dada sociedade, não importa, ao menos por ora, em que extensão a receita monetária é igualada, desde que estes indivíduos possam manter (e de fato o fazem) diferentes estilos de vida e desde que eles aloquem porções diferentes de suas receitas monetárias a eles consignadas [p.51] para consumo ou formação de riqueza privada não-produtiva, mais cedo ou mais tarde diferenças significativas entre as pessoas irão novamente emergir, senão com respeito à sua receita monetária, então com respeito à riqueza privada. Não surpreendentemente, estas diferenças tornar-se-ão mais firmemente pronunciadas se houver uma lei de herança puramente contratual. Então, o socialismo social-democrata, motivado como é pelo zelo igualitarista, incluirá a riqueza privada em seus esquemas políticos e imporá um tributo sobre ela e, também, particularmente, imporá um tributo sobre a herança de modo a satisfazer o clamor popular sobre as “desmerecidas fortunas” derramadas sobre os herdeiros^E.

Economicamente, estas medidas imediatamente reduzem a quantidade de formação de riqueza privada. Assim como o gozo da riqueza privada é tornado relativamente mais custoso devido à tributação, menos riqueza irá ser novamente criada, e um aumento do consumo terá lugar – inclusive dos estoques existentes de fortunas não

^E Vide como no Brasil vige o imposto sobre transmissão *causa mortis* e a previsão constitucional para a instituição do imposto sobre grandes fortunas (CF/88, art.153, VII).

produtivamente usadas – e o padrão geral de vida, o qual, obviamente, depende do conforto derivado da riqueza privada, irá afundar.

Conclusões similares sobre os efeitos de empobrecimento são alcançadas quando o terceiro maior campo das políticas tributárias – aquele dos “patrimônios naturais” – é analisado. Por razões a serem discutidas abaixo, este campo, próximo aos dois campos tradicionais, quais sejam, o da tributação da receita monetária e da riqueza privada, tem ganhado maior proeminência no decorrer do tempo sob o encabeçamento da igualdade de oportunidades. Não é muito difícil descobrir que a posição de uma pessoa na vida não depende exclusivamente de sua receita financeira ou da riqueza de bens não-produtivamente usados. Há outras coisas que são importantes na vida e que trazem um ganho adicional, mesmo embora possam não estar na forma de dinheiro ou outros bens de troca: uma boa família, uma educação, saúde, uma boa aparência, etc. Chamarei estes bens não-intercambiáveis que possam ser derivados de um ganho psíquico de “patrimônios naturais”. O socialismo redistributivista, guiado por ideais igualitaristas, também está irritado pelas diferenças existentes em tais patrimônios, e tenta, se não erradicá-las, então ao menos moderá-las. Todavia estes patrimônios, sendo bens não-intercambiáveis, [p.52] não podem ser facilmente expropriados, para então serem seus frutos redistribuídos. Também não é muito prático, para se dizer o mínimo, alcançar este objetivo por meio de redução direta dos ganhos não-monetários dos patrimônios naturais de maior receita ao nível dos das pessoas de menor receita por meio de, digamos, provocar a ruína da saúde do saudável para então fazê-lo igual ao doente, ou de amassar a face de uma pessoa de boa aparência para fazê-la se parecer com as outras pessoas menos afortunadas em termos de beleza¹². Então, o método comum que o socialismo social-democrata advoga de modo a criar uma igualdade de oportunidades é a tributação dos patrimônios naturais. Aquelas pessoas sobre as quais se pensa receberem um ganho monetário relativamente maior de algum dom, tal como saúde, são sujeitas a uma tributação adicional, a ser paga em dinheiro. Este tributo é então redistribuído a aquelas pessoas cuja respectiva receita é relativamente baixa para ajudá-las a compensá-las por este fato. Uma tributação adicional, por exemplo, é imposta ao saudável para ajudar o não-saudável a pagar as contas do médico, ou sobre o de boa-aparência para ajudar o feio a pagar por uma cirurgia plástica^F ou até mesmo a comprar para eles uma bebida de modo que assim possam esquecer sua sorte. As conseqüências econômicas de tais esquemas redistributivistas devem ser claras. À extensão com que a receita psíquica, representada por saúde, por exemplo, requer algum esforço produtivo, de tempo e de gastos, e como as pessoas podem, em princípio, saltar de papéis produtivos para os não-produtivos, ou canalizar seus esforços produtivos para diferentes linhas de produção, não-tributadas ou de menor tributação, de bens não-intercambiáveis ou intercambiáveis, elas agirão assim por causa dos custos acrescidos envolvidos na produção de saúde pessoal. A produção geral de saúde em questão irá cair, o padrão geral de saúde será reduzido. E mesmo com patrimônios verdadeiramente naturais, tais como a inteligência, acerca do que as pessoas podem admissivelmente fazer pouco ou nada, conseqüências do mesmo tipo irão resultar, embora apenas com uma retardação temporal de uma geração. Ao notar que tem se tornado relativamente mais custoso ser inteligente e menos custoso ser não-inteligente, e desejando tanta renda (de todas as formas) quanto possível para a sua prole, o incentivo para as pessoas inteligentes para [p.53] produzirem descendentes terá sido diminuído e para os não-inteligentes, aumentado. Dadas as leis da genética, o resultado será uma população que será, de

^F Lembremos que no Brasil o sistema público de saúde - SUS já autoriza cirurgias plásticas com fins estéticos, bem como as de diminuição de estômago e também as de mudança de sexo.

toda forma, menos inteligente. Adicionalmente, em qualquer caso de tributação de dons naturais, verdadeiro para o exemplo da saúde assim como para o da inteligência, devido ao fato de a receita monetária ser tributada, uma tendência similar àquela resultante da tributação sobre a renda irá se estabelecer, ou seja, uma tendência de redução dos esforços para o fim de se alcançar retornos financeiros e ao contrário, um progressivo engajamento em atividades produtivas para retornos não-monetários ou em toda sorte de empreitadas não-produtivas. Obviamente, tudo isto irá, mais uma vez, reduzir o padrão geral de vida.

Porém isto ainda não é tudo o que tem de ser dito sobre as conseqüências do socialismo de estilo social-democrata, na medida em que também serão gerados efeitos, ainda que remotos, de grande importância na estrutura social-moral da sociedade, os quais se tornarão visíveis quando considerarmos os efeitos de longo prazo da introdução de políticas redistributivistas. Provavelmente não será mais uma surpresa que, no tocante a este aspecto, também, as diferenças entre o socialismo de tipo russo e o socialismo de estilo social-democrata, enquanto altamente interessantes em alguns detalhes, não são de um tipo fundamental.

Tal como devemos relembrar, os efeitos do socialismo na formação da personalidade são de dupla ordem, reduzindo os incentivos ao desenvolvimento de habilidades produtivas e favorecendo ao mesmo tempo o desenvolvimento de talentos políticos. Estas são precisamente também as conseqüências gerais do socialismo social-democrata. Assim como o socialismo social-democrata favorece os papéis não-produtivos bem como os produtivos que escapam ao conhecimento público e que por isto não podem ser alcançados pela tributação, o caráter da população irá concomitantemente se modificar. Este processo pode ser vagaroso, mas tanto quanto a peculiar estrutura de incentivos estabelecida por políticas redistributivas perdurar, será constantemente operativa. Menos investimentos no desenvolvimento e melhoramento das habilidades produtivas irão ocorrer, e como conseqüência, as pessoas tornar-se-ão cada vez mais incapazes de manter a sua renda por conta própria, por meio de produção ou contrato. Como [p.54] aumentam tanto as alíquotas quanto as hipóteses de tributação, as pessoas cada vez mais desenvolvem as personalidades mais dissimuladas, mais uniformes e mais medíocres possíveis – ao menos no que tange à aparência em público. Ao mesmo tempo, assim que a renda de uma pessoa simultaneamente vai se tornando dependente da política, ou seja, da decisão da sociedade sobre como redistribuir os tributos (o que é conseguido, para se ter certeza, não por contrato, mas antes, pela sobreposição da vontade de uma pessoa sobre a vontade recalcitrante de outrem!), o quanto mais dependente vier a ser, mais as pessoas terão de fazer política, ou seja, terão de investir mais tempo e energia no desenvolvimento de seus talentos especiais para o alcance de vantagens pessoais às expensas (ou seja, de um modo não-contratual) dos outros ou para evitarem ser objeto de tal exploração por parte deles.

A diferença entre ambos os tipos de socialismo apóia-se (apenas) no seguinte: sob o socialismo de tipo russo, o controle da sociedade sobre os meios de produção e, portanto, sobre a receita produzida com eles, é completa, e de longe parece não haver mais espaço para engajar-se no debate político acerca do próprio degrau de politização da sociedade. O assunto está definido – justamente como também está definido na outra ponta do espectro, sob o puro capitalismo, onde não há nenhum espaço para política e todas as relações são exclusivamente contratuais. Sob o socialismo social-democrata, na outra mão, o controle social sobre a receita produzida privativamente é apenas parcial, e o controle completo ou aumentado existe somente como um direito da sociedade não ainda atualizado, consistindo apenas em uma ameaça potencial

pendurada sobre as cabeças dos produtores privados. Todavia, viver com a ameaça de ser inteiramente tributado, mais que antes o fora, explica uma característica interessante do socialismo social-democrata com relação ao desenvolvimento geral relacionado ao caráter crescentemente politizado das pessoas. Isto explica porque sob um sistema de socialismo social-democrata o tipo de politização é diferente do socialismo de estilo russo. Sob este último, tempo e esforços são gastos de forma não-produtiva, ao se discutir como distribuir a receita socialmente arrecadada; Sob o anterior, com certeza, isto também é feito, [p.55] mas o tempo e os esforços são também usados para disputadas questões políticas para se definir sobre a maior ou menor extensão da parte que deve caber ao estado sobre as receitas socialmente administradas. Sob um sistema de meios socializados de produção, onde este assunto está definido de uma vez por todas, há então relativamente mais retiro da vida pública, resignação e cinismo a serem observados. No socialismo social-democrata, na outra mão, onde a questão ainda jaz aberta, e onde os produtores e não-produtores, como um todo, podem ainda vislumbrar alguma esperança de melhorar sua posição por meio do decréscimo ou acréscimo da tributação, verifica-se menos de tal amealhamento e, ao contrário, mais freqüentemente as pessoas se engajam em agitação política seja a favor do - ou contra o - aumento do controle da sociedade sobre as receitas produzidas privativamente¹³.

Com a similaridade geral explicada, bem como esta diferença específica entre ambos os tipos de socialismo, resta a tarefa de apresentar uma breve análise sobre algumas forças modificadoras que influenciam o desenvolvimento geral de personalidades politizadas e improdutivas. Estas nascem por meio de diferentes abordagens sobre o padrão desejado de distribuição de renda. Tanto o socialismo russo quanto o social-democrata vêm-se de frente com a questão de como distribuir a renda socialmente controlada. Para o socialismo de tipo russo a questão define-se no *quantum* a pagar aos indivíduos que foram alocados nos diversos postos na economia de administradores. Para o socialismo redistributivista a questão relaciona-se a quanto dos tributos alocar e a quem. Enquanto, em princípio, há inumeráveis meios de se fazer isto, a filosofia igualitarista de ambos os tipos de socialismo efetivamente reduz as opções disponíveis a três tipos gerais¹⁴. O primeiro é o método de mais ou menos igualar a renda monetária de todos (e possivelmente também a riqueza privada usada de forma não produtiva). Professores, doutores, operários da construção civil e mineradores, gerentes de fábricas e camareiras recebem, todos, o mesmíssimo salário, ou a diferença entre estes é pelo menos consideravelmente reduzida¹⁵. Não é preciso comentar muito para notar que esta abordagem reduz os incentivos para [p.56] trabalhar com mais afinco, pois doravante não fará muita diferença – em termos de salário – se alguém trabalha diligentemente o dia todo ou perambula “enrolando” a maior parte do tempo. Então, sendo a desutilidade do trabalho um fato da vida, as pessoas irão progressivamente “enrolar”, e a renda média, que a todos parecia garantida, irá constantemente cair, em termos relativos. Portanto, esta técnica relativamente reforça a tendência em direção ao isolamento, à desilusão, ao cinismo, e *mutatis mutantis*, contribui para uma relativa redução na atmosfera geral de politização. A segunda abordagem tem um objetivo mais moderado de garantir uma renda mínima, a qual, embora normalmente conectada à renda média, é bem inferior a ela¹⁶. Isto também reduz o incentivo ao trabalho, desde que, com relação às pessoas que sejam apenas produtoras de renda marginal, cujos salários superem apenas levemente o mínimo, tenderão a reduzir o trabalho ou até mesmo parar de trabalhar, e ao invés, aproveitar mais o lazer, fixando-se à espera do salário mínimo. Por conseguinte, mais pessoas ainda irão cair abaixo da linha do salário mínimo, ou mais pessoas irão manter ou adquirir aquelas características às quais o pagamento de salários mínimos é agregado e

como consequência, novamente, a renda média à qual o salário mínimo está atrelado irá cair a um nível inferior do qual estava anteriormente, Todavia, obviamente, o incentivo a trabalhar é reduzido a um grau inferior sob o segundo esquema, quando comparado ao primeiro. Por outro lado, o segundo esquema conduzirá a um grau de politização relativamente maior (e menos de um isolamento resignado), porque, ao contrário do salário médio, o qual pode ser objetivamente conseguido, o nível ao qual um salário mínimo é fixado é completamente subjetivo, uma questão arbitrária, possibilitando assim uma particular tendência de vir a se tornar um assunto político permanente.

Indubitavelmente, o mais alto grau de politização ativa é alcançado quando o terceiro esquema distributivo é escolhido. Seu alvo, ganhando mais e mais proeminência para a democracia-social, é alcançar a igualdade de oportunidades¹⁷. A idéia é criar, por meio de medidas redistributivas, uma situação [p.57] em que a chance de qualquer um de alcançar alguma posição possível (renda) na vida é igual – precisamente tal como nas loterias, onde cada ticket tem a mesma probabilidade de ser vencedor ou perdedor - e, adicionalmente, possuir um mecanismo corretivo que ajude a retificar situações de “indesejada má sorte” (seja lá o que isto signifique) que possa vir a ocorrer no curso do jogo de chances em andamento. Tomada de forma literal, esta idéia é absurda: não há nenhum modo de igualar as oportunidades de alguém que viva nos Alpes com as de alguém que resida no litoral. Adicionalmente, parece muito claro que a idéia de um mecanismo corretivo seja simplesmente incompatível com a idéia de loteria. Ainda assim, é precisamente este alto grau de abstração e confusão que contribui para o apelo popular deste conceito. O que constitui uma oportunidade, o que faz uma oportunidade ser diferente ou ser a mesma, pior ou melhor, o quanto ou que tipo de compensação se faz necessária para igualar as oportunidades que admitidamente não possam ser igualadas em termos físicos (como no exemplo dos Alpes), o que venha a ser uma indesejada má sorte e o que venha a ser uma retificação, todas estas questões são completamente subjetivas. Elas são dependentes de avaliações subjetivas, e, mutantes como são, então existe – se de fato for aplicado o conceito de igualdade de oportunidades – uma reserva ilimitada de todos os tipos de demandas distributivas, para toda sorte de razões e para toda sorte de pessoas. Isto ocorre, em particular, porque a igualdade de oportunidades é compatível com demandas por diferenças em renda monetária ou em riqueza privada. A e B podem ter a mesma renda e ambos podem ser igualmente ricos, mas A pode ser negro, ou mulher, ou ter uma má visão, ou ser residente no Texas, ou ter dez filhos, ou não ter marido, ou ser maior de 65, enquanto B pode ser nada disso, mas alguma outra coisa, e então A pode argumentar que suas oportunidades de alcançar qualquer coisa na vida são diferentes, ou ainda mais, piores, que as de B, e que ele deveria de alguma forma ser compensado por isto, resultando que sua renda monetária, que antes era a mesma, agora seja diferente. B, por sua vez, poderia argumentar exatamente da mesma forma ao simplesmente reverter a [p.58] implícita avaliação de oportunidades. Como consequência, terá lugar um grau jamais visto de politização. Qualquer coisa parece propícia agora, e tanto produtores quanto não-produtores, os primeiros por motivos defensivos e os segundos por propósitos agressivos, serão orientados a gastar mais e mais tempo no papel de levantar, destruir e contestar demandas distributivas. Por conseguinte, certamente, esta atividade, assim como o engajamento em atividades recreativas, é não apenas completamente não-produtiva como também contrasta com o fim de gozar o lazer, implicando o gasto de mais tempo para o único propósito de interromper o gozo sossegado da riqueza produzida, assim como sua nova produção.

Não obstante, não é apenas a crescente politização estimulada (acima e além do normal do socialismo em geral) que acontece ao se promover a idéia de equalização de oportunidades. Há, mais uma vez, e esta é talvez uma das mais interessantes características do novo socialismo social-democrata, quando comparado com a sua tradicional forma marxista, um novo e diferente caráter resultante deste tipo de politização. Sob qualquer política de distribuição, deve haver pessoas que o apóiam e o promovem. Normalmente, embora não de forma exclusiva, isto é feito por aqueles que mais lucram com ela. Então, sob um sistema de equalização de renda e riqueza e também sob aquela política de salário mínimo, são principalmente os sem-posses^G os apoiadores da politização da vida social. Dado o fato que na média ocorre serem eles relativamente menos capazes intelectualmente, e em particular, verbalmente, o resultado para a política é a de sofrer uma grande carência intelectual, para dizer o mínimo. Colocado de forma mais enfática, a política tende a ser algo chato, taciturno e monótono, mesmo a um considerável número dos próprios sem-posses. Por outro lado, ao se adotar a idéia de equalização de oportunidades, as diferenças de renda monetária e de riqueza não apenas terão a permissão de existir, mas também tornar-se-ão bastante pronunciadas, provido que sejam justificáveis do ponto de vista das discrepâncias subentendidas na estrutura de oportunidades que as diferenças anteriores ajudam a compensar. Agora, neste quadro político os com-posses^H também podem participar. Como [p.59] matéria de fato, sendo estes os que, na média, comandam as habilidades verbais, e a tarefa de definir as oportunidades como melhores ou piores, sendo essencialmente um de seus poderes a retórica persuasiva, este é exatamente o papel que desempenham no jogo. Por conseguinte, os com-posses tornar-se-ão a força dominante capaz de sustentar o processo de politização. Progressivamente, serão pessoas destas camadas que se moverão para o topo da organização do partido socialista, e coerentemente, a aparência e a retórica dos políticos socialistas adotarão um formato diferente, ao tornarem-se mais e mais intelectualizados, ao mudarem de apelo e ao atraírem uma nova classe de apoiadores.

Com isto alcancei o estágio na análise do socialismo social-democrata onde apenas uns poucos retoques e observações são necessários para ajudar a ilustrar a validade das considerações teóricas acima. Embora não afetem a validade das conclusões alcançadas acima, dependendo exclusivamente da verdade das premissas e da correção das deduções, infelizmente não existe um caso quase perfeito, quase-experimental para ilustrar os feitos do socialismo social-democrata quando comparado com o capitalismo, assim como havéramos encontrado no caso das Alemanhas Oriental e Ocidental com respeito ao socialismo de tipo russo. Ilustrar este ponto envolveria uma comparação entre sociedades manifestamente diferentes onde o *ceteris* claramente não seja o *paribus* e então não seria mais possível casar ordenadamente certas causas com certos efeitos. Frequentemente, experiências no socialismo social-democrata simplesmente não perduraram o suficiente, ou foram interrompidas repetidamente por políticas que não poderiam ser classificadas como pertencentes ao socialismo social-democrata. Ou melhor, desde o início, elas foram misturadas com tais outras políticas tão diferentes – e mesmo inconsistentes – como resultado de compromissos políticos, que na verdade as diferentes causas e efeitos estão tão emaranhados entre si que nenhuma evidência ilustrativa veemente pode ser produzida para nenhuma tese de qualquer grau de especificidade.

^G No original em inglês, “no-haves”.

^H No original em inglês, “haves”.

Não obstante, algumas evidências existem, ainda que de uma qualidade um pouco mais dúbia. Primeiramente, no tocante a observações de âmbito global, a tese geral sobre empobrecimento relativo causado pelo socialismo redistributivista é ilustrado pelo fato que o padrão de vida é relativamente maior, e tem aumentado com o passar do tempo, nos Estados Unidos da América do que na Europa ocidental, ou, mais especificamente, que nos países da Comunidade Européia (CE). Ambas as regiões são aproximadamente comparáveis com respeito ao tamanho da população, diversidade étnica e cultural, tradição e herança, e também com respeito a recursos naturais, mas os Estados Unidos são comparativamente mais capitalistas e a Europa mais socialista. Qualquer observador neutro dificilmente falharia em observar este aspecto, como também pode ser indicado por tais índices globais tais como o dispêndio estatal como percentagem do PIB, o qual é aproximadamente 35 por cento nos Estados Unidos, quando comparado com os cerca de 50 por cento ou mais na Europa ocidental. Também se enquadra neste cenário o fato de que os países europeus (em particular a Grã-Bretanha) tenham exibido índices de crescimento econômico mais impressionantes no século dezenove, o qual tem sido descrito repetidamente pelos historiadores como sendo o período clássico do liberalismo, que no século vinte, o qual, em contraste, tem sido caracterizado pelo socialismo e estatismo. Da mesma forma, a validade da teoria é ilustrada pelo fato que a Europa ocidental tem sido sucessivamente ultrapassada em índices de crescimento econômico por alguns dos países do Pacífico, tal como Japão, Hong Kong, Cingapura e Malásia; e que os últimos, ao adotarem um rumo relativamente mais capitalista, tem alcançado neste período um padrão de vida muito maior que os países mais inclinados ao socialismo que começaram mais ou menos ao mesmo tempo com aproximadamente a mesma base de desenvolvimento econômico, tal como a Índia.

Voltando agora a observações mais específicas, temos as recentes experiências de Portugal, onde em 1974 o regime autocrático de socialismo conservadorista de Salazar (sobre este tipo de socialismo leia o próximo capítulo), [p.61] que manteve Portugal como um dos mais pobres países da Europa, foi substituído em uma revolução pelo socialismo redistributivista (com elementos de nacionalização), e onde desde então o padrão de vida tem caído até mais do que antes, literalmente tornando o país em uma região do terceiro mundo. Também temos a experiência socialista da França de Mitterrand, que produziu uma imediata deterioração da situação econômica, tão notável – sendo o mais óbvio um drástico aumento do desemprego e repetidas desvalorizações da moeda – que em menos de dois anos, uma aguda redução do apoio popular para o governo forçou uma reversão na política, quase cômica no tanto que significava uma completa negação do que apenas há algumas semanas atrás tinham sido defendidas sob as convicções mais profundas.

O exemplo mais instrutivo, contudo, pode novamente ser provido pela Alemanha e, desta vez, a Alemanha Ocidental¹⁸. De 1949 a 1966 existiu um governo liberal-conservador que mostrou um notável compromisso com os princípios de uma economia de mercado, mesmo embora que logo de início houvesse um considerável grau de elementos de socialismo-conservadorista misturados e que ganharam mais importância com o tempo. De qualquer forma, de todas as maiores nações européias, durante este período a Alemanha Ocidental foi, em termos relativos, definitivamente o país mais capitalista, e o resultado disto foi que se tornou a sociedade mais próspera de Europa, com índices de crescimento que ultrapassaram todos os de seus vizinhos. Até 1961, milhões de refugiados alemães, e em seguida milhões de trabalhadores estrangeiros dos países do sul da Europa integraram-se à sua economia em expansão, e

o desemprego e a inflação eram quase desconhecidas. Então, após um breve período de transição, de 1969 a 1982 (quase um mesmo período) prevaleceu um governo liberal-socialista social-democraticamente orientado. Ele elevou os tributos e as contribuições da seguridade social consideravelmente, aumentou o número de servidores públicos, alocou fundos de impostos adicionais nos programas sociais já existentes e criou outros novos, que de forma significativa aumentaram os gastos em todo tipo dos então chamados “bens públicos” [p.62], portanto, alegadamente “igualando oportunidades” e fomentando a “qualidade de vida” a todos. Por recorrer à política keynesiana de gastos deficitários e inflação descontrolada, os efeitos do aumento de recursos mínimos socialmente garantidos para os não-produtores às expensas dos produtores mais pesadamente tributados poderiam retardar-se por uns poucos anos (o mote da política econômica do então Chanceler Helmut Schmidt era “antes 5% de inflação do que 5% de desemprego”). Eles apenas viriam a se tornarem mais drásticos algum tempo depois, contudo, desde que a inflação descontrolada e expansão de crédito tinham criado - e prolongado - o superinvestimento, ou melhor, o mal-feito investimento, típico de uma bolha. Como resultado, não apenas havia muito mais que 5% de inflação, como também o desemprego subiu de forma brutal e alcançou 10 por cento. O crescimento do PIB foi se tornando cada vez mais lento até que, em termos atuais, caiu em termos absolutos durante os últimos poucos anos do período. Ao invés de ser uma economia em expansão, o número absoluto de pessoas empregadas decresceu; mais e mais pressão foi gerada sobre os trabalhadores estrangeiros para que saíssem do país e barreiras de imigração foram erguidas simultaneamente para níveis ainda mais altos. Tudo isto aconteceu enquanto a importância da economia informal cresceu vigorosamente.

Mas estes foram apenas os efeitos mais evidentes de um modelo econômico estritamente definido. Haveria outros efeitos de uma espécie diferente, os quais realmente seriam de uma importância mais duradoura. Com o novo governo socialista-liberal a idéia de equalização de oportunidades chegou à vanguarda ideológica. Como havia sido premeditado teoricamente, foi em particular a difusão oficial da idéia *mehr Demokratie wagen* (“risco mais democracia”) – inicialmente um dos mais populares slogans da nova era (Willy Brandt) – que levou a um grau de politização jamais visto. Toda sorte de demandas era levantada em nome da igualdade de oportunidades; e dificilmente havia qualquer esfera da vida, da infância à velhice, do lazer às condições de trabalho, que não fosse examinada intensivamente atrás de possíveis diferenças [p.63] com respeito a oportunidades definidas como relevantes que pudessem ser oferecidas a outras pessoas. Sem surpresa, tais oportunidades e tais diferenças eram encontradas constantemente¹⁹, e coerentemente, o reino da política aparentava expandir-se quase diariamente. “Não há nenhuma questão que não seja política” podia ser ouvida mais e mais frequentemente. Com o fim de se manter na frente desta evolução os partidos no poder tiveram de mudar, também. Em particular, os social-democratas, tradicionalmente um partido de colarinho azul, tiveram de desenvolver uma nova imagem. Com a idéia de equalização de oportunidades ganhando terreno, tornaram-se, progressivamente, como possível de ser previsto, o partido da *intelligentsia* (verbal), dos cientistas sociais e dos professores. E este “novo” partido, quase como que para provar o ponto em que um processo de politização há de ser apoiado principalmente por aqueles que possam obter algum ganho de seus esquemas distributivos e que o trabalho da definição das oportunidades é essencialmente arbitrário e uma questão de força retórica, tomou então como uma de suas preocupações principais canalizar as mais diversas energias políticas colocadas em movimento no campo da equalização, sobretudo, as oportunidades de educação. Em particular, eles “igualaram” as oportunidades para o ensino médio e superior, ao oferecer os serviços respectivos não

apenas de forma gratuita, mas também pagando a grandes grupos de estudantes para obter vantagem deles. Isto não somente aumentou a demanda por educadores, professores e cientistas sociais, cujos salários naturalmente adviriam dos tributos. Acresça-se a isto, de uma certa forma ironicamente, para um partido socialista - que argumentava que igualar as oportunidades educacionais implicaria uma transferência de renda dos ricos para os pobres - que ao levar a efeito um subsídio pago aos mais inteligentes às expensas de uma complementar redução na renda dos menos inteligentes e, à extensão que exista um maior número de inteligentes entre as classes média e alta que entre a classe baixa, este será um subsídio fornecido ao com-posses, pago pelos sem-posses²⁰. Como o resultado deste processo de politização, conduzido por um número cada vez maior de educadores pagos por impostos e ganhando influência sobre quantidades cada vez maiores de estudantes, lá emergiu (como previsto) uma mudança na mentalidade do povo. Progressivamente, passou a ser completamente normal satisfazer toda sorte de demandas pelo uso de meios políticos, e reclamar toda sorte de alegados direitos contra outras pessoas supostamente melhor situadas e suas propriedades; Adicionalmente, por uma geração inteira de pessoas crescendo durante este período, tornou-se cada vez menos natural pensar em melhorar de vida pelo esforço produtivo ou contratação. Então, quando a atual crise econômica, criada pela política redistributivista, veio à tona, as pessoas jamais estiveram tão pouco preparadas para vencê-la porque, com o passar do tempo, esta mesma política havia enfraquecido precisamente aqueles talentos e habilidades que agora seriam mais urgentemente requeridos. Suficientemente revelador, quando o governo socialista-liberal foi deposto em 1982, principalmente por causa de seu desempenho econômico obviamente miserável, ainda prevalecia a opinião que a crise deveria ser resolvida não pela eliminação das causas, ou seja, das excessivas provisões mínimas para não-produtores e não-contratantes, mas antes por outra medida redistributiva: por igualar de forma forçada o tempo de trabalho disponível para as pessoas empregadas e desempregadas. Ademais, em linha com este espírito o novo governo conservador-liberal de fato não fez mais do que diminuir a taxa de crescimento da tributação. [p.65]

Capítulo 5 - O Socialismo do Conservadorismo

Nos dois capítulos anteriores as formas de socialismo mais popularmente conhecidas e assim identificadas, e que são certamente derivadas, basicamente, das mesmas fontes ideológicas, foram discutidas: o socialismo de estilo russo, tal como mais obviamente representado pelos países comunistas do bloco oriental; e o socialismo social-democrata, com seus mais típicos representantes nos partidos socialistas e social-democratas da Europa Ocidental, e, em uma menor extensão, nos “*liberals*” dos Estados Unidos. As normas sobre propriedade jazentes sob seus esquemas políticos foram analisadas, e a idéia apresentou que se podem aplicar os princípios de propriedade do socialismo russo ou social-democrata em vários graus: pode-se socializar todos os meios de produção ou apenas uns poucos, e pode-se tributar e redistribuir quase toda a renda e quase todos os tipos de renda, como também se pode fazê-lo com apenas uma pequena parte de apenas alguns tipos de renda. Contudo, tal como demonstrado por meios teóricos e, menos rigorosamente, por meio de alguma evidência empírica ilustrativa, à extensão com que se decida aderir minimamente a estes princípios e não se abandona de uma vez por todas a noção de que os direitos de propriedade devam pertencer a não-produtores (não-usuários) e não-contratantes, um relativo empobrecimento será o resultado.

Este capítulo irá mostrar que o mesmo se aplica ao conservadorismo, porque este também é uma forma de socialismo. O Conservadorismo também produz empobrecimento, e tanto assim mais causará quanto mais resolutamente for aplicado. Todavia, antes de proceder a uma análise sistemática e detalhada das formas peculiares pelas quais o conservadorismo produz seus efeitos, seria apropriado dar uma rápida olhada na história, para melhor se entender por que o conservadorismo é de fato socialismo, e como ele se relaciona com as duas formas igualitaristas de socialismo anteriormente discutidas.

De grosso modo, antes do século dezoito, na Europa e [p.66] por todo o mundo, um sistema de “feudalismo” ou absolutismo, que era de fato feudalismo em uma escala maior, existiu¹. Em termos abstratos, a ordem social do feudalismo era caracterizada por um senhor regional que reclamava propriedade sobre algum território, incluindo todos os seus recursos e bens, e também muito freqüentemente de todos os homens que nele morassem, sem tê-los apropriado originalmente por meio do uso ou trabalho, e sem ter com eles nenhuma relação contratual. Ao contrário, o território, ou melhor, as suas várias partes e os bens neles havidos, eram ativamente ocupados, usados, e produzidos por diferentes pessoas antes dele (os “proprietários naturais”). As reivindicações de propriedade dos senhores feudais eram então derivadas de ar rarefeito. Portanto, a prática, baseada nestes alegados direitos de propriedade, de alugar a terra e outros fatores de produção aos proprietários naturais em troca de bens e serviços fixados unilateralmente pelo senhor feudal, tinha de ser aplicada contra a vontade destes proprietários naturais, pela força bruta e violência armada, com a ajuda de uma nobre casta de militares que eram recompensados pelo senhor feudal pelos seus serviços com a autorização de participar e compartilhar de seus métodos exploratórios e procedimentos. Para o homem comum sujeito a esta ordem, a vida significava tirania, exploração, estagnação econômica, pobreza, fome e desespero².

Como era de se esperar, havia resistência a este sistema. Todavia, bastante interessante (de uma perspectiva atual), é o fato de que não eram os camponeses quem

mais sofriam com a ordem existente, mas sim os mercadores e viajantes, que se tornaram os principais oponentes do sistema feudal. Ao comprarem a um preço menor em um lugar, para então viajarem e venderem a um preço mais alto em um lugar diferente, como faziam, resultava que sua subordinação a qualquer senhor feudal se tornasse relativamente enfraquecida. Eles formavam essencialmente uma classe de homens internacionais, atravessando as fronteiras dos vários territórios constantemente. Desta forma, para fazerem negócios eles requeriam um sistema legal estável e internacionalmente válido: um sistema de normas, validas em qualquer tempo e lugar, definindo propriedade [p.67] e contrato, o que facilitaria a evolução das instituições de crédito, bancos e seguros, essenciais a qualquer negócio comercial de grande escala. Naturalmente, isto causava um atrito entre os comerciantes e os senhores feudais, como os representantes de vários sistemas legais regionais e arbitrários. Os comerciantes tornaram-se os párias do feudalismo, permanentemente ameaçados e atacados pelas castas dos nobres militares que almejavam colocá-los sob seu controle³.

Para escapar desta ameaça os comerciantes eram forçados a se organizar e a auxiliarem-se mutuamente, estabelecendo pequenos entrepostos fortificados nas bordas dos centros do poder feudal. Como locais de extraterritorialidade parcial e ao menos parcial liberdade, eles logo atraíram um crescente número de camponeses que fugiam da exploração feudal e miséria econômica, fazendo crescer as cidades pequenas, promovendo o desenvolvimento de artesanato e negócios produtivos que não poderiam emergir nos arredores da exploração e instabilidade legal características da ordem feudal. Este processo era mais pronunciado onde os poderes feudais estavam relativamente fracos e onde o poder estava disperso entre um grande número de vários, bem menores, senhores feudais rivais entre si. Foi nas cidades do norte da Itália, nas cidades da liga hanseática e nas dos Flandres que o espírito do capitalismo por primeiro floresceu, e o comércio e a produção alcançaram seus maiores níveis⁴.

Porém, esta emancipação parcial das restrições e a destagnação do feudalismo foram apenas temporárias, e foram seguidas por reação e declínio. Isto se deveu em parte a fraquezas internas no movimento da própria nova classe de comerciantes. Ainda muito arraigada nas mentes dos homens estava o modo feudal de pensar com relação aos diferentes lugares consignados às pessoas, à subordinação e ao poder, e à ordem de ter de ser imposta aos homens por meio de coerção. Portanto, nos novos centros comerciais emergentes um novo conjunto de regulações não-contratuais e restrições – agora de origem “burguesa”, foi logo estabelecido: as “guildas”, que restringiam a livre competição, foram fundadas, e uma nova oligarquia mercante ergueu-se⁵. Mais importante, embora, que este processo reacionário [p.68] foi ainda um outro fato. Em seus esforços para livrá-los das intervenções exploratórias dos vários senhores feudais, os comerciantes tinham de procurar por aliados naturais. Compreensivelmente, eles encontraram tais aliados entre aquela classe de senhores feudais que, embora comparativamente mais poderosos que seus oponentes nobres, tinham o centro de seu poder a uma distância relativamente mais longa das cidades comerciais que procuravam assistência. Ao se alinharem com a classe dos comerciantes, eles buscavam estender seu poder além do atual alcance em detrimento dos outros senhores menores⁶. Para alcançar este objetivo eles primeiro garantiam certas isenções das obrigações “normais” que recaíam sobre os assuntos da ordem feudal aos prósperos centros urbanos, desta forma assegurando sua existência como lugares de liberdade parcial, e ofereciam proteção contra os outros poderes feudais das redondezas. Contudo, assim, que a coalizão lograsse sucesso em sua união de interesses para enfraquecer os senhores locais e o aliado feudal “estranho” das cidades mercantis tinha enfim estabelecido um poder real

para além de seu próprio território, ele ia adiante e estabelecia-se como um super poder feudal, ou seja, uma monarquia, com um rei que impunha suas próprias normas exploratórias sobre aqueles do então existente sistema feudal . O Absolutismo havia nascido; e não sendo mais do que feudalismo em uma escala maior, o declínio econômico novamente se estabeleceu, as cidades se desintegraram, e a estagnação e miséria retornaram⁷.

Não foi antes do fim do século dezessete e do início do século dezoito que, finalmente, o feudalismo veio a sofrer um verdadeiro ataque pesado. Desta vez o ataque foi mais severo, porque não era mais tão simplesmente uma iniciativa de homens práticos – os comerciantes - para garantir esferas de relativa liberdade com o fim de realizar negócios. Foi progressivamente uma batalha ideológica combatida contra o feudalismo. A reflexão intelectual nas causas do aumento e declínio do comércio e indústria que foram experimentados, e um estudo mais intensivo da lei Romana e em particular, da Lei Natural, as quais ambas haviam sido redescobertas no período da campanha dos comerciantes para desenvolver uma lei de comércio internacional [p.69] e justificá-la contra as reivindicações concorrentes da lei feudal tinham levado a uma compreensão mais sonora do conceito de liberdade, e de liberdade como um pré-requisito para a prosperidade econômica⁸. Assim que estas idéias, que culminaram com obras tais como “Dois Tratados sobre Governo”, de J. Locke, 1688, e “A Riqueza das Nações”, de A. Smith, 1776, espalharam-se e ocuparam as mentes de um círculo de pessoas fortemente em expansão, a velha ordem perdeu sua legitimidade. O velho modo de pensar em termos de ligações feudais gradualmente abriu o caminho à idéia de uma sociedade contratual. Finalmente, como expressões públicas desta mudança no estado de coisas na opinião pública, a Revolução Gloriosa de 1688 na Inglaterra, a Revolução Americana de 1776, e a Revolução Francesa de 1789 sucederam-se; e nada mais foi como antes depois que estas revoluções ocorreram. Elas provaram, de uma vez por todas, que a velha ordem não era invencível, e fisciaram novas esperanças para um futuro progresso no caminho que leva à liberdade e prosperidade.

O Liberalismo, como veio a ser chamado o movimento ideológico que trouxe estes eventos que sacudiram a terra, emergiu destas revoluções mais forte que nunca e tornou-se por cerca de mais que meio século a força ideológica dominante na Europa Ocidental. Foi o partido da Liberdade e da Propriedade Privada adquirida por ocupação e contrato, consignando ao Estado meramente o papel de garantidor destas normas naturais⁹. Com remanescentes do sistema feudal ainda em efeito em qualquer lugar, ainda que combalidos em sua fundação ideológica, foi o partido que representava uma sociedade contratualizada, liberalizada, desregulada, interna e externamente, ou seja, com respeito tanto à política doméstica quanto às relações internacionais. Sob as pressões das idéias liberais as sociedades européias tornaram-se progressivamente livres das restrições feudais, e por isto também se tornou o partido da Revolução Industrial, que foi causada e estimulada por este mesmo processo de liberação. O desenvolvimento econômico estabeleceu-se a um passo nunca antes experimentado pela humanidade. A indústria e o comércio floresceram e a formação e acumulação [p.70] de capital alcançaram novas alturas. Ainda que o padrão de vida não tenha melhorado imediatamente para todos, tornou-se possível apoiar um número crescente de pessoas - pessoas que – somente uns poucos anos antes – sob o feudalismo, morreriam de fome por causa da falta de prosperidade econômica, e que poderiam agora sobreviver. Adicionalmente, com o crescimento da população crescendo abaixo do crescimento de capital, agora qualquer um poderia realisticamente manter a esperança de que aumentar os padrões de vida estava bem perto da próxima esquina¹⁰.

É em direção contrária a esta retrospectiva da história (aproximadamente simplificado, obviamente, como foi apresentado) que o fenômeno do conservadorismo como uma forma de socialismo e sua relação com as duas versões de socialismo originadas no Marxismo deve ser vista e compreendida. Todas as formas de socialismo são respostas ideológicas aos desafios postos pelo avanço do liberalismo; mas suas posições tomadas contra o liberalismo e o feudalismo – a velha ordem que o liberalismo ajudou a destruir – diferem consideravelmente. O avanço do liberalismo havia estimulado uma mudança social a um passo, a uma extensão, e em variações não antes ouvidas. A liberação da sociedade significava que, progressivamente, poderiam manter uma dada posição social, uma vez adquirida, somente as pessoas que produzissem mais eficientemente para as necessidades mais urgentes dos consumidores voluntários com o mínimo custo possível, e por acomodarem-se exclusivamente em relações contratuais com respeito à aquisição de fatores de produção e em particular, do trabalho. sob esta pressão, os impérios mantidos unicamente pela força entraram em colapso. Como as demandas dos consumidores às quais a estrutura de produção passou cada vez mais a ter de se adaptar (e não vice-versa) estavam mudando constantemente, e o nascimento de novos empreendimentos tornou-se cada vez menos regulado (tanto quanto isto foi o resultado da apropriação originária e/ou contrato), a posição de ninguém mais na hierarquia de renda e riqueza estava garantida. Ao contrário, para cima e para baixo, a mobilidade social cresceu significativamente, porque nem os donos dos fatores particulares, nem os dos serviços laborais, estavam mais imunes às respectivas [p.71] mudanças de demanda. Não havia mais a garantia de preços estáveis ou de uma renda estável¹¹.

O velho marxismo e o novo socialismo social-democrata são as crescentes respostas igualitaristas a este desafio de mudanças, incerteza e mobilidade. Tal como o liberalismo, eles bradam pela destruição do feudalismo e o avanço do capitalismo. Deram-se conta que foi o capitalismo que libertou o povo dos laços feudais exploratórios e produziu enormes melhorias na economia; e eles entendem que o capitalismo e o desenvolvimento das forças produtivas, por ele trazido, foi uma etapa positiva e necessária no caminho em direção ao socialismo. O Socialismo, assim concebido, compartilha os mesmos objetivos do liberalismo: liberdade e prosperidade. Todavia, o socialismo supostamente ultrapassa as conquistas do liberalismo ao suplantar o capitalismo – a anarquia da produção dos competidores privados que causa a já mencionada mudança, mobilidade, incerteza e agitação no tecido social – como seu mais alto estágio de desenvolvimento de uma economia racionalmente planejada e coordenada que evita que as incertezas derivadas desta mudança sejam sentidas em um nível individual. Desafortunadamente, obviamente, assim como os dois últimos capítulos suficientemente têm demonstrado, esta é, antes, mais uma idéia confusa. Porque é precisamente por fazer os indivíduos insensíveis à mudança, por meio de medidas redistributivas, que o incentivo a adaptar-se rapidamente a qualquer mudança futura é jogado fora e, por conseguinte, o valor dos bens produzidos, em termos de avaliações dos consumidores, irá cair. Ademais, é precisamente porque um plano substitui os vários outros aparentemente descoordenados que a liberdade individual se reduz, e, *mutatis mutantis*, o governo por um homem sobre os outros aumenta.

O Conservadorismo, em outra mão, é a resposta anti-igualitarista e reacionária às mudanças dinâmicas postas em movimento por uma sociedade liberada. É anti-liberal e, antes de reconhecer os feitos do liberalismo, tende a idealizar e glorificar o antigo sistema de feudalismo como ordeiro e estável¹². Como um fenômeno pós-revolucionário, ele não advoga necessariamente e completamente [p.72] um retorno ao

antigo *status quo* pré-revolucionário e aceita determinadas mudanças, ainda que pesadamente, como irreversíveis. Porém, é uma grande reviravolta quando as antigas potências feudais que perderam os seus estados, no todo ou em parte, para os donos naturais no curso do processo de liberalização, conseguem restabelecer-se às suas antigas posições, e definitivamente e abertamente propagam a conservação do *status quo*, i.e., uma dada distribuição, altamente desigual, da propriedade, riqueza e renda. Sua idéia é parar ou frear as permanentes mudanças e processos de mobilidade trazidos à tona pelo liberalismo e o capitalismo tão completamente quanto possível e, ao invés, recriar um sistema social estável e ordeiro no qual qualquer um mantenha-se inalteravelmente na posição que o passado tenha lhe consignado¹³.

Para alcançar tal desiderato, o conservadorismo deve advogar, e de fato o faz, a legitimidade dos meios não contratuais de aquisição e retenção da propriedade e a renda dela derivada, desde que foi precisamente a confiança exclusiva nas relações contratuais que causou a aguda permanência de mudanças na distribuição relativa de renda e de riqueza. Tal como o feudalismo permitia a aquisição e manutenção da propriedade e riqueza por meio da força, então o conservadorismo ignora se o povo tem ou não adquirido ou mantido sua dada renda e riqueza por meio de apropriação original e contrato. Contrariamente, o conservadorismo considera apropriado e legítimo para uma classe de proprietários já estabelecidos o direito de barrar qualquer mudança social que estes venham a considerar como uma ameaça à posição relativa que ocupam na hierarquia social de renda e riqueza, mesmo que os vários donos-usuários individuais dos vários fatores de produção não tenham contratado isto sob nenhum acordo de tal natureza. O conservadorismo, portanto, deve ser classificado como o herdeiro ideológico do feudalismo. O feudalismo, por sua vez, deve ser descrito como o socialismo aristocrático (o que deverá ficar suficientemente mais claro a partir da caracterização acima), portanto deve o conservadorismo ser considerado como o socialismo do regime burguês. O liberalismo, ao qual são respostas ideológicas ambas as versões de socialismo, a igualitarista e a conservadora [p.73], alcançou o ápice de sua influência por volta de meados do século dezenove. Provavelmente seus últimos grandes feitos foram a revolta contra as leis sobre cereais (“Corn Laws”), na Inglaterra de 1846, levada a efeito por R. Cobden, J. Bright e a liga que se formou contra a lei dos cereais, e as revoluções de 1848 da Europa Continental. Portanto, devido às fraquezas internas e inconsistências na ideologia do liberalismo¹⁴, as dissensões e a divisão causadas pelas aventuras imperialistas das nações-estado, e “*last but not least*” por causa do apelo que as diferentes versões do socialismo com suas várias promessas de segurança e estabilidade tiveram e ainda têm para um público arraigado a uma generalizada rejeição pela mudança dinâmica e mobilidade¹⁵, o declínio do liberalismo se estabeleceu. O Socialismo progressivamente o suplantou como uma força ideológica dominante, por conseguinte revertendo o processo de liberalização e mais uma vez impondo mais e mais elementos não contratuais na sociedade¹⁶. Em diferentes lugares e épocas, diferentes tipos de socialismo encontraram apoio na opinião pública em diferentes níveis, de tal forma que hoje traços de todos eles podem ser encontrados, coexistindo em níveis diferentes em todos os lugares e compondo seus respectivos efeitos de empobrecimento no processo de produção, na manutenção da riqueza, e na formação do caráter. Entrementes, é a influência do socialismo conservador, em particular, que deve ser ressaltada, especialmente porque tem sido freqüentemente subestimado ou sobrevalorizado. Se hoje as sociedades da Europa ocidental podem ser descritas como socialistas, isto se deve muito mais à influência do socialismo do conservadorismo do que o das idéias igualitaristas. É o modo peculiar com que o conservadorismo exerce sua influência, todavia, que explica porque freqüentemente não

é reconhecido. O Conservadorismo não apenas molda a estrutura social por meio de emissão de políticas; especialmente nas sociedades tais como as européias, onde o passado feudal nunca fora completamente sacudido, mas, ao contrário, onde um grande número de remanescentes feudais sobreviveu mesmo no pico do liberalismo, uma ideologia tal como o conservadorismo também tem exercido sua influência, de forma bem discreta, ao simplesmente manter o *status quo* e deixando as coisas continuarem a serem feitas de acordo [p.74] com as antigas tradições. Quais são então os elementos conservadores específicos nas sociedades atuais, e como elas produzem o empobrecimento relativo? Com esta questão, voltamos à análise sistemática do conservadorismo e seus efeitos econômicos e sócio-econômicos. Uma caracterização abstrata das normas sobre propriedade sublinha o conservadorismo e uma descrição destas normas em termos da teoria natural da propriedade será novamente o ponto de partida. Há duas destas regras. A primeira, o socialismo conservador, assim como o socialismo social-democrata, não incrimina¹ a propriedade privada. Pelo contrário: tudo – todos os fatores de produção e todo o patrimônio usado de forma não-produtiva – podem, em princípio, serem privatamente apropriados, vendidos, comprados, alugados, com a exceção – novamente – apenas em tais áreas como educação, tráfico, banco central, comunicação, e seguros. Todavia, secundariamente, nenhum proprietário possui *toda* a sua propriedade e toda a renda que pode ser auferida de sua utilização. Antes, parte dela pertence à sociedade dos atuais proprietários e recipientes de renda, e a sociedade tem o direito de distribuir a renda e a riqueza, presentes e futuras, aos seus membros individuais de tal modo que a antiga e relativa distribuição de renda e riqueza sejam preservadas. Da mesma forma, também é direito da sociedade determinar a extensão da renda e da divisão de riqueza a serem administradas, e o que exatamente é necessário para preservar uma dada renda e distribuição de riqueza¹⁷.

Da perspectiva da teoria natural da propriedade, o arranjo que o conservadorismo faz da propriedade novamente implica uma agressão contra os direitos dos donos naturais. Os donos naturais das coisas podem fazer o que quiserem com elas, tanto quanto não mudem, sem consentimento, a integridade física da propriedade de qualquer outra pessoa. Isto implica, em particular, seu direito a mudar a sua propriedade ou de alocá-la em diferentes usos de forma a se adaptar antecipadamente às mudanças de demanda e assim preservar ou possivelmente incrementar o seu valor; também isto lhes dá o direito de colher privatamente os benefícios do valor acrescido da propriedade que resultam das mudanças de demanda não-previstas – de mudanças, [p.75] que lhes trouxeram sorte, dado que eles não as previram ou provocaram. Contudo, ao mesmo tempo, desde que, de acordo com a teoria natural da propriedade, qualquer dono natural está apenas protegido contra a invasão física e a aquisição e transferência de títulos de propriedade sob a forma não-contratual, resulta também que qualquer um, de forma constante e permanente corre o risco de, por meio de mudanças na demanda ou das ações que outros proprietários venham a realizar com as suas propriedades, ver o valor da sua propriedade cair abaixo do nível em que antes se encontrava. De acordo com esta teoria, contudo, ninguém possui o *valor* de sua propriedade e, portanto, ninguém, em qualquer tempo, tem o direito de preservar e restabelecer o valor de sua propriedade. Comparativamente, o conservadorismo busca precisamente tal preservação ou restabelecimento do valor e sua relativa distribuição. Entretanto, isto só se torna possível, obviamente, se a redistribuição na consignação dos títulos de propriedade tiver lugar. Desde que o valor da propriedade de ninguém depende exclusivamente da realização de suas próprias ações com a sua propriedade,

¹ No inglês, “outlaw”, colocar fora da lei, declarar ilegal.

mas também, e inescapavelmente, das ações de outras pessoas realizadas com os meios escassos sob o controle delas (e além delas, de outros), se uma pessoa ou um grupo de pessoas quiser preservar o valor presente das suas propriedades, seria necessário que possuíssem de direito todos os meios escassos (muito além daqueles realmente controlados ou utilizados por esta pessoa ou grupo). Mais além, este grupo deve literalmente possuir os corpos de todas as pessoas, já que o uso que uma pessoa faz de seu próprio corpo pode também influenciar (aumentar ou diminuir) o valor das propriedades existentes. Então, de modo a alcançar o objetivo do conservadorismo, uma redistribuição dos títulos de propriedade deve ocorrer à revelia das pessoas donas-usuárias dos recursos escassos para as pessoas que, quaisquer que tenham sido seus méritos como produtores no passado, na verdade não usam ou adquirem contratualmente aquelas coisas cuja utilização tinha ocasionado a mudança na dada distribuição de valor.

Com este entendimento, a primeira conclusão com respeito aos efeitos econômicos gerais do conservadorismo está na mão: com os donos naturais das coisas total ou parcialmente expropriados em favor dos não usuários, não-produtores [p.76] e não-contratantes, o conservadorismo elimina ou reduz o incentivo aos primeiros para fazerem algo sobre o valor da propriedade existente e adaptá-las às mudanças na demanda. Os incentivos para se estar atento e se antecipar às mudanças na demanda, para rapidamente ajustar a propriedade existente e usá-la de uma forma consistente com tais circunstâncias modificadas, a aumentar os esforços produtivos, e para poupar e investir são reduzidos assim que os possíveis ganhos de tal comportamento não podem mais ser privativamente apropriados, mas serão socializados. *Mutatis mutantis*, aumenta o incentivo para não se fazer nada que venha a evitar o permanente risco de queda do valor de propriedade abaixo de seu nível presente, tanto quanto as possíveis perdas de tal postura não tenham mais de ser privativamente apropriados, mas antes, serão também socializadas. Portanto, desde que todas estas atividades - a prevenção do risco, o acompanhamento, a adaptabilidade, o trabalho e a poupança - são custosas e requerem o uso de tempo e possivelmente outros recursos escassos, ao mesmo tempo em que poderiam ser usadas em meios alternativos (como por exemplo, em lazer e consumo), haverá menos das antigas atividades e mais das últimas, e como consequência o padrão geral de vida irá cair. Portanto, é de se concluir que o objetivo conservadorista de preservar o valor presente e a distribuição de valor existente entre diferentes indivíduos pode apenas ser alcançada às expensas de uma relativa queda no valor geral dos novos produtos produzidos e na manutenção dos já existentes, ou seja, uma redução na riqueza social.

Provavelmente agora tem se tornado mais aparente que do ponto de vista da análise econômica, haja uma estrita similaridade entre o socialismo do conservadorismo e o socialismo social-democrata. Ambas as formas de socialismo envolvem uma redistribuição dos títulos de propriedade retirando-os dos produtores/contratantes, em prol dos não produtores/não contratantes, e ambos, portanto, separam o processo de produção e contratação da verdadeira aquisição de renda e riqueza. Ao fazê-lo, ambos fazem da aquisição de renda e riqueza uma questão política - uma questão que, no curso da qual, uma pessoa ou um grupo [p.77] impõe sua vontade com respeito ao uso dos meios escassos sobre a vontade de outros, recalcitrantes; ambas as versões do socialismo, embora em princípio reivindicuem a propriedade de toda a renda e riqueza produzida em favor dos não-produtores, permitem que seus programas sejam implementados de um modo gradual e levado a efeito em vários graus; e ambos, como

consequência de tudo isto, devem, à extensão que a política respectiva é certamente implementada, levar ao relativo empobrecimento.

A diferença entre conservadorismo e o que tem sido denominado como socialismo social-democrata repousa exclusivamente no fato de que eles apelam a pessoas diferentes ou a diferentes sentimentos nas mesmas pessoas sobre aquilo que as levem a preferir um modo diferente pelo qual a renda e a riqueza extraídas extra-contratualmente dos produtores sejam redistribuídas aos não-produtores. O socialismo redistributivista consigna renda e riqueza a não-produtores, independentemente de seus méritos passados como donos da riqueza e recipientes da renda, ou mesmo tenta erradicar as possíveis diferenças. O conservadorismo, em outra mão, aloca renda a não-produtores de acordo com seu passado, renda desigual e posição da riqueza e busca estabilizar a existente distribuição de renda e as existentes diferenças de renda¹⁸. A diferença é então meramente do tipo social-psicológico: ao favorecer diferentes padrões de distribuição, eles garantem privilégios a diferentes grupos de não-produtores. O socialismo redistributivista favorece particularmente os sem-posses entre os não-produtores, e especialmente põe em desvantagem os com-posses entre os produtores; e, de acordo com isto, tende a encontrar seus apoiadores, na maioria, entre os primeiros e seus inimigos entre os últimos. O Conservadorismo garante vantagens especiais aos com-posses entre o grupo de não-produtores e, portanto, tende a encontrar seus defensores principalmente nas fileiras do primeiro e espalhar o desespero, a desesperança e o ressentimento entre o último grupo de pessoas.

Contudo, embora seja verdadeiro que ambos os sistemas de socialismo sejam muito similares [p.78] sob um ponto de vista econômico, a diferença entre eles com respeito às suas bases sócio-psicológicas ainda provoca um impacto sobre suas respectivas economias. Na verdade, este impacto não afeta os efeitos de empobrecimento geral resultantes da expropriação dos produtores (tal como descrito acima), o que ambos têm em comum. Ao contrário, influencia as escolhas que o socialismo social-democrata, em uma mão, e o conservadorismo, em outra, fazem entre os específicos instrumentos ou técnicas disponíveis para alcançar seus respectivos objetivos distribucionais. A técnica favorita do socialismo social-democrata é a tributação, tal como descrita e analisada no capítulo precedente. O Conservadorismo também pode usar este instrumento, logicamente, e certamente deve fazê-lo em certa extensão, senão ao menos para financiar a imposição de suas políticas. Todavia, a tributação não é a sua técnica predileta, e a explicação para isto deve ser encontrada na sócio-psicologia do conservadorismo. Dedicada à preservação de um *status quo* de posições de renda, riqueza e status desiguais, a tributação é simplesmente muito progressiva como um instrumento para alcançar objetivos conservadores. Recorrer à tributação significa que se permite que as mudanças na distribuição de riqueza e renda ocorram primeiro, e somente depois então de ganharem existência, retificam-se as coisas novamente e restaura-se a velha ordem. Entretanto, proceder deste modo não apenas pode gerar maus sentimentos, particularmente entre aqueles que por meio de seus próprios esforços têm ultimamente melhorado sua posição relativa por primeiro e são então cortados de volta novamente, mas também, ao deixar o processo ocorrer e então tentar desfazê-lo, o conservadorismo enfraquece sua própria justificação, ou seja, sua razão de que é legítima uma dada distribuição de renda e riqueza porque esta é uma daquelas que sempre têm sido efetivadas. Então, o conservadorismo prefere, em primeiro lugar, que as mudanças não ocorram, e prefere usar medidas políticas que prometam fazê-las, ou antes, que prometam ajudar a fazer tais mudanças menos aparentes.

Há três tipos gerais de medidas políticas: controle de preços, regulações e controle de comportamento, todos os quais, para se estar certo, são medidas socialistas [p.79], como o são a tributação, mas todos estes, de forma suficientemente interessante, têm geralmente sido negligenciados para a finalidade de se avaliar o seu grau geral de socialismo nas várias sociedades, assim como a importância da tributação, por sua vez, tem sido exaustivamente avaliada¹⁹. Discutirei estes esquemas políticos conservadores adiante.

Qualquer mudança de preços (relativa) evidentemente causa mudanças na posição relativa das pessoas como fornecedoras dos respectivos bens ou serviços. Então, com o fim de fixar suas posições, observar-se-ia que tudo o que seria necessário era congelar os preços – esta é a lógica conservadora para a introdução do controle de preços. Para checarmos a validade desta conclusão, os efeitos econômicos do controle de preços precisam ser examinados²⁰. Para começarmos, assumimos que um seletivo controle de preços para um produto ou um grupo de produtos tenha sido decretado e que o mercado de preços atual tenha sido regulado de tal forma que por um preço acima ou abaixo não possa ser vendido o produto. Agora, tanto quanto o preço fixo seja igual ao preço de mercado, o controle de preços será simplesmente inócuo. Os efeitos peculiares do controle de preços podem somente ocorrer quando esta identidade não mais exista. Como qualquer controle de preços não elimina as causas que levariam às mudanças de preços, mas simplesmente decretam-nas, desprezando-lhes qualquer atenção, tais mudanças ocorrem logo que ocorram quaisquer modificações na demanda, por qualquer razão. Caso a demanda aumente (e os preços, caso não houvesse controle, subiriam com ela), então os preços fixados tornam-se um efetivo *preço máximo*, ou seja, um preço acima do qual é ilegal vender. Se a demanda diminui (e os preços, sem controles, cairiam), então os preços congelados tornam-se efetivamente um *preço mínimo*, ou seja, um preço abaixo do qual se torna ilegal vender²¹.

A consequência da imposição de um preço máximo é uma excessiva demanda pelos bens fornecidos. Nem todos os que desejam comprar pelo preço fixado podem fazê-lo. Tal desabastecimento perdurar-se-á tanto quanto não se permita que os preços aumentem com a demanda, e então, nenhuma possibilidade existe para os [p.80] produtores (que assumidamente já estivessem produzindo a um ponto em que os custos marginais, isto é, os custos de produzir a última unidade do produto em questão, igualam-se à receita marginal) direcionarem recursos adicionais para a linha de produção específica, de modo a então aumentar a produção sem incorrerem em perdas. Filas, racionamento, favoritismo, ágio e mercado negro tornar-se-ão características permanentes da vida. Os desabastecimentos e outros efeitos colaterais irão até mesmo aumentar, tanto quanto a demanda em excesso pelos bens com preços controlados derramar-se sobre todos os outros bens não-controlados (em particular, obviamente, sobre os substitutos), aumentando seus preços (relativos), e desse modo criando um incentivo adicional para mover os recursos das linhas de produção de bens com preços controlados para as de preços não-controlados.

Com a imposição de um preço mínimo, ou seja, de um preço acima do potencial mercado de preços e abaixo do qual a venda torna-se ilegal, *mutatis mutantis*, produz-se um excesso de oferta sobre a demanda. Haverá uma superabundância de bens produzidos que simplesmente não pode encontrar compradores. Além disso, novamente: esta superabundância irá continuar enquanto não seja permitido diminuir os preços de acordo com a redução na demanda pelo produto em questão. Lagos de leite e vinho, montanhas de manteiga e grãos, apenas para citarmos alguns exemplos, irão se desenvolver e crescer; e assim que a capacidade de armazenagem se esgote será

necessário repetidamente destruir o excesso da produção (ou, como alternativa, pagar aos produtores para não produzirem mais o excedente). A produção do excedente será agravada pelo fato de que o preço artificialmente alto atrairá até mesmo um maior investimento de recursos a este campo particular, o qual então irá faltar em outras linhas de produção onde haja no presente uma maior necessidade por eles (em termos de demanda de consumo), e onde, por conseqüência, os preços dos produtos irão aumentar.

Preços máximos ou mínimos, em qualquer caso os controles de preços irão resultar em relativo empobrecimento. Sob qualquer circunstância eles levarão a uma situação em que haja uma superabundância de recursos (em termos de demanda de consumo) alocados em linhas de produção de reduzida importância e uma insuficiência de recursos disponível em linhas [p.81] de maior relevância. Os fatores de produção não mais poderão ser alocados de modo que as mais urgentes necessidades sejam satisfeitas por primeiro, as subseqüentes em segundo lugar, etc., ou, mais precisamente, de modo que a produção de um produto não se estenda acima (ou reduza-se abaixo) do nível ao qual a utilidade do produto marginal desça abaixo (ou permaneça acima) da utilidade marginal de qualquer outro produto. Ademais, a imposição de controle de preços significa que as necessidades menos urgentes serão satisfeitas às expensas da redução da satisfação das necessidades mais urgentes, e isto significa dizer nada mais que o padrão de vida irá diminuir. Que as pessoas desperdiçem seu tempo debatendo-se por bens porque estes estão sob um suprimento artificialmente baixo ou que tais bens sejam rejeitados porque estão mantidos por um suprimento artificialmente alto, são apenas os sintomas mais óbvios desta reduzida riqueza social.

Entretanto, isto não é tudo. A precedente análise também revela que o conservadorismo não pode nem mesmo alcançar seu objetivo de estabilidade distributiva por meio do controle parcial de preços. Com preços apenas parcialmente controlados, distorções na renda existente e posição da renda ainda devem ocorrer, dado que os produtores das linhas de produção não controladas ou das linhas de produção com controle de preços mínimos serão favorecidos às expensas daqueles cujas linhas de produção são controladas, ou submetidos a produtos com preços máximos. Portanto, continuará a haver um incentivo para os produtores individuais cambarem as suas respectivas linhas de produção para outras, mais lucrativas, com a conseqüência que as diferenças de acompanhamento do mercado e a habilidade de se antecipar e implementar tais mudanças lucrativas virão à tona e resultarão em distorções na ordem estabelecida. O Conservadorismo, então, se está de fato comprometido em sua dedicação em manter o *status quo*, será orientado a constantemente alargar o círculo de bens sujeitos ao controle de preços até um ponto que não poderá mais parar até que alcance algo perto de um completo controle ou congelamento de preços²². Somente se os preços de todos os bens e serviços, tanto de capital quanto de consumo, forem congelados até um dado nível, e o processo de produção for então completamente separado da demanda – ao invés de desconectar [p.82] a produção e a demanda a apenas uns poucos pontos ou setores sob um controle parcial de preços – parecerá ser possível preservar completamente uma ordem distributiva existente. Sem surpresa, embora, o preço a ser pago por tal conservadorismo levado às últimas conseqüências seja ainda maior que aquele de preços apenas parcialmente controlados²³. Com um controle de preços generalizado, a propriedade privada sobre os meios de produção está, de fato, abolida. Ainda pode haver proprietários privados nominalmente, mas o direito de determinar o uso de sua propriedade e de engajá-la em qualquer troca contratual que seja considerada benéfica está perdido completamente. A conseqüência imediata desta silenciosa expropriação dos produtores será uma redução na poupança e no

investimento e, *mutatis mutandis*, um aumento no consumo. Dado que ninguém mais pode cobrar o preço do fruto do trabalho pelo que o mercado poderia suportar, há simplesmente uma razão a menos para trabalhar. Além disso, como os preços são fixos, independentemente do valor que os consumidores atribuam aos produtos em questão, há uma razão a menos para se preocupar com a qualidade do tipo particular de trabalho ou produto que ainda forneça ou produza, e então a qualidade de cada um e de todos os produtos irá cair.

Todavia, bem mais importante que isto é o empobrecimento que resulta do caos alocaional criado pelo controle universal de preços. Enquanto todos os preços dos produtos, incluindo aqueles de todos os fatores de custos e, em particular, do trabalho são congelados, a demanda pelos vários produtos ainda muda constantemente. Sem o controle de preços, estes seguiriam a direção desta mudança e, portanto, criariam um incentivo para a mudança constante das linhas de produção menos valiosas para as mais valiosas. Sob o controle universal de preços, este mecanismo está completamente destruído. Caso aumente a demanda por um produto, um desabastecimento irá se desenvolver, dado que os preços são proibidos de subirem, e então, devido ao fato de que a lucratividade de produzir um produto em particular não tem sido alterada, nenhum fator de produção adicional será atraído. Como consequência, o excesso de demanda, não satisfeito, irá espalhar-se sobre outros produtos, aumentando [p.83] a demanda por eles acima do nível que de outro modo seria estabelecido. Todavia, aqui novamente, não se permite que os preços subam com a demanda aumentada, e novamente um desabastecimento irá ocorrer. Continuando, o processo de mudança da demanda pelos produtos mais urgentemente procurados para os de secundária importância, e destes para produtos de relevância ainda menor, desde que, de novo, a intenção de comprar de nem todos seja satisfeita, irá se repetir continuamente. Finalmente, quando não haja mais alternativas acessíveis e o papel-moeda que o povo ainda tenha em mãos para gastar guarde um valor intrínseco menor que até mesmo o mais barato produto disponível para venda, o excesso de demanda irá espalhar-se por todos os produtos cuja demanda tinha originalmente declinado. Então, mesmo naquelas linhas de produção onde uma abundância havia emergido como consequência do declínio da demanda, mas onde a correspondente queda de preços não era permitida, as vendas irão novamente subir como consequência da demanda insatisfeita em qualquer outro lugar na economia; a despeito do preço fixado artificialmente alto, os excessos de produção tornar-se-ão vendáveis; e com a lucratividade então restaurada, mesmo aqui uma emigração de capitais será evitada.

A imposição de um controle generalizado de preços significa que o sistema de produção tornou-se completamente independente das preferências dos consumidores, para cuja satisfação a produção era até então realmente direcionada. Os produtores podem produzir qualquer coisa e os consumidores não terão outra escolha a não ser comprá-la, qualquer que seja. Consoante, qualquer mudança na estrutura de produção que seja feita ou ordenada para ser feita sem a ajuda oferecida pelos preços livremente flutuantes não é nada senão vagar nas trevas, substituindo um rol arbitrário de bens oferecidos por outro igualmente arbitrário. Simplesmente não há mais conexão entre a estrutura de produção e a estrutura de demanda. No âmbito da experiência do consumidor isto significa, como bem descrito por G. Reisman, "...alagar as pessoas com camisetas, enquanto fazê-las descalças; ou inundá-las com sapatos enquanto fazê-las sem camisas; de dar-lhes enormes quantidades de papel para escrita, mas nenhuma caneta ou tinta, ou [p.84] vice-versa; ...certamente de dar-lhes qualquer combinação absurda de bens." Contudo, obviamente, "...meramente dando aos consumidores

combinações desequilibradas de bens é em si mesmo equivalente a um maior declínio na produção, porque isto representa justamente um tanto de uma perda em bem-estar humano”²⁴. O padrão de vida não depende simplesmente de alguma quantidade física de produção total; depende muito mais da própria distribuição ou proporção dos vários fatores de produção específicos para a produção de uma composição bem equilibrada de uma variedade de bens de consumo. O controle universal de preços, como a “*ultima ratio*” do conservadorismo, evita que uma bem distribuída composição seja alcançada. Uma ordem e estabilidade são apenas aparentemente criadas; na verdade elas são um meio de criação de um caos alocacional e arbitrariedade e, portanto, drasticamente reduzem o padrão geral de vida.

Em adição, e isto leva à discussão sobre o segundo instrumento político conservador, ou seja, as regulações, mesmo que os preços sejam totalmente controlados, isto pode somente garantir uma ordem existente de renda e distribuição de riqueza se for assumido irrealisticamente que os produtos, tais como seus produtores, são “estacionários”. Mudanças na ordem existente não podem ser reguladas, embora, se houver novos e diferentes bens produzidos, novas tecnologias para a produção sejam desenvolvidas, ou apareçam no mercado novos produtores. Tudo isto levaria a rupturas na ordem existente, dado que os produtos, tecnologias e produtores antigos, sujeitos como são ao controle de preços, iriam então ter de competir com novos e diferentes produtos e serviços (os quais, pelo só fato de serem novos, ainda não teriam tido seus preços controlados), e eles provavelmente perderiam alguma parcela de sua distribuição de renda estabilizada para os novatos no curso desta competição. Para compensar tais distorções, o conservadorismo poderia uma vez mais fazer uso da tributação, e certamente o faz em certa extensão. Contudo, deixar as inovações ocorrerem primeiro sem impedimento e então tributar os ganhos dos inovadores para assim resgatar a velha ordem é, como já explicado, um instrumento muito progressivo para uma política [p.85] conservadorista. O conservadorismo prefere as regulações como meio de prevenir ou frear as inovações e as mudanças sociais que elas acarretam.

O mais drástico modo de regular o sistema de produção seria simplesmente proibir qualquer inovação. Tal política, note-se, tem os seus aderentes entre aqueles que reclamam do “consumismo” dos outros, ou seja, sobre o fato que hoje existam tantos bens e serviços no mercado, e que desejam congelar ou mesmo reduzir esta atual diversidade. Também, e por razões levemente diferentes, entre aqueles que querem congelar a atual tecnologia de produção com o medo que as inovações tecnológicas, como dispositivos que poupam mão-de-obra, “destruíssem” os empregos (existentes). Entretanto, uma proibição completa de toda mudança inovadora dificilmente tem sido tentada seriamente – talvez com a recente exceção do regime de Pol Pot – devido a uma falta de apoio na opinião pública que poderia não se convencer que tal política não fosse extremamente custosa em termos de perdas de bem-estar. Bastante popular, embora, tem sido uma abordagem apenas ligeiramente mais moderada: enquanto nenhuma mudança é regulada em princípio, qualquer inovação precisa ser oficialmente aprovada (aprovada, diga-se, por outras pessoas que não o próprio inovador) antes que possa ser implementada. Deste modo, o conservadorismo argumenta, assegura-se que as inovações sejam com certeza aceitáveis, que o progresso seja gradual, que possa ser introduzido simultaneamente por todos os produtores, e que todos possam compartilhar de suas vantagens. Compulsoriamente, ou seja, por meio de coação governamental, os cartéis são os mais populares instrumentos para o alcance deste efeito. Ao requerer que todos os produtores, ou todos os produtores de uma indústria, tornem-se membros de uma organização supervisionária – o cartel – torna-se possível evitar o excesso de

oferta, visível a todos, resultante de uma política de preços mínimos – por meio da imposição de cotas de produção. Mais adiante, as distorções causadas por qualquer medida inovadora podem então ser centralmente monitoradas e moderadas. Contudo, enquanto este método tem ganhado terreno constantemente na [p.86] Europa e em alguma menor escala nos Estados Unidos, e enquanto alguns setores da economia já estejam, de fato, sujeitos a controles similares, o instrumento regulatório conservadorista-socialista mais popular e mais frequentemente usado é o do estabelecimento de padrões pré-definidos para categorias pré-definidas de produtos ou produtores para os quais todas as inovações devem estar conformes. Estas regulações arrolam os tipos de qualificações que uma pessoa deve preencher (outras além das “normais” de ser um legítimo proprietário das coisas e de não causar nenhum dano à integridade física da propriedade de outras pessoas por meio de suas próprias ações) de modo que tenham o direito de se estabelecer como produtores de alguma coisa; ou estipulam os tipos de testes (tais como, os relacionados aos materiais, aparência ou medidas) que um produto de um dado tipo deve ser submetido antes de ser permitido entrar no mercado; ou prescrevem testes definidos que qualquer melhoramento tecnológico deve sofrer para que possa se tornar um novo método aprovado de produção. Com tantos meios regulatórios as inovações não podem nem ser completamente reguladas, nem pode ser completamente evitado que algumas mudanças possam ser até mesmo bastante surpreendentes. Porém, como os padrões pré-definidos com os quais as mudanças precisam se conformar devem ser necessariamente “conservadores”, ou seja, formulados em termos dos produtos, produtores ou tecnologias existentes, eles servem ao propósito do conservadorismo naquilo em que eles irão certamente ao menos frear a velocidade das mudanças inovadoras e a amplitude de possíveis surpresas.

Em qualquer caso, todos estes tipos de regulações, mais das primeiramente mencionadas e menos das últimas, levarão a uma redução do padrão geral de vida²⁵. Uma inovação, com certeza, somente pode ser bem-sucedida, e então permitir ao inovador romper com a ordem existente de renda e distribuição de riqueza, se for de fato mais bem valorizada pelos consumidores que os outros antigos produtos concorrentes. A imposição de regulações, contudo, implica uma redistribuição dos títulos de propriedade dos inovadores aos produtores, produtos e tecnologias já estabelecidos. Portanto, ao socializar parcial ou totalmente [p.87] os possíveis ganhos de renda e riqueza originadas de mudanças inovadoras no processo de produção e “*mutatis mutantis*”, ao socializar total ou parcialmente as possíveis perdas da não inovação, o processo de inovação será desacelerado, haverá menos inovadores e inovações, e ao invés, irá emergir uma tendência reforçada de manterem-se as coisas como são. Isto significa nada mais que o processo de aumentar a satisfação dos consumidores pela produção de bens mais bem valorizados e serviços mais eficientes e menos custosos será trazido a uma estagnação, ou ao menos prejudicado. Então, mesmo que de uma forma diferente que os controles de preços, as regulações irão fazer a estrutura de produção desalinhar-se com a demanda também. Adicionalmente, enquanto isto possa ajudar uma distribuição existente de riqueza, deve ser novamente pago com um declínio geral na riqueza geral incorporada nesta mesma estrutura de produção.

Finalmente, o terceiro instrumento de política especificamente conservadorista é o controle de comportamento. Controles de preços e regulações congelam o lado do suprimento de um sistema econômico e conseqüentemente o separam da demanda. Todavia, não impede as mudanças de demanda de virem à existência; apenas faz o lado do suprimento irresponsável a elas. Além disso, pode ocorrer que as discrepâncias não

apenas emergjam, mas que também se tornem constrangedoramente aparentes. Os controles de comportamento são medidas políticas criadas para controlar o lado da demanda. Visam à prevenção ou retardamento das mudanças de modo a fazer a irresponsabilidade do lado do suprimento menos visível, portanto, completando a tarefa do conservadorismo: a preservação de uma ordem existente de mudanças de qualquer tipo que possa causar rupturas.

Os controles de preços e regulações de um lado, e os controles de comportamento no outro lado são então as duas partes complementares de uma política conservadorista. Em adição, destes dois lados complementares do conservadorismo, deve ser argüido que é o lado do controle comportamental o traço mais distintivo de uma política conservadorista. Embora as diferentes formas de socialismo favoreçam [p.88] diferentes categorias de pessoas não-produtivas e não-inovadoras às expensas das diferentes categorias de pessoas potencialmente produtoras e inovadoras, tal como qualquer outra variante de socialismo o conservadorismo tende a produzir uma gente menos produtiva e menos inovadora, forçando-as a aumentar o consumo ou canalizar suas energias produtivas e inovadoras para o mercado negro. Porém, de todas as formas de socialismo, é o conservadorismo que com parte de seu programa interfere diretamente no consumo e nas trocas não-comerciais. (Todas as outras formas, com certeza, têm seu efeito no consumo, também, tanto quanto conduzem a uma redução no padrão de vida; mas, diferentemente do conservadorismo, deixam o consumidor sossegadamente a sós com o que lhe resta para consumir.) o Conservadorismo não apenas aleija o desenvolvimento dos talentos produtivos das pessoas; sob o nome de “paternalismo”, busca também congelar o comportamento delas em seu papel como consumidores isolados ou como parceiros de trocas em formas não-comerciais de trocas, conseqüentemente contendo ou suprimindo o talento de desenvolver um estilo de vida de consumo que melhor lhes satisfaçam as necessidades recreativas também.

Qualquer mudança no padrão de comportamento do consumidor tem seus efeitos econômicos colaterais. (Se eu deixo meu cabelo crescer isto afeta os barbeiros e a indústria de tesouras; se mais pessoas se divorciam isto afeta os advogados e o mercado imobiliário; se eu começo a fumar maconha isto tem conseqüências não apenas para o uso da terra agricultável, mas também para a indústria de sorvetes, etc.; e acima de tudo, todos estes comportamentos desequilibram o sistema de valor existente de quem quer que se sinta por ele afetado.) Dado que qualquer mudança poderia então aparentar ser um elemento rompedor com relação à estrutura de produção conservadorista, o conservadorismo, em princípio, teria de considerar *todas* as ações - o universo de estilos de vida das pessoas em seus papéis como consumidores individuais ou trocadores não-comerciais como o objeto próprio do controle de comportamento. O conservadorismo aplicado em toda a sua extensão acumularia ao estabelecimento de um sistema social em que tudo exceto o modo tradicional de comportamento (o qual é explicitamente permitido) é criminalizado. Na prática, o conservadorismo [p.89] jamais poderia ir tão longe, já que há custos conectados com os controles e este teria de se confrontar com uma crescente resistência por parte da opinião pública. O conservadorismo “normal”, então, é caracterizado, ao invés, por um número menor ou maior de leis específicas e proibições que criminalizam e punem várias formas de comportamento não-agressivo de consumidores isolados, ou de pessoas engajadas em trocas não-comerciais – de ações, diga-se, que se forem de fato executadas, jamais mudariam a integridade física da propriedade de quem quer que seja, nem violariam o direito de ninguém de recusar qualquer mudança que não lhe pareça vantajosa, mas antes, que poderiam (apenas) romper a ordem “paternal” estabelecida de valores sociais.

Uma vez mais o efeito de tal política de controle de comportamento, em qualquer caso, é o relativo empobrecimento. Por meio da imposição de tais controles não apenas um grupo de pessoas é atingido pelo fato de que não lhes ser mais permitido executar certas formas não-agressivas de comportamento, mas outro grupo se beneficia destes controles naquilo em que eles não têm mais de tolerar tais formas indesejadas de comportamento. Mais especificamente, os perdedores nesta redistribuição de direitos de propriedade são os usuários/produtores das coisas cujo consumo está agora proibido, e aqueles que ganham são os não usuários/não produtores destes bens de consumo. Então, uma nova e diferente estrutura de incentivos relativa à produção e não-produção é estabelecida e aplicada a uma dada população. A produção de bens de consumo tem se tornado mais custosa desde que seu valor tem caído como consequência da imposição de controles relativos a seu uso, e, *mutatis mutantis*, a aquisição da satisfação de consumo por meio de meios não-produtivos e não-contratuais tem se tornado relativamente menos custosa. Como consequência, haverá menos produção, menos poupança e investimento, e uma maior tendência, ao contrário, de obter satisfação às expensas dos outros por meio de métodos políticos, ou seja, agressivos. Além disso, em particular, tanto quanto as imposições impostas por controles comportamentais preocupam-se com o uso que uma pessoa possa fazer com seu próprio corpo, o resultado será [p.90] um valor reduzido relativo a ele, e, conseqüentemente, um reduzido investimento em capital humano.

Com isto nós alcançamos o fim da análise teórica do conservadorismo como uma forma especial de socialismo. Mais uma vez, de forma a prover uma cobertura a esta discussão, algumas observações que possam ajudar a ilustrar a validade das conclusões acima devem ser feitas. Tal como na discussão do socialismo social-democrata, estas observações ilustrativas devem ser lidas com algumas precauções: primeiro, a validade das conclusões alcançadas neste capítulo têm sido, podem e devem se estabelecer independentemente da experiência. Por segundo, tanto quanto a experiência e a evidência empírica sejam interessantes, desafortunadamente não há exemplos de sociedades que poderiam ser estudadas para os efeitos do conservadorismo quando comparado com outras variantes de socialismo e capitalismo. Não há nenhum caso de estudo *quasi* experimental que sozinho pudesse nos prover com o que possa ser considerada uma evidência “irrefutável”. A realidade é antes de tal modo arranjada que toda sorte de medidas políticas - conservadoras, social-democratas, marxista-socialistas, e também capitalista-liberais estão tão misturadas e combinadas, que seus respectivos efeitos não podem ser usualmente casados de modo preciso com causas definidas, mas devem ser desnovelados e casados mais uma vez por meios puramente teóricos.

Com isto em mente, todavia, algo deve ser dito acerca do verdadeiro desempenho do conservadorismo na história. Mais uma vez, a diferença dos padrões de vida entre os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental (tomados em conjunto) permite uma observação que se encaixa com o cenário teórico. Certamente, tal como mencionado no capítulo precedente, a Europa tem mais socialismo redistributivo – como indicado aproximadamente pelo grau médio de tributação – que os Estados Unidos, e é mais pobre devido a isto. Entretanto, mais incisiva ainda é a diferença que existe entre os dois com respeito ao grau de conservadorismo²⁶. A Europa tem um passado feudal que é notável até mesmo hoje em dia, e particular na forma de numerosas regulações que restringem [p.91] o comércio e brecam a entrada, bem como de proibições de ações não-agressivas, enquanto que os Estados Unidos são marcadamente livres de seu passado. Em conexão com isto há o fato de que por longos

períodos durante os séculos dezenove e vinte, a Europa tem sido moldada por políticas de partidos mais ou menos explicitamente conservadoras mais que qualquer outra ideologia política, enquanto que um partido genuinamente conservadorista jamais existiu nos Estados Unidos. Certamente, mesmo os partidos socialistas da Europa Ocidental foram infectados em grande extensão pelo conservadorismo, em particular sob a influência dos sindicatos de trabalhadores, e impuseram numerosos elementos conservadorista-socialistas (isto é, regulações e controle de preços) nas sociedades européias durante seus períodos de influência (enquanto admissivelmente tenham abolido alguns dos controles de comportamento conservadoristas). De qualquer modo então, dado que a Europa é mais socialista que os Estados Unidos e seu padrão de vida é relativamente menor, isto se deve menos à maior influência do socialismo social-democrata na Europa e mais à influência do conservadorismo – tal como indicado não tanto pelos maiores graus médios de tributação, mas sobretudo pelo significativo maior número de controles de preços, regulações e controles comportamentais na Europa. Devo adiantar-me a citar que os Estados Unidos não são mais ricos do que poderiam ser e não mais exibem o vigor econômico do século dezenove não apenas porque adotaram mais e mais das políticas do socialismo redistributivista com o passar do tempo, mas ainda mais devido a terem se tornado, progressivamente, vítimas da ideologia conservadorista desejosa de proteger um *status quo* de renda e distribuição de riqueza da competição, e em particular, de proteger a posição dos possuidores entre os produtores existentes, por meio de regulações e controles de preços²⁷.

Sob um âmbito mais global, outra observação vai de encontro ao cenário teoricamente construído sobre o fato de o conservadorismo causar o empobrecimento. Além do chamado mundo ocidental, os únicos países que vão de encontro ao desempenho econômico miserável dos regimes completamente marxista-socialistas são precisamente aquelas sociedades na América Latina e Ásia que jamais romperam [p.92] com seu passado feudal. Nestas sociedades, vastas partes da economia são até hoje completamente ausentes da esfera e da pressão da liberdade e da competição e, ao contrário, são travadas em sua posição tradicional por meios regulatórios, caracterizados como o são, por completa agressão.

No nível das observações mais específicas, os dados também claramente indicam o que a teoria levaria a esperar. Retornando à Europa Ocidental, poderia haver pouca dúvida de que os maiores países europeus, Itália e França são os mais conservadoristas, especialmente se comparados com as nações mais ao norte as quais, à medida que se relacionam com o socialismo, têm se direcionado mais à sua versão redistributiva²⁸. Enquanto o nível de tributação na Itália e na França (gastos estatais como parte do PNB) não é maior que em qualquer lugar da Europa, estes dois países claramente exibem mais elementos conservadoristas-socialistas do que possa ser encontrado em qualquer outro. Ambos, a Itália e a França são literalmente aparafusados com milhares de controles de preços e regulações, de tal forma que é altamente duvidoso que haja quaisquer setores em suas economias que possam ser chamados “livres” justificadamente. Como consequência (e como poderia ser previsto), o padrão de vida em ambos é significativamente menor que os da Europa setentrional, como qualquer pessoa que não esteja viajando exclusivamente em cidades-resorts não pode falhar em notar. Em ambos, com certeza, um objetivo do conservadorismo parece ter sido alcançado: as diferenças entre os possuidores e os não-possuidores têm sido bem preservadas - qualquer um dificilmente encontraria extremas diferenças de renda e riqueza na Alemanha Ocidental ou nos Estados Unidos tal como na Itália ou França -

mas o preço é uma relativa queda na riqueza social. De fato, esta queda é tão significativa que o padrão de vida para as classes média e baixa em ambos os países é ao máximo um pouco maior dos que as encontradas em países mais liberalizados do bloco oriental, e as províncias da Itália, em particular, onde até mesmo mais regulações têm se empilhado por cima das já em vigor pelo resto do país, tem ligeiramente deixado o grupo das nações do terceiro mundo. [p.93]

Finalmente, como um último exemplo que ilustre o empobrecimento causado pelas políticas conservadoras, as experiências com o nacional-socialismo na Alemanha e em uma escala menor com o fascismo italiano deveriam ser mencionadas. Frequentemente não é entendido que ambos tivessem sido movimentos conservadorista-socialistas²⁹. Como tais, ou seja, como movimentos dirigidos contra a mudança e as rupturas sociais trazidas pelas forças dinâmicas de uma economia livre eles – mais que os movimentos marxista-socialistas – poderiam encontrar apoio entre a classe dos proprietários estabelecidos, donos de comércio, fazendeiros e empreendedores. Porém, extrair desta conclusão que tenham sido movimentos pró-capitalistas ou mesmo o mais alto estágio no desenvolvimento do capitalismo antes de sua destruição final, tal como os marxistas normalmente mantêm, é inteiramente errôneo. Certamente, o mais fervorosamente odiado inimigo do Nazismo e do Fascismo não era o socialismo como tal, mas o liberalismo. Obviamente, ambos também combateram o socialismo dos marxistas e bolchevistas, isto porque ao menos ideologicamente eles eram internacionalistas e pacifistas (escoravam-se na forças da história que levariam a uma destruição do capitalismo desde dentro.), enquanto o Fascismo e Nazismo eram movimentos nacionalistas devotados à guerra e conquista; e, provavelmente até mais importante com relação a este apoio público, porque o marxismo implicava que os “com-posses” seriam expropriados pelos “sem-posses” e a ordem social então seria virada de cabeça pra baixo, enquanto o Fascismo e o Nazismo prometiam preservar a ordem existente³⁰. Contudo, e isto é decisivo para a sua classificação como movimentos socialistas (mais que capitalistas), perseguir este objetivo implica – como tem sido explicado em detalhes acima – justamente tanto uma negação dos direitos do usuário-proprietário individual das coisas de fazer com elas o que lhe pareça melhor (provido que não cause danos físicos à propriedade de outrem ou que se engaje em trocas não-contratuais), quanto uma expropriação dos donos naturais pela “sociedade” (isto é, por pessoas que nem produziram nem contratualmente adquiriram os bens em questão) como faz a política do Marxismo. Além disso, certamente, para alcançar este objetivo ambos, o Fascismo e o Nazismo, fizeram exatamente o que sua classificação [p.94] como conservadorista-socialistas levaria a esperar: estabeleceram economias altamente controladas e reguladas nas quais a propriedade privada permanecia existente no nome, mas que de fato tinha se tornado sem significado, desde que o direito de determinar o uso das coisas possuídas tinha sido quase que completamente perdido para as instituições políticas. Os nazistas, em particular, impuseram um sistema de quase completo controle de preços (incluindo o controle sobre os salários), devisaram a instituição dos planos quadrienais (quase como na Rússia, onde os planos era quinquenais) e estabeleceram um planejamento da economia e comitês de supervisão que tinham de aprovar todas as mudanças significativas na estrutura de produção. Um “proprietário” não poderia mais decidir o que produzir e como produzir, de quem comprar e a quem vender, que preços pagar ou cobrar, ou como promover quaisquer mudanças. Tudo isto, para se ter certeza, criava um sentimento de segurança. A qualquer um era consignada uma posição fixa, e os recebedores de salários bem como os donos de capital recebiam uma renda garantida e, em termos nominais, estável ou até mesmo crescente. Adicionalmente, gigantes programas de trabalhos forçados, a

reintrodução do alistamento militar obrigatório, e finalmente a implantação de uma economia de guerra reforçaram a ilusão de uma economia em expansão e prosperidade³¹. Entretanto, como seria de se esperar de um sistema econômico que destrói o incentivo para se ajustar à demanda e evita ajustar-se a ela, e que ainda por cima separa a demanda da produção, este sentimento de prosperidade provou não ser nada mais que uma ilusão. Na realidade, em termos dos bens que as pessoas podiam comprar com seu dinheiro o padrão de vida caiu, não apenas em termos relativos, mas até mesmo em termos absolutos³². Além disso, em qualquer caso, mesmo desconsiderando aqui toda a destruição causada pela guerra, a Alemanha e em menor extensão a Itália, foram severamente empobrecidas após a derrota dos nazistas e fascistas. [p.95]

Capítulo 6 - O Socialismo da Engenharia Social e os Fundamentos da Análise Econômica

À luz dos argumentos teóricos apresentados nos capítulos precedentes parece que não há nenhuma justificativa econômica para o socialismo. O Socialismo prometeu trazer mais prosperidade econômica às pessoas que o capitalismo, e muito de sua popularidade está baseada nesta promessa. Os argumentos trazidos adiante, todavia, têm demonstrado que o oposto é que é verdadeiro. Tem sido demonstrado que o socialismo de estilo russo, caracterizado pela nacionalização ou socialização dos meios de produção, necessariamente envolve o desperdício, desde que nenhum preço para os fatores de produção poderia existir (porque não seria permitido vender ou comprar os fatores de produção), e então nenhuma contabilidade de custos (que é o meio que direciona os recursos escassos para usos alternativos nas linhas de produção de maior valor produtivo) poderia ser executada. Em seguida, com relação ao socialismo social-democrata e ao socialismo conservadorista, tem sido demonstrado que em qualquer situação, ambos implicam em um aumento dos custos de produção e, *mutatis mutantis*, em um declínio nos custos de sua alternativa, ou seja, a não-produção ou a produção para o mercado negro e, portanto, conduzem a uma relativa redução na produção de riqueza, já que ambas as versões de socialismo estabelecem uma estrutura (comparada ao sistema capitalista) que relativamente favorece os não-produtores e não-contratantes em detrimento dos produtores e contratantes de bens, produtos e serviços.

A experiência também apóia isto. Com ampla folga, o padrão de vida no leste europeu é significativamente menor que na Europa ocidental, onde o nível com que a socialização dos meios de produção tem tido lugar, embora certamente notável, foi muito menor. Também, para onde quer que se estenda o grau de medidas redistributivas e aumente-se a proporção de [p.96] riqueza produtiva a ser distribuída, como, por exemplo, na Alemanha Ocidental durante os anos 70 sob as coalizões de governo social-democrata e liberal, há uma retardação na produção social de riqueza ou até mesmo uma redução absoluta no padrão geral de vida. Mais, onde quer que uma sociedade deseje preservar o *status quo*, isto é, uma dada renda e uma distribuição de riqueza, seja por meios de controles de preços, regulações e controles de comportamento – como o foi, por exemplo, na Alemanha de Hitler ou nos dias atuais da Itália e França – os padrões de vida irão constantemente cair e ficar atrás daqueles países cujas sociedades são mais liberais (capitalistas).

Não obstante, o socialismo está muito vivo e bem, mesmo no Ocidente, onde o socialismo social-democrata e o conservadorismo têm permanecido como poderosas ideologias. Como isto pôde ocorrer? Um importante fator é que os seus aderentes abandonaram a idéia original da superioridade econômica do socialismo e, ao contrário, recorreram a um argumento completamente diferente: que o socialismo pode não ser economicamente superior, mas é moralmente preferível. Esta reivindicação será considerada no Capítulo 7. Contudo, este não é o fim da história. O Socialismo tem até mesmo readquirido força no campo da economia. Isto se tornou possível porque o socialismo combinou suas forças com a ideologia do empirismo, que tradicionalmente tem sido forte no mundo anglo-saxão e que, em particular por meio da influência do auto-proclamado círculo dos filósofos positivistas de Viena, tornou-se a filosofia-epistemologia-metodologia dominante do século vinte, não apenas no campo das Ciências Naturais, mas também nas Ciências Sociais e em Economia. Isto se aplica não

somente aos filósofos e metodologistas destas ciências (os quais, incidentalmente, têm desde então se libertado da influência do empirismo e do positivismo), mas provavelmente até mesmo aos praticantes (os quais ainda muito estão sob sua influência). Combinando sua força com o empirismo e o positivismo, o que inclui para os nossos propósitos o então chamado racionalismo crítico de K. R. Popper e seus seguidores, o socialismo desenvolveu-se no que viria doravante [p.97] a ser chamado de “socialismo da engenharia social”¹. É uma forma de socialismo muito diferente em seu estilo de raciocínio do tradicional marxismo, que era muito mais racionalista e dedutivo – aquele que Marx havia adotado do economista clássico D. Ricardo, a fonte mais importante dos escritos econômicos do próprio Marx. Todavia, parece que foi precisamente por causa desta diferença de estilo que o socialismo da social-engenharia tem sido capaz de ganhar mais e mais apoio dos tradicionais campos dos socialistas social-democratas e conservadoristas. Na Alemanha Ocidental, por exemplo, a ideologia da “engenharia social gradual” tal como K. R. Popper havia denominado sua filosofia social², tem agora algo como o terreno comum dos “moderados”, nos partidos políticos, e parece que apenas os doutrinadores, de cada lado, não o subscreveram. O ex-chancellor Helmut Schmidt chegou mesmo a endossar o Popperianismo como sua própria filosofia³. Contudo, foi nos Estados Unidos que esta filosofia provavelmente tem criado as mais profundas raízes, já que quase se encaixou com o modo americano de pensar em termos de problemas práticos, métodos pragmáticos e soluções.

Como poderia o empirismo-positivismo ajudar a salvar o socialismo? De uma forma bastante abstrata, a resposta deveria estar clara: O empirismo-positivismo deve ser capaz de fornecer as razões pelas quais todos os argumentos dados até então falharam de longe em ser decisivos; deve tentar provar como pode evitar alguém de extrair as conclusões que eu tenho extraído e ainda reivindico como sendo racionais e que operam de acordo com as regras da pesquisa científica. Mas, como, em detalhes, isto poderia se dar? Nisto a filosofia do empirismo e do positivismo oferecem dois argumentos aparentemente plausíveis. O primeiro e certamente o mais central de seus fundamentos é este⁴: o conhecimento da realidade, que é conhecido como conhecimento empírico, deve ser verificável ou ao menos testável pela experiência; e a experiência se dá sempre de tal forma que poderia, em princípio, ter outro resultado que o atual, de modo que ninguém poderia saber *ex-ante*, ou seja, antes de ter sofrido, por sua vez, alguma experiência particular, se o resultado teria sido [p.98] este ou aquele. Se, *mutatis mutandis*, o conhecimento não é verificável ou testável pela experiência, então não é um conhecimento real sobre qualquer coisa – conhecimento empírico - mas simplesmente um conhecimento sobre palavras, sobre o uso de termos, sobre signos e as regras de sua transformação – ou conhecimento analítico, e é altamente duvidoso que o conhecimento analítico possa ser classificado como “conhecimento” propriamente.

Se alguém adota esta posição, assim como farei pelo momento, não será difícil ver como os argumentos acima podem ser severamente refutados. Os argumentos relacionados à impossibilidade de cálculo econômico e o caráter de aumento gradual dos custos das medidas social-democratas ou conservadoristas, que necessariamente conduzem a um declínio na produção de bens e serviços e então a padrões reduzidos de vida, evidentemente são reivindicados como *válidos a priori*, ou seja, não testáveis por nenhum tipo de experiência, mas antes, tidos como verdadeiros, antes de quaisquer experiências posteriores. Agora, se estes argumentos eram de fato verdadeiros, então de acordo com o primeiro e central princípio do empirismo-positivismo, não poderiam conter qualquer informação sobre a realidade, mas, ao invés, deveriam ser considerados como mera retórica verbal vazia – um exercício de transformações tautológicas de

palavras tais como “custo”, “produção”, “saída”, “consumo” – que não dizem nada a respeito da realidade. Portanto, o empirismo conclui que, no que tange à realidade, ou seja, as *reais* conseqüências do socialismo *real*, os argumentos apresentados já não carregam nenhum peso. Antes, para que se diga algo convincente sobre o socialismo, a experiência e somente a experiência teria de ser a coisa decisiva a ser considerada.

Se isto fosse de fato verdade (como ainda assumo), descartaria de uma vez só todos os argumentos econômicos contrários ao socialismo que eu tenho apresentado como sendo de uma natureza categórica. Simplesmente não poderia haver mais nada categórico sobre a realidade. Todavia, mesmo então, não teria o empirismo-positivismo de confrontar as experiências reais com o socialismo real e não seria o resultado disto justamente decisivo? Nos capítulos precedentes, muito mais ênfase [p.99] foi colocada nas razões lógicas, principais, categóricas (todos estes termos usados aqui como sinônimos) dirigidas contra as reivindicações do socialismo de oferecer um caminho mais promissor para a prosperidade econômica que por meio do capitalismo; e a experiência foi citada apenas vagamente para ilustrar a tese cuja validade poderia em última instância ter sido conhecida independentemente da experiência ilustrativa. Não obstante, não seria mesmo a experiência citada aqui até mesmo de um modo meio não-sistemático ser suficiente para se fazer uma objeção contra o socialismo?

A resposta a estas questões é um decisivo “não”. O segundo dogma do empirismo-positivismo explica porquê. Ele formula a extensão, ou antes, a aplicação do primeiro dogma ao problema da causalidade e explicação causal ou predição. Explicar causalmente ou predizer um fenômeno real é formular um enunciado do tipo “se A, então B”, ou deveriam as variáveis permitir uma medição quantitativa, “se um aumento (ou diminuição) de A, então uma diminuição (ou aumento) de B”. Como um enunciado que se refira à realidade (com A e B sendo fenômenos reais), sua validade não pode nunca ser estabelecida com certeza, seja pelo exame da proposição isolada ou de qualquer outra proposição da qual outra em questão poderia por sua vez ser logicamente deduzida, mas será sempre e assim permanecerá, como hipotética, dependendo da chegada de futuras experiências que não podem ser de antemão conhecidas. Devesse a experiência confirmar uma explicação causal hipotética, ou seja, se fosse observado um momento quando B de fato seguisse A, como previsto, isto não provaria que a hipótese é verdadeira, desde que A e B são termos gerais, abstratos (“universais”, como opostos a “nomes próprios”) que se referem a eventos ou processos dos quais há (ou, ao menos, em princípio, poderia haver) um número indefinido de casos, e então possivelmente as experiências posteriores ainda poderiam reprová-la. Se uma experiência reprova uma hipótese, ou seja, se é observado que em um caso A não foi seguido por B, isto também não seria decisivo, já que seria ainda possível que o fenômeno relatado hipoteticamente fora de fato causalmente ligado e que alguma outra circunstância anteriormente negligenciada e não controlada [p.100] (“variável”) teria simplesmente evitado a relação de hipótese de ser então observada. O resultado negativo do teste provaria apenas que a hipótese particular sob investigação não estava completamente correta como se pensava, mas antes, necessitava algum refinamento, ou seja, alguma especificação de variáveis adicionais que se poderia acompanhar e controlar de modo a ser possível observar a relação hipotética A-B. Todavia, para se ter certeza, uma reprovação jamais provaria de uma vez por todas que uma relação entre dois dados fenômenos não existem.

Dado que esta posição empirista-positivista sobre explicação causal seja correta, é falso ver como o socialismo possa ser resgatado da crítica empiricamente justificada. De fato, um socialista-empirista não negaria os fatos. Ele não argüiria que há de fato um padrão de vida mais baixo na Europa oriental que na ocidental, e que a tributação

aumentada ou uma política conservadora de regulações e controles têm certamente sido relacionadas a um retardamento ou colapso na produção de riqueza econômica. Contudo, dentro das fronteiras de sua metodologia, ele poderia perfeitamente bem negar que com base em tais experiências uma reprovação fundamentada contra o socialismo e sua reivindicação de oferecer um caminho mais promissor em direção à prosperidade pudesse ser formulada. Ele poderia, por assim dizer, desqualificar as experiências, e qualquer outra que viesse a ser citada, declarando-as como meramente acidentais; como experiências que têm sido produzidas por algumas circunstâncias desafortunadamente negligenciadas e não-controladas que desapareceriam e certamente resultariam justamente no seu oposto, revelando a verdadeira relação entre o socialismo e um aumento da produção de riqueza social, tão logo estas circunstâncias tivessem sido controladas. Mesmo as notórias diferenças no padrão de vida entre as Alemanhas Oriental e Ocidental – o exemplo do qual eu falei tão exaustivamente justamente porque se assemelha ao de uma experiência social controlada – poderiam então ser explicadas assim: ao argüir, por exemplo, que os maiores padrões de vida no Oeste poderiam ser explicados não por seu modo de produção mais capitalista, mas pelo fato [p.101] que a ajuda do plano Marshall havia fluído para a Alemanha Ocidental enquanto que a Alemanha Oriental tinha de pagar reparações de guerra à União Soviética; ou pelo fato que desde o início, a Alemanha Oriental havia herdado as províncias agrícolas, rurais e menos desenvolvidas da ex-Alemanha e que assim jamais tiveram o mesmo ponto de partida; ou que nas províncias orientais a tradição de servidão havia sido descartada muito depois que nas do Oeste e então a mentalidade do povo era de fato diferente em ambas as Alemanhas, a oriental e a ocidental, etc.

De fato, qualquer que seja a evidência empírica que se traga contra o socialismo, assim que se adota a filosofia empirista-positivista, ou seja, tão logo a idéia da formulação de uma objeção *fundamentada*, seja a favor ou contra o socialismo, é desqualificada como vã e mal-concebida, e ao contrário, apenas o que se admite é que poderia, obviamente, ter havido algum erro com respeito aos detalhes de algum plano da política socialista, mas que esta seria então flexível o suficiente para adicionar certos pontos onde quer que o resultado não fosse satisfatório, o socialismo é tornado imune a qualquer crítica decisiva, porque qualquer falha pode sempre ser atribuída a alguma variável interveniente ainda não-controlada. Nem mesmo o experimento mais perfeitamente conduzido e controlado poderia, como se pode notar, modificar tal situação um milímetro. Jamais seria possível controlar todas as variáveis que poderiam ter alguma influência na variável a ser explicada - pela razão prática que iria envolver literalmente o controle de todo o universo, e pela razão teórica que a ninguém seria possível em qualquer momento conhecer quais todas as variáveis que a compõem. Esta é uma questão cuja resposta deve permanecer permanentemente aberta a novas experiências recentemente descobertas ou discernidas. Portanto, a estratégia de imunização caracterizada acima iria funcionar sem exceção e infalivelmente, e desde que, como sabemos dos escritos dos próprios empiristas, e em particular aqueles de D. Hume, não exista nenhuma faixa que se poderia observar para ligar certas variáveis como causas e efeitos⁵, é de se observar que não existe qualquer meio que seja para excluir qualquer variável como uma possível [p.102] influência perturbadora sem de fato isolá-la e controlá-la. Nem mesmo as variáveis mais ridículas e absurdas, tais como, por exemplo, diferenças de clima, ou uma mosca passando por cima em um caso, mas não em outro, poderiam ser julgadas antecipadamente; tudo o que poderia ser feito seria retornar à experiência novamente (“moscas passando ou não nunca fazem diferença para o resultado de um experimento”). Contudo, de acordo com a própria doutrina empirista, esta experiência, referindo-se como faz, apenas a eventos passados,

novamente não iria ajudar a decidir o assunto definitivamente, e uma referência a ela apenas se amontoaria à mendicância da questão.

Não importam quais as acusações que se façam contra o socialismo, desde que elas estejam baseadas em evidência empírica, o empirista-socialista poderia argüir que não há meio de conhecer antecipadamente quais os resultados que certo esquema político trará sem aplicá-lo e deixar a experiência falar por si mesma. Além do mais, quaisquer que sejam os resultados observáveis, a idéia socialista original – o “coração” de um “programa de pesquisas” como o filósofo neo-popperiano Lakatos o chamaria⁶ – pode sempre ser resgatado facilmente ao se apontar alguma variável previamente negligenciada, mais ou menos plausível, cuja falta de controle é tida em hipótese como responsável pelo resultado negativo, com as novas hipóteses revisadas necessitando novamente serem testadas indefinidamente, *ad infinitum*⁷. Somente a experiência pode nos dizer se um determinado esquema político socialista não alcançou seu objetivo de produzir mais riqueza; mas ele jamais nos dirá se outro apenas levemente diferente produzirá quaisquer resultados diferentes, ou se é possível alcançar o objetivo de melhorar a produção de riqueza por qualquer política socialista que seja.

Neste momento alcancei o ponto em meu argumento onde devo desafiar a validade destes dois princípios centrais do empirismo-positivismo. O que há de errado com eles, e por que não pode mesmo o empirismo salvar o socialismo? A resposta será dada em três estágios. Primeiro, demonstrarei que a posição empirista prova-se contraditória sob uma análise mais acurada porque ela [p.103] mesma deve no mínimo implicitamente assumir e pressupor a existência de conhecimento não-empírico como conhecimento sobre a realidade. Sendo esta uma tarefa destrutiva, terei então de lançar a questão sobre como é possível ter ou conceber o conhecimento que informa sobre a realidade, mas que não é ele mesmo sujeito à confirmação ou reprovação pela experiência. E terceiro, mostrarei que tal conhecimento não apenas é concebível e deve ser pressuposto, mas que há instâncias positivas das quais se serve como a firme fundação epistemológica na qual a objeção econômica contra o socialismo pode ser de fato construída ao longo deste processo.

A despeito da aparente plausibilidade das idéias centrais do empirismo, pode-se notar logo de início, mesmo no nível da intuição, que as coisas não parecem ser exatamente do jeito que o empirismo queria que fossem. Certamente não é evidente que a lógica, a matemática, a geometria, e também certos princípios de economia pura, como a lei da oferta e da demanda ou a teoria quantitativa do dinheiro, porque elas não permitem nenhuma prova experimental, ou ainda porque sua validade independe da experiência, não nos dão nenhuma informação acerca da realidade mas tratam-se apenas de uma retórica verbal. O oposto parece muito mais plausível: que as proposições lançadas por estas disciplinas – por exemplo, um enunciado de geometria tal como “se uma linha reta S e um círculo C têm mais de um ponto em comum, então S tem exatamente dois pontos em comum com C”, ou um enunciado mais proximamente relacionado com o campo de atuação com o qual eu me ocupo aqui, tal como “alguém não pode ter seu bolo e simultaneamente comê-lo”, de fato informam sobre a realidade e informam o que não pode ser diferente da realidade sob pena de contradição⁸. Se eu tenho um bolo e o como, somente o que se pode concluir é que eu não o tenho mais – e esta é claramente uma conclusão que informa sobre a realidade sem ter de ser provada pela experiência.

Além disso, muito mais importante que a intuição, obviamente, é a análise reflexiva, e esta irá provar que a posição empirista é simplesmente autodestrutiva. Se for

[p.104] verdade que o conhecimento empírico deve ser provado pela experiência e que o conhecimento analítico, por prescindir da prova experimental, não pode conter nenhum conhecimento empírico, então propriamente que tipo de enunciado é o princípio fundamental do empirismo? Ele mesmo deve também ou ser analítico ou empírico. Se for analítico, então de acordo com a sua própria doutrina tal proposição não é nada mais que alguma divagação no papel, ar quente, inteiramente despida de algum conteúdo significativo. É somente porque os termos usados no enunciado tais como “conhecimento”, “experiência”, “testável”, etc., já receberam alguma interpretação de significado que isto pode num primeiro momento ser omitido. Porém, a completa falta de sentido dos enunciados analíticos segue como conclusão da ideologia empirista-positivista. Obviamente, e esta é a primeira armadilha autodestrutiva, se isto fosse verdade, então o empirismo não poderia nem mesmo dizer e significar o que aparenta dizer e significar; ele seria não mais que um sussurro de folhas ao vento. Para ter um mínimo de significado, uma interpretação deve ser dada aos termos usados, e uma interpretação de termos, para se ter certeza, é sempre (tanto quanto uma expressão não possa ser explicada em termos de uma outra) uma tarefa prática; um mister, isto é, no qual o uso de um termo é praticado e aprendido com exemplos reais do conceito definido pelo termo, e por meio do qual tal termo é então ligado à realidade⁹. Porém, não é qualquer interpretação arbitrária que poderia dizer: “testável”, por exemplo, não significa o que alguém entende por “vermelho” ou “verde”. Para dizer o que o empirismo-positivismo evidentemente quer dizer quando formula seus princípios básicos, aos termos deve ser dado o significado que de fato têm, tanto para o empirista assim como também para aquele que ele quer convencer da adequação de sua metodologia. Porém, se o enunciado de fato significa o que pensamos que ele fez o tempo todo, então evidentemente ele contém informação sobre a realidade. Como matéria de fato, ele nos informa sobre a estrutura fundamental da realidade: que não há nada nela que possa ser conhecido como verdadeiro antecipadamente à confirmação ou reprovação pela experiência. Ademais, se esta proposição agora é dada como analítica, ou seja, como um enunciado que não permite nenhuma prova experimental [p.105], mas cuja verdade pode ser estabelecida por uma análise dos significados dos termos usados sozinhos, tal como assumimos neste momento, então temos não menos que uma gritante contradição na mão e novamente o empirismo prova ser auto-destrutivo¹⁰.

Conseqüentemente, parece que o empirismo-positivismo teria de escolher a outra opção disponível e declarar seu credo central como sendo um enunciado empírico. Entretanto, então, a posição empirista não teria mais nenhum peso: depois de tudo, a proposição fundamental do empirismo servindo como a base pela qual toda sorte de regras de correta pesquisa científica se deriva poderia estar errada e ninguém jamais saberia ao certo se estava ou não. Alguém poderia muito bem reivindicar o exato oposto e dentro dos limites do empirismo não haveria nenhum modo de decidir qual posição estava certa ou errada. Certamente, se o seu princípio central for declarado como uma proposição empírica, o empirismo deixa de ser uma *metodo-logia* – *uma lógica* da ciência – inteiramente, e passa a ser não mais do que uma completa convenção verbal arbitrária de denominar certos meios (arbitrários) de tratar com certos enunciados, certos nomes (arbitrários). Seria uma posição excluída de qualquer justificativa sobre porque ela, mais que qualquer outra, deva ser adotada¹¹.

Entretanto, isto não é tudo o que pode ser reunido contra o empirismo, mesmo que a segunda alternativa disponível fosse escolhida. Sob uma inspeção mais acurada, esta rota de fuga leva a uma outra armadilha autodestrutiva. Mesmo que este caminho fosse escolhido, pode-se demonstrar que a posição empirista-positivista deve

tacitamente pressupor a existência de conhecimento não-empírico como conhecimento “real”. Para compreender isto, vamos supor que uma explicação causal relacionada a dois ou mais eventos tenha sido descoberta para encaixar um caso particular de experiências com relação a tais eventos, e é então aplicada a um segundo caso, presumivelmente para sofrer algum teste empírico adicional. Agora, deveríamos nos perguntar se a pressuposição deve ser feita de ordem a relacionar o segundo caso da experiência ao primeiro como o confirmando ou o reprovando? [p.106] Por primeiro deveria parecer quase-evidente que se no segundo caso da experiência as observações do primeiro fossem repetidas, isto seria a confirmação, e se não, a reprovação, e claramente, a metodologia empirista assume isto como evidente, também, e não requer uma explicação adicional. Mas isto não é verdade¹². A experiência, como se deve notar, apenas revela que duas ou mais observações relacionadas com a seqüência temporal de dois ou mais tipos de eventos podem ser neutralmente classificadas como “repetição” e “não-repetição”. Uma repetição neutra somente se torna uma confirmação, “positiva” e uma não-repetição uma reprovação, “negativa” se, independente do que pode realmente ser descoberto pela experiência, assume-se que as causas no decurso do tempo podem operar às vezes deste modo e outras daquele modo, de modo que então estas ocorrências repetitivas e não-repetitivas são apenas e assim permanecem experiências neutras registradas, completamente independentes umas das outras, e não estão de nenhum modo logicamente relacionadas umas às outras como comprovadoras ou reprovadoras. Há apenas uma experiência e então há uma outra, podem ser as mesmas ou diferentes, mas isto é tudo o que elas são; nada mais se segue.

Então, o pré-requisito para ser capaz de reprovar ou confirmar é o princípio de constância: a convicção que o fenômeno observável é em princípio determinado pelas causas que são constantes e invariáveis no tempo no modo como operam, e que em princípio a contingência não toma nenhuma parte no modo como as causas operam. Somente se o princípio de constância é tido como válido segue-se de qualquer falha em reproduzir um resultado que há algo errado com a hipótese original; e apenas então pode uma reprodução bem-sucedida realmente ser interpretada como uma confirmação. Porque apenas se dois (ou mais) eventos são de fato causa e efeito e as causas operam de um modo invariável no tempo deve-se concluir que a relação funcional a ser observada entre variáveis causalmente relacionadas deve ser a mesma em todos os casos, e que [p.107] se este não é certamente o caso, algo deve estar em falta com a especificação particular das causas.

Agora, obviamente, este princípio de constância não é ele mesmo baseado ou derivado da experiência. Não há nenhum elo não observável a conectar os eventos. Mesmo que tal elo existisse, a experiência não poderia revelar se era ou não invariável no tempo. O princípio tampouco não pode ser reprovado pela experiência, desde que qualquer evento que pudesse aparecer para reprová-lo (tal qual uma falha em duplicar alguma experiência) poderia ser interpretado logo de início como se a experiência tivesse mostrado aqui que meramente um tipo *particular* de evento não era a causa de outro (pois de outra maneira a experiência teria sido repetida com sucesso.) Contudo, à extensão com que a experiência não pode excluir a possibilidade que um *outro* conjunto de eventos possa de fato ser encontrado que venha a se tornar invariável no tempo em seu modo de operação, a validade do princípio de constância não pode ser refutada.

Entretanto, embora nem derivado nem reprovável pela experiência, o princípio de constância é nada menos que a pressuposição lógica necessária para que haja experiências que possam ser relacionadas como ou confirmando ou refutando outras (em contraste com experiências isoladas e logicamente desconectadas). E então, desde

que o empirismo-positivismo assume a existência de tais experiências logicamente relacionadas, deve-se concluir que também implicitamente assume a existência de conhecimento não-empírico sobre a realidade. Deve assumir que há, de fato, causas que operam invariavelmente no tempo, e deve assumir que este é o caso embora possivelmente a experiência jamais pudesse aprová-las ou desaprová-las. Mais uma vez, então, o empirismo torna-se uma filosofia contraditória e inconsistente.

Neste momento já deve estar suficientemente claro que o conhecimento apriorístico deve existir, ou, ao menos, que o empirismo-positivismo – a filosofia que é a mais céptica sobre esta possibilidade – deve de fato pressupor sua existência. [p. 108] Admissivelmente, embora, a idéia mesma de conhecimento como conhecimento sobre coisas reais cuja validade pode ser obtida independentemente da experiência é algo difícil de sustentar – de outra maneira o estrondoso sucesso da filosofia do empirismo-positivismo na comunidade científica e na opinião do “público educado” dificilmente poderia ser explicada. Então, antes de proceder à tarefa mais concreta de elucidar os fundamentos apriorísticos nos quais repousa a refutação econômica do socialismo, seria apropriado fazer uns poucos comentários gerais que ajudariam a fazê-los mais plausíveis de que existe de fato algo como o conhecimento apriorístico.

Parece ser de grande importância primeiramente libertar as pessoas da noção de que o conhecimento apriorístico tem algo a ver com “idéias inatas”, ou com conhecimento “intuitivo” que não teria de ser descoberto por algum meio ou aprendido. Inato ou não, intuitivo ou não, são questões com que se preocupa a *psicologia* do conhecimento. Em comparação, a epistemologia preocupa-se exclusivamente com a questão da *validade* do conhecimento e de como comprová-la – e, para se ter certeza, o problema do conhecimento apriorístico é somente um problema epistemológico. O conhecimento apriorístico pode ser, e de fato o é freqüentemente, muito similar ao conhecimento empírico de um ponto de vista psicológico, no qual ambos os tipos de conhecimento devem ser conseguidos, descobertos, aprendidos. O processo de descobrimento do conhecimento apriorístico pode e de fato muito freqüentemente parece ser mais difícil e doloroso que o de adquirir conhecimento empírico, que com freqüência suficiente simplesmente parece se impôr sobre nós sem que tenhamos feito muito pra tanto; e também, pode bem ser geneticamente o caso que a aquisição de conhecimento apriorístico requer que alguém tenha tido previamente algum tipo de experiência. Mas tudo isto, deve-se repetir, não afeta a questão da validação do conhecimento, e é precisamente e exclusivamente neste aspecto que os conhecimentos apriorístico e empírico diferem categoricamente¹³.

No lado positivo, a noção mais importante para a compreensão da [p.109] possibilidade de um conhecimento a priori, eu a submeto, é que não há apenas coisas dadas pela natureza que temos de aprender por meio da experiência, mas que há também coisas artificiais, produzidas pelo homem, que podem requerer a existência ou uso de materiais naturais, mas que na mesma extensão em que são construídas podem não obstante não apenas ser completamente compreendidas em termos de sua estrutura e implicações, mas que também podem ser analisadas quanto à questão de sabermos se o seu método de construção pode ou não concebivelmente ser alterado¹⁴.

Há três campos majoritários de construções: língua e pensamento, ações, e objetos fabricados, todos estes sendo coisas feitas pelo homem. Nós não devemos lidar aqui com os objetos fabricados, mas apenas mencionar “*en passant*” que a geometria euclideana, por exemplo, pode ser concebida como um conjunto de normas ideais que nós não podemos evitar o uso ao construirmos instrumentos de medição que são

medidas empíricas do espaço possível. (tanto quanto, também, não se pode dizer da geometria euclideana que tem sido refutada pela teoria da relatividade; antes esta teoria pressupõe sua validade por meio do uso de seus instrumentos de medição.)¹⁵. O campo de ação, como nossa área de maior interesse, será analisado quando os fundamentos apriorísticos da economia forem discutidos. A primeira explicação do conhecimento apriorístico, então, como um conhecimento de normas de construção que, concebivelmente, não podem ser alteradas, deve ser dada usando-se o exemplo da língua e do pensamento. Este foi escolhido como o nosso ponto de partida, porque são a língua e o pensamento que usamos ao fazermos o que está sendo feito aqui, isto é, comunicação, discussão e argumentação.

Tal como os empiristas a vêem, a língua é um sistema convencionalmente aceito de signos e combinações de signos, aos quais, também por convenção, são dados significados, ultimados por meio de definições ostensivas. De acordo com este ponto de vista, pode parecer que embora a língua seja um produto artificial - feito pelo homem - nada pode ser conhecido sobre ela a priori. Ademais, certamente, há muitas diferentes línguas, todas usando signos diferentes, e o significado dos termos usados podem ser atribuídos e alterados arbitrariamente, de modo que tudo o que há para saber [p.110] sobre uma língua deve, ou assim parece, ser aprendido pela experiência. Todavia, esta visão é incorreta, ou na melhor das hipóteses, é apenas a metade da verdade. É verdade, a língua é um sistema convencional de signos, mas, o que é uma convenção? Evidentemente, não se pode sugerir que “convenção” a seu turno seja definida convencionalmente, desde que isto seria simplesmente burlar a questão. Tudo pode ser *chamado* uma convenção (e, para tal matéria, uma língua), mas certamente nem tudo o que pode ser chamado assim é de fato um acordo convencional. Dizer e ser entendido ao dizer “convenção é usada em tal e qual caso” pressupõe que alguém já conhece o que seja uma convenção, dado que esta definição já teria de fazer uso da língua como um meio de comunicação. Então, forçamo-nos a concluir que a língua é um sistema convencional de signos e que tal conhecimento sobre ela só pode ser conhecimento empírico. Entretanto, para haver tal sistema devemos assumir que qualquer orador de uma língua já conhece o que é uma convenção, e ele deve conhecer isto não da forma simples pela qual ele sabe que “cão” significa cão, mas ele deve conhecer o significado real, verdadeiro, de uma convenção. Para tanto seu conhecimento do que é uma língua deve ser considerado a priori. Esta reflexão pode ser repetida em níveis mais particulares. Há toda sorte de enunciados específicos que podem ser feitos em uma língua, e certamente a experiência exerce aqui um papel. Contudo, saber o que isto significa para fazer uma proposição pode definitivamente não ser adquirido pela experiência, mas antes, deve ser pressuposto por qualquer orador de uma língua. O que é uma proposição não pode ser explicado a um orador apenas por meio de outro enunciado, a menos que ele já conheça como interpretar isto como uma proposição. Ademais, o mesmo é verdadeiro com as definições: não definimos “definição” ostensivamente apontando para alguém que esteja justamente fazendo alguma definição, porque, justo como no caso em que a palavra “cão” é definida ao apontarmos para um cão, uma compreensão do significado de definições ostensivas deve já estar pressuposto quando se entende que o fato de se apontar para um cão, acompanhado do som [cão] significa que “cão” é cão, então assim como com [p. 111] a “definição”. Definir a definição ostensivamente seria inteiramente desprovido de sentido, a menos que se conhecesse que o som particular feito era suposto significar algo cuja identificação devesse ser assistida pelo apontamento, tal como então identificar objetos particulares como exemplos de propriedades gerais, abstratas. Em suma, para se definir qualquer

termo por convenção, devemos supor que um orador tenha a priori conhecimento do significado real – a real definição de “definição”¹⁶.

O conhecimento sobre a língua, portanto, que deve ser considerado a priori naquilo que deve ser pressuposto por qualquer orador ao falar qualquer língua, é aquele de como fazer convenções reais, de como fazer uma proposição ao fazer um enunciado (ou seja, de como dar significado a algo ao dizer algo) e como fazer uma definição real e identificar casos particulares de propriedades gerais. Qualquer negação disto seria autodestrutiva, já que teria de ser feita em uma linguagem, fazendo proposições e usando definições. E como qualquer experiência é uma experiência conceitual, ou seja, experiência em termos de alguma língua – e dizer que isto não é assim e explicá-la seria apenas provar o ponto em que teria de ser lançada em uma linguagem, também – por *saber* disto como sendo verdadeiro de uma língua a priori, também conheceria uma verdade a priori sobre a realidade: que ela é feita de objetos particulares que possuem propriedades abstratas, ou seja, propriedades sobre as quais é possível encontrar outros casos; que qualquer outro objeto ou tem ou não tem alguma propriedade definida e então há fatos que podem ser ditos como sendo o caso, certo ou errado; e também que não pode ser conhecido a priori o que são todos os fatos, exceto que eles certamente também devem ser fatos, ou seja, instâncias de propriedades particulares abstratas. Mais uma vez, não se sabe tudo isto da experiência, já que a experiência é tudo o que pode aparecer nas formas já descritas¹⁷.

Com isto em mente podemos retornar ao campo de ação para prover o ponto específico em que se tem um positivo conhecimento apriorístico de ações e conseqüências porque as ações, também, são construções feitas pelo homem [p.112] que podem ser completamente entendidas relativamente às suas regras de construção; e que o empirismo-positivismo não pode – sob pena de contradição – pensar enfraquecer ou mesmo desafiar seriamente a questão econômica contra o socialismo, já que esta questão ultimaria apoiada em tais fundamentos, onde a filosofia empirista coloca-se em contradição com ela.

Na primeira etapa argumentativa eu devo demonstrar que a metodologia empirista, contrária à sua própria reivindicação, não tem a possibilidade de ser aplicada às ações e portanto revela uma primeira, embora negativa, instância de conhecimento apriorístico sobre ações. O Empirismo alega que as ações, assim como qualquer fenômeno, podem e devem ser explicadas por meio de hipóteses causais que podem ser confirmadas ou refutadas pela experiência. Agora, se este fosse o caso, então o empirismo seria forçado a assumir (contrariamente à sua própria doutrina de que não existe conhecimento apriorístico como conhecimento sobre a realidade) que causas que operam invariavelmente no tempo com respeito às ações existem. Alguém que não soubesse de antemão qual evento particular pode ser a causa de uma particular *ação-experiência* teria de revelar isto. Entretanto, para seguirmos no modo que o empirismo quer que procedamos – relatar diferentes experiências relacionadas a seqüências de eventos como ou confirmando ou refutando cada uma delas, e se refutando, então respondendo com uma reformulação da hipótese causal original – uma constância sobre o tempo na operação das causas deve ser pressuposta. Contudo, se isto fosse verdade, e se as ações pudessem de fato ser concebidas como governadas por causas que operam invariavelmente no tempo, o quê poderia explicar os explicadores, ou seja, as pessoas que carregam no próprio processo da criação da hipótese, de verificação e teste; - todos nós, isto é, que agimos no modo que os empiristas nos dizem para agir? Evidentemente, para se fazer tudo isto – assimilar a confirmação ou refutação de experiências, substituir velhas hipóteses por novas – devemos assumidamente ser

capazes de aprender. Contudo, se alguém é capaz de aprender da experiência, e o empirista é compelido a admitir isto, então alguém não pode saber em um dado tempo qualquer o que outro irá saber a um tempo posterior e como ele irá [p.113] agir baseado neste conhecimento. Antes, uma pessoa pode apenas reconstruir as causas das ações de outro depois do evento, assim como alguém pode explicar o conhecimento de outra pessoa apenas depois que ela já o possui. Portanto, a metodologia empirista aplicada ao campo do conhecimento e ação, que contém conhecimento como seu necessário ingrediente, é simplesmente contraditória – um absurdo lógico¹⁸. O princípio de constância pode ser corretamente assumido dentro da esfera dos objetos naturais e como tal a metodologia do empirismo pode ser nela aplicada, mas com respeito às ações, qualquer tentativa por meio de uma explicação empírica causal é logicamente impossível, e isto, que definitivamente é conhecimento sobre algo real, pode ser conhecido com certeza. Nada pode ser conhecido a priori acerca de qualquer ação em particular; mas um conhecimento a priori existe com relação às ações tanto quanto estas são propriamente ações. Pode ser conhecido a priori que nenhuma ação pode ser concebida como enunciável à base de causas constantes.

A segunda análise com respeito à ação é do mesmo tipo. Demonstrarei que enquanto as próprias ações não podem ser concebidas como causadas, o que quer que seja uma ação deve pressupor a existência de causalidade no mundo físico no qual as ações são realizadas. Causalidade – que a filosofia empirista-positivista de alguma maneira tem de assumir para que seus próprios procedimentos metodológicos sejam logicamente plausíveis, mesmo embora definitivamente não se possa dizer que sua tese seja derivada da experiência e justificada em seus termos – é uma categoria de ação, ou seja, é produzida ou construída por nós ao seguirmos alguma norma procedimental; e esta norma, por sua vez, demonstra ser necessária para agirmos, propriamente. Em outras palavras, esta norma é tal que não pode concebivelmente ser refutada, dado que mesmo a tentativa de refutá-la teria de pressupô-la.

Após o que tem sido dito sobre a causalidade, seria certamente fácil ver que esta é antes uma característica produzida do que dada da realidade. Uma pessoa não experimenta e aprende que há causas que sempre operam do mesmo jeito [p.114] e nas bases das quais é possível fazer predições sobre o futuro. Antes, alguém estabelece que os fenômenos compreendem tais causas ao ser seguido um tipo particular de procedimento investigativo, por refutar - em princípio - permitir quaisquer exceções, ou seja, casos de inconstância, e por estar preparado para lidar com eles ao produzir uma nova hipótese causal cada vez que tal inconstância aparente ocorrer. Mas, o que faz esta forma de procedimento necessária? Por que alguém *tem* de agir desta maneira? Por que se comportar deste modo é o que é realizar ações intencionais; e assim que alguém age intencionalmente, a pressuposição de causas constantemente operativas é precisamente o que ele faz. Atos intencionais são caracterizados pelo fato de que um ator interfere em seu ambiente e muda certas coisas, ou evita que sejam mudadas, e então desvia o curso “natural” dos eventos para alcançar um resultado preferido ou um estado de coisas; ou no caso de uma interferência ativa que se mostre impossível, ele se prepara para um resultado que ele não pode fazer nada acerca que a não ser antecipar-se no tempo, procurando por eventos temporários anteriores que indiquem o último resultado. Em qualquer caso, para produzir um resultado que de outra maneira não ocorreria, ou para ser capaz de se adaptar a um resultado inevitável que de outro modo poderia vir como uma completa surpresa, o ator deve pressupor causas que operem constantemente. Ele não interferiria se ele não assumisse que isto o ajudaria a trazê-lo ao resultado desejado; e ele não iria preparar-se e ajustar-se a nada a não ser que ele

pensasse que os eventos em cuja base ele começou suas preparações eram certamente as causas constantemente operativas que iriam produzir o resultado em questão, e que a preparação tomada iria certamente levá-lo ao objetivo almejado. Obviamente, um ator pode agir erroneamente com respeito às suas impressões particulares de relações de causa e efeito e um resultado desejado pode não vir a despeito da interferência, ou um evento antecipado para o qual as preparações que tinham sido feitas podem falhar em ocorrer. Entretanto, não importa o que aconteça a respeito, se ou não os resultados conformar-se-ão às expectativas, se ou não as ações relacionadas a algum dado [p.115] resultado ou evento serão mantidas para o futuro, qualquer ação, modificada ou não, pressupõe que há causas constantemente operativas mesmo se nenhuma causa particular para um evento particular possa ser pré-conhecido por qualquer ator a qualquer tempo. De fato, negar que qualquer fenômeno natural é governado por causas que operem invariavelmente no tempo requereria a alguém demonstrar que os dados fenômenos não podem ser previstos ou produzidos na base das variáveis antecedentes. Entretanto, certamente, tentar provar isto iria de novo necessariamente pressupor que a ocorrência ou não ocorrência do fenômeno sob escrutínio poderia ser realizada ao tomar a ação apropriada e que o fenômeno deve então assumidamente ser englobado em uma rede de causas constantemente operativas. Portanto, somos forçados a concluir que a validade do princípio de constância não pode ser refutada por qualquer ação dado que qualquer ação teria de pressupô-lo¹⁹. (Existe apenas um modo pelo qual se pode dizer que a “experiência” poderia “refutar” o princípio de constância: se o mundo físico fosse de fato tão caótico que ninguém mais poderia de nenhuma forma agir, então obviamente não haveria muita lógica falar de um mundo com causas constantemente operativas. Entretanto, os seres humanos, cuja característica essencial é agir intencionalmente, não seriam mais aqueles que experimentariam esta inconstância. Tanto quanto alguém sobreviva como um ser humano - e isto é o que o argumento em questão diz - o princípio de constância deve ser assumido como válido a priori, como qualquer ação deve pressupô-lo e nenhuma experiência que qualquer um pudesse de fato ter seria possível desaprová-lo)²⁰.

Implícito na categoria da causalidade está o tempo. Quando alguém produz ou se prepara para um certo resultado e portanto categoriza os eventos como causas e efeitos, também distingue entre os eventos anteriores e os posteriores. Para se ter certeza, esta categorização não é simplesmente derivada da experiência, ou seja, da mera observação das coisas e dos eventos. A seqüência de experiências como aparecem na ordem temporal das observações de alguém é uma coisa bastante diferente da seqüência real em tempo real. Como matéria [p.116] de fato, alguém pode observar as coisas em uma ordem que é exatamente o oposto da ordem temporal real em que elas estão dispostas umas às outras. Que alguém saiba como interpretar observações de um modo que possa se desviar e retornar à ordem temporal nas quais elas foram feitas e até mesmo localizar eventos em um tempo objetivo requer que o observador seja um ator e saiba o que significa produzir ou preparar algum resultado²¹. Somente porque alguém é o ator, e as experiências são realizadas por uma pessoa agente, podem os eventos ser interpretados como tendo ocorrido antes ou depois. Além disso, ninguém pode saber da experiência que as experiências devem ser interpretadas com referências às ações, assim como o desempenho de qualquer ação já pressupõe a posse de experiências interpretadas desta forma. Nenhuma pessoa que não saiba o que significa agir poderia jamais experimentar eventos localizados em tempo real, e então o significado do tempo deve ser assumido como sendo conhecido a priori para qualquer agente porque o fato é que ele é um ator.

Adicionalmente, as ações não apenas pressupõe a causalidade e uma ordem temporal objetiva, mas também requerem valores. Valores, também, não são conhecidos por nós por meio da experiência; antes, o oposto é que é verdadeiro. Alguém somente experimenta as coisas porque elas são coisas em que um valor positivo ou negativo pode ser alocado no curso da ação. Apenas por um *ator*, podemos dizer, podem as coisas ser experimentadas como valoradas e, até mais genericamente, somente porque alguém é um ator é que tem experiências conscientes de alguma forma, já elas informam sobre coisas que poderiam ser valoradas do ponto de vista de uma pessoa agente. Mais precisamente: para qualquer ação um ator persegue um objetivo²². Ele quer produzir um resultado definido ou preparar-se para um resultado que ele não pode evitar que ocorra. Qualquer que seja o resultado de sua ação (que obviamente, só se pode saber da experiência), o fato de que é perseguido por um ator revela que ele atribui um valor a ele. Como matéria de fato, isto revela que logo no início de sua ação ele atribui um valor relativamente maior a ele que sobre qualquer outro resultado da ação que ele poderia pensar, ou de outra maneira ele teria agido diferentemente. Além disso, [p. 117] desde que para alcançar seu objetivo mais valioso qualquer ator interfere em um ponto anterior no tempo ou deve observar um evento anterior de modo a começar algumas preparações para alguma futura ocorrência, qualquer ação deve também empregar meios (nem que seja pelo menos o próprio corpo do ator e o tempo absorvido pela interferência das preparações) para produzir o fim desejado. Como estes meios são assumidos como causalmente necessários para a conquista do objetivo valorizado, ou de outra maneira o ator não os teria empregado, o valor também deve ser atribuído a eles. Não apenas os objetivos, então, têm valor para um ator, mas também os meios – um valor que é derivado daquele do fim pretendido, já que ninguém alcançaria um fim sem o emprego de alguns meios. Em adição, como as ações podem somente se realizar sequencialmente por um ator, cada ação envolve uma escolha a ser feita. Envolve pegar aquele curso da ação que no momento de agir promete o resultado mais altamente valorado pelo ator e que, portanto, merece dele a preferência dada. Ao mesmo tempo, envolve excluir outras possíveis ações com resultados esperados de menor valor. Como consequência de ter de escolher quando agir – de não ser capaz de realizar todos os objetivos valorados simultaneamente – o desempenho de cada e de toda ação implica a ocorrência de custos. O custo de uma ação é o preço que deve ser pago por ter de preferir um curso de ação em detrimento de outro, e isto soma valor agregado ao objetivo mais altamente valorado que não pode ser realizado ou cuja realização deve ser agora adiada, porque os meios necessários para produzi-lo estão ligados à produção de qualquer outro fim, até mesmo mais altamente valorizado. Em adição, enquanto isto implica que a qualquer ponto de partida qualquer ação deve ser considerada valorável, mais que seus custos e capaz de assegurar um lucro ao ator, ou seja, um resultado cujo valor é graduado como maior que seus custos, qualquer ação está também ameaçada pela possibilidade de uma perda. Tal perda ocorreria se em retrospecto um ator descobrisse que - contrariamente à sua própria expectativa anterior – o resultado em questão tivesse um valor menor que o da alternativa abandonada. Como justamente toda ação necessariamente busca um lucro, a possibilidade de [p.118] uma perda, também, é um acompanhamento necessário de qualquer ação. Porque um ator pode sempre ir na direção errada com respeito ao seu conhecimento causal-tecnológico, e os resultados buscados podem ser mal-sucedidos ou os eventos para os quais eles foram produzidos não ocorram; ou ele pode errar porque toda ação leva tempo para se completar e o valor agregado aos diferentes objetivos pode mudar no percurso dos acontecimentos, tornando as coisas menos valiosas agora do que antes, quando pareciam mais valiosas.

Todas estas categorias - valores, fins, meios, escolhas, preferências, custos, lucro e perda – estão implicadas no conceito de ação. Nenhuma delas deriva da experiência. Antes, que alguém seja capaz de interpretar as experiências de acordo com as categorias acima requer que já conheça o que significa agir. Ninguém que não seja um ator poderia entendê-las já que não são “dadas” prontas para serem experimentadas, mas a experiência é posta nestes termos assim como é construída por um ator de acordo com as regras necessárias para a ação. Para se ter certeza, já que as ações são coisas reais e uma pessoa não pode não *agir* - assim como a própria intenção de fazer isto seria por si mesma uma ação que busca um objetivo, requerendo meios, excluindo outros cursos de ação, incorrendo em custos, sujeitando o autor à possibilidade de não alcançar o fim desejado e de sofrer uma perda – o conhecimento do que significa agir deve ser considerado conhecimento sobre a realidade que, por sua vez, é *a priori*. A mera posse dele não poderia deixar de ser conseguida ou reprovada, desde que isto mesmo já pressuporia sua existência. Como matéria de fato, uma situação em que estas categorias de ação pudessem cessar de ter uma existência real não poderia jamais ser por si mesma observável, já que uma observação é em si mesma uma ação²³.

A análise econômica, e a análise econômica do socialismo em particular, tem como seu fundamento um conhecimento apriorístico do significado da ação bem como de seus constituintes lógicos. Essencialmente, a análise econômica consiste de: (1) uma compreensão das categorias de ação e do significado de uma mudança nos valores, custos, conhecimento tecnológico, etc.; (2) uma [p.119] descrição de uma situação na qual tais categorias assumam um significado concreto, onde pessoas definidas são identificadas como atores com objetos definidos especificados como os significados da ação, com objetivos definidos identificados como valores e coisas definidas especificadas como custos; e (3) uma dedução das conseqüências que resultam do desempenho de alguma ação específica nesta situação, ou das conseqüências que resultam para um ator se esta situação for mudada de um modo específico. Além disso, esta dedução deve ganhar conclusões válidas a priori, dado que não há erros gritantes no mesmo processo de dedução e que a situação e a mudança introduzidas nela sendo dadas, e a priori – conclusões válidas sobre a realidade da situação e a mudança de situação, como descritas, podem elas mesmas ser identificadas como reais, porque então sua validade ultimaria em retornar à validade indisputável das categorias da ação.

É ao longo desta etapa metodológica que na discussão precedente do socialismo a conclusão foi derivada, no caso, sobre se o trabalho gasto por um ator não era ele mesmo o objetivo de sua ação, mas antes apenas seu meio de alcançar o fim pretendido de produzir um ganho e se este ganho então for reduzido contra seu consentimento – por tributação – então para ele o custo de aplicar trabalho terá sido aumentado, assim como o valor de outros objetivos alternativos que podiam ser perseguidos por meio de seu corpo e tempo tem aumentado em termos relativos e, portanto, deve resultar em uma redução do incentivo ao trabalho. Ao longo desta etapa, também, a conclusão – como uma conclusão apriorística – foi alcançada, no caso, sobre se os verdadeiros usuários dos meios de produção não têm o direito de vendê-los ao comprador que se dispuser a pagar mais caro, então ninguém pode estabelecer os custos monetários envolvidos na produção que é então por eles realizada (o valor monetário, isto é, das oportunidades abandonadas, por não terem sido usadas de modo diverso), e ninguém mais pode assegurar se estes meios serão certamente empregados na produção de tais bens considerados como sendo os bens mais bem valorados pelos atores no começo de seus esforços produtivos. Portanto, uma reduzida saída em termos de poder de compra deve ocorrer. [p. 120]

Depois desta longa digressão no campo da epistemologia, permita-se-nos retornar à discussão do socialismo da engenharia social. Esta digressão foi necessária para refutar a reivindicação do empirismo-positivismo, que se fosse verdade que tivesse salvado o socialismo, então nada categórico poderia ser dito contra qualquer esquema político, já que apenas a experiência pode revelar as conseqüências reais de certas políticas. Contra isto eu tenho assinalado que o empirismo claramente parece contradizer a intuição. De acordo com a intuição, a lógica é mais fundamental que a experiência e é também conhecimento sobre coisas reais. Adicionalmente, o empirismo-positivismo volta a ser autocontraditório, já que ele mesmo deve pressupor a existência de um conhecimento a priori como conhecimento real. Certamente existe uma porção de conhecimento positivo apriorístico que deve ser pressuposto em cada experiência e pessoa agente, porque esta sabe o que significa agir, e que não pode refutar isto pela experiência, já que a mera tentativa de fazer isto já por ela mesma pressuporia a validade do que colocamos em questão.

A discussão tem nos levado à conclusão que pode ser resumida como segue: “a experiência não afasta a lógica, mas antes, o oposto é verdadeiro”. A lógica aprimora e corrige a experiência e nos diz que tipo de experiências nós podemos possivelmente realizar, e quais aquelas são, ao contrário, devido a um pensamento falacioso e pernóstico, as que melhor seriam rotuladas como “sonhos” ou “fantasias”, do que como experiências relacionadas à “realidade”. Com esta reafirmação sobre a solidez dos fundamentos nos quais tem sido construída a questão econômica contra o socialismo, uma crítica bem direta sobre o socialismo da engenharia social é agora possível; uma crítica que é novamente do tipo lógico, desenhando um conhecimento apriorístico, e demonstrando que os objetivos perseguidos pelo socialismo da engenharia social jamais poderão ser alcançados pelos meios que ele propõe desde que entrariam em contradição com tal conhecimento. A crítica seguinte pode agora ser breve, já que a ideologia da engenharia social, apartada de sua metodologia empirista-positivista, que tem sido provada como falsa, não é diferente [p.121] das outras versões de socialismo. Portanto, a análise apresentada nos capítulos precedentes relacionada ao socialismo conservadorista e social-democrata também aqui encontra aplicação.

Isto se torna claro uma vez que as normas de propriedade do socialismo de engenharia-social são estatuídas. Primeiro, os usuários-proprietários dos recursos escassos podem fazer o que quiserem com eles. Todavia, posteriormente, sempre que o resultado deste processo não agrada à comunidade dos engenheiros-sociais (pessoas, isto é, que não são os usuários-proprietários das coisas em questão e que não têm um título contratualmente adquirido para eles), esta tem o direito de interferir nas práticas dos verdadeiros usuários-proprietários e determinar o uso destes meios, portanto, restringindo seus direitos de propriedade. Mais adiante, a comunidade de engenheiros-sociais tem o direito de determinar unilateralmente o que é ou o que não é uma produção preferida, e pode então restringir os direitos de propriedade dos proprietários naturais quando, onde e em que extensão pensar ser necessário com o objetivo de determinar uma produção preferida.

Com respeito a estas normas de propriedade, percebe-se de uma só vez que embora o socialismo de engenharia-social permite para uma gradual implementação de seus objetivos apenas um grau moderado de intervenção nos direitos de propriedade dos proprietários naturais, desde que o grau com que estes direitos possam ser encurtados seja determinado pela sociedade (os engenheiros sociais), a propriedade privada é em princípio abolida e os empreendimentos produtivos das pessoas são realizados sob a ameaça de uma sempre crescente ou mesmo total expropriação dos proprietários

privados. Com respeito a isso não há diferença alguma entre o socialismo social-democrata, o conservadorista e o socialismo de engenharia social. Novamente, a diferença é reduzida a uma questão de psicologia social. Enquanto o socialismo marxista redistributivista, e o socialismo conservadorista querem todos alcançar um objetivo geral pré-determinado – um objetivo de *égalité* ou da preservação de uma dada ordem – o socialismo de engenharia-social não possui nenhum tal projeto. Sua idéia é a de uma engenharia pontual, de intervenção sem princípios pré-definidos, flexível, de pequenos [p.122] bocados. A Engenharia socialista é, portanto, aparentemente muito mais aberta à crítica, às mudanças de resposta, às novas idéias – e esta atitude certamente ganha apelo em uma multidão de pessoas que não subscreveria espontaneamente quaisquer das outras formas de socialismo. Em outra mão, contudo, e isto deve ser mantido em mente também, não há quase nada, mesmo a coisa mais ridícula, que alguns engenheiros sociais não gostassem de tentar sobre seus semelhantes, a quem eles têm como róis de variáveis a serem tecnicamente manipuláveis tais como peões num tabuleiro de xadrez ao emitirem os estímulos corretos^J.

Em qualquer caso, desde que o socialismo da engenharia social não difere em princípio de nenhuma das outras versões de socialismo, no que concerne a uma redistribuição de títulos de propriedade dos usuários e contratantes dos recursos escassos para os não usuários e não-contratantes, ele também aumenta o custo da produção e, portanto, tende a uma redução na produção de riqueza; e isto é necessariamente assim; ninguém necessita experimentar primeiro para alcançar esta conclusão. A conclusão geral é verdadeira, não importa o curso específico que a social-engenharia possa tomar. Permita-se-nos dizer que a comunidade de engenheiros sociais não aprova que algumas pessoas tenham uma renda baixa e então decidem fixar salários mínimos acima dos níveis atuais do mercado²⁴. A lógica nos informa que isto implica uma restrição dos direitos de propriedade dos empregadores, assim como também os empregados não são têm mais a permissão de lutar por certos tipos de barganhas mutuamente benéficas. A consequência é e deve ser o desemprego. Ao invés de receber um salário menor, algumas pessoas não receberão salário nenhum, à medida que alguns empregadores não poderão pagar por custos adicionais ou contratar tantas pessoas quanto eles desejassem a custos menores. Os empregadores serão prejudicados, já que eles têm de empregar menos pessoas e o desempenho da produção, portanto, será menor, em termos relativos; e os empregados serão prejudicados, já que, ao invés de alguma renda, embora pequena, eles passarão a não ter renda alguma. Não é possível prever *a priori* quais dos empregados e empregadores irão sofrer mais com isto, exceto que serão aqueles dos primeiros cujos [p.123] serviços de trabalho específico possuem um valor relativo menor no mercado, e precisamente aqueles dos últimos que contratam especificamente este tipo de trabalho. Contudo, sabendo da experiência, por exemplo, que os serviços com pouca qualificação são particularmente freqüentes entre os jovens, entre os negros, entre as mulheres, entre os velhos que desejam reingressar no mercado de trabalho após um longo período de inatividade, etc, pode-se prever com certeza que serão os grupos mais atingidos pelo desemprego. E, para se ter certeza, o justo fato de que o problema que a intervenção originalmente supunha solucionar (a baixa renda de algumas pessoas) agora está mesmo pior do que antes, poderia ter sido conhecido *a priori*, independentemente de qualquer experiência! Pensar que, mal-guiado pela falaciosa metodologia empirista, tudo isto tem de primeiro ser experimentado como se

^J Note-se que é precisamente o caso, neste início do século XXI, do que acontece no Brasil e talvez ainda de uma forma mais intensa, na União Européia.

não houvesse sido conhecido não é apenas uma fraude científica; como todas as ações baseadas em fundamentos intelectuais mal-concebidos, também é extremamente custoso.

Ao procurar ainda um outro exemplo, a comunidade dos engenheiros-sociais não aprecia o fato de que os aluguéis de casas e apartamentos sejam altos como são, e que, portanto, algumas pessoas não sejam capazes de viver tão confortavelmente como eles pensam que deveriam. Coerentemente, uma legislação que regulamente os aluguéis é editada, estabelecendo faixas de preços máximas para certos apartamentos²⁵. Esta é a situação, por exemplo, em Nova York, ou em uma escala muito maior, em toda a Itália. Novamente, sem ter de esperar para que as conseqüências se tornem reais, já sabemos o que irá acontecer. A construção de novos apartamentos irá decair, já que o retorno do investimento é agora menor. E com respeito aos apartamentos então existentes, uma carência imediata irá ocorrer, já que a demanda por eles, uma vez que seus preços tornaram-se menores, irá aumentar. Alguns apartamentos então existentes poderão nem mesmo ser mais alugados, se os aluguéis fixados vierem a se tornar tão baixos que o preço não cubra nem mesmo o custo da deterioração que ocorre pelo só fato de viver e usar o apartamento. Haveria então uma tremenda falta de moradias, ao lado de milhares de apartamentos vazios. (e a cidade de Nova York e a Itália nos servem como perfeitas ilustrações disso.). Assim, não há saída pra isto, já que [p.124] não há como pagar para a construção de novos apartamentos. Em adição, as crescentes faltas de moradias irão resultar em uma inflexibilidade muito custosa, já que as pessoas que felizmente conseguiram se instalar em um dos apartamentos subvalorizados tornar-se-ão cada vez mais resistentes à idéia de se mudarem novamente, a despeito do fato de que, por exemplo, o tamanho da família normalmente muda durante o ciclo de vida e, portanto, diferentes necessidades com respeito à moradia emergem, e isto sem contar o fato que diferentes oportunidades de trabalho podem aparecer em diferentes lugares. Assim, um imenso desperdício de espaços para locação ocorre, porque as pessoas mais idosas, por exemplo, que ocupam grandes apartamentos, os quais estavam na medida adequada quando seus filhos ainda lá viviam quando crianças, mas que agora se tornaram grandes, não podem se mudar para apartamentos menores uma vez que não há disponíveis; e jovens famílias que necessitam de lares maiores não podem encontrá-los da mesma forma, precisamente porque tais lugares não estão disponíveis. Desperdício também ocorre porque as pessoas não se mudam para os locais onde há a maior demanda por seus serviços profissionais específicos, o que as faz gastarem grande quantidade de tempo transportando-se a lugares distantes, meramente porque elas não podem encontrar um lugar para viver onde há trabalho pra elas, ou elas podem apenas encontrar acomodações a um preço muito maior que seu atual aluguel fixado baixo. Claramente, o problema que os engenheiros sociais queriam resolver por meio da introdução de legislação de controle de aluguéis agora é muito pior que antes e o padrão geral de vida, em termos relativos, tem declinado. Mais uma vez, tudo isto poderia ser conhecido *a priori*. Para os engenheiros sociais, contudo, mal-guiados por uma metodologia empirista-positivista que diz a eles que não há meios de conhecer os resultados a menos que as coisas sejam de fato tentadas, esta experiência irá apenas provavelmente formatar o estágio para uma próxima intervenção. Talvez os resultados não foram exatamente os esperados porque alguém tinha esquecido de controlar alguma outra importante variável, e que deveríamos agora ir adiante e encontrá-la. Mas, como este capítulo tem demonstrado, há um meio de conhecer antecipadamente que nem o primeiro nem sequer quaisquer outros atos subseqüentes de intervenção irão alcançar seus objetivos, já que todos eles implicam em uma interferência nos direitos dos proprietários naturais [p.125] das coisas por não usuários e não-contratantes²⁶.

Para se compreender isto, é apenas necessário retornar ao óbvio raciocínio econômico; perceber que a única natureza epistemológica da economia é uma ciência apriorística da ação humana que se baseia em fundamentos cuja negação mesma deve pressupor sua validade; e reconhecer, a seu turno, que uma ciência da ação estabelecida em uma metodologia empirista-positivista é tão mal-formulada quanto o enunciado “alguém pode ter seu bolo e simultaneamente comê-lo.” [p.126][p.127]

Capítulo 7 - A Justificativa Ética do Capitalismo

Os últimos quatro capítulos nos proveram com argumentos sistemáticos e evidência empírica para a tese de que o socialismo, como um sistema social que não é completamente baseado na “teoria natural da propriedade”, (a regra de que o-primeiro-que-usa-é-o-primeiro-que-possui) que caracteriza o capitalismo, deve necessariamente ser, e de fato é, um sistema inferior com respeito à produção de riqueza e do padrão geral de vida. Isto pode satisfazer aquele que acredita que a riqueza econômica e os padrões de vida são os critérios mais importantes para julgarmos uma sociedade – e não pode haver dúvida de que, para muitos, um padrão de vida é uma questão da maior importância – e por causa disto é certamente necessário manter todos os argumentos econômicos acima em mente. Ainda, há pessoas que não atribuem muita importância à riqueza econômica e que graduam outros valores eventualmente maiores – felizmente, poder-se-ia dizer, para o socialismo, porque ele pode então silenciosamente esquecer sua reivindicação original de ser capaz de trazer mais prosperidade à humanidade, e ao invés, recorrer ao completamente diferente, mas ainda mais inspirador argumento, que, enquanto o socialismo pode não ser a chave para a prosperidade, ele pode significar justiça, solidariedade e moralidade (todos os termos usados como sinônimos aqui). E pode-se argüir que uma troca entre eficiência e justiça, uma mudança de “menos riqueza” por “mais justiça” é justificável, desde que justiça e solidariedade são fundamentalmente mais valiosas que riqueza econômica.

Este argumento será examinado com mais detalhes neste capítulo. Ao fazer isto, dois argumentos separados, mas co-relacionados, serão analisados: (1) a reivindicação feita em particular pelos socialistas dos campos marxista e social-democrata, e por um grau menor pelos conservadoristas, que um caso fundamentado em favor do [p. 128] socialismo por ser feito por causa do valor moral de seus princípios e, *mutatis mutantis*, que o capitalismo não pode ser defendido moralmente; e (2) a reivindicação do socialismo empirista que os enunciados normativos (do tipo “dever” ou “poder”) - desde que eles não são por si só relacionados a fatos, nem simplesmente definem uma definição verbal, e então ambos não são nem conceitos empíricos nem analíticos - então não são conceitos de forma alguma, pelo menos não conceitos que pudéssemos chamar de “cognitivos” no mais amplo dos sentidos, mas antes, meras “expressões verbais” usadas para expressar ou realçar sentimentos tais como “uau” ou “grrrrr”¹.

O segundo, empirista, ou, como sua posição aplicada ao campo da moral é chamada reivindicação “emotivista”, será lidada por primeiro, em um modo de maior alcance². A posição emotivista é derivada da aceitação da reivindicação central empirista-positivista que a distinção dicotômica entre os conceitos empíricos ou analíticos é de uma natureza totalmente inclusiva; isto é, que qualquer enunciado, qualquer que seja, deve ser empírico ou analítico e jamais ser ambos. Esta posição, como será visto, torna-se autodestrutiva sob uma inspeção mais acurada, tal como o empirismo em geral mostrou-se ser autocontraditório³. Se o emotivismo é uma posição válida, então sua proposição básica com respeito a enunciados normativos deve ser ela mesma analítica ou empírica, ou de outra forma deve ser uma expressão de emoções. Se é tomada como analítica, então é um mero sofisma verbal, não dizendo nada acerca de nada real, mas antes apenas definindo um som por outro, e o emotivismo deve então ser uma doutrina nula. Se, ao invés, é empírica, então a doutrina não pode carregar nenhum

peso, já que sua proposição central bem que poderia estar errada. Em qualquer caso, verdadeira ou errada, seria apenas uma proposição definindo um fato histórico, ou seja, de como certas expressões que têm sido usadas no passado, que em si mesmas não ofereciam nenhuma razão que fosse, porque teriam de ser o caso no futuro também, e então porque deveríamos, ou antes, não deveríamos procurar por enunciados normativos que fossem mais que expressões de emoções naquilo que significam serem justificáveis. E a doutrina emotivista também perderia todo seu peso se fosse adotada a terceira alternativa [p.129] e declarado como seu próprio princípio fundamental o conceito de “uau”, também. Porque, se este fosse o caso, então não conteria nenhuma razão pela qual devêssemos relacionar e interpretar certos enunciados de certas maneiras, e então se nossos próprios instintos ou sentimentos não soem coincidir com a estupefação de alguém mais, não haveria nada que pudesse evitar, ao contrário, que cada qual seguisse seus próprios sentimentos. Tal como um enunciado normativo não seria mais do que o latido de um cão, então a posição emotivista não é mais do que comentário em forma de latidos, acerca de latidos.

Em outra mão, se a proposição central do empirismo-positivismo, diga-se, que os enunciados normativos não possuem nenhum significado cognitivo, mas são simplesmente expressões de sentidos, é ela mesma tida como um enunciado significativo comunicando que deveríamos conceber de todos os postulados que estes não são analíticos ou empíricos, mas meros símbolos expressivos, então a posição emotivista torna-se completamente contraditória. Esta posição deve então assumir, ao menos implicitamente, que certas opiniões, isto é, aquelas relativas a enunciados normativos, não podem simplesmente ser compreendidas e dotadas de significado, mas a elas também deve ser dada uma justificativa como postulados com significados específicos. Portanto, devemos concluir que o emotivismo comete uma falta, porque se fosse verdadeiro, então ele não poderia nem mesmo dizer e significar o que propõe – simplesmente não existiria como uma posição que pudesse ser discutida e avaliada com respeito à sua validade. Todavia, se é uma posição dotada de sentido que pode ser discutida, então desmente sua própria premissa básica.

Mais além, o fato de que é verdadeiramente uma posição dotada de sentido, deve-se notar, não pode nem mesmo ser disputado, já que não podemos comunicar e argüir que não podemos comunicar e argüir. Antes, deve ser pressuposto de *qualquer* posição intelectual, que é dotada de significado e pode ser argumentada com respeito ao seu valor cognitivo, simplesmente porque é apresentada em uma linguagem e comunicada. Argumentar de outra maneira já iria implicitamente admitir sua validade. Somos forçados, então, a aceitar a abordagem racionalista para a ética pela própria mesma razão com que somos forçados a adotar a epistemologia racionalista ao invés [p.130] da empirista⁴. Ainda com o emotivismo tão refutado, eu ainda estou distante, ou assim parece, de meu objetivo estabelecido, que eu divido com os socialistas marxistas e conservadoristas, de demonstrar que um caso fundamentado a favor ou contra o socialismo ou capitalismo possa ser feito. O que eu tenho alcançado, de longe, é a conclusão sobre se a questão de os enunciados normativos serem ou não de natureza cognitiva é por si mesma um problema cognitivo. Entretanto, ainda parece haver uma grande confusão daqui até à prova que propostas de normas reais podem ser certamente apresentadas como ou válidas ou inválidas.

Afortunadamente, esta impressão é errônea e já foi muito mais vencida aqui do que se pode suspeitar. Os argumentos acima nos mostram que qualquer reivindicação de verdade – a reivindicação conectada com qualquer proposição que seja verdadeira, objetiva, ou válida (todos os termos usados aqui como sinônimos) – é e deve ser

levantada e decidida com base no curso de uma argumentação. E desde que não podemos discutir sobre isto (uma pessoa não pode comunicar e argüir que alguém não possa comunicar e argüir), e devemos assumir que qualquer um conhece o que significa reivindicar algo como sendo verdadeiro (uma pessoa não pode negar este enunciado sem reivindicar sua negação como verdadeira), isto tem sido adequadamente “o apriori da comunicação e argumentação”⁵.

Agora, a argumentação nunca consiste apenas de proposições ao léu que reclamam serem verdadeiras. Antes, a argumentação é sempre uma atividade, também. Contudo, dado que as reivindicações de verdade são levantadas e decididas com base em argumentação e que a argumentação, a despeito do que quer que se diga em seu curso, é uma questão prática, segue-se que normas intersubjetivamente dotadas de significado devem existir – precisamente aquelas que fazem de alguma ação uma argumentação – que têm um *status* cognitivo especial que são as precondições práticas de objetividade e verdade.

Então, alcançamos a conclusão que devemos realmente assumir sobre se as normas devem ser justificáveis como válidas. É simplesmente impossível argumentar de outro modo, porque a habilidade de argumentar assim iria em verdade pressupor a validade daquelas normas [p.131] que motivam qualquer argumentação⁶. A resposta, então, à questão de que os fins podem ou não ser justificados deve ser derivada do conceito de argumentação, e com isto, o papel peculiar da razão ao determinar o conteúdo da ética recebe uma descrição precisa, também. Em contraste com o papel da razão ao estabelecer leis empíricas da natureza, a razão pode reivindicar obter resultados ao determinar as leis morais que podem ser apresentadas como válidas *a priori*. Isto apenas torna explícito o que já estava implícito no próprio conceito de argumentação, e ao analisar qualquer proposta de norma real, sua tarefa é e está meramente confinada à análise sobre se ela é ou não logicamente consistente com a mesma ética que o proponente deve pressupor como válida assim como ele é capaz de fazer sua proposta, propriamente⁷.

Contudo, qual é a ética implícita em uma argumentação cuja validade não pode ser questionada, já que a própria ação de questionar iria implicitamente ter de pressupô-la? Muito comumente tem sido observado que a argumentação implica que uma proposição requer aceitabilidade *universal*, ou, caso se trate de uma proposta de norma, que é “universalizável”. Aplicada às propostas de normas, esta é a idéia, como formulada na Regra de Ouro da ética ou no imperativo categórico Kantiano, que apenas as normas que podem ser justificadas podem ser formuladas como princípios gerais que sejam válidos para todos, sem exceção⁸. Certamente, como a argumentação implica que todos que entendem um argumento devem em princípio ser capazes de ser convencidos simplesmente por causa de sua força argumentativa, o princípio de universalização da ética agora pode ser entendido e explicado com base na maior “*apriori* da comunicação e argumentação”. Ainda, o princípio de universalização apenas oferece um puro critério formal para a moralidade. Para termos certeza, confrontado com este critério todas as proposições de normas válidas que especificarem regras diferentes para diferentes classes de pessoas podem ser apresentadas como carentes de qualquer legitimidade de serem universalmente aceitáveis como normas justas, a menos que a distinção entre as diferentes classes de pessoas fosse tal que implicasse nenhuma discriminação, mas que ao contrário, pudessem [p.132] ser aceitas como fundadas na natureza das coisas novamente por todos. Entretanto, enquanto algumas normas podem não passar no teste de universalização, se suficiente atenção for prestada à sua formulação, as normas mais ridículas, e o que obviamente é até mesmo mais relevante, até mesmo abertamente

normas incompatíveis, poderiam facilmente e igualmente bem passar. Por exemplo: “todos têm de ficar bêbados no domingo ou serão multados” ou “quem consumir bebidas alcoólicas será punido” são todas estas normas que não permitem discriminação entre grupos de pessoas e, portanto, poderiam ambas reclamar a condição de satisfazerem a condição de universalização.

Claramente então, o princípio de universalização por si só não nos provê nenhum conjunto positivo de normas que pudesse provar-se justificável. Contudo, há outras normas positivas implícitas na argumentação ao lado de qualquer princípio de universalização. Para reconhecê-las, é apenas necessário prestar atenção a três fatos inter-relacionados. Primeiro, a argumentação não é somente uma tarefa cognitiva, mas também prática. Segundo, a argumentação, como uma forma de ação, implica o uso de recursos escassos de um corpo. E terceiro, a argumentação é um meio de interação não-conflituoso, não no senso de que sempre há acordo sobre o que é dito, mas no senso que, enquanto a argumentação está em progresso, é sempre possível concordar pelo menos quanto ao fato de que há discordância sobre a validade do que tem sido proposto. E isto significa nada mais que um mútuo reconhecimento do controle exclusivo que cada pessoa exerce sobre seu próprio corpo e que deve ser pressuposto enquanto houver argumentação (note-se novamente que é impossível negar isto e requerer que esta negação seja verdadeira sem implicitamente ter de admitir sua verdade.).

Então, devemos concluir que a norma implícita na argumentação é a que qualquer pessoa tem o direito de controle exclusivo sobre seu próprio corpo como seu instrumento de ação e cognição. Apenas se houver pelo menos um implícito reconhecimento do direito de propriedade de cada indivíduo sobre seu próprio corpo poderá a argumentação ter lugar⁹. Somente enquanto este direito for reconhecido é possível para [p.133] alguém concordar com o que tem sido defendido em um argumento e então pode o que foi dito ser validado, ou é possível dizer “não” e concordar apenas com o fato de que há uma discordância. Certamente, quem quer que tente justificar qualquer norma já teria de pressupor o direito de propriedade de seu corpo como uma norma válida, simplesmente para poder dizer: “Isto é o que defendo ser verdadeiro e objetivo”. Qualquer pessoa que tentasse questionar o direito de propriedade sobre seu próprio corpo seria pego em contradição, já que argumentar deste modo e reclamar o seu argumento como verdadeiro já implicitamente aceitaria esta norma como válida.

Então podemos estabelecer que sempre que uma pessoa reivindicar que algum enunciado pode ser justificado, ela ao menos implicitamente assume como justificada a seguinte norma: “ninguém tem o direito de constranger sem consentimento o corpo de qualquer outra pessoa e então delimitar ou restringir o controle sobre seu próprio corpo”. Esta norma está implícita no conceito de justificação como justificação argumentativa. Justificar *significa* justificar sem ter de apoiar-se em coerção. De fato, se formulamos o oposto desta norma, ou seja, “qualquer um tem o direito de constranger sem consentimento outras pessoas” (uma norma, por sinal, que passaria no teste formal do princípio de universalização!) então seria fácil de ver que esta norma não é e não poderia ser defendida como uma argumentação. Para se fazer isto, de fato teríamos de precisamente pressupor a validade de precisamente o seu oposto, isto é, o já mencionado princípio de não-agressão.

Com esta justificação de uma norma de propriedade relativa ao corpo de uma pessoa pode-se ver que não se ganha muito, já que os conflitos sobre os corpos - para que no possível sejam evitados, o princípio de não-agressão formula uma solução universalmente justificável - fazem parte apenas de uma pequena porção de todos os

conflitos possíveis. Entretanto, esta impressão não é correta. Para se ter certeza, as pessoas não vivem apenas de ar e amor. Elas precisam de um número menor ou maior de outras coisas igualmente, simplesmente para sobreviver – e obviamente somente aquele que sobrevive pode sustentar uma argumentação, que se dirá levar uma vida confortável. Com respeito a todas [p.134] estas outras coisas as normas são necessárias também, já que poderiam levantar avaliações conflitantes relativas ao seu uso. Porém, na verdade, qualquer outra norma necessita ser logicamente compatível com o princípio de não-agressão para se justificar por si mesma e, *mutatis mutandis*, toda norma que pudesse ser apresentada como sendo incompatível com este princípio teria de ser considerada inválida. Adicionalmente, já que as coisas com respeito ao fato de quais normas têm de ser formuladas são bens escassos – assim como o corpo de uma pessoa é um bem escasso – e já que é somente necessário formular normas, quaisquer que sejam, porque os bens são escassos e não porque sejam *tipos particulares* de coisas escassas, as especificações do princípio de não-agressão, concebidas como uma norma de propriedade especial relacionada a um tipo específico de bem, devem na verdade conter elementos de uma teoria *geral* da propriedade.

Primeiro vou estabelecer esta teoria geral da propriedade como um conjunto de normas aplicáveis a *todos* os bens com o propósito de ajudar alguém a evitar *todos* os possíveis conflitos por meio de princípios *uniformes*, e então demonstrarei como esta teoria geral está implícita no princípio de não-agressão. Desde que, de acordo com o princípio de não-agressão, uma pessoa pode fazer com seu corpo o que ela quiser desde que com isto não agrida o corpo de nenhuma outra pessoa, esta pessoa poderia também fazer uso de outros meios escassos, justo como alguém faz uso de seu próprio corpo, com a reserva que estas outras coisas já não tenham sido apropriadas por outrem, isto é, de que ainda estejam em um estado natural, sem dono. Tão logo os recursos naturais sejam visivelmente apropriados – tão logo alguém “misture seu trabalho”, como John Locke sentenciou¹⁰, com eles e haja traços objetivos disto – então a propriedade, isto é, o direito de controle exclusivo, somente pode ser adquirido por uma transferência contratual de títulos de propriedade de um dono anterior a outro posterior, e qualquer tentativa de unilateralmente delimitar este controle exclusivo do dono anterior ou qualquer transformação não solicitada das características físicas dos meios escassos em questão é, em estrita analogia com as agressões cometidas contra o corpo de outras pessoas, uma ação injustificada¹¹ [p.135].

A compatibilidade deste princípio com o de não-agressão pode ser demonstrada por meio de uma argumentação em contrário. Primeiro, deve-se notar que se ninguém tem o direito de adquirir e controlar qualquer coisa exceto seu próprio corpo (uma norma que passaria no teste de universalização formal), então todos nós cessaríamos de existir e o problema da justificação dos postulados normativos (ou, para a questão, qualquer outro problema que interessa neste tratado) simplesmente não existiria. A existência deste problema é apenas possível porque nós estamos vivos, e nossa existência é devida ao fato de que nós não aceitamos, e de fato, não podemos aceitar uma norma que criminalize a propriedade sobre outros bens escassos ao lado e em adição à do corpo físico de alguém. Portanto, o direito de adquirir tais bens deve-se aceitar existir. Agora, se fosse assim, se alguém não tivesse o direito de adquirir tais direitos de controle exclusivo sobre as coisas não-usadas, à disposição na natureza por meio de seu próprio trabalho, isto é, por ter feito algo com as coisas que ninguém mais jamais tinha feito nada com elas antes, e se outras pessoas tivessem o direito de desrespeitar a reivindicação de propriedade de alguém com respeito a tais coisas as quais elas não tinham trabalhado ou as colocado sob algum tipo particular de uso

previamente, então isto somente seria possível se alguém pudesse adquirir títulos de propriedade não por meio do labor, isto é, por ter estabelecido algum elo objetivo, intersubjetivamente controlável entre uma pessoa particular e um recurso escasso particular, mas simplesmente por declaração verbal, por decreto¹². Entretanto, a aquisição de títulos de propriedade por meio de declaração é incompatível com o já acima justificado princípio de não-agressão com respeito a corpos. Por uma razão, se alguém pudesse de fato adquirir a propriedade por decreto, então isto implicaria que também seria possível a alguém declarar o corpo de outra pessoa como sendo o seu próprio. Ainda assim, suficientemente claro está, iria conflitar com a regra do princípio de não-agressão que faz uma aguda distinção entre o corpo de alguém e o corpo de uma outra pessoa. E esta distinção pode somente ser feita de uma forma direta e não-ambígua porque para os corpos, assim como para qualquer outra coisa, a separação entre “meu” e “seu” não é baseada em declarações verbais, mas [p.136] em ação. (Incidentalmente, a decisão entre as reivindicações declarativas rivais não poderia ser feita a menos que houvesse algum outro critério objetivo além da declaração). A separação é baseada na observação de que um recurso escasso particular pudesse realmente – que todos possam ver e conferir, já que indicadores objetivos para isto existiriam – ter sido o resultado de uma expressão ou materialização da própria vontade de alguém, ou, sendo o caso, da vontade de qualquer outra pessoa. Além disso, e mais importante, dizer que a propriedade é adquirida não por meio da ação, mas através de uma declaração, envolve uma gritante contradição prática, porque ninguém pode dizer e declarar isto a menos que a despeito do que realmente tem sido dito sobre seu direito de controle exclusivo sobre seu corpo como seu próprio instrumento de dizer *qualquer coisa* este estivesse *de fato* já pressuposto.

Já tem sido até aqui demonstrado que o direito de apropriação original por meio de ações é compatível e está implícito no princípio de não-agressão como o pressuposto lógico necessário de argumentação. Indiretamente, óbvio, também tem sido demonstrado que qualquer regra que especifique diferentes direitos, tal como a teoria da propriedade socialista, não pode ser justificada. Antes de entrar em uma análise mais detalhada, embora, sobre o porquê de qualquer ética socialista ser indefensável – parece ser propícia uma discussão que lance alguma luz adicional à importância de algumas das estipulações da teoria “natural” capitalista da propriedade – umas poucas observações sobre o que está ou não implícito ao classificar estas últimas normas como justificadas.

Ao fazer esta asserção, é necessário que ninguém tenha derivado um “pode” de um “é”. De fato, pode-se prontamente subscrever a visão quase geralmente aceita que o lapso entre “pode” e “é” pode aceitar logicamente que se construa uma ponte entre os termos¹³. Antes, classificar as regras de uma teoria natural de propriedade deste modo é uma questão puramente cognitiva. Não deriva mais da classificação do princípio que baseia o capitalismo como “aceitável” ou “justo” que podemos agir de acordo com ele, que deriva do conceito de validade ou verdade que deveríamos sempre lutar por ele. Dizer que este sistema é justo também não [p.137] preclui a possibilidade de as pessoas proporem ou mesmo apoiarem normas que são incompatíveis com ele. Como matéria de fato, com respeito às normas a situação é muito similar àquelas em outras disciplinas da pesquisa científica. O fato, no caso, que certos enunciados empíricos são justificados ou justificáveis e outros não, não implica que toda pessoa somente defenda enunciados válidos e objetivos. Pelo contrário, as pessoas podem estar erradas, mesmo intencionalmente. Todavia, a distinção entre o objetivo e o subjetivo, entre o verdadeiro e o falso, não perde nada de seu significado por causa disso. Ao contrário, as pessoas

que estão erradas teriam de ser classificadas como ou mal-informadas ou intencionalmente mentirosas. O caso é similar com respeito às normas. Óbvio que há muitas pessoas que não defendem ou apóiam normas que podem ser classificadas como válidas de acordo com o significado da justificação que eu tenho dado acima. Mas a distinção entre normas justificáveis e injustificáveis não se dissolve por causa disso. Tal como entre enunciados objetivos e subjetivos não se desintegram por causa da existência de pessoas mal-informadas ou mentirosas. Antes, e coerentemente, aquelas pessoas que defenderiam e apoiariam tais normas inválidas e diferentes teriam novamente de ser classificadas como mal-informadas ou desonestas, tanto quanto se tenha explicado a elas e certamente tornado claro que suas propostas de normas alternativas (ou o apoio que prestam a elas) não poderiam e jamais seriam justificáveis na argumentação. E haveria até mais justificativa ao se fazer isso no caso moral que no empírico, desde que a validade do princípio de não-agressão e do princípio de apropriação original através da ação como seus corolários logicamente necessários devem ser considerados como sendo até mesmo mais básicos que qualquer tipo de enunciados válidos ou verdadeiros. Porque o que é válido ou verdadeiro tem de ser definido como tal é o que qualquer um que aja de acordo com este princípio pode possivelmente concordar. De fato, como tem sido mostrado, ao menos a aceitação implícita destas regras é o pré-requisito necessário para alguém ser capaz de viver e argumentar propriamente¹⁴.

Então por que, precisamente, as teorias de propriedade socialistas de qualquer tipo falham [p.138] em serem justificáveis como válidas? Primeiro, deve-se notar que todas as versões realmente praticadas de socialismo, bem como a maioria de seus modelos teoricamente propostos não passariam sequer no primeiro teste formal de universalização, e já falhariam somente por este fato! Todas estas versões contém normas dentro de seus parâmetros de normas legais que têm a forma “algumas pessoas fazem assim, outras não”. Contudo, tais regras, que especificam diferentes direitos ou obrigações para classes diferentes de pessoas não têm a chance de serem aceitas como justas por qualquer potencial participante de uma argumentação por simples razões formais. A menos que a distinção feita entre diferentes classes de pessoas ocorra ser tal que seja aceitável a ambos os lados como estabelecidas na natureza das coisas, tais regras não seriam aceitáveis porque elas simplesmente implicariam que um grupo é premiado com privilégios legais às expensas das discriminações complementares sobre um outro grupo. Algumas pessoas, sejam aquelas que têm permissão de fazer algo ou aquelas que não, coerentemente, poderiam não concordar que estas fossem normas aceitáveis¹⁵. Desde que a maioria dos tipos de socialismo, praticados ou propagados, têm de basear-se na imposição de normas tais como “algumas pessoas têm a obrigação de pagar tributos, e outras têm o direito de consumi-los”, ou “algumas pessoas sabem o que é bom para você e têm a permissão de ajudá-lo a conquistar estas alegadas dádivas mesmo que você não as queira, mas você não tem a permissão de saber o que é bom para elas e de ajudá-las neste sentido” ou “algumas pessoas têm o direito de determinar quem tem muito de algo e quem tem muito pouco, e outros têm a obrigação de obedecer” ou até mais claramente, “a indústria dos computadores deve pagar para subsidiar os fazendeiros”, “os empregados pelos desempregados”, “os sem-filhos pelos com-filhos”, etc., ou vice-versa, todas estas normas podem ser descartadas facilmente como sérias oponentes à reivindicação de serem parte de uma teoria válida de normas *qua* normas de propriedade, porque todas elas indicam pela sua própria fórmula que não são universalizáveis.

Entretanto, o que pode estar errado com as teorias de propriedade socialistas se é cuidado que [p.139] e que de fato haja uma teoria formulada que contenha exclusivamente normas universalizáveis do tipo “ninguém tem a permissão de” ou “todos podem”? Mesmo então – e isto, de uma forma mais ambiciosa, é o que tem sido demonstrado indiretamente acima e deve ser argumentado que o socialismo direto jamais poderia ter a esperança de provar a sua validade, não mais por causa de razões formais, mas por causa de especificações materiais. Certamente, enquanto aquelas normas de socialismo que poderiam facilmente ser refutadas com respeito à sua requisição de validade moral em simples bases formais poderiam ao menos ser praticadas, a aplicação das versões mais sofisticadas que passariam no teste de universalização prova, por razões materiais, ser fatal: mesmo que tentássemos, simplesmente jamais poderiam ser realizadas.

Há duas especificações relacionadas às normas da teoria natural da propriedade com as quais pelo menos uma a teoria de propriedade socialista entra em conflito. A primeira destas especificações é que, de acordo com a ética capitalista, a agressão é definida como uma invasão da integridade *física* da propriedade de outra pessoa¹⁶. O Socialismo, ao contrário, definiria a agressão como uma invasão do *valor* ou *integridade psíquica* da propriedade de uma outra pessoa. O Socialismo conservadorista, lembremos, buscava a preservação de uma dada distribuição de riqueza e valores, e procurava trazer aquelas forças que poderiam mudar o *status quo* por meio de controle de preços, regulações, e controle de comportamento. Claramente, para fazer isto, direitos de propriedade do valor das coisas devem ser assumidos como justificáveis, e uma invasão dos valores, *mutatis mutantis*, ser classificada como uma agressão injustificada. Ainda, não apenas o conservadorismo usa esta idéia de propriedade e agressão. O Socialismo social-democrata também faz isto. Direitos de propriedade dos valores devem ser assumidos como legítimos quando o socialismo social-democrata permite-me, por exemplo, demandar uma compensação das pessoas cujas chances ou oportunidades negativamente afetarem as minhas. O mesmo é verdadeiro quando uma compensação pela prática de “violência estrutural” ou psicológica, um termo particularmente querido na literatura da ciência política de esquerda – é permitida¹⁷. [p.140] Para ser capaz de requerer tal compensação, o que foi feito – que tenha afetado minhas oportunidades, minha integridade psíquica, meu sentimento do que me pertence – teria de ser classificado como um ato de agressão.

Por que esta idéia de proteção ao valor da propriedade é injustificável? Primeiro, enquanto cada pessoa, pelo menos em princípio, pode ter completo controle sobre se suas ações causam ou não as características físicas de algo a ser modificado, e portanto, também pode ter completo controle se estas ações são justificáveis ou não, o controle sobre se as ações de uma pessoa afetam ou não o *valor* da propriedade de qualquer outra não se mantém com a pessoa que age, mas, ao contrário, com outra pessoa e suas avaliações subjetivas. Desta forma ninguém poderia determinar *ex ante* se suas ações poderiam ser classificadas como justificáveis ou injustificáveis. Uma pessoa teria primeiramente de interrogar a população inteira para se certificar que suas ações planejadas não iriam modificar as avaliações de outra pessoa com respeito à sua propriedade. Mesmo assim, ninguém poderia agir até que um *acordo* universal fosse alcançado sobre quem pode fazer o quê com o quê, e a que ponto no tempo. Claramente, para todos os problemas práticos envolvidos, o sujeito já estaria morto e ninguém argüiria mais nada muito antes que isto tivesse acontecido¹⁸. Entretanto, mais decisivamente ainda, a posição socialista relativa à propriedade e agressão não poderia nem mesmo ser efetivamente argüida, isto porque argumentar em favor de uma norma,

socialista ou não, implica que há conflito sobre o uso de algum recurso escasso, ou de outra maneira simplesmente não haveria necessidade de haver a discussão. Todavia, para argumentar que há uma saída para tais conflitos, deve-se pressupor que as ações devem ter a permissão de serem realizadas *antecipadamente* a qualquer acordo ou desacordo real, porque se assim não for, ninguém poderia nem mesmo argumentar. Ainda que alguém pudesse fazer isto – e o socialismo também deve assumir que alguém pode, tanto quanto existe como uma posição intelectual defendida – então isto apenas é possível por causa da existência de fronteiras objetivas de propriedade, isto é, fronteiras que qualquer pessoa pode reconhecer como tais por sua própria conta, sem ter de concordar primeiro com ninguém mais com [p.141] respeito ao sistema de valores e avaliações de quem quer que seja. O Socialismo, então, a despeito do que *diz*, deve *de fato* pressupor a existência de fronteiras objetivas de propriedade, ao contrário das fronteiras determinadas por avaliações subjetivas, pelo menos para ter um socialista sobrevivente que possa fazer suas propostas morais.

A idéia socialista de proteger o valor ao invés da integridade física também falha por uma segunda razão. Evidentemente, o valor de uma pessoa, por exemplo, no trabalho ou mercado de casamento, pode ser e de fato é afetada pela integridade física ou grau de integridade física de outras pessoas. Então, se alguém quer proteger *valores* de propriedade, teria de permitir a agressão física contra outras pessoas. Contudo, é somente por causa justamente do fato que as fronteiras de uma pessoa – isto é, as fronteiras da propriedade de uma pessoa em seu corpo como seu domínio de controle exclusivo que nenhuma outra pessoa tem a permissão de interferir a não ser que deseje se tornar um agressor – são fronteiras físicas (intersubjetivamente averiguáveis, e não apenas fronteiras subjetivamente imaginadas) que todos podem concordar sobre tudo independentemente (e, óbvio, um acordo significa um acordo de unidades de decisão independentes!). Simplesmente não poderia haver ninguém a argüir qualquer coisa a menos que sua existência como uma unidade física independente seja primeiro reconhecida. Ninguém pode argüir em favor de um sistema de propriedade que defina as fronteiras da propriedade em termos subjetivos, valorativos – como faz o socialismo – porque simplesmente para ser capaz de dizer algo assim pressupõe-se que, contrariamente ao que a teoria diz, uma pessoa deve de fato ser uma unidade fisicamente independente.

A situação não é menos terrível para o socialismo quando voltamos à segunda especificação essencial das regras sobre a teoria natural de propriedade. As normas básicas do capitalismo estão caracterizadas não apenas pelo fato que a propriedade [p.142] e a agressão são definidas em termos físicos; Não seria da menor importância que adicionalmente a propriedade fosse definida como uma propriedade privada, individualizada e que o significado da apropriação original, que evidentemente implica fazer uma distinção entre antes e depois, tenha sido especificado. Com esta especificação adicional é que o socialismo entra em conflito. Ao contrário de reconhecer a vital importância da distinção entre antes e depois ao decidir entre requisições de propriedade conflitantes, o socialismo propõe normas que em efeito estatuem que a anterioridade é irrelevante para se fazer tal decisão e que os que vieram posteriormente têm tanto direito à propriedade quanto os que vieram antes. Claramente, esta idéia tem lugar quando o socialismo social-democrata, no caso, faz os donos naturais da riqueza e/ou seus herdeiros pagarem um tributo de modo que os desafortunados que vierem depois possam ser capazes de participar de seu consumo. Esta idéia também se materializa, por exemplo, quando o dono de um recurso natural é forçado a reduzir (ou aumentar) sua exploração presente no interesse da posteridade.

Em ambas os casos isto só faz sentido quando assumimos que a pessoa que primeiro tenha acumulado riqueza, ou que tenha usado os recursos naturais por primeiro, tenha cometido uma agressão contra os que chegarem depois. Se eles não fizeram nada de errado, então os que chegaram após não podem ter nenhuma reclamação contra eles¹⁹.

O que está errado com esta idéia de rebaixar a distinção antes-depois como moralmente irrelevante? Primeiro, se os que vieram depois, ou seja, aqueles que de fato não fizeram algo com os bens escassos, tivessem certamente tanto direito quanto os que chegaram por primeiro, isto é, aqueles que fizeram algo com os bens escassos, então literalmente ninguém teria a permissão de fazer nada com nada, já que teriam de esperar pelo consentimento de todos os que ainda estivessem por vir antes de fazer o que quisessem. Certamente, já que a posteridade incluiria as crianças das crianças – pessoas, isto é, que viriam tão tarde que ninguém jamais teria a possibilidade de consultá-las, a defesa de um sistema legal que não faz uso da distinção antes-depois como parte inerente de sua teoria de propriedade é simplesmente absurda como [p.143] advogar a morte, mas ter de pressupor a vida para poder advogar qualquer coisa. Nem nós, nossos antepassados, ou nossos progênes poderiam dizer ou argüir qualquer coisa, ou sobreviveriam para tanto, se sempre tivessem que seguir esta regra. Para que qualquer pessoa – no passado, no presente ou no futuro argumente algo deve ser possível estar vivo agora. Ninguém pode esperar e suspender a ação até que todos ou uma classe indeterminada de pessoas que vierem depois venham a aparecer e a concordar com o que se quer fazer. Ao contrário, tanto quanto uma pessoa encontre-se sozinha, ela deve estar apta para agir, usar, produzir, consumir bens imediatamente, antes de qualquer consentimento por pessoas que simplesmente ainda não estão à sua volta (e que talvez nunca estejam). Tanto quanto uma pessoa encontre-se na companhia de outras e haja conflito sobre como usar um recurso escasso, ela deve ser capaz de resolver o problema num ponto definido no tempo com um número definido de pessoas ao invés de ter de esperar por períodos indefinidos de tempo para números indefinidos de pessoas. Simplesmente para sobreviver, então, que é um pré-requisito para argumentar a favor ou contra qualquer coisa, os direitos de propriedade não podem ser concebidos como sendo atemporais e indefinidos com relação ao número de pessoas envolvidas. Antes, devem necessariamente ser considerados como originados de atos em datas definidas para indivíduos definidos que agem²⁰.

Alem disso, a idéia de abandonar a distinção antes-depois, que o socialismo acha tão atrativa, seria, mais uma vez, simplesmente incompatível com o princípio de não-agressão como o fundamento prático da argumentação. Argumentar e possivelmente concordar com alguém (se apenas o que de fato há é discordância) significa reconhecer o direito de controle exclusivo de outro sobre seu próprio corpo. De outra maneira, seria impossível para qualquer um primeiro dizer algo num ponto definido no tempo e para outro alguém para então este ser capaz de replicar, ou vice-versa, já que nem o primeiro nem o segundo orador seriam mais unidades físicas com autonomia de decisão, a qualquer tempo. Eliminar a distinção antes-depois, portanto, como o socialismo pretende fazer, equivaleria a eliminar a possibilidade de argumentar e alcançar um entendimento. Contudo, [p.144] já que não se pode argüir que não há possibilidade de fazer uma discussão sem o controle prévio de cada pessoa sobre seu próprio corpo ser reconhecido e aceito como justo, uma ética voltada para os que vêm depois que não deseja fazer esta diferença jamais poderia ser acordada por ninguém. Simplesmente *dizer* isto implicaria uma contradição, já que, ao sermos capazes de dizê-lo, isto já pressuporia a nossa existência como uma unidade autônoma de decisão a qualquer tempo.

Então, somos forçados a concluir que a ética socialista é uma falácia completa. Em todas as suas versões práticas, não são melhores do que uma regra tal como “eu posso ferir você, mas você não pode me ferir”, que até mesmo falha ao tentar passar pelo teste de universalização. Mesmo que venha a adotar regras universalizáveis, as quais basicamente acrescentariam dizer “todos podem ferir todos os outros”, tais regras não poderiam ser concebivelmente consideradas como universalmente aceitáveis justo por conta de sua própria especificação material. O só fato de dizer e argumentar deve pressupor o direito de propriedade de uma pessoa sobre seu próprio corpo. Então, a ética o-primeiro-que-chega-é-o-primeiro-que-possui do capitalismo pode ser defendida efetivamente como está implicado na argumentação, e nenhuma outra ética poderia ser tão justificada, já que justificar algo no curso de uma argumentação implica ter de pressupor precisamente a validade desta ética da teoria natural da propriedade. [p.145]

Capítulo 8 - Os Fundamentos Sócio-Psicológicos do Socialismo ou A Teoria do Estado

Nos capítulos anteriores tem sido demonstrado que o socialismo como um sistema social implicando uma redistribuição de títulos de propriedade dos usuários, proprietários e contratantes aos não-usuários, não-proprietários e não-contratantes necessariamente envolve uma redução na produção de riqueza, desde que o uso e a contratação de recursos são atividades custosas cujo desempenho é tornado até mesmo mais custoso quando comparado com as alternativas disponíveis aos atores. Segundo, que um tal sistema não pode ser defendido como bom ou justo de um ponto de vista moral porque, para assim argüir, ou melhor, para argumentar, propriamente, seja a favor ou contra qualquer coisa, seja uma posição moral, empírica ou lógico-analítica, necessário se faz pressupor a validade da regra primeiro-que-usa-primeiro-que-possui da teoria natural da propriedade e do capitalismo, ou de outro modo ninguém poderia sobreviver para então dizer qualquer coisa como uma unidade física independente, ou talvez concordar com ela.

Se não pode ser feita nem uma questão econômica nem uma moral a favor do socialismo, então o socialismo é reduzido a uma questão de significância meramente sócio-psicológica. Quais, então, os fundamentos sócio-psicológicos sobre os quais o socialismo repousa? Ou, desde que o socialismo tem sido definido como uma política *institucionalizada* de redistribuição dos títulos de propriedade dos usuários, proprietários e contratantes, como é possível que haja uma instituição que imponha uma expropriação mais ou menos total dos donos naturais?

Se existe uma instituição que tem o poder de apropriar títulos de propriedade por outros meios que não a apropriação original ou o contrato, então esta deve assumidamente prejudicar algumas pessoas que se consideram as donas naturais dessas coisas. Ao assegurar e talvez até aumentar seus ganhos monetários e/ou [p.146] não-monetários ela reduz os das outras pessoas – algo categoricamente diferente da situação que existe quando há uma relação contratual entre pessoas em que ninguém ganha às expensas de outrem mas que todos lucram, ou simplesmente não haveria nenhuma troca. Neste caso, pode-se esperar alguma resistência à execução de tal política. Esta inclinação a resistir pode, obviamente, ser mais ou menos intensiva, e pode mudar com o passar do tempo e tornar-se ou mais ou menos pronunciada e oferecer uma maior ou menor ameaça à instituição encarregada da política de redistribuição. Todavia, enquanto existir propriamente, a instituição deve esperar por isto. Em particular, deve contar com o fato de que se alguém assume que as pessoas que representam esta instituição são pessoas comuns que, como quaisquer outras, têm um interesse não apenas em estabilizar a própria renda corrente que são capazes de assegurar para si próprias no papel de representantes desta instituição, mas também de aumentar esta renda tanto quanto possível. Como, e este é precisamente o problema, elas podem estabilizar e talvez até aumentar sua renda derivada de trocas não-contratuais, muito embora esta instituição crie vítimas – e, com o passar do tempo, aumente o número destas, ou as prejudique progressivamente?

A resposta pode ser repartida em três partes que serão discutidas cada uma a seu turno: (01) por violência agressiva, (2) pela corrupção do público, por deixá-lo, ou antes, deixar parte dele dividir o gozo das receitas coercitivamente extraídas dos donos

naturais das coisas; e (3) por corromper o público ao deixá-lo, no todo ou em parte, participar na política de expropriação a ser implantada.

Para garantir a sua própria existência, qualquer instituição que apóie uma teoria socialista da propriedade deve contar com a permanente ameaça de violência. Qualquer instituição desta natureza ameaça as pessoas que resistem a aceitar suas apropriações não-contratuais como sua propriedade natural com o confisco, prisão, escravidão, ou mesmo a morte, e deve levar a efeito tais ameaças se necessário, [p.147] para manter a sua fama como o tipo de instituição que é. Desde que lida-se com uma instituição – uma organização, isto é, que desempenha estas ações numa base regular – é quase auto-explicativo que se recuse a chamar as suas próprias práticas de “agressão” e ao invés, adote um nome diferente pra elas, com conotações neutras ou até mesmo positivas. De fato, seus representantes podem até mesmo nem sequer pensar que são agressores quando agindo em nome de sua organização. Entretanto, não são os nomes ou termos que fazem diferença aqui ou ali, mas o que eles realmente significam¹. Com relação ao conteúdo de suas ações, a violência é a pedra fundamental da existência do socialismo como uma instituição. Para não haver lugar para mal-entendimentos aqui, a violência em que o socialismo se apóia não é o tipo de violência que um proprietário natural das coisas usaria ou ameaçaria usar contra agressores intrusos de sua propriedade. Não é a ameaça defensiva direcionada a um possível assassino, deixe-nos dizer, sujeitando-o à punição capital, caso tivesse ele de fato matado alguém. Ao contrário, é uma violência agressiva dirigida a vítimas inocentes. Uma instituição que sustente o socialismo literalmente se apóia na ameaça tal como um possível assassino contra pessoas inocentes (isto é, pessoas que não cometeram nenhum dano a ninguém) para matá-las caso não obedeçam ou mesmo pelo prazer de matar.

Não é difícil reconhecer a verdade disto. Para tanto, é apenas necessário assumir um boicote de qualquer relação de troca com os representantes do socialismo porque tal troca, por quaisquer razões, não pareça mais lucrativa. Deve ficar claro que em um sistema social baseado na teoria natural da propriedade –sob o capitalismo – qualquer um teria o direito de boicotar a qualquer tempo, enquanto ele fosse de fato a pessoa que apropriou as coisas em questão por tê-las usado antes de ninguém mais ou por tê-las adquirido contratualmente de um proprietário anterior. Por mais que uma pessoa ou instituição possa ser afetada por tal boicote, teria de tolerá-lo e sofrer silenciosamente, ou tentar persuadir o boicotador [p.148] a desistir de sua posição ao fazer-lhe uma oferta mais lucrativa. Mas não é assim que funciona uma instituição que ponha em efeito idéias socialistas relacionadas à propriedade. Tente, por exemplo, parar de pagar os tributos ou fazer seus futuros pagamentos de impostos dependerem de certas mudanças ou melhorias nos serviços que a instituição oferece em retorno por eles. Ela irá multá-lo, confiscar seus bens, aprisioná-lo, ou talvez até mesmo fazer algo pior, ou, para usar outro exemplo, tente ignorar os regulamentos ou controles que esta instituição impôs à sua propriedade. Tente, digamos, pontificar que você não consente com estas limitações relacionadas ao uso de sua propriedade e que você não invadiria a integridade física da propriedade de ninguém ao ignorar tais imposições, e que, portanto, você tem o direito de se separar de sua jurisdição, “cancelar sua associação”, digamos, e que dali em diante negociaria com ela em pé de igualdade, de uma instituição privilegiada a outra. Novamente, mesmo que aceite o fato de não ter agredido ninguém por meio de sua secessão, esta instituição virá e invadirá a você e à sua propriedade, e não hesitará em pôr um fim à sua independência. Como matéria de fato, se ela não fizesse isto, deixaria de ser o que é. Abdicaria e tornar-se-ia uma propriedade privada regular ou uma associação contratual de tais proprietários. O só fato de não abdicar significa que é

socialismo, de qualquer forma. Certamente, e isto é por que o título deste capítulo sugere que a questão relacionada aos fundamentos sócio-psicológicos do socialismo são idênticos àqueles dos fundamentos de um estado, se não houvesse nenhuma instituição que apoiasse as idéias socialistas de propriedade, não haveria nenhum lugar para o Estado, assim como um Estado não é nada mais que uma instituição erguida sobre tributação e interferência não-contratual e não-solicitada com o uso que pessoas particulares podem fazer de suas propriedades naturais. Não pode haver socialismo sem um Estado, assim como há um estado onde há socialismo. O estado, então, é a própria instituição que põe o socialismo em ação, e como o socialismo apóia-se em violência agressiva dirigida contra vítimas inocentes, a violência agressiva é a natureza de qualquer [p.149] estado².

Todavia, o socialismo, ou o estado como a incorporação das idéias socialistas, não se baseia exclusivamente na agressão. Os representantes do Estado não se engajam somente em atos agressivos para estabilizar suas rendas, embora sem estes não houvesse nenhum estado! Assim como a relação entre o estado e a donos da propriedade privada é exclusivamente de natureza parasítica, e as atividades dos representantes do estado consistem inteiramente de interferências não-solicitadas nos direitos de propriedade de outras pessoas, desenvolvidas para aumentar a renda dos primeiros às expensas de uma correspondente redução na renda dos últimos, e estes agentes do socialismo então não fazem nada mais com sua renda do que consumi-la de acordo com seus propósitos particulares, então a chance para o crescimento do Estado e a disseminação do socialismo são no mínimo muito limitadas e estreitas. Certamente, um homem, ou um grupo de homens, possuído de suficiente energia agressiva possa inspirar medo bastante em um e possivelmente até em uns poucos mais, ou em outro grupo mais numeroso de homens que, por qualquer razão, careça de tais características, e possa estabelecer uma relação estável de exploração. Contudo, é impossível de explicar o fato, característico de todos os estados e de todo e cada sistema social socialista, que o grupo dos homens que representam o estado pode manter submissas pessoas dez, uma centena, ou mesmo mil vezes mais numerosas que eles mesmos, e extrair delas quantidades incrivelmente altas de dinheiro - o que eles de fato fazem - apenas por instilar-lhes o medo.

Deve-se pensar que um aumento no grau de exploração poderia explicar o tamanho da arrecadação. Todavia, do raciocínio econômico dos capítulos precedentes sabemos que um aumento no grau de exploração dos proprietários naturais reduz o incentivo para trabalhar e produzir, e que então há um estreito limite no grau que uma pessoa (ou grupo de pessoas) pode levar uma vida confortável com a renda extraída coercitivamente de uma outra pessoa (ou de um grupo de pessoas aproximadamente igual em número) que teria de suportar [p.150] este estilo de vida por meio de seu trabalho. Por conseguinte, para que os agentes do socialismo possam ser capazes de levar uma vida confortável e prosperarem como fazem, é essencial que o número de sujeitos explorados seja consideravelmente maior e cresça mais que proporcionalmente quando comparados com o dos próprios representantes do estado. Com isto, entretanto, nós voltamos à questão de como o medo pode governar a maioria.

Também não haveria nenhum meio convincente em torno desta tarefa explanatória de argumentar que o estado poderia resolver este problema simplesmente por meio da melhora de seu armamento ou por ameaçar com bombas atômicas, ao invés de pistolas e rifles, então, digamos, por este meio aumentando o número de seus sujeitos. Desde que realisticamente aceitemos que o conhecimento tecnológico de tal armamento desenvolvido dificilmente possa ser mantido em segredo, especialmente se for de fato aplicado, então com os instrumentos desenvolvidos pelo estado para instilar

o medo, *mutatis mutantis*, as alternativas das vítimas e os meios de resistência também evoluíram na mesma proporção, e então, tais avanços dificilmente explicariam o que há para ser explicado³. Devemos concluir, então, que o problema de explicar como o medo pode governar a maioria é certamente real, e que o socialismo e o Estado como a incorporação do socialismo devem se apoiar, adicionalmente à agressão, em alguma sorte de apoio ativo entre o público.

David Hume é um dos expositores clássicos deste ponto de vista. Em seu ensaio “Os Primeiros Princípios do Governo”, ele assevera:

Nada parece mais surpreendente para aqueles que consideram as questões da vida humana com um olho filosófico, que a facilidade com que muitos são governados pelos poucos, e a submissão implícita com o que os homens resignam seus próprios sentimentos e paixões aos de seus governantes. Quando nós buscamos por que meios esta maravilha é levada a efeito nós devemos encontrar que, como a Força está sempre do lado dos governados, os governantes não têm nada que os apóie a não ser a opinião. É, sobretudo, na opinião somente que o governo está fundado, e esta máxima se estende aos governos mais despóticos e militares [p.151], bem como ao mais livre e popular. O sultão do Egito, ou o imperador de Roma deve dirigir seus súditos inofensivos, tais como gado, contra seus sentimentos e inclinações. Contudo, ele deve, ao menos, ter guiado seus mamelucos ou pretorianos, como homens, por suas opiniões⁴.

Como de fato se pode conseguir tal apoio? Um importante componente no processo de geração é sua ideologia. O Estado gasta muito tempo e esforço para persuadir o público que não é *realmente* o que é, e que as conseqüências de suas ações são mais positivas que negativas. Tais ideologias, disseminadas para estabilizar a existência do estado e aumentar sua receita, sustentam que o socialismo oferece um sistema econômico superior ou uma ordem social que seja mais justa que o capitalismo, ou alega que não há coisa melhor do que a justiça antes do estado intervir e simplesmente declarar certas normas como sendo justas⁵. Tais ideologias, também, menos atrativas agora, mas uma vez extremamente poderosas, são aquelas, por exemplo, do estado santificado pela religião, ou dos governantes que se apresentam não como pessoas simples, mas antes, como super-humanos defícios, que devem ser obedecidos devido à sua natural superioridade. Eu tenho explicado de forma prolixa nos capítulos precedentes para demonstrar que tais idéias são falsas e injustificadas, e eu irei retornar à tarefa de analisar e desmascarar uma outra ideologia em moda no capítulo final deste tratado. Porém, a despeito da falsidade destas ideologias, deve-se reconhecer que elas certamente têm algum efeito sobre as pessoas, e que contribuem – algumas mais que outras – à sua submissão para uma política de invasão agressiva dos direitos de propriedade dos donos naturais.

Há ainda um outro componente mais importante contribuindo para o apoio público e que não é a propaganda verbal, mas antes, as ações com um efeito bem tangível e destacado. Ao invés de ser um consumidor meramente parasítico dos bens que outras pessoas produziram, o estado, para se estabilizar e aumentar a sua renda tanto quanto possível, adiciona alguns ingredientes a esta política [p.152], projetada para ser de uso de algumas pessoas ao redor de seu círculo pessoal, ou engaja-se como um agente da transferência de renda, isto é, como uma organização que manipula as receitas

monetárias ou não-monetárias para B que haviam sido extraídas anteriormente de A sem o seu consentimento – naturalmente depois de subtrair para si o quinhão do ato jamais sem-custo de tal transferência – ou engaja-se na produção de bens ou serviços, usando os meios expropriados anteriormente dos donos naturais, e então contribui com algum valor para os usuários/compradores/consumidores de tais bens. De qualquer maneira, o estado gera apoio para este papel. Os recebedores das rendas transferidas bem como os usuários/consumidores dos bens e serviços produzidos pelo estado tornam-se dependentes em vários graus na continuação de um dado estado policial para suas receitas correntes, e sua inclinação a resistir ao socialismo incorporado na regra do estado é respectivamente reduzida.

Entretanto, este é apenas metade do cenário. Os resultados positivos bem-sucedidos do estado não são realizados simplesmente para fazer algo de bom para algumas pessoas, como, por exemplo, quando se dá um presente a alguém. Nem são feitos simplesmente para se obter uma receita a mais alta possível da mudança de organização que os executa, tal como o comércio, como uma organização comum, exerce com fins lucrativos. Antes, são providenciados para assegurar a existência e contribuir para o crescimento de uma instituição que foi erguida com base na violência agressiva. Como tal, as contribuições positivas emanadas do estado devem servir a um *propósito estratégico*. Devem ser planejadas para quebrar a resistência ou adicionar apoio pra a existência continuada de um agressor no papel de um agressor. Obviamente, o estado pode errar nesta tarefa, como qualquer outro empreendimento, porque suas decisões sobre que medidas melhor servem aos seus fins estratégicos têm de ser feitas *previamente* a certos resultados esperados. Se erra com respeito às respostas resultantes de suas decisões políticas, ao invés de aumentar sua receita, esta pode cair, arriscando sua própria existência, tal como uma instituição com fins lucrativos pode incorrer em perdas ou mesmo ir à falência se o público não estiver [p.153] disposto a deliberadamente comprar o que era esperado. Contudo, somente se o peculiar fim estratégico das transferências e produção do estado são comparados com transferências ou produção privadas pode-se compreender que se torna possível explicar padrões estruturais típicos e recorrentes das ações do estado, e para explicar porque os estados geralmente e uniformemente preferem seguir certas linhas de ação mais que outras.

Com respeito ao primeiro problema: não faz sentido para um estado explorar cada indivíduo na mesma extensão, desde que isto traria todos contra si mesmo, reforçando a solidariedade entre as vítimas, e em qualquer caso, não seria a polícia que iria encontrar muitos novos amigos. Também não faz sentido para um estado garantir seus favores igualmente e indiscriminadamente para todos. Por que o fizesse, as vítimas ainda permaneceriam sendo as vítimas, embora talvez em um grau menor. Todavia, haveria então menos receita a ser distribuída às pessoas que realmente se beneficiam da ação estatal, e cujo apoio aumentado poderia ajudar a compensar a falta de apoio das pessoas vitimizadas. Ao contrário, o estado policial deve ser e certamente é guiado pelo lema “*divide et impera*”: tratar as pessoas diferentemente, jogá-las umas contra as outras, explorar um grupo possivelmente menor e favorecer outro grupo possivelmente maior às custas do primeiro, e então contrabalançar os ressentimentos ou a resistência de alguns pelo apoio aumentado de outros. Política, como política de estado, não é a “arte de fazer o possível”, como os estadistas preferem descrever seu negócio. É a arte, construção de um equilíbrio de terror, de ajudar a estabilizar a receita do estado num grau o maior possível por meio de discriminação popular e de um esquema discriminatório de distribuição de favores. Para se ter certeza, uma instituição com fins lucrativos também pode engajar-se em políticas de negócios discriminatórios, mas para

fazer isto e então seguir uma política de emprego discriminatório ou não vender indiscriminadamente a qualquer um que deseje pagar o preço pedido por um dado serviço ou produto, é custoso, e um incentivo econômico assim para evitar tal atuação existe. Para o estado, em outra mão, há [p.154] todos os incentivos do mundo para engajar-se em tais práticas discriminatórias⁶.

Com respeito aos tipos de serviços preferivelmente oferecidos pelo estado: claramente, o estado não pode produzir tudo, ou pelo menos não tudo na mesma quantidade, porque se tentasse isto sua receita fatalmente iria cair – já que o estado pode apenas apropriar o que já tenha sido produzido antes pelos donos naturais, e o incentivo para produzir qualquer coisa no futuro teria quase que completamente se extinguido em um sistema de socialização completa. É da maior importância ao tentar implementar o socialismo, então, que o estado se empenhe e se concentre na produção de distribuição daqueles bens e serviços (e, *mutatis mutantis*, oriente os competidores privados para fora da competição nestas linhas de atividades produtivas, portanto monopolizando o mercado) que são estrategicamente relevantes para prevenir ou sufocar qualquer revolta, rebelião ou revolução⁷.

Então, todos os estados – alguns em maior extensão que outros, mas todo estado em um grau considerável – tem sentido a necessidade de tomar o sistema de educação, por um motivo, em suas próprias mãos. Ele ou opera diretamente as instituições educacionais, ou indiretamente controla tais instituições ao fazer tais operações privadas dependentes da garantia de uma licença estatal, então assegurando que elas irão operar dentro de um padrão pré-definido de princípios estabelecidos pelo estado. Junto com um período bastante estendido de educação compulsória, isto tremendamente encabeçará o estado na competição pelas mentes das pessoas entre as diferentes ideologias. Competição ideológica que poderia representar uma séria ameaça ao estado de direito pode, portanto, ser eliminada ou ter seu impacto consideravelmente reduzido, especialmente se o estado como a incorporação do socialismo prossegue ao monopolizar o mercado de trabalho para os intelectuais ao fazê-los ter de obter uma licença estatal como pré-requisito para qualquer espécie de atividade de ensino^{8 K}.

O controle direto ou indireto do tráfego e das comunicações é de similar [p.155] importância estratégica para um estado. Certamente, todos estados têm feito de tudo para controlar rios, costas e rotas marítimas, ruas e estradas de ferro, e especialmente, os correios, o rádio, a televisão e os sistemas de telecomunicações. Todo dissidente em potencial é decisivamente restringido em seus meios de se mover e coordenar as ações dos indivíduos se estas coisas estão nas mãos ou sob a supervisão do estado. O fato, bem conhecido pela história militar, que o tráfego e os sistemas de comunicações são justamente os primeiros postos de comando a serem ocupados por qualquer estado no ataque a outro vivamente sublinha seu significado estratégico central ao impor a norma do estado sobre a sociedade.

Uma terceira preocupação de relevância estratégica para qualquer estado é o controle e possivelmente a monopolização do dinheiro. Se o estado empenha-se nesta tarefa e, como é o caso agora em todo o mundo, suplanta um sistema de atividade bancária livre e de moeda baseada em metais – mais comumente o padrão-ouro – com um sistema monetário caracterizado por um banco central operado pelo estado e o

^K Note-se que isto é precisamente o que ocorre no Brasil, onde um bacharel, para exercer a sua profissão, precisa estar associado a uma ordem ou conselho de classe, tal como a OAB- Ordem dos Advogados do Brasil, o CFM - Conselho federal de Medicina ou o CFEA - Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.

papel-moeda lastreado por nada a não ser papel e tinta, uma grande vitória finalmente terá sido alcançada. Em sua permanente luta por um aumento de sua receita, o estado não é mais dependente dos igualmente impopulares meios de aumento de tributos ou depreciação da moeda (“coin-clipping”), que todas as vezes haviam sido rapidamente desmascarados como fraudulentos. Antes, ele agora pode aumentar sua própria receita e diminuir seu débito quase à sua vontade ao simplesmente imprimir mais dinheiro, tanto quanto o dinheiro adicional é colocado em circulação antes das conseqüências inflacionárias desta prática começarem a ter efeito ou a serem previstas pelo mercado⁹.

Quarto, e por último, há a área da produção da segurança, da polícia, defesa e as cortes judiciais. De todos os bens e serviços providos ou controlados pelo estado esta é certamente a área de maior importância estratégica. De fato, é de grande significado para qualquer estado obter controle destas coisas, para criminalizar os competidores, e para monopolizar estas atividades, que o estado e “provedor da lei e da ordem” têm sido freqüentemente considerados [p. 156] sinônimos. Muito erroneamente, óbvio, já que o estado deve ser corretamente descrito como uma instituição de agressão organizada voltada apenas para *parecer* como um provedor comum para continuar a agredir proprietários naturais inocentes. Todavia, o fato de que esta confusão existe e é altamente compartilhada pode ser explicado com referência à observação que todos os estados devem monopolizar a produção da segurança por causa de sua importância estratégica central e, portanto, estes dois termos, diferentes como são com respeito ao seu verdadeiro significado, certamente que são entendidos na mesma extensão.

Não é difícil ver por que, para estabilizar sua existência, um estado não pode, sob nenhuma circunstância, deixar a produção de segurança nas mãos de um mercado de proprietários privados¹⁰. Desde que o estado, em última instância, apóia-se em coerção, requer forças armadas. Desafortunadamente, (isto, é, para qualquer estado dado), outros estados armados existem, o que implica haver bloqueio no desejo que tem o estado de exercer seu reino sobre outras pessoas e então aumentar sua receita a ser apropriada por meio de exploração. É também um infortúnio para um estado qualquer, que tal sistema de estados em competição também implique que cada estado individual seja de alguma forma limitado, com respeito ao grau com que pode explorar seus próprios cidadãos, na medida em que seu apoio pode decrescer se seu próprio governo for percebido como sendo mais opressivo que o dos outros estados competidores. Por que então o bom-grado dos moradores de um estado em colaborar com um competidor em seu desejo de tomar o controle, ou de fazer algo como “votar com os pés” (deixar seu próprio país e ir para um outro diferente) pode aumentar¹¹. É até mesmo mais importante, pois, para cada estado individual evitar uma tal competição indesejada com outras organizações armadas potencialmente perigosas, exercer o controle *pelo menos* dentro de seu próprio território. A mera existência de uma agência de proteção privada, armada como teria de ser para poder fazer seu trabalho de proteger as pessoas da agressão e empregando pessoas treinadas no uso de tais armas, constituiria uma ameaça potencial a uma política estatal de invasão aos direitos de propriedade privada das pessoas. Então, tais organizações, que certamente prosperariam [p.157] no mercado, já que o desejo de ser protegido contra potenciais agressores é genuíno, são entusiasticamente criminalizadas, e o estado arroga para si este trabalho e seu controle monopolístico. Como matéria de fato, em qualquer lugar os estados sempre alimentam a pretensão de criminalizar ou ao menos controlar mesmo a mera posse de armas pelos cidadãos, e a maioria dos estados certamente já tem sido bem-sucedida nesta tarefa^L – já que um homem armado é claramente mais que uma ameaça a qualquer agressor que um

^L Inclusive o Brasil

indefeso. Há muito menos risco para o estado manter as coisas pacíficas enquanto sua própria agressão prossegue, se os rifles com que o cobrador de impostos pode levar um tiro estão fora de alcance de todos exceto dele mesmo!

Com respeito ao sistema judicial o assunto é bastante similar. Se o estado não monopolizasse a oferta dos serviços judiciais, seria inevitável que, mais cedo ou mais tarde (e possivelmente mais cedo), o estado poderia ser considerado como uma instituição injusta que de fato é. Ainda, nenhuma instituição injusta tem qualquer interesse em ser reconhecida como tal. Primeiro, se o estado não percebesse que somente juízes indicados e empregados pelo próprio estado administrassem a lei, tornar-se-ia evidente que o direito público (aquelas normas que regulam a relação entre o estado e os indivíduos ou de associações entre indivíduos) não teria nenhuma chance de ser aceito pelo público, mas, ao contrário, seria imediatamente retirado o véu e apareceria como um sistema de agressão legalizada, existente na violação do senso de justiça de quase toda pessoa. Segundo, se o estado também não monopolizasse a administração do direito privado (aquelas normas que regulam a relação entre particulares), mas deixasse esta tarefa a cortes e juízes em regime de competição dependentes do apoio financeiro deliberado pelo público, seria duvidoso que as normas que implicassem uma distribuição assimétrica de direitos e obrigações entre diferentes pessoas ou classes de pessoas teriam mesmo a menor chance de tornarem-se aceitas como normas válidas. Cortes e juízes que considerassem tais regras imediatamente iriam à falência devido a uma falta de assistência financeira continuada¹². Contudo, desde que o estado é dependente de uma política de “*divide et impera*” para manter seu poder [p.158], deve dar um fim ao florescimento de um sistema competitivo de cortes privadas a qualquer custo.

Sem dúvida, todos estes serviços providos pelo estado – educação, tráfego e comunicação, moeda e sistema bancário, e mais importante, segurança e administração da justiça – são de vital importância para qualquer sociedade, qualquer que seja. Todos eles certamente têm de ser providos, e seriam, de fato, pelo mercado se o estado não o tomasse em suas próprias mãos. Contudo, isto não significa que o estado é simplesmente um substituto do mercado. O estado empenha-se nestas atividades por uma razão inteiramente diferente da de qualquer negócio privado – não simplesmente porque haja uma demanda, mas antes porque estas áreas de atividades são de importância estratégica essencial para garantir ao estado a existência continuada como uma instituição privilegiada construída em bases de violência agressiva. Esta diferente intenção estratégica é responsável por um tipo peculiar de produto. Desde que os educadores, empregados do tráfego e dos sistemas de comunicação, os dos bancos centrais, as polícias e os juízes, são todos pagos por tributos, o tipo dos produtos ou serviços providos pelo estado, embora certamente de algum valor positivo para algumas pessoas, jamais pode ser de tal qualidade que *todos* deliberadamente gastassem seu dinheiro neles. Ao contrário, estes serviços compartilham a característica de que eles contribuem a deixar o estado aumentar sua própria receita extraída coercitivamente ao beneficiar alguns enquanto causa prejuízo a outros¹³.

Entretanto, há ainda mais dos fundamentos sócio-psicológicos do estado como uma instituição de agressão continuada contra os donos naturais que a popular redistribuição de bens e serviços estrategicamente importantes. Igualmente importante para a estabilidade e crescimento do estado é a estrutura de realização de decisões que ele adota pra si mesmo: a constituição. Um negócio comum, de fins lucrativos, tentaria adotar uma estrutura de deliberação de decisões melhor adaptada aos seus objetivos de aumentar a sua receita por meio da percepção e implementação de oportunidades

empreendedorísticas, i.e., diferenças nos custos de produção e [p.159] previsão da demanda. O estado, em comparação, vislumbra a missão inteiramente diferente de adotar uma estrutura de tomada de decisões que permite a ele aumentar ao máximo a sua receita coercitivamente apropriada – dado seu poder de, em busca de suporte, ameaçar e corromper as pessoas por meio da oferta de favores especiais.

Eu aceito que a melhor estrutura de tomada de decisões para se fazer isto é uma constituição democrática, ou seja, a adoção da lei da maioria. Para conferir a validade desta tese, somente a hipótese seguinte precisa ser feita. Não apenas as pessoas que realmente representam o estado têm o desejo (que *estas*, incidentalmente, têm sempre a permissão de satisfazer) de aumentar a sua renda às expensas de uma correspondente redução da renda dos proprietários naturais, produtores e contratantes; esta ânsia por poder e o desejo de governar os outros também existe entre as pessoas governadas. Nem todos têm este desejo na mesma extensão; certo é que algumas pessoas podem jamais o alimentá-lo. Entretanto, a maioria das pessoas justamente o tem, normalmente em ocasiões recorrentes. Assim sendo (e a experiência nos informa que este é de fato, o caso), então o estado deve lidar com a resistência de duas fontes analiticamente distintas. Em uma mão há resistência pelas vítimas que qualquer política de estado cria. O estado pode tentar quebrá-la por meio de tentar angariar amigos que os apóie; e certamente será bem-sucedido ao fazer isto à extensão com que pessoas possam ser corrompidas por meio de suborno. Em outra mão, se o desejo por poder existe entre as vítimas e/ou as pessoas favorecidas por uma dada política estatal, então também haverá resistência ou ao menos descontentes originados do fato que qualquer dada política de expropriação e distribuição discriminatória automaticamente exclui qualquer outra política idêntica com seus advogados na população governada, e então deve frustrar seu plano particular de como o poder deveria ser usado. Por definição, nenhuma mudança na política de expropriação-redistribuição do estado pode eliminar este tipo de descontentes, já que qualquer mudança necessariamente excluiria uma política diferente. Então, se o estado quer fazer algo para reduzir a resistência (pressionado [p.160] pela frustração do desejo de alguém por poder), que qualquer uma política particular implica, ele só pode fazer a adotar uma estrutura de tomada de decisões que minimize o desapontamento dos potenciais excededores do poder: abrir um esquema popular de participação na tomada de decisões, de modo que todos que anseiem por sua fatia particular de poder político possam ter a esperança de ter uma oportunidade no futuro.

Esta é, precisamente, a função de uma democracia. Desde que é baseada em respeito à maioria, é por definição uma popular de tomada de decisões. Como de fato abre uma chance para qualquer um de fazer lobby para seu plano específico de angariar poder a intervalos regulares, ela reduz ao máximo os desejos frustrados por poder atuais através do prospecto de um futuro melhor. Contrariamente ao mito popular, a adoção de uma constituição democrática não tem nada a ver com liberdade ou justiça.¹⁴ Certamente, como o estado restringe-se no seu uso de violência agressiva quando engajado na provisão de alguns bens e serviços positivamente valorados, então ele aceita restrições adicionais quando os governantes incumbidos sujeitam-se ao controle da maioria dos governados. A despeito do fato, embora, que este constrangimento preencha a função positiva de satisfazer certos desejos de certas pessoas ao reduzir a intensidade dos anseios frustrados por poder, de jeito nenhum implica o abandono do estado de sua posição privilegiada como uma instituição de agressão legalizada. Antes, democratizar um estado é uma medida organizacional levada a efeito para o fim estratégico de racionalizar a execução do poder, conseqüentemente aumentando a

quantidade de receita a ser agressivamente apropriada dos proprietários naturais. A forma de poder é mudada, mas o governo da maioria também é agressão. Em um sistema baseado na teoria natural da propriedade – sob o capitalismo – o governo da maioria não exerce (e nem poderia exercer) nenhum papel (à parte do fato, óbvio, que quando aceito, qualquer um pode juntar-se a uma associação que adote o governo da maioria, tal como um clube esportivo ou uma associação de proteção aos animais, cuja jurisdição é deliberadamente aceita pelos membros enquanto perdurar a sua condição de sócio). Em tal sistema, apenas as regras de apropriação original [p.161] dos bens por meio do uso ou aquisição contratual dos prévios proprietários são válidas. Apropriação por decreto ou sem prévio consentimento dos usuários-proprietários, não importa se realizada por um autocrata, uma minoria contra uma maioria ou por uma maioria contra uma minoria é, sem exceção, um ato de violência agressiva. O que distingue uma democracia de uma autocracia, monarquia, ou oligarquia não é que a primeira signifique liberdade, enquanto as outras, agressão. A diferença entre elas reside somente nas técnicas usadas para manipular, transformar e canalizar a resistência popular alimentada pelos anseios frustrados por poder. O autocrata não permite que a população influencie a política sob nenhum modo regular ou formalizado, mesmo que embora ele, também, deva prestar estreita atenção à opinião pública para manter-se no poder. Então, uma autocracia é caracterizada pela falta de uma saída institucionalizada para potenciais excededores de poder. Uma democracia, em outra mão, tem precisamente uma instituição assim. Esta permite que as majorias, formadas de acordo com certas regras formalizadas, influenciem as mudanças políticas regularmente. Coerentemente, se o desapontado anseio por poder torna-se mais tolerável quando há uma saída regular para isto, então deve haver menos resistência ao governo democrático que sob um autocrático. Esta importante diferença sócio-psicológica entre regimes democráticos e autocráticos foi descrita com maestria por B. de Jouvenel:

Dos séculos doze ao dezoito a autoridade governamental cresceu continuamente. O processo foi entendido que o viram acontecer; ele os levou a incessantes protestos e violenta reação – nos últimos tempos este crescimento tem continuado a um passo acelerado, e sua extensão tem causado uma correspondente extensão da guerra. E agora nós não mais entendemos o processo, não mais protestamos, não mais reagimos. Esta aquiescência nossa é uma coisa nova pelo que o Poder tem de agradecer à cortina de fumaça em que ele mesmo se escondeu. Antigamente ele podia ser visto, manifesto na pessoa do rei, que não renunciava a ser o mestre que era, e em quem as paixões humanas eram discerníveis. [p. 162] Agora, mascarado no anonimato, reclama não ter existência própria, e de ser senão o instrumento impessoal e imparcial da vontade geral. – Mas isto é claramente uma ficção - ...Hoje como sempre o Poder está nas mãos de um grupo de homens que controlam a casa do poder... Tudo o que mudou é que agora tornou-se mais fácil para o governado mudar as pessoas dos líderes excededores do Poder. Visto de um ângulo, isto enfraquece o Poder, por que as vontades que controlam a vida em sociedade podem, à conveniência desta, ser substituídas por outras vontades, nas quais sintam mais confiança. – Mas ao abrir o prospecto do Poder para todos os talentos ambiciosos, este arranjo torna a extensão do Poder muito mais fácil. Sob o

“*ancien regime*” os espíritos em movimento da sociedade, que tinham, como sabiam, nenhuma chance de compartilhar o Poder, eram rápidos em denunciar suas menores arbitrariedades. Agora, em outra mão, quando todos são potencialmente ministros, ninguém se preocupa em diminuir uma repartição a que ele mesmo aspira um dia ocupar, ou de por areia em uma máquina que ele imagine a si próprio usar quando sua vez chegar. Portanto, o que há nos círculos políticos de uma sociedade moderna é uma ampla cumplicidade na extensão do Poder.¹⁵

Dadas uma população idêntica e uma idêntica política estatal de provisão discriminatória de bens e serviços, um estado democrático tem mais oportunidades para aumentar sua receita apropriada agressivamente. *Mutatis Mutantibus*, uma autocracia deve estabelecer para si uma receita relativamente menor. Em termos dos clássicos do pensamento político, deve governar de modo mais sábio, ou seja, governar menos. Desde que não permite nenhuma outra vontade que a do autocrata, e talvez as de seus conselheiros mais próximos, para ganhar poder ou influenciar a política em bases regulares, sua execução de poder aparenta menos tolerável aos governados. Então, sua estabilidade pode apenas ser garantida se o grau geral de exploração exarado do estado for relativamente reduzido.

A situação nos últimos dois séculos vividamente ilustra a validade desta tese. Durante este tempo temos experimentado uma quase universal substituição dos sistemas relativamente autocráticos-monárquicos por regimes relativamente democráticos¹⁶. [p.163] (Mesmo a Rússia Soviética era notavelmente mais democrática que a Rússia Czarista jamais foi). De mão em mão esta mudança tem se tornado um processo jamais antes experimentado com respeito à sua velocidade e extensão. Um permanente e aparentemente incontrolável crescimento do estado. Na competição de diferentes estados por populações exploráveis, e nestas tentativas dos estados de se abraçarem com as resistências internas, o estado democrático vem tendendo a vencer completamente o autocrático como uma variante de poder superior. *Ceteris paribus*, é o estado democrático – e o socialismo democrático nele incorporado – que comanda a mais alta receita e então prova ser superior nas guerras com outros estados. *Ceteris paribus*, de novo, é o estado também que é mais bem-sucedido no controle da resistência interna: isto é, e historicamente assim tem se mostrado repetidamente, mais fácil salvar o poder de um estado ao democratizá-lo que fazendo o oposto e autocratizando a estrutura de tomada de decisões.

Aqui, então, nós temos os fundamentos sócio-psicológicos do estado como a própria instituição a decretar o socialismo. Qualquer estado repousa na monopolização ou controle monopolístico de bens e serviços importantes estrategicamente com os quais discriminadamente os disponibiliza a grupos favorecidos de pessoas, por conseguinte quebrando a resistência a uma política de agressão contra os proprietários naturais. Além disso, repousa numa política de redução dos anseios frustrados por poder ao criar formas de participação pública em futuras mudanças numa política de exploração. Naturalmente, toda descrição histórica de um estado e sua política socialista específica e mudanças de política terão de dar uma contagem mais detalhada do que fez possível para o socialismo estabelecer-se e prosperar. Todavia, se qualquer descrição como esta é supostamente completa e não cair vítima de uma decepção ideológica, então todas as medidas tomadas pelo estado devem ser descritas como incorporadas em sua própria estrutura institucional de violência, *divide et impera*, e democratização.

O que quer que qualquer estado faça em termos de contribuições valoradas positivamente para a sociedade, e por maior ou menor que seja a extensão de suas contribuições [p.164]; se o estado fornece auxílio para mães trabalhadoras com crianças dependentes ou oferece cuidados médicos, empenha-se na construção de estradas ou aeroportos; se garante favores a fazendeiros ou a estudantes, devota-se à produção de serviços educacionais, infra-estrutura da sociedade, dinheiro, aço ou paz; ou mesmo até se ele faz todas estas coisas e mais, seria completamente falacioso enumerar tudo isto e deixar onde está. O que deve ser dito em adição é que o estado não pode fazer *nada* sem a prévia expropriação não-contratual dos proprietários naturais. Suas contribuições ao bem-estar social nunca são um presente comum, mesmo que sejam dadas gratuitamente, porque uma coisa certa é que o estado não as possui de direito em primeiro lugar. Se ele vende seus serviços a preço de custo, ou até mesmo com lucro, os meios de produção empregados para provê-los ainda assim teriam sido apropriados por meio da força. E se os vende a um preço subsidiado, a agressão deve continuar com o fim de manter o nível corrente de produção.

A situação é similar com respeito á estrutura de tomada de decisões do estado. Se um estado é organizado autocraticamente ou democraticamente, tem uma estrutura de tomada de decisões centralizada ou descentralizada, uma estrutura representativa unicameral ou bicameral; se é organizado como um sistema de partidos ou como um estado de partido único, seria ilusório descrevê-lo nestes termos e deixa-lo assim. Para sermos exaustivos, o que deve ser complementado é que por primeiro, a constituição de um estado é um aparato organizacional para promover sua existência como uma instituição de agressão. Tanto quanto sua estabilidade repouse em direitos garantidos constitucionalmente de participar na inauguração de mudanças políticas, deve ser salientado que o estado assenta-se em um apelo institucionalizado a energias motivacionais que as pessoas em suas vidas privadas as considerariam criminosas e coerentemente fariam de tudo para suprimi-las. Uma empresa de negócios comum tem uma estrutura de tomada de decisões que deve se adaptar aos propósitos de capacitá-la a assegurar um lucro mais alto possível das vendas a compradores que a apóiam voluntariamente. Uma constituição de um estado [p.165] não tem nada em comum com isto, e apenas superficiais “estudos sociológicos sobre organização” iriam empenhar-se em investigações de similaridades ou diferenças entre os dois¹⁷.

Somente se for completamente entendida pode a natureza do estado e socialismo ser totalmente compreendida, e somente então poderá haver um completo entendimento do outro lado do mesmo problema: o que faz para superar o socialismo. O estado não pode ser combatido por simples boicote, assim como seria possível fazer com uma empresa privada, porque um agressor não respeita o julgamento negativo revelado por boicotes. Mas também não pode ser combatido simplesmente ao contrabalançar sua agressão com violência defensiva, porque a agressão do estado é apoiada pela opinião pública¹⁸. Então tudo depende de uma mudança na opinião pública. Mais especificamente, tudo depende de duas assunções e a mudança que pode ser alcançada com relação ao seu status como real ou irreal. Uma destas assunções estava implicada quando foi argumentado acima que o estado pode gerar apoio para seu papel ao prover certos bens e serviços a grupos favorecidos de pessoas. Aqui, evidentemente, a assunção envolvida era a de que o povo pode ser corrompido a apoiar um agressor se ele receber uma fatia, ainda que pequena, dos benefícios. Desde que os estados existem em todos os lugares, esta assunção, felizmente para o estado, deve com certeza ser dita como sendo real por toda a parte, hoje. Contudo, então, não há algo como uma lei natural que afirme ser assim pra sempre. Para que o estado falhe em alcançar seu objetivo, não mais nem

menos que uma mudança na opinião pública geral deve ter lugar: a ação de apoio ao estado deve vir a ser considerada e rotulada como imoral porque seu apoio é dado a uma organização de crime institucionalizado. O Socialismo estaria no seu fim se as pessoas apenas parassem de se deixarem corromper pelo suborno estatal, mas iriam, se oferecido, tomar sua parte na riqueza como forma de reduzir o poder de suborno estatal, enquanto continua a tê-lo e tratá-lo como um agressor a ser resistido, ignorado e ridicularizado, a qualquer tempo e em qualquer lugar. [p. 166]

A segunda assunção envolvida era a de que o povo certamente anseia por poder e então pode ser corrompido numa ação apoiadora do estado se lhe for dada uma chance de satisfazer seus anseios. Olhando para os fatos, dificilmente haveria qualquer dúvida que hoje esta assunção é real, também. Mas, uma vez mais, não é realística por causa de fatores naturais, porque, ao menos em princípio, pode deliberadamente ser feita irreal¹⁹. Para trazeremos o estatismo e o socialismo ao fim, nem mais nem menos deve ser feito que uma mudança na opinião pública que iria levar as pessoas a não mais usarem as saídas institucionais para participação política de desejo de poder, mas, ao contrário fazê-las suprimir qualquer desejo dessa natureza e tornar esta própria arma organizacional do estado contra ele e empurrá-lo incondicionalmente a um fim à tributação e regulação dos proprietários naturais onde e quando haja uma chance de influenciar a política²⁰. [p.167]

Capítulo 9 – A Produção Capitalista e o Problema do Monopólio

Os capítulos anteriores demonstraram que nem uma questão moral, nem econômica, a favor socialismo, pode ser feita. O último capítulo examinou porque o socialismo não é de jeito nenhum um sistema social viável, e analisou as características sócio-psicológicas do estado – a instituição que incorpora o socialismo. Sua existência e crescimento repousam em agressão e no apoio público desta agressão que o estado manipula para se manter. Isto ele faz, por primeiro, por meio de uma política de discriminação popular; uma política, isto é, de subornar algumas pessoas para que tolerem e suportem a contínua exploração dos outros ao garantir-lhes favores; e por segundo, por meio de uma política de participação popular na construção da política, i.e., ao corromper o público e persuadi-lo a jogar o jogo da agressão por meio de prover aos possíveis excededores de poder a oportunidade consoladora de decretar seus esquemas exploratórios particulares a uma das mudanças políticas subseqüentes.

Agora devemos retornar à economia, e analisar o funcionamento de um sistema capitalista de produção – uma economia de mercado – como uma alternativa ao socialismo, e por conseguinte, construtivamente trazendo meus argumentos contra o círculo completo do socialismo. Enquanto o capítulo final será devotado à questão de como o capitalismo soluciona o problema da produção dos então chamados “bens públicos”, este capítulo irá explicar o que pode ser denominado como o funcionamento normal da produção capitalista e contrastá-lo com o funcionamento normal de um sistema estatal ou social. Então retornaremos ao que se geralmente acredita ser um problema especial ao alegar-se haver uma deficiência econômica peculiar em um sistema capitalista puro: o então chamado problema da produção monopolística. [p.168]

Ignorando momentaneamente os problemas especiais da produção de bens públicos e monopolísticos, demonstraremos porque o capitalismo é economicamente superior quando comparado à sua alternativa por três razões estruturais. Primeiro, apenas o capitalismo pode racionalmente, ou seja, em termos de avaliações feitas pelos consumidores, alocar os meios de produção; segundo, apenas o capitalismo pode garantir que, dadas a qualidade das pessoas e a alocação dos recursos, a qualidade dos bens produzidos alcança seu nível ótimo quando julgados novamente em termos das avaliações dos consumidores; e terceiro, assumindo-se uma dada alocação de fatores de produção e qualidade da produção, e julgadas novamente em termos das avaliações dos consumidores, apenas um sistema de mercado pode garantir que o valor dos fatores de produção será eficientemente conservado no tempo¹.

Enquanto produzir para um mercado, ou seja, para troca com outras pessoas ou empresas, e sujeita como é à regra de não-agressão contra a propriedade dos proprietários naturais, toda empresa comum usará seus recursos para a produção de tais bens e tais quantidades destes bens que, previamente, prometiam um retorno das vendas que ultrapassariam no possível os custos envolvidos no uso destes recursos. Se não fosse assim, uma empresa usaria seus recursos para a produção de quantidades diferentes de tais bens ou de vários bens diferentes. Cada uma destas empresas tem de decidir repetidamente se uma dada alocação ou uso de seus meios de produção deve ser mantida e reproduzida, ou se, devido a uma demanda, real ou prevista, uma realocação para diferentes usos deve ser feita. A questão de que se os recursos estão ou não sendo

usados do modo mais produtivo (o mais lucrativo), ou se uma dada realocação foi o modo mais econômico, ou se uma dada realocação foi a mais econômica, pode, obviamente, somente ser decidida em um futuro mais ou menos distante sob qualquer sistema econômico ou social concebível, porque invariavelmente o tempo é necessário para produzir um bem e trazê-lo ao mercado. Não obstante, e isto é decisivo, para cada empresa há um critério objetivo para decidir se em que extensão suas decisões alocacionais [p. 169] prévias estavam certas ou erradas. A Contabilidade nos informa – e em princípio qualquer um que queira fazê-lo pode checar e verificar esta informação – se uma dada alocação de fatores de produção foi economicamente racional ou não, e em que extensão, não apenas para a empresa no todo, mas também para cada uma de suas seções ou departamentos, tanto quanto houver preços de mercado para os fatores de produção usados. Desde que o critério de lucro-prejuízo é um critério “*ex post*”, e assim deve necessariamente ser sob qualquer sistema de produção por causa do fator tempo envolvido na produção, ele não pode ser de nenhuma ajuda ao decidir futuras alocações “*ex ante*”. Não obstante, do ponto de vista dos consumidores é possível conceber o processo de alocação e realocação de recursos como racional, porque toda decisão alocacional é constantemente testada contra o critério de lucro-prejuízo. Cada empresa que falha em encontrar este critério está, em médio ou longo prazo, fadada a afundar em tamanho ou ser completamente alijada do mercado, e apenas aqueles empreendimentos que gerenciarem com sucesso para encontrar o seu critério de lucro-prejuízo poderão manter-se em operação ou talvez crescer e prosperar. Com certeza, então, a institucionalização deste critério não garante (e nenhum outro critério jamais poderia) que todas as decisões individuais das empresas tornar-se-ão sempre racionais em termos das avaliações dos consumidores. Contudo, ao eliminar os maus analistas e fortificar a posição dos consolidadamente bem-sucedidos, garante-se que as mudanças estruturais de todo o sistema de produção que tem lugar continuamente possam ser descritas como movimentos constantes direcionados ao uso mais racional dos recursos e como um processo sem fim de direcionamento e redirecionamento de fatores de produção das linhas de produção menos produtivas para aquelas que são mais altamente valoradas pelo consumidor².

A situação é inteiramente diferente e a arbitrariedade, do ponto de vista do consumidor (para quem, devemos lembrar, a produção é realizada), substitui a racionalidade tão logo o estado entra em cena. Porque é diferente das empresas comuns ao permitir-se adquirir receita por meios não-contratuais, o estado não é forçado a evitar perdas se quiser [p.170] se manter no negócio como fazem todos os outros produtores. Antes, desde que se permite impor tributos e/ou regulações às pessoas, o estado esta em uma posição de determinar unilateralmente se ou não, em que extensão e por quanto tempo subsidiar suas próprias operações produtivas. Pode também unilateralmente escolher qual potencial competidor tem a permissão de competir com ele ou até mesmo ser afastado. Essencialmente isto significa que o estado torna-se independente de considerações de lucro-prejuízo. Entretanto, se não é mais forçado a testar continuamente nenhum de seus vários usos dos recursos sob este critério, ou seja, se não mais necessita ajustar corretamente suas alocações de recursos às mudanças de demandas dos consumidores para sobreviver como um produtor, então a seqüência de decisões alocacionais como um todo deve ser considerada arbitrária, um processo irracional de tomada de decisões. Um mecanismo de seleção para forçar estas “mutações” alocacionais que solenemente ignora a demanda do consumidor ou exhibe um mal-ajustamento a ela simplesmente não mais existe³. Dizer que o processo de alocação de recurso torna-se arbitrário na ausência do funcionamento efetivo do critério de lucro/prejuízo não significa que as decisões que de algum modo têm de ser feitas não

estão sujeitas a nenhum tipo de limite e que portanto são puro capricho. Não são, e qualquer decisão assim enfrenta limites impostos pelo responsável pela decisão. Se, por acaso, a alocação dos fatores de produção for decidida democraticamente, então evidentemente deve apelar à maioria. Porém, se uma decisão é limitada deste modo ou se é feita autocraticamente, mesmo que este considere a opinião pública, então ainda assim é arbitrária do ponto de vista dos consumidores como compradores espontâneos ou não-compradores⁴. Portanto, a alocação dos recursos, qualquer que seja, e ainda que mude com o tempo, incorpora um desperdício no uso dos recursos escassos. Libertado da necessidade de obter lucro para sobreviver como uma instituição a serviço dos consumidores, o estado necessariamente substitui a racionalidade pelo caos alocacional. M. Rothbard sintetiza o problema com o seguinte: [p.171]

Como pode ele (isto é, o governo, o estado) saber se constrói a estrada A ou a estrada B, se investe numa estrada ou numa escola – de fato, quanto gastar em todas estas atividades? Não há nenhum modo racional que o permita alocar os fundos ou mesmo decidir quanto tê-los. Quando há uma carência de professores ou salas de aula, ou polícia ou ruas, o governo e seus apoiadores tem somente uma resposta: mais dinheiro. Por que esta resposta jamais é oferecida no mercado livre? A razão é que o dinheiro deve ser *retirado* de alguns outros usos em consumo ou investimento... e esta retirada deve ser justificada. Esta justificativa é provida pelo teste de lucro e prejuízo: a indicação de que as necessidades mais urgentes dos consumidores estão sendo satisfeitas. Se um empreendimento ou produto está ganhando altos lucros para seus donos e prevê-se que estes lucros devam continuar, mais dinheiro chegará; se não, já que se incorre em perdas, o dinheiro fluirá para fora da indústria. O teste de lucro-ou-prejuízo serve como o guia crítico para direcionar o fluxo dos serviços produtivos. Nenhum guia existe para o governo, que por isto não tem nenhum meio racional de decidir o quanto gastar, seja no todo, seja em cada linha específica. Quanto mais dinheiro gasta, mais serviços pode oferecer – mas onde vai parar?⁵

Ao lado da má alocação dos fatores de produção que resultam da decisão de garantir ao estado o direito especial de apropriar receitas de um modo não contratual, a produção estatal implica uma redução na qualidade da saída do que quer que decida produzir. Novamente, uma empresa comum de fins lucrativos somente pode manter um dado tamanho ou possivelmente crescer se puder vender seus produtos a um preço e em tais quantidades que lhe permitam recuperar pelo menos os custos envolvidos na produção, e forem esperançosamente maiores. Desde que a demanda pelos bens ou serviços produzidos depende ou da relativa qualidade ou de seu preço – este mesmo sendo um dos muitos critérios da qualidade – como percebidos pelos potenciais compradores, os produtores devem constantemente preocupar-se com a aceitação da qualidade ou a competitividade do preço do produto. Uma empresa é dependente exclusivamente das compras realizadas voluntariamente pelos consumidores para a continuação de sua existência, portanto [p.172] não há um padrão definido arbitrariamente de qualidade para um empreendimento capitalista (incluídos os assim chamados padrão técnicos ou científicos de qualidade) elaborado por algum alegado “expert” ou comitê de “experts”. Porque há apenas a qualidade que é percebida e

julgada pelos consumidores. Mais uma vez, este critério não garante que não haja produtos ou serviços com baixa qualidade ou superfaturados oferecidos no mercado porque a produção leva tempo e os testes das vendas chegam apenas depois que os produtos foram colocados no mercado, e isto tem de ser assim sob qualquer sistema de produção de bens. Não obstante, o fato de que toda empresa capitalista deve experimentar este teste de vendas para evitar ser eliminada do mercado garante uma posição de soberania aos consumidores e às suas avaliações. Somente se a qualidade do produto é constantemente melhorada e ajustada aos gostos do consumidor pode um negócio manter-se em operação e prosperar.

A história é muito diferente tão logo a produção de bens é realizada pelo estado. Desde que as futuras receitas independem dos custos de produção – como é tipicamente o caso quando o estado produz um bem – já não há mais tal razão para um produtor preocupar-se com a qualidade do produto do mesmo modo que uma instituição dependente das vendas. Se a receita futura do produtor pode ser garantida, independentemente se de acordo ou não com as avaliações dos consumidores os produtos ou serviços valerem o seu dinheiro, porque empenhar esforços especiais para melhorar qualquer coisa? Mais precisamente, mesmo que alguém assuma que os empregados do estado como uma empresa produtiva com o direito de impor tributos e regulamentar unilateralmente a competitividade de seus rivais são na média, tão ou mais interessados ou desinteressados no trabalho quanto aqueles que trabalham em uma empresa dependente de lucros⁶, e se alguém, mais além, assume que ambos os grupos de empregados e trabalhadores são na média igualmente interessados ou desinteressados em um aumento ou decréscimo de suas rendas, então a qualidade dos produtos, medidos em termos de demanda dos consumidores e revelados em [p.173] compras reais, deve ser menor em uma empresa estatal que numa empresa privada, porque a renda dos empregados estatais seriam menos dependentes da qualidade do produto. Coerentemente, eles tenderiam a devotar relativamente menos esforços para produzir produtos de qualidade e mais de seu tempo e esforços seriam gastos no que a eles, mas não necessariamente o consumidor, ocorresse gostarem⁷. Somente se as pessoas que trabalham para o estado fossem super-humanas ou anjos, enquanto qualquer outra fosse simplesmente um ser humano inferior e ordinário, poderia o resultado ser qualquer coisa diferente. Ainda o mesmo resultado, ou seja, a inferioridade da qualidade do produto de quaisquer bens produzidos pelo estado, iria novamente ter lugar se a raça humana no todo de alguma forma evoluísse: mesmo os anjos, se estivessem trabalhando em um empreendimento estatal, produziriam com um resultado de qualidade inferior que seus colegas anjos nas empresas privadas, se o trabalho implicasse até mesmo a menor desutilidade para eles.

Finalmente, em adição aos fatos de que apenas um sistema de mercado pode garantir uma alocação racional de recursos escassos, e que apenas empresas capitalistas podem garantir uma saída de produtos dos quais se pode dizer serem de ótima qualidade, há uma terceira razão estrutural para a superioridade econômica, certamente não surpreendente, de um sistema capitalista de produção. Apenas por meio da operação das forças do mercado é possível utilizar recursos eficientemente com o tempo em qualquer alocação dada, i.e., para evitar a superutilização bem como a subutilização. Este problema já tem sido tratado no Capítulo 3, referentemente ao socialismo de estilo russo. Quais são os limites institucionais de um empreendimento comum de fins lucrativos em suas decisões sobre o grau de exploração ou conservação destes recursos particularmente na linha de produção em que ocorra de eles serem usados? Evidentemente, o dono de tal empreendimento possuiria os fatores de produção bem

como os bens produzidos com eles. Então, esta receita (usada aqui sob um sentido amplo do termo) consiste de duas partes: a receita que é recebida das vendas dos bens produzidos depois que os vários custos de operação foram subtraídos, e o valor [p.174] que é incorporado nos fatores de produção que podem ser realizados em dinheiro caso o proprietário decida vendê-los. A institucionalização de um sistema capitalista – uma ordem social baseada em propriedade privada – portanto, implica o estabelecimento de uma estrutura de incentivos sob a qual as pessoas tentam maximizar seus ganhos em ambas destas dimensões. O quê exatamente isto significa?⁸ Todo ato de produção evidentemente afeta ambas as dimensões de renda mencionadas. Em uma mão, a produção é realizada para alcançar um retorno lucrativo das vendas. Em outra mão, tanto quanto os fatores de produção são exauríveis, ou seja, tanto quanto são escassos e não gratuitamente disponíveis, toda produção implica uma deterioração do valor dos fatores de produção. Assumindo que a propriedade privada existe, produz-se uma situação em que todo negócio constantemente tenta não deixar os custos marginais da produção (ou seja, a queda no valor dos recursos que resultam de seu uso) tornarem-se maiores que o produto das receitas marginais, e onde com a ajuda da Contabilidade como um instrumento de checagem do sucesso ou falha destas tentativas existe. Se um produtor não for bem sucedido nesta tarefa e a queda no valor do capital for maior que o aumento na receita proveniente das vendas, a renda total do proprietário (em sentido amplo do termo) será reduzida. Então, a propriedade privada é um dispositivo institucional de salvaguarda de um estoque existente de capital contra o risco de ser superexplorada, por exemplo, ao punir um proprietário que deixe isto ocorrer por meio de perdas na receita. Isto ajuda a tornar possível para os valores produzidos serem maiores que os valores destruídos durante a produção. Em particular, A propriedade privada é uma instituição em que um incentivo é estabelecido para ajustar eficientemente o grau de conservação ou consumo de um dado estoque de capital em uma particular linha de produção à mudança prevista de preços. Se, por exemplo, o preço futuro do óleo for esperado subir acima de seu nível corrente, então o valor do capital ligado à produção de óleo irá imediatamente aumentar assim como o custo marginal envolvido na produção do bem marginal. Então, a empresa seria imediatamente [p.175] impelida a reduzir a produção e aumentar a conservação coerentemente, porque a receita marginal do produto no mercado presente ainda permanece a um nível inalterado inferior. Em outra mão, se no futuro for previsto que os preços do óleo caiam abaixo de seu nível presente, isto iria resultar em uma imediata queda nos respectivos valores de capital e nos custos marginais, e então a empresa imediatamente começaria a utilizar este estoque de capital mais intensivamente desde que os preços n mercado presente ainda estariam relativamente altos. Para termos certeza, ambas destas reações são exatamente o desejável do ponto de vista dos consumidores.

Se o modo pelo qual um sistema capitalista de produção trabalha é comparado com a situação que se torna institucionalizada sempre que o estado toma conta dos meios de produção, diferenças gritantes emergem. Isto é verdadeiro especialmente quando o estado é uma moderna democracia parlamentar. Neste caso, os gerentes de uma empresa podem ter o direito de receber os retornos das vendas (depois de subtrair os custos de operação), mas, e isto é decisivo, eles não têm o direito de apropriar privativamente as receitas de uma possível venda dos fatores de produção. Sob esta constelação, o incentivo para o uso de um dado estoque de capital economicamente com o passar do tempo é drasticamente reduzido. Por quê? Porque se alguém tem o direito de apropriar privativamente a receita do retorno das vendas das mercadorias, mas não tem o direito de apropriar os ganhos ou perdas no valor do capital que resultam de um

dado grau de uso deste capital, então há uma estrutura de incentivos institucionalizada não para maximizar a renda total, ou seja, a riqueza social total em termos de avaliações dos consumidores – mas antes de maximizar as receitas dos retornos das vendas às expensas de perdas no valor do capital. Porque, por exemplo, deveria um oficial do governo reduzir o grau de exploração de um dado estoque de capital e recorrer a uma política de conservação quando os preços para os bens produzidos são previstos aumentar no futuro? Evidentemente, a vantagem de tal política conservadora (o maior valor de capital resultante dela) não poderia ser colhida privativamente. Em outra mão, [p.176], ao recorrer a tal política as receitas dos retornos das vendas seriam reduzidas, enquanto não seriam reduzidas se deixassem de conservá-las. Brevemente, conservar significará ter nenhuma das vantagens e todas as desvantagens. Portanto, se os gerentes estatais não são seres super-humanos, mas antes, pessoas comuns preocupadas com suas próprias vantagens, deve-se concluir que é uma consequência absolutamente necessária de qualquer produção do estado que um dado estoque de capital será superutilizado o que os padrões de vida dos consumidores diminuídos em comparação com a situação sob o capitalismo.

Agora é com tranqüila certeza que alguém irá argumentar que enquanto não se tem nenhuma dúvida sobre o que tem sido explicado aqui tão exaustivamente, na prática as coisas seriam diferentes e a deficiência de um sistema de puro mercado viria à luz tão logo alguém prestasse atenção ao caso especial da produção monopolística. Por necessidade, a produção monopolística haveria de se erguer sob o capitalismo, pelo menos no longo prazo. Não apenas críticos marxistas, mas também teóricos da economia ortodoxa fariam muito uso deste alegado contra-argumento⁹. Em resposta a este desafio quatro pontos devem ser feitos seqüencialmente. Primeiro, a evidência histórica disponível mostra que, ao contrário da tese destes críticos, não há nenhuma tendência em direção a um crescimento dos monopólios sob um sistema de mercado livre. Em adição, há razões teóricas que levariam a duvidar que tal tendência poderia algum dia prevalecer em um mercado livre. Terceiro, mesmo que tal processo de aumento da monopolização viesse a existir, por qualquer razão, seria inofensivo do ponto de vista dos consumidores, com a reserva de que fosse garantida a livre entrada no mercado. E quarto, o conceito de preços monopolísticos quando distinguidos e contratados com os preços competitivos é ilusório em uma economia capitalista.

Com respeito à evidência histórica, se a tese dos críticos do capitalismo fosse verdade, então teria de haver uma tendência mais pronunciada em direção à monopolização sob um capitalismo relativamente mais livre, desimpedido, desregulado e contratual que sob um sistema de bem-estar ou social, [p.177] altamente regulado. Entretanto, a história nos provê com evidências de que precisamente se dá o resultado oposto. Há um acordo geral relativo à avaliação do período histórico de 1867 à 1ª Guerra Mundial como sendo um período relativamente mais capitalista na história dos Estados Unidos, e do subsequente período como sendo comparativamente maior e crescente tanto na regulação das empresas como quanto na legislação de bem-estar social. Contudo, se olharmos a fundo a matéria descobriremos que no primeiro período houve não apenas menos desenvolvimento da monopolização e concentração de mercado como também se podia observar uma tendência constante em direção à competição mais acirrada com preços continuamente em queda para quase todos os bens¹⁰. Esta tendência somente teve uma parada e se reverteu quando no curso do tempo o sistema de mercado foi se tornando mais e mais obstruído e destruído pela intervenção estatal. Uma crescente monopolização somente se instala quando influentes homens de negócios tornam-se bem-sucedidos em persuadir o governo a interferir com este

acurado sistema de competição e emitirem legislações regulatórias, impondo um sistema de competição “ordenada” para proteger grandes empresas da então chamada competição “corta-garganta” florescendo continuamente ao seu redor¹¹. G. Kolko, um esquerdista e, portanto, certamente uma testemunha confiável, ao menos para os críticos da esquerda, soma sua pesquisa a esta questão como segue:

Havia durante este [primeiro] período uma tendência dominante em direção ao crescimento da competição. A competição era inaceitável para muitos negócios-chave e líderes financeiros, e o movimento de fusão foi em uma grande extensão uma reflexão proveniente de tentativas voluntárias e mal-sucedidas de donos de negócios de colocar sob controle as irresistíveis tendências... Como novos competidores apareciam, e como o poder econômico estava difuso por toda uma nação em expansão, tornou-se aparente para muitos homens de negócios importantes que somente o governo nacional poderia [controlar e estabilizar] a economia...Ironicamente, de forma contrária ao consenso dos historiadores, não foi a existência do monopólio que causou a intervenção do governo na economia, mas a falta dele¹². [p.178].

Em adição, estes achados, que se situam em clara contradição a muito da sabedoria comum na matéria, são escorados em considerações teóricas¹³. A monopolização significa que algum fator específico de produção é retirado da esfera do mercado. Não há nenhum comércio do fator, mas há somente o dono deste fator engajado na limitação do comércio. Assim sendo, então nenhum preço de mercado existe para este fator de produção monopolizado. Todavia, se não há nenhum preço de mercado para ele, então o dono do fator não pode mais também estimar os custos monetários envolvidos para afastá-lo mercado e usá-lo como ocorra. Em outras palavras, ele não pode mais calcular seus lucros e ter certeza, mesmo que somente *ex post facto*, que ele realmente está ganhando os máximos lucros possíveis de seus investimentos. Então, provido que o empreendedor está realmente interessado em realizar o maior lucro possível (algo, com certeza, que é sempre assumido por seus críticos), teria de oferecer os fatores de produção monopolizados continuamente no mercado para ter a certeza de que estaria de fato usando-os no modo mais lucrativo e que não haveria nenhum outro modo mais lucrativo para usá-los, de modo a tornar-se mais lucrativo para ele vender o fator que mantê-lo. Então, parece, alcançaríamos o resultado paradoxal de que, para maximizar seus lucros, o monopolista deve ter um interesse permanente em descontinuar a sua posição como o dono de um fator de produção afastado do mercado e, ao invés, desejar sua inclusão na esfera do mercado.

Mais adiante, com todo ato adicional de monopolização o problema para o dono dos fatores de produção monopolizados – ou seja, que por causa da impossibilidade do cálculo econômico, ele não mais teria certeza que aqueles fatores de produção estão sendo de fato usados no modo mais lucrativo – torna-se mais agudo. Isto é assim, em particular, porque realisticamente há de se assumir que o monopolista não é apenas não-onisciente, mas que também seu conhecimento relativo a futuros bens e serviços alternativos pelos consumidores nos mercados futuros torna-se mais e mais limitado quanto mais avança o processo de monopolização. [p.179] Como os fatores de produção são retirados do mercado, e como o círculo dos consumidores servido pelos bens produzidos com estes fatores se expande, torna-se menos provável que o monopolista, incapaz de fazer uso do cálculo econômico, possa manter-se no comando de todas as

informações relevantes necessárias para detectar os usos mais lucrativos para seus fatores de produção. Ao contrário, torna-se mais provável no curso de tal processo de monopolização, que outras pessoas ou grupos de pessoas, dado o desejo delas de realizar lucros por meio de maior empenho na produção, irão perceber meios mais lucrativos de empregar os fatores de produção¹⁴. Não necessariamente porque sejam melhores empreendedoras, mas simplesmente porque elas *ocupam* diferentes posições no espaço e tempo e então se tornam progressivamente cômicas das oportunidades de negócios que resultam mais e mais difíceis e custosas para o monopolista detectar a cada nova etapa de monopolização. Por conseguinte, a disposição para o monopolista ser persuadido a vender seus fatores de produção a outros produtores – *nota bene*: para o propósito de por meio disso, aumentar seu lucro – aumenta, a cada degrau adicional em direção à monopolização¹⁵.

Agora, assumamos que o que a evidência histórica bem como a teoria provam ser improvável aconteça de qualquer maneira, por qualquer razão, e que ocorra diretamente o mais extremo caso concebível: há apenas um único negócio, um supermonopolista a falar, que provê todos os bens e serviços disponíveis no mercado, e que só há um único empregador de todos. O quê este estado de coisas implica com relação à satisfação dos consumidores, provido, óbvio, como assumimos, que o supermonopolista tenha adquirido sua posição e a mantenha sem o uso de agressão? Por uma coisa, isto evidentemente significa que ninguém tem nenhuma reclamação válida contra o dono desta firma; seu empreendimento é com certeza completa e legitimamente seu. E por outra razão isto significa que não há infração nos direitos de ninguém para boicotar qualquer possível mudança. Ninguém é forçado a trabalhar para o monopolista ou comprar o que quer que seja dele, e qualquer um pode fazer com os ganhos de seu [p.180] trabalho o que quiser. Pode-se consumi-los ou poupá-los, usá-los para fins produtivos ou não-produtivos, ou associar-se com outros e combinar seus fundos para qualquer tipo de “*joint venture*”. Porém, se assim fosse, então a existência de um monopólio iria apenas permitir que alguém dissesse o seguinte: que o monopolista claramente não vê nenhuma chance de melhorar sua renda por meio da venda de parte ou de todos os seus meios de produção, ou de outra maneira ele o assim faria. Ademais, ninguém mais veria qualquer chance de melhorar sua renda por meio da compra de fatores do monopolista ou por meio de tornar-se um produtor capitalista autônomo por meio de poupança original, transformando a riqueza privada existente usada não-produtivamente em capital produtivo, ou combinando seus fundos com os de outros, ou de outra maneira isto seria feito. Todavia, então, se ninguém mais visse qualquer chance de melhorar a sua renda sem recorrer à agressão, seria evidentemente absurdo ver qualquer coisa errada com tal supermonopólio. Devesse de fato vir a ter existência dentro dos parâmetros de uma economia de mercado, isto apenas provaria que este mesmo supermonopolista esteve certamente provendo os consumidores com os mais urgentes bens e serviços procurados e no modo mais eficiente.

Ainda permanece a questão dos preços monopolísticos¹⁶. Um preço monopolístico não implica um suprimento sub-ótimo de bens aos consumidores, e não há aqui então uma importante exceção ao funcionamento geralmente superior do capitalismo? De certo modo esta questão já foi respondida pela explicação acima de que mesmo um supermonopolista auto-estabelecido no mercado não pode ser considerado perigoso para os consumidores. Porém, em qualquer caso, a teoria que os preços monopolísticos são (alegadamente) categoricamente diferentes dos preços competitivos tem sido apresentada em uma linguagem diferente, técnica, e então merece um tratamento especial. O resultado desta análise, que agora é bastante surpreendente,

apenas reforça o que já havia sido descoberto. : o monopólio não constitui um problema especial a forçar a necessidade de se fazerem emendas especiais à regra geral de uma economia de mercado, [p.181] sendo necessariamente mais eficiente que qualquer sistema estatista ou socialista. Qual é a definição de “preço monopolístico” e, em contraste a ele, de “preço competitivo”, de acordo com a economia ortodoxa (que na matéria sob investigação inclui a então chamada Escola Austríaca de Economia, representada por Ludwig von Mises)? A definição seguinte é típica:

O monopólio é um pré-requisito para a emergência de preços monopolísticos, mas não é o único pré-requisito. Há uma condição adicional requerida, o que seja, uma certa forma da curva de demanda. A mera existência do monopólio não significa nada a este respeito. O publicador de um livro com direitos autorais é um monopolista. Porém, ele pode não ser capaz de vender uma simples cópia, não importa quão baixo estipule o preço. Nem todo preço pelo qual um monopolista vende um bem monopolizado é um preço monopolístico. Preços monopolísticos são apenas os preços que tornam mais vantajoso para o monopolista restringir a quantidade total a ser vendida do que expandir as suas vendas até o limite que um mercado competitivo permitiria¹⁷.

Não importa quão plausível esta distinção possa parecer, será argumentado que nem o produtor por ele mesmo nem nenhum observador externo neutro poderia jamais decidir se os preços realmente obtidos no mercado são preços competitivos ou monopolísticos, baseado no critério “suprimento restrito versus irrestrito” como oferecidos na definição acima. Para entender isto, suponha-se haver um produtor monopolista no sentido de “um único produtor de um dado bem”. A questão de que se um dado bem é ou não diferente ou homogêneo em relação a outros bens produzidos por outras firmas não é a única que pode ser decidida baseada em uma análise comparativa de tais bens em termos físicos ou químicos “*ex ante*”, mas sempre terá de ser decidida “*ex post facto*” em mercados futuros, pelo tratamento igual ou diferente e avaliações que estes bens receberão do público comprador. Portanto cada produtor, não importa o que seja seu produto, pode ser considerado um monopolista potencial neste sentido do termo, no ponto de tomada de decisão. Qual, então, é a decisão [p.182] que ele e cada produtor tem de enfrentar? Ele deve decidir quanto do bem em questão será produzido para maximizar sua renda monetária (assumindo-se que sejam dadas as outras considerações sobre renda não-monetária). Para ser capaz de fazer isto ele deve decidir como a curva de demanda para o produto em questão será formada quando os produtos alcançarem o mercado, e ele deve levar em consideração os vários custos de produção para produzir várias quantidades do bem a ser produzido. Feito isto, ele irá estabelecer a quantidade a ser produzida até o ponto onde o retorno das vendas, ou seja, a quantidade de bens vendidos vezes o preço, menos os custos de produção envolvidos na produção desta quantidade, irá alcançar um máximo. Permita-nos assumir que isto aconteça e que ocorra que o monopolista também esteja correto em sua avaliação da curva de demanda futura em que o preço que ele procura para seus produtos certamente ganharem o mercado. Agora é questão é, será o preço de mercado um preço passo a passo competitivo ou monopolístico? Como Murray Rothbard percebeu em sua análise inovadora mas muito negligenciada do problema do monopólio, não há meio de saber. A quantidade de bens produzidos foi “restringida” para tomar vantagem da demanda inelástica e foi um preço monopolístico então colhida, ou o preço alcançou um preço

competitivo estabelecido para vender uma quantidade de bens que foi expandida “ao limite que um mercado competitivo poderia permitir?” Não há meios para decidir a questão¹⁸. Claramente, todo produtor sempre irá tentar ajustar a quantidade produzida ao nível acima do qual a demanda tornar-se-ia elástica e iria então obter menores retornos totais a ele por causa dos reduzidos preços pagos. Ele então se empenha em práticas restritivas. Ao mesmo tempo, baseado na sua estimativa da forma das futuras curvas de demanda, cada produtor irá tentar expandir a sua produção de qualquer bem até o ponto em que o custo marginal de produção (que é o custo de oportunidade de não produzir uma unidade de um bem alternativo com a ajuda dos escassos fatores de produção, agora ligado ao processo de produção de uma outra unidade de x) iguala o preço por unidade de x que se espera ser capaz de cobrar a um respectivo [p.183] nível de oferta. Ambas a restrição e a expansão, são parte da maximização dos lucros e formação dos preços do mercado, e nenhum destes dois aspectos pode ser separado do outro para se fazer uma distinção válida entre ação competitiva e monopolística.

Agora, suponha que no próximo ponto de decisão o monopolista decida reduzir a saída do bem de um nível mais alto para um mais baixo, e assuma que ele de fato seja bem-sucedido em obter retornos totais maiores agora do que antes. Não seria este um claro caso de um preço monopolístico? Novamente, a resposta deve ser não. Destarte, desta vez a razão seria a indistinguibilidade desta restrição realocacional de uma realocação “normal” que leva em conta as mudanças na demanda. Todo evento que pode ser interpretado de uma maneira pode também ser interpretado em outra, e não existe nenhum meio de decidir a questão, porque uma vez mais ambos são essencialmente dois aspectos de uma só e mesma coisa: da ação, da escolha. O mesmo resultado, ou seja, uma restrição no suprimento acompanhado não apenas de preços mais altos, mas com preços altos o suficiente para aumentar a receita total das vendas, seria provocado se o monopolista que, por exemplo, produz um único tipo de maçãs, depara com um aumento na demanda por suas maçãs (uma virada pra cima na curva de demanda) e simultaneamente um aumento maior ainda na demanda (uma virada pra cima ainda mais pronunciada na curva de demanda) por laranjas. Nesta situação ele iria colher os maiores retornos de uma saída reduzida de maçãs, também, porque o preço de mercado anterior para suas maçãs tornar-se-ia um preço subcompetitivo neste ínterim. Ademais, se ele de fato quisesse maximizar seus lucros, ao invés de simplesmente expandir a produção de maçãs de acordo com a demanda aumentada, ele iria agora ter de usar alguns dos fatores de produção anteriormente usados na produção de maçãs para a produção de laranjas, porque neste interstício as mudanças no sistema de preços relativos teria ocorrido. Contudo, o que seria se o monopolista que restringisse a produção de maçãs não se engajasse na produção de laranjas com os fatores de produção [p.184] agora disponíveis, mas agora então mantidos inoperantes? Novamente, tudo que isto iria indicar é que além de aumentar a demanda por maçãs, durante este tempo um aumento ainda maior na demanda por qualquer outro bem – laser (mais precisamente, a demanda por laser pelo monopolista que é também um consumidor) teria tido lugar. A explicação para o suprimento de maçãs restringido é então encontrado nas mudanças de preço relativo de laser (e não de laranjas), quando comparado com outros bens.

Nem da perspectiva do monopolista – por ele próprio nem da de qualquer outro observador externo poderia a ação restritiva então ser distinguida conceitualmente das realocações normais que simplesmente seguem mudanças previstas na demanda. Sempre que o monopolista engajar-se em atividades restritivas que são seguidas por uma alta de preços, por definição ele deve fazer uso dos fatores de produção

dispensados para algum outro propósito mais altamente valorado, desse modo indicando que ele se ajusta às mudanças na demanda relativa. Tal como M. Rothbard adiciona,

Nós não podemos usar a “restrição de produção” como o teste do preço competitivo vs. Preço monopolista. Um movimento de um preço subcompetitivo para um preço competitivo também envolve uma restrição de produção deste bem, acompanhado, óbvio, de uma expansão da produção em outras linhas com os fatores de produção tornados livres. Não há nenhum modo qualquer que seja para distinguir tal restrição e a conseqüente expansão da alegada situação de “preços monopolistas”. Se a restrição for acompanhada por um aumento do laser para o dono do fator de produção preferivelmente a um aumento da produção de qualquer outro bem no mercado, será ainda a expansão de um bem de consumo – o laser. Ainda não há meio de determinar se a restrição resultaria em preços competitivos ou monopolistas ou em que extensão o motivo do aumento do laser estava envolvido. Definir um preço monopolista como um preço advindo da venda de uma quantidade menor de um produto a um preço maior é, portanto, sem sentido, desde que a mesma definição aplica-se ao preço competitivo quando comparada com um preço subcompetitivo¹⁹. [p.185]

A análise da questão do monopólio, então, não fornece qualquer razão que seja para modificar a descrição dada acima de como uma economia pura de mercado normalmente funciona e de sua superioridade sobre qualquer tipo de sistema socialista ou estatista de produção. Um processo de monopolização não apenas é altamente improvável de acontecer, tanto empírica como teoricamente, mas mesmo que o fosse, do ponto de vista dos consumidores seria inofensivo. Dentro de um arcabouço de um sistema de mercado um preço monopolístico restritivo não poderia ser distinguido de um preço normal ao variar devido a maiores demandas e mudanças nos preços relativos. Ademais, como toda ação restritiva é simultaneamente expansionária, dizer que a redução da produção em uma linha de produção acompanhada de um aumento da receita total implica uma má alocação dos fatores de produção e uma exploração do consumidor é simplesmente nonsense. O mal entendido envolvido em tal raciocínio tem sido revelado de forma acurada na seguinte passagem de um dos últimos trabalhos de L. v. Mises, em que ele implicitamente refuta sua própria acima citada posição ortodoxa com relação ao problema do preço monopolístico. Ele enuncia:

Um empreendedor que tenha à disposição 100 unidades de capital emprega, digamos, 50 unidades para a produção de p e 50 unidades para a produção de q. Se ambas as linhas de produção são lucrativas, é estranho criticá-lo por não ter empregado mais, por exemplo, 75 unidades, para a produção de p. Ele poderia aumentar a produção de p apenas por diminuir respectivamente a produção de q. Entretanto, com relação a q a mesma falta poderia ser encontrada com os resmungões. Se alguém reclama do empreendedor por não ter produzido mais p, então deve também criticá-lo por não ter produzido mais q. Isto significa: critica-se o empreendedor pelo fato de que há escassez

dos fatores de produção e que a Terra não é uma terra de Cockgaine²⁰.

O problema do monopólio como um problema especial de mercados requisitando a ação estatal para a solução não existe²¹. De fato, apenas quando o estado entra [p.186] em cena é que emergem o problema real e não-ilusório do monopólio e os preços monopolísticos. O estado é a única empresa cujos preços e práticas comerciais podem ser diferenciados conceitualmente de todos os outros, os quais podem ser chamados de “demasiado altos” ou “exploratórios”, de um modo completamente objetivo e não-arbitrário. São preços e práticas que os consumidores não desejam voluntariamente pagar e aceitar, mas que, ao contrário, são a eles forçados sob ameaças de violência. Somente por ser uma instituição tão privilegiada como é o estado é que também é normal prever e encontrar um processo permanente de progressiva monopolização e concentração. Quando comparada com outras empresas, que estão sujeitas ao controle dos consumidores ao decidirem comprar ou não, a empresa estatal é uma organização que pode tributar as pessoas sem precisar esperar até que eles aceitem os tributos, e pode impor regulações quanto ao uso que as pessoas fazem de sua propriedade sem obter o consentimento delas para tanto. Isto evidentemente dá ao estado, em comparação com outras instituições, uma tremenda vantagem na competição pelos recursos escassos. Se é tido por certo que os representantes do estado são igualmente guiados por motivo de lucro como qualquer outrem, segue-se de sua posição privilegiada que a organização “estado” deve ter uma tendência relativamente mais pronunciada a crescer que qualquer outra organização. Certamente, enquanto não tenha havido evidência para a tese de que um sistema de mercado levaria a uma tendência a um crescimento monopolístico, a tese de que um sistema estatista faria isto é amplamente amparada pela experiência histórica. [p.187]

Capítulo 10 - Produção Capitalista e o Problema dos Bens Públicos

Nós temos tentado demolir o socialismo bem como tanto no front econômico como no moral. Tendo o reduzido a um fenômeno de significado exclusivamente sócio-psicológico, ou seja, um fenômeno para cuja existência nem boas razões econômicas nem boas razões morais podem ser encontradas, suas raízes foram explicadas em termos de agressão e a influência corruptora que uma política de *divide et impera* exerce na opinião pública. O último capítulo retornou à economia para dar o golpe final no socialismo ao empenhar-se na tarefa construtiva de explicar o funcionamento de uma ordem social capitalista como a rival economicamente superior do socialismo, pronta para adoção a qualquer tempo. Em termos de avaliações dos consumidores, o capitalismo foi indicado como sendo superior com respeito à alocação dos fatores de produção, a qualidade da saída dos bens produzidos, e a preservação dos valores incorporados no capital ao longo do tempo. O então chamado problema do monopólio alegadamente associado a um sistema de puro mercado foi de fato demonstrado não constituir nenhum problema. Antes, tudo o que tem sido dito sobre o funcionamento do capitalismo ser normalmente mais eficiente é verdade também com respeito aos produtores monopolísticos, tanto quanto certamente eles sujeitam-se ao controle das compras ou abstenções voluntárias por parte dos consumidores.

Este capítulo final irá analisar um caso especial citado até mesmo mais freqüentemente que alegadamente requer que se façam emendas qualificadas à tese da superioridade econômica do capitalismo: o caso da produção dos assim chamados bens públicos, considerada em particular a produção da seguridade.

Se o que tem sido explanado no capítulo precedente com relação ao funcionamento de uma economia de mercado é verdade, e se os monopólios são completamente inofensivos aos consumidores enquanto estes tiverem o direito de boicotá-los e livremente [p.188] entrar no mercado eles mesmos como concorrentes, então se deve tirar a conclusão de que tanto por razões econômicas ou morais, a produção de todos os bens e serviços deveria ser deixada para a iniciativa privada. Em particular, segue-se que mesmo a produção da lei e da ordem, justiça e paz – aquelas coisas que somos levados a pensar que são as mais prováveis candidatas a serem bens providos pelo estado, pelas razões explicadas no capítulo 8 – deveriam ser fornecidas pela mão privada, por um mercado competitivo. Esta é certamente a conclusão de G. de Molinari, um renomado economista belga, formulada já em 1849 – um tempo quando o liberalismo clássico era ainda a força ideológica dominante, e “economista” e “socialista” eram geralmente (e também corretamente) considerados termos antônimos:

Se existe uma verdade bem estabelecida em política econômica, esta é: que em todos os casos, porque todas as coisas que servem para prover as necessidades tangíveis ou intangíveis do consumidor, é no melhor interesse do consumidor que o trabalho e o comércio permaneçam livres, porque a liberdade de trabalho e comércio têm como resultado permanente e necessário a redução máxima do preço. E isto: que o interesse do consumidor de qualquer coisa que seja deve sempre

prevalecer sobre os interesses do produtor. Agora, ao perseguir estes princípios, chegamos à esta rigorosa conclusão: que a produção da seguridade deve, no interesse dos consumidores deste bem intangível, permanecer sujeita à lei da livre competição. Do que segue: que nenhum governo deveria ter o direito de evitar um outro governo de entrar em competição com ele, ou de requerer que os consumidores da seguridade venham exclusivamente a ele por este bem¹.

E ele comenta sobre este argumento ao dizer: “ou isto é lógico e verdadeiro, ou os outros princípios nos quais a ciência econômica se baseia são inválidos².”

Aparentemente, há apenas uma saída para esta desagradável (isto é, [p.190] para todos os socialistas) conclusão: argumentar que há bens particulares os quais por algumas razões especiais o raciocínio econômico acima não se aplica. É isto o que os teóricos dos chamados bens públicos estão determinados a provar³. Contudo, nós iremos demonstrar que na verdade, de especiais, nem os bens nem as razões existem, e que a produção da seguridade em particular não apresenta nenhum problema diferente da produção de quaisquer outros bem ou serviço, sejam eles casas, queijo ou seguros. A despeito de seus muitos seguidores, toda a teoria dos bens públicos é falha, seus defensores buscam mais os holofotes que a verdade, caminham com inconsistências internas, *nonsequiturs*, apelam para as credências populares e jogam com elas, mas sem nenhum mérito científico qualquer que seja⁴.

Qual, então, a saída de emergência que os economistas socialistas têm descoberto á fim de evitar que se extraiam conclusões tais como a de Molinari? Desde o tempo de Molinari tem se tornado crescentemente comum responder a questão de haver ou não bens aos quais tipos diferentes de análise econômica aplicam-se na afirmativa. Como matéria de fato, hoje em dia é quase impossível encontrar um simples texto econômico que não faça e não destaque a importância vital da distinção entre bens privados, para os quais a verdade da superioridade econômica de uma ordem capitalista de produção é geralmente aceita, e os bens públicos, para os quais é geralmente negada⁵. Diz-se que certos bens ou serviços, e entre eles, a seguridade, têm a característica especial que seu gozo não pode ser restrito àquelas pessoas que de fato financiaram a sua produção. Antes, as pessoas que não participaram em seu financiamento também podem obter benefícios dela também. Tais bens são chamados bens públicos ou serviços (em oposição aos bens e serviços privados, que exclusivamente beneficiam aquelas pessoas que de fato pagaram por eles). Devido a esta característica especial dos bens públicos, segundo argumentam, os mercados não podem produzi-los, não ao menos em quantidade ou qualidade suficiente, e então a ação estatal compensatória é necessária⁶. Os exemplos dados pelos diferentes autores para os alegados bens públicos variam amplamente. Os autores freqüentemente classificam [p.190] os mesmos bens ou serviços diferentemente, deixando quase nenhuma classificação de um bem particular sem disputa⁷. Isto claramente denuncia o caráter ilusório da distinção inteira. Apesar disso, alguns exemplos que agradam particularmente o status popular como bens públicos são o corpo de bombeiros que evitam que a casa do vizinho pegue fogo, portanto deixando-o lucrar com o meu corpo de bombeiros, mesmo que embora ele não contribua com nada para financiá-lo; ou a polícia que por patrulhar ao redor da minha propriedade afasta também os potenciais invasores da propriedade do meu vizinho, mesmo que ele não tenha ajudado a financiar as rondas; ou o farol, um exemplo particularmente caro aos economistas⁸, que ajuda os

navios a encontrarem seu caminho, mesmo que ele não contribua com um único centavo para sua construção e manutenção.

Antes de continuar com a apresentação e o exame crítico da teoria dos bens públicos permita-nos investigar quão útil a distinção entre bens privados e públicos é em ajudar a decidir o que deve ser produzido privativamente e o que deve ser produzido pelo estado ou com a ajuda dele. Mesmo a análise mais superficial não pode falhar em apontar que ao usar este alegado critério, antes de apresentar uma solução sensível, obtém-se um profundo problema. Enquanto pelo menos à primeira vista parece que alguns dos bens e serviços providos pelo estado podem certamente ser qualificados como bens públicos, é certamente não óbvio quantos dos bens e serviços que de fato são produzidos pelos estados poderiam vir a encabeçar a lista dos bens públicos. Estradas de ferro, serviços postais, telefone, ruas e similares parecem ser bens cujo uso pode ser estrito a pessoas que de fato os financiam, e então pareceriam ser bens privados. Parece ser o mesmo caso com relação a muitos aspectos do bem multidimensional “seguridade”: tudo o que pudesse se referir a seguros poderia ser extraído e teria de ser qualificado como um bem privado. Isto ainda não é tudo. Tal como vários bens providos pelo estado parecem ser bens privados, muitos bens produzidos pela iniciativa privada pareceriam encaixar-se na categoria de um bem público. Claramente meus vizinhos lucrariam com o meu bem-mantido jardim de rosas [p.191] - eles poderiam aproveitar a vista sem jamais me ajudar a jardinar. O mesmo é verdadeiro com relação a todos os tipos de benfeitorias que eu poderia fazer na minha propriedade que pudesse aumentar o também o valor das propriedades dos vizinhos. Mesmo aquelas pessoas que não atiram dinheiro em seu chapéu podem lucrar do desempenho de um músico de rua. Lucram com o meu desodorante aqueles amigos viajantes no ônibus que não me ajudaram a comprá-lo. Qualquer um que sempre entre em contato comigo lucrará com meus esforços, tomados sem o seu apoio financeiro, para tornar-me uma pessoa mais amável. Agora, de todos estes bens, rosas, jardins, benfeitorias, música de rua, desodorantes, melhoria de personalidade – desde que eles claramente parecem possuir as características de bens públicos, então têm de ser providos pelo estado ou com a sua assistência?

Como estes últimos exemplos de bens públicos produzidos privadamente indicam, há algo seriamente errado com a tese dos teóricos dos bens públicos que estes bens não podem ser produzidos privadamente, mas ao contrário, requerem a intervenção estatal. É claro que eles podem ser providos pelos mercados. Além disso, a evidência histórica mostra-nos que todos os bens públicos hoje providos pelo estado em algum tempo no passado tiveram sido providos por empreendedores privados ou mesmo hoje são providos desta forma em um país ou outro. Por exemplo, o serviço postal foi uma vez privado em quase todo lugar; ruas e estradas eram financiadas privativamente e algumas vezes ainda o são; mesmo os amáveis faróis foram originalmente o resultado do empreendimento privado⁹. forças policiais privadas, detetives, e árbitros existem, e também a ajuda para os doentes, os pobres, os velhos, os órfãos e as viúvas tem sido um campo tradicional para as organizações privadas de caridade. Dizer, então, que tais coisas não podem ser produzidas por um sistema de mercado puro é refutado pela experiência uma centena de vezes.

À parte disso, outras dificuldades se levantam quando a distinção entre bens públicos e privados é usada para decidir o que deve ser deixado para o mercado ou não. Que dizer, por exemplo, se a produção dos chamados bens públicos não têm conseqüências [p.192] positivas, mas negativas para outras pessoas, ou se as conseqüências foram positivas para alguns e negativas para outros? Que dizer se o

vizinho cuja casa foi salva de um incêndio pelo meu corpo de bombeiros estivesse querendo (talvez porque a casa estivesse superavaliada no seguro) que ela tivesse se queimado toda, ou que deteste rosas, ou que aqueles companheiros de viagem achem horrível o perfume de meu desodorante? Em adição, mudanças de tecnologia podem mudar o caráter de um dado bem. Por exemplo, com o desenvolvimento da tv a cabo, um bem que antes era (aparentemente) público tem se tornado privado. Mudanças nas leis de propriedade – da apropriação da propriedade – podem ter justamente o mesmo efeito de mudança do caráter público-privado de um bem. O farol, por exemplo, é um bem público somente enquanto o mar é possuído publicamente (não privadamente). Todavia, se obtivermos a permissão de adquirir glebas do oceano como uma propriedade privada, como seria em uma ordem social puramente capitalista, então como o farol apenas brilhasse sobre um território limitado, tornar-se-ia claramente possível excluir os não-pagadores do gozo de seus serviços.

Deixando este nível mais ou menos esquemático de discussão e procurando a distinção entre bens públicos e privados mais amplamente, tal distinção torna-se completamente ilusória. Uma dicotomia que claramente distinga entre bens públicos e privados não existe, e isto é essencialmente o porquê de poder haver tantos desacordos sobre como classificar dados bens. Todos os bens são mais ou menos privados ou públicos e podem mudar – e constantemente mudam – com respeito ao seu grau de privacidade ou publicidade com as mudanças de valor e avaliação por parte das pessoas, e com as mudanças na composição da população. Eles nunca caem, de uma vez por todas, em uma ou outra categoria. Para reconhecer isto, deve-se apenas lembrar o que faz algo ser um bem. Para que algo se torne um bem ele deve ser desejado e tratado como escasso por alguém. Uma coisa não é um bem propriamente, isto é, por si mesma, mas os bens são apenas bens aos olhos de quem os contemple. Nada é um bem sem que pelo menos uma pessoa o considere subjetivamente como tal. Porém, então, desde que os bens [p.193] não são nunca bens – como tais – desde que nenhuma análise físico-química pode identificar algo como sendo um bem econômico – não há nenhum critério fixo e objetivo para a classificação de um bem como público ou privado. Jamais poderão existir por si próprios, bens públicos ou privados. Seu caráter de público ou privado depende de como poucas ou muitas pessoas consideram-no como bens, com o grau com que mudam de público para privado conforme mudem estas avaliações, e variando de um ao infinito. Mesmo coisas aparentemente completamente privadas tais como o interior de meu apartamento ou a cor de meu pijama podem vir a se tornarem bens públicos tão logo alguém comece a se importar com elas¹⁰. Bens aparentemente públicos, como o exterior de minha casa ou a cor de meu sobretudo, podem ser tornar extremamente privadas tão logo outras pessoas parem de prestar atenção a elas. Além disso, qualquer bem pode mudar suas características de novo e de novo; pode até mesmo mudar de um bem público ou privado para um mal público e privado e vice-versa, dependendo somente das mudanças quanto à atenção ou desatenção que recebem. Contudo, se é assim, nenhuma decisão, qualquer que seja, pode ser baseada na classificação de bens privados ou públicos¹¹. De fato, para se fazer isto não apenas seria necessário perguntar virtualmente a cada indivíduo com respeito a cada único bem se ele se importa ou não com ele, se positiva ou negativamente, e talvez também em que extensão, tudo isto para determinar quem poderia lucrar com o quê e assim participar de seu financiamento. (e como poderia alguém saber se estas pessoas todas estariam a dizer a verdade?). Seria também necessário monitorar todas as mudanças em tais avaliações continuamente, com o resultado que nenhuma decisão definitiva poderia ser feita com relação à produção do que quer que fosse, e como consequência de tal teoria absurda todos nós já estaríamos mortos há muito¹².

Porém, mesmo que ignorássemos todas estas dificuldades, e estivéssemos dispostos a admitir para o bem do argumento de que a distinção entre bens privados e públicos não é furada, mesmo então o argumento não provaria o que supõe propor fazer. Ele nem provê razões conclusivas por que os bens públicos – assumindo-se que [p.194] eles existam como uma categoria separada de bens – deveriam enfim ser produzidos, nem porque o estado, preferencialmente às empresas privadas, deveria produzi-los. Isto é o que a teoria dos bens públicos essencialmente diz, ao ter introduzido a distinção conceitual acima mencionada. Os efeitos positivos dos bens públicos para as pessoas que não contribuem em nada para a sua produção ou financiamento provam que estes bens são desejáveis. Porém, evidentemente, eles não seriam produzidos, ou pelo menos não na quantidade ou qualidade suficiente, em um mercado livre e competitivo, desde que nem todos aqueles que lucrariam com sua produção também contribuiriam financeiramente para tornar a produção possível. Então, para que estes bens sejam produzidos (que são evidentemente desejáveis, mas que de outra maneira não seriam produzidos), o estado deve pular para dentro e assistir a sua produção. Este tipo de raciocínio, que pode ser encontrado em quase todo livro de Economia (sem exclusão dos laureados com o Nobel¹³), é completamente falaciosa, e falaciosa por dois motivos.

Primeiro, porque, para chegar-se à conclusão de que o estado deve prover os bens públicos que de outra forma não seriam produzidos, alguém teria de inserir uma norma na corrente de raciocínio de todos. De outra maneira, do enunciado que diz que certos bens não seriam produzidos por causa de certas características a eles inerentes, jamais alguém chegaria à conclusão de que estes bens *devessem* ser produzidos. Porém, com uma norma necessária para justificar sua conclusão, os teóricos dos bens públicos claramente têm abandonado as fronteiras da economia como uma ciência positiva (*wertfrei*). Ao contrário, eles têm invadido o campo da moral e da ética, e desde então se espera que ofereçam uma teoria da ética como uma disciplina cognitiva para que possam fazer legitimamente o que fazem e justificadamente extraiam as conclusões que de fato dela derivam. Porém, pode-se de maneira suficientemente incisiva afirmar que em nenhum lugar na literatura da teoria dos bens públicos pode ser encontrada qualquer coisa que mesmo remotamente remeta a algo tal como uma teoria cognitiva da ética¹⁴. Então deve-se estabelecer desde o início, que os teóricos dos bens públicos estão fazendo um mal uso de qualquer prestígio que possam ter como [p.195] economistas positivos por se pronunciarem em matérias que, como seus próprios escritos indicam, não possuem qualquer autoridade. Talvez, quem sabe, eles tenham cambaleado em algo correto por acidente, sem dar-lhe apoio com uma teoria moral elaborada? Torna-se claro que nada pode estar mais distante da realidade tão logo explicitamente se formula uma norma que seria necessária para se chegar à conclusão acima mencionada sobre o estado ter de assistir na provisão dos bens públicos. A norma requerida para alcançar a conclusão acima é a seguinte: sempre que de algum modo se possa provar que a produção de um bem ou serviço particular tem um efeito positivo para alguém, mas não seria produzido por ninguém, ou não seria produzido em uma quantidade ou qualidade definidas a menos que outros participassem de seu financiamento, então o uso de violência agressiva contra estas pessoas é permitido, seja direta ou indiretamente com a ajuda do estado, e estas pessoas podem ser forçadas a compartilhar da necessária carga financeira. Não é necessário muito comentário para mostrar que o caos resultaria da implementação desta regra, como se adicione a isto dizer que qualquer um pode agredir qualquer outro sempre que pensar desta maneira. Além disso, deve restar bem claro da discussão sobre o problema da justificação dos enunciados normativos (capítulo 7) que esta norma jamais poderia ser justificada como uma norma justa e equânime. Porque para argumentar deste modo e buscar a concordância para este argumento deve-se

pressupor que, contrariamente ao que a norma em questão informa, a integridade de cada indivíduo como uma unidade de tomada independente de decisão deve ser garantida.

Porém a teoria dos bens públicos cai por terra não apenas por causa do raciocínio moral falho nela implícito. Mesmo o raciocínio econômico utilitário contido no argumento acima é flagrantemente errôneo. Tal como a teoria dos bens públicos declara, pode ser que seja melhor ter os bens públicos do que não tê-los, embora não se deva esquecer que nenhuma razão a priori exista de que sejam necessários. (o que terminaria aqui mesmo com o raciocínio dos teóricos dos bens públicos). Por que isto é claramente possível, e certamente [p.196] conhecido como um fato, que os anarquistas, que de forma tão ostensiva abominam a ação estatal, prefeririam não ter os assim chamados bens públicos, quaisquer que fossem, do que tê-los providos pelo estado¹⁵. Em qualquer caso, mesmo que seja concedido a este argumento ir tão longe, pular da tese que os bens públicos são desejáveis para a de que eles devem portanto ser doravante providos pelo estado é qualquer coisa menos conclusiva, já que esta não é de jeito nenhum a alternativa que resta do confronto entre cada uma. Desde que o dinheiro ou outros recursos deve ser retirado dos possíveis usos alternativos para financiar os supostamente desejáveis bens públicos, a única questão relevante e apropriada é se estes usos alternativos nos quais o dinheiro poderia ser aplicado (isto é, os bens privados que poderiam ser adquiridos, mas que agora não podem ser comprados porque o dinheiro agora está sendo gasto em bens públicos) são ou não mais valiosos – mais urgentes – que os bens públicos. A resposta a esta questão é perfeitamente clara. Em termos de avaliação dos consumidores, por mais alto que seu nível absoluto possa ser, o valor dos bens públicos é relativamente menor que os dos bens privados concorrentes, porque se alguém os tivesse deixado à escolha dos consumidores (e não tivesse forçado uma alternativa a eles), eles evidentemente teriam preferido gastar seu dinheiro de forma diferente (de outra maneira nenhuma força seria necessária). Isto prova além de qualquer dúvida que os recursos usados para a provisão dos bens públicos são desperdiçados, já que eles fornecem aos consumidores bens ou serviços que são na melhor das hipóteses apenas de importância secundária. Em resumo, mesmo que alguém assuma que existam os bens públicos que podem ser claramente distinguidos dos bens privados, e mesmo que nos fosse garantido que um dado bem público poderia ser útil, os bens públicos ainda assim competem com os bens privados. Existe apenas um método para descobrir se eles são ou não mais urgentemente desejados e em que extensão, ou, *mutatis mutantis*, se, e em que extensão, sua produção teria lugar às expensas da não-produção ou redução da produção dos bens privados mais urgentemente necessitados: seria ter *todos os bens* providos por empresas privadas em livre competição. Portanto, contrariamente [p.197] à conclusão a que chegaram os teóricos dos bens públicos, a lógica nos força a aceitar o resultado de que apenas um sistema de puro mercado pode salvaguardar a racionalidade, do ponto de vista dos consumidores, de uma decisão de produzir um bem público. Apenas sob uma ordem puramente capitalista poder-se-ia garantir que a decisão de quanto produzir (provido que deveria ser produzido, de qualquer forma) um bem público é como tal, racional¹⁶. Nada menos que uma revolução semântica de dimensões verdadeiramente orwellianas seria necessária para se chegar a um resultado diferente. Somente se alguém estivesse disposto a interpretar o “não” de outrem como realmente significando “sim”, a “decisão de abstenção de comprar algo” como significando que “é preferível que a pessoa indisposta a comprar compre, ao invés de se abster”, de “força” significando “liberdade”, de “não-contratação” realmente significando “fazer um contrato” e assim por diante, poderiam os pontos de vista dos teóricos dos bens públicos serem

“provados”¹⁷ Porém, então como poderíamos nos assegurar de que eles realmente significam o que aparentam significar quando dizem o que dizem, e antes não exatamente o contrário, ou que não significam nada com algum conteúdo definido que seja, mas não mais que simplesmente bravatas? Não poderíamos! M. Rothbard está então completamente certo quando ele comenta nas aventuras dos ideólogos dos bens públicos para provar a existência das assim chamadas falhas do mercado devido à não-produção ou à produção quantitativa ou qualitativamente deficiente de bens públicos. Ele escreve, “...tal visão completamente deturpa o modo pelo qual a ciência econômica assevera que a ação do livre-mercado é sempre ótima. É ótima, não do ponto de vista da visão ética pessoal de um economista, mas do ponto de vista das ações livres e voluntárias de todos os participantes e por satisfazer as necessidades livremente expressas dos consumidores. A interferência governamental, portanto, irá e sempre irá necessariamente se afastar de um ótimo¹⁸.”

Certamente, os argumentos que supostamente provam haver falhas no mercado são nada mais que patentemente absurdos. Despidos de seu disfarce de jargão técnico tudo que eles provam é isto: um mercado não é perfeito, já que é caracterizado pelo [p.198] princípio de não-agressão imposto sobre condições marcadas pela escassez, e então certos bens ou serviços que somente poderiam ser produzidos e fornecidos se a agressão fosse permitida não serão produzidos. Suficientemente verdadeiro, mas nenhum teórico do mercado jamais ousaria negar isto. Ainda, e isto é decisivo, esta imperfeição do mercado pode ser defendida, tanto moral quanto economicamente, enquanto as supostas “perfeições” dos mercados, propagadas pelos teóricos dos bens públicos, não pode¹⁹. É também suficientemente verdadeiro que uma extinção da prática corrente do estado de prover os bens públicos implicaria alguma mudança na estrutura social existente e na distribuição de renda. Ademais, tal reembaralhamento certamente implicaria sofrimento para algumas pessoas. Como matéria de fato, isto é precisamente o porquê de haver uma ampla resistência pública a uma política de privatização das funções do estado, mesmo que, embora em longo prazo, a riqueza geral da sociedade fosse turbinada por esta mesma política. Certamente, contudo, este fato não pode ser aceito como um argumento válido para demonstrar as falhas dos mercados. Se um homem tivesse obtido a permissão de ferir outra pessoa na cabeça e agora resta proibido de continuar a cometer tal prática, é certo que ele saiu prejudicado. Porém, dificilmente alguém aceitaria isto como uma desculpa válida para a continuação desta antiga norma (de ferir). Ele foi prejudicado, mas prejudicá-lo significa substituir uma ordem social em que alguns consumidores têm o direito de determinar em que respeito outros consumidores não têm a permissão de comprar voluntariamente o que eles querem com os meios por eles justamente adquiridos e à sua disposição, por outro em que cada consumidor tem um direito igual de determinar o quê e quanto de qualquer coisa deve ser produzido. Certamente, tal substituição seria preferível do ponto de vista de todos os consumidores, na condição de consumidores voluntários.

Por força do raciocínio lógico, então, deve-se aceitar a acima citada conclusão de Molinari de que, para o bem dos consumidores, todos os bens e serviços devem ser providos pelos mercados²⁰. Não é apenas falso que existam categorias de bens claramente distinguíveis, as quais renderiam emendas especiais à tese geral da necessária superioridade econômica do capitalismo; mesmo que existissem [p.199] nenhuma razão especial poderia explicar por quê estes supostos bens públicos especiais não deveriam também ser produzidos por empresas privadas desde que elas invariavelmente mantêm-se em competição pelos bens privados. De fato, a despeito de toda propaganda do lado dos teóricos dos bens públicos, a maior eficiência dos

mercados, quando comparada com a dos estados, tem sido percebida com respeito a mais e mais dos alegados bens públicos. Confrontado diariamente com a experiência, dificilmente alguém que estudasse a sério estas matérias poderia negar que atualmente os mercados podem produzir serviços postais, estradas de ferro, eletricidade, telefonia, educação, dinheiro, estradas e muito mais de modo mais eficaz, ou seja, mais ao gosto dos consumidores, que o estado. Além disso, as pessoas geralmente declinariam em aceitar em um setor particular o que a lógica se lhes sobrepõe: no campo da produção da seguridade. Portanto, o resto deste capítulo irá explicar o funcionamento superior do de uma economia capitalista nesta área particular – uma superioridade cuja questão lógica já foi feita, mas que deve tornar-se mais persuasiva, desde que algum material empírico é adicionado à análise e estudado como um problema em separado²¹.

Como funcionaria a seguridade em um sistema não monopolístico de produtores concorrentes? Deveria ficar claro desde o início que ao responder esta questão abandonamos a essência da análise puramente lógica e então as respostas devem necessariamente carecer de certeza, o caráter apodíctico dos enunciados da validade da teoria dos bens públicos. O problema que confrontamos é precisamente análogo Ao de perguntar como um mercado solucionaria o problema da produção de hambúrguer, especialmente se até este ponto os hambúrgueres tivessem sido produzidos exclusivamente pelo estado e, portanto, ninguém poderia basear-se em qualquer experiência anterior. Apenas respostas hipotéticas poderiam ser formuladas. A ninguém seria possível saber a estrutura exata da indústria do hambúrguer – quantas companhias concorrentes viriam a ter existência, que importância esta indústria viria a ter quando comparada com outras, com o quê os hambúrgueres se pareceriam, quantos tipos diferentes de hambúrgueres apareceriam no mercado, [p.200] e que talvez desaparecessem de novo por causa de uma queda na demanda, e assim por diante. Deve-se salientar que tudo isto não é diferente quando sobrevém a questão da produção privada de seguridade. Porém, isto não implica de jeito nenhum que nada definitivo pode ser dito sobre o assunto. Assumindo certas condições de demanda pelos serviços de seguridade, que são conhecidas por serem mais ou menos reais ao olharmos o mundo tal qual é atualmente, o que pode e de fato será dito é como responderão diferentemente as diferentes ordens sociais de produção da seguridade, caracterizadas por diferentes limites estruturais sob os quais elas têm de operar²². Permitam-nos primeiro analisar as especificidades da produção de seguridade estatal, monopolística, já que pelo menos neste caso pode-se extrair uma ampla evidência com relação à validade das conclusões alcançadas, e então voltaremos a compará-la com o que pode ser esperado de um tal sistema se substituído por um outro, não-monopolístico.

Mesmo que a seguridade venha ser considerada um bem público, na alocação dos recursos escassos deve competir com outros bens. O que é gasto em seguridade não pode sê-lo mais em outros bens que também poderiam aumentar a satisfação do consumidor. Mais adiante, a seguridade não é um bem singelo e homogêneo, mas antes, consiste de numerosos aspectos e componentes. Não há apenas prevenção, detecção e execução, mas também há a seguridade contra os ladrões, estupradores, poluidores, desastres naturais e assim por diante. Mais além, a seguridade não é produzida em um “todo”, mas pode ser suprida em unidades marginais. Em adição, diferentes pessoas podem atribuir importância diferente à seguridade como um todo e também a diferentes aspectos da coisa toda, dependendo de suas características pessoais, suas experiências passadas com vários fatores de insegurança e o tempo e lugar em que ocorreu de viverem²³. Agora, e [p. 201] aqui retornamos ao problema econômico fundamental de alocar recursos escassos em usos concorrentes, como pode o estado – uma organização

que não é financiada exclusivamente por contribuições voluntárias e pelas vendas de seus produtos, mas antes parcial ou totalmente por meio de tributos – decidir quanta seguridade deve ser produzida, quanto destes incontáveis aspectos, a quem e aonde prover o quanto do quê? A resposta é que não há um meio racional de resolver esta questão. Do ponto de vista dos consumidores suas respostas às demandas deles por seguridade devem então ser consideradas arbitrárias. Precisamos de um policial e de um juiz, ou cem mil de cada? Devem receber um salário mensal de R\$ 100,00 ou de R\$ 100.000,00? Devem os policiais, sejam quantos lá houver, gastar mais de seu tempo a patrulhar as ruas, perseguir ladrões, recuperar os bens pilhados, ou espionar os participantes em crimes sem vítimas tal como a prostituição, o uso de drogas ou contrabando? Adicionalmente, devem os juízes gastarem mais de seu tempo e energia a ouvir casos de divórcio, violações do tráfego, roubo a lojas, assassinato ou casos “antitruste”? Claramente, todas estas questões têm de ser respondidas de alguma maneira porque, enquanto houver escassez e não vivermos no Jardim do Éden, o tempo e o dinheiro gastos em uma coisa não podem ser gastos em outra. O estado deve responder a estas questões, também, mas o que quer que faça, ele o faz *sem* estar sujeito ao critério de lucro/prejuízo. Portanto, sua ação é arbitrária e então necessariamente envolve incontáveis e desperdiçadoras más alocações, do ponto de vista do consumidor²⁴. Independente em um alto grau das necessidades dos consumidores, o que os produtores da seguridade estatal fazem é, como todos sabem, o que *eles* querem. Eles se encostam por aí ao invés de produzir qualquer coisa, e se eles trabalham, então preferem fazer o que for mais fácil ou trabalhar onde possam ganhar algum poder, ao invés de servir aos consumidores. Oficiais de polícia vivem dirigindo carros, perseguindo pequenos contraventores do tráfego, e gastando enormes quantidades de dinheiro a investigar crimes sem vítimas que uma grande porção de pessoas (por exemplo, não-participantes) não aprovaria, mas que poucas estariam dispostas a gastar seu dinheiro nestas ações, já que não são imediatamente afetadas por eles. Ainda com respeito [p.202] a uma coisa que os consumidores querem mais urgentemente – a prevenção dos crimes típicos (por exemplo, os crimes com vítimas), a detenção e a efetiva punição destes criminosos, a recuperação do butim, e a garantia de compensações às vítimas dos crimes – são notoriamente ineficientes, a despeito de quão altas podem ser as alocações orçamentárias.

Em seguida, e aqui eu retorno ao problema de uma decadência na qualidade da produção (com as alocações dadas), o que quer que façam os policiais e os juízes empregados pelo estado (de forma arbitrária, como deve ser), desde que suas rendas são mais ou menos independentes das avaliações dos consumidores com relação aos seus respectivos serviços, eles tenderão a executá-los pobremente. Então pode se observar a arbitrariedade e brutalidade da polícia e a lentidão do processo judicial. Mais além, é notável que nem a polícia nem o sistema judicial ofereçam aos consumidores nada que mesmo remotamente lembre um contrato de serviço em que estejam redigidos em termos inequívocos quais os procedimentos o consumidor pode esperar tomar em uma situação específica. Antes, ambos operam num vácuo contratual que com o passar do tempo lhes permite mudar suas regras de procedimento arbitrariamente, e que explica o fato verdadeiramente ridículo que o estabelecimento de disputas entre a polícia e os juízes de um lado e os cidadãos privados de outro não é consignado a uma terceira parte independente, mas para uma outra polícia ou juiz que compartilha com os seus empregadores - o governo - um só lado na disputa.

Terceiro, quem quer que tenha visto delegacias de polícia e cortes mantidas pelo estado, isto sem mencionar as prisões, sabe como é verdadeiro que os fatores de

produção usados para nos prover com tal segurança são superutilizados, mal mantidos, e imundos. Não há razão para eles satisfazerem os consumidores que pagam seus salários. Se, em um caso excepcional, ocorra não ser assim, então isto só é possível com custos que são incomparavelmente maiores que os dos negócios privados similares²⁵.

Sem dúvida, todos estes problemas inerentes a um sistema de produção monopolista [p.203] da segurança seriam resolvidos de forma relativamente rápida desde que uma dada demanda pelos serviços de segurança viesse a encontro com um mercado competitivo com sua estrutura inteiramente diferente de incentivos para os produtores. Isto não significa dizer que uma solução “perfeita” para o problema da segurança seria encontrada. Ainda continuaria a haver roubos e assassinatos; e nem todo o butim seria recuperado e nem todos os assassinos presos. Porém, em termos das avaliações dos consumidores a situação iria melhorar na extensão em que a natureza do homem permitisse. Primeiro, enquanto houver um sistema competitivo, ou seja, tanto quanto os produtores dos serviços de segurança dependam da espontaneidade dos clientes para serem contratados, sendo que a maioria de tais ajustes tomaria a forma de contratos de serviço e seguro acordados antecipadamente a qualquer ocorrência “real” de insegurança ou agressão, nenhum produtor aumentaria sua renda sem melhorar os serviços ou a qualidade do produto tal como percebido pelos consumidores. Mais além, todos os produtores de segurança tomados em conjunto não poderiam sobre-valorizar a importância de sua indústria particular amenos que, por qualquer razão, os consumidores, de fato, começassem a avaliar a segurança como um bem mais valioso que outros bens, então assim garantindo que a produção da segurança jamais e em nenhum lugar teria lugar às expensas de uma não-produção, ou de uma produção reduzida, digamos, de queijo, como um bem privado concorrente. Em adição, os produtores de serviços de segurança teriam de diversificar seus serviços em um grau considerável porque há uma demanda altamente diversificada por produtos de segurança entre os milhões e milhões de consumidores. Diretamente dependentes de apoio voluntário dos consumidores, eles seriam imediatamente prejudicados financeiramente se não respondessem apropriadamente às várias necessidades ou mudança de necessidades dos consumidores. Portanto, cada consumidor exerce uma influência direta, ainda que pequena, na saída dos bens que aparecem ou desaparecem no mercado de segurança. Ao invés de oferecerem um pacote uniforme de segurança a todos, como é característica da produção da polícia estatal, uma miríade de pacotes de serviços apareceria no mercado. Elas seriam feitas sob medida para as diferentes necessidades de segurança das diferentes pessoas, levando-se em conta ocupações diferentes, diferentes comportamentos de risco [p.204], diferentes coisas a serem protegidas e seguradas, e diferentes localizações geográficas e limitações de tempo.

Porém, isto está longe de ser tudo. Paralelamente á diversificação, o conteúdo e a qualidade dos produtos melhorariam, também. Não apenas o tratamento dos consumidores pelos empregados das empresas de segurança melhoraria imediatamente, mas também a atitude de “deixar para depois”, a arbitrariedade e mesmo a brutalidade, a negligência e o atraso dos policiais e dos sistemas judiciais iriam, em última instância, desaparecer. Desde que então eles seriam dependentes do apoio voluntário dos consumidores, qualquer maltrato, grosseria ou inapetência lhes custaria seus empregos. Ademais, a peculiaridade acima mencionada - que o estabelecimento de disputas entre um cliente e seu fornecedor de serviço é invariavelmente confiada ao julgamento deste último - iria certamente desaparecer dos livros, e a arbitragem de conflitos por partes independentes tornar-se-ia a cláusula-padrão oferecida pelos fornecedores de segurança. Mais importante, porém, para atrair e manter os clientes os fornecedores de tais serviços

teriam de oferecer contratos que permitiriam ao consumidor saber o que estivesse comprando e capacitá-lo a apresentar uma queixa válida e intersubjetivamente apurável se o desempenho real do fornecedor de segurança não correspondesse às suas obrigações. Mais especificamente, à extensão que forem contratos de serviços individualizados onde o pagamento é feito pelos clientes para a cobertura exclusiva de seus próprios riscos, ao contrário do que seria mais apropriado denominar de contratos de seguro, por envolverem a conjunção dos riscos de uns com os de outros, contrariamente às práticas estatistas, estes contratos quase que certamente não mais conteriam qualquer esquema re-distributivo embutido a favorecer um grupo de pessoas às expensas de outras. De outro modo, se alguém tivesse a sensação de que o contrato que lhe é oferecido inclui o pagamento para a cobertura dos riscos e necessidades peculiares de outras pessoas – fatores de possível insegurança, isto é, que ele não considere aplicável ao seu próprio caso, ele simplesmente rejeitaria assiná-lo ou descontinuará seus pagamentos. [p. 205]

Mesmo que tudo tenha sido dito, a questão inevitavelmente viria à tona “Tal sistema competitivo de produção de segurança não resultaria necessariamente em permanente conflito social, caos e anarquia?” Há vários pontos a serem feitos com relação a esta alegada crítica. Primeiro, deve se notar que tal impressão não está de acordo, em nenhum aspecto, com a evidência histórica, empírica. Sistemas de cortes concorrentes têm existido em vários lugares, tal como na antiga Irlanda ou no tempo da Liga Hanseática, antes da chegada da moderna nação-estado, e de longe sabemos que funcionaram bem²⁶. Julgada pela taxa de crimes existentes de então (crime per capita), a polícia privada no Oeste Selvagem (o qual, incidentalmente, não era tão selvagem quanto certos filmes insinuam) era relativamente mais bem sucedida que a atual polícia mantida pelo estado²⁷. Retornando à experiência e exemplos contemporâneos, milhões e milhões de contratos internacionais existem até hoje – contratos de comércio e transporte – e parece certamente ser um exagero dizer, por exemplo, que há mais fraude, mais crime e mais quebra de contratos neste tipo de comércio do que nas relações domésticas. Isto acontece, deve ser observado, sem haver um grande produtor e legislador de segurança monopolística. Finalmente não deve ser esquecido que até hoje em um grande número de países há vários produtores de segurança privada paralelamente ao estado: investigadores privados, detetives de empresas seguradoras, e árbitros privados. Com relação ao seu trabalho, a impressão parece confirmar a tese de que eles são mais – não menos – bem-sucedidos na solução de conflitos sociais que seus rivais públicos.

Não obstante, a evidência histórica é enormemente sujeita à disputa, em particular a relacionada à de que se possa extrair dela alguma informação geral. Também há razões sistemáticas, para o medo expresso na crítica acima não ser bem-fundado. Por paradoxal que seja de início, o estabelecimento de um sistema competitivo de fornecedores de segurança implica erigir uma estrutura institucionalizada de incentivos para a produção de uma ordem legal e de uma execução da lei que incorporam o mais alto grau possível de consenso [p.206] com relação à questão da solução de conflitos, e que, portanto, irá gerar menos prisões e conflitos do que sob os auspícios monopolísticos²⁸. Para entender isto é necessário olhar mais de perto para a única situação típica que preocupa o cético e que lhe permite acreditar na virtude superior de uma ordem monopolisticamente organizada de produção de segurança. Tal é a situação quando, em um conflito que se ergue entre A e B, ambos são segurados por diferentes companhias e estas não podem chegar a um acordo imediato com respeito à validade das reivindicações conflitantes mantidas por seus respectivos clientes. (nenhum

problema haveria se tal acordo fosse alcançado, ou se ambos os clientes estivessem sendo atendidos por uma única e mesma companhia – pelo menos então o problema não seria diferente em nenhum aspecto do que emerge sob um monopólio estatal!) Não terminaria sempre tal situação em um confronto armado? Isto é altamente improvável. Primeiro, porque qualquer batalha violenta entre as companhias seria custosa e arriscada, particularmente se estas companhias tivessem alcançado um tamanho respeitável que lhes seria importante para aparecerem como garantidores efetivos da segurança de seus potenciais clientes. Todavia, o mais importante é que, sob um sistema competitivo em que cada companhia fosse dependente da continuação dos pagamentos voluntários pelos consumidores, qualquer batalha teria de ser deliberadamente apoiada por cada um dos clientes de cada companhia. Se houvesse pelo menos uma única pessoa que cessasse seus pagamentos por não estar convencida de que a batalha era necessária no conflito em questão, haveria uma pressão econômica imediata na companhia para que ela procurasse uma solução pacífica para o conflito²⁹. Portanto, qualquer produtor de segurança concorrente seria extremamente cauteloso sobre sua dedicação em engajar-se em medidas violentas para a solução de conflitos. Ao invés, à extensão que soluções de conflitos pacíficas são o que querem os clientes, cada produtor de segurança iria o mais longe possível para adotar tais medidas para seus clientes e estabelecê-las antecipadamente, porque qualquer um destes sabe a qual processo de arbitragem estaria disposto a se submeter e a seus clientes no caso de um desacordo sobre a avaliação de reivindicações conflitantes. Como tal esquema somente poderia parecer funcionar aos clientes de diferentes empresas se houvesse algum acordo entre eles relativo às medidas de arbitragem, um sistema legal a regular as relações entre as companhias que tivesse de ser universalmente aceitável por parte dos clientes de todos os produtores de segurança concorrentes viria a emergir naturalmente. Além disso, a pressão econômica para o estabelecimento de normas que representassem o consenso de como deveriam ser tratados os conflitos é até mesmo mais eficiente. Sob um sistema competitivo os árbitros independentes a quem fosse confiada a tarefa de encontrar soluções pacíficas para os conflitos seriam dependentes do apoio contínuo de duas companhias em lide tanto quanto elas pudessem selecionar juízes diferentes caso qualquer uma delas estivesse suficientemente insatisfeita com o resultado de seu trabalho de arbitragem. Assim, estes juízes estariam sob pressão para encontrar soluções para os problemas a eles confiados que seriam aceitáveis, desta vez não com respeito a aspectos procedimentais da lei, mas quanto ao seu conteúdo, para todos os clientes das firmas envolvidas em um dado caso como sendo justas e adequadas³⁰. De outro modo uma ou todas as companhias poderiam perder alguns de seus clientes, o que induziria tais firmas a encontrar um árbitro diferente quando novamente viessem a precisar de um³¹.

Porém, seria impossível sob um sistema competitivo para uma firma de produção de segurança vir a se tornar fora-da-lei, isto é, que, apoiada por seus próprios clientes, começasse a agredir outrem? Certamente, não há meio de negar que isto seja possível, muito embora deva ser enfatizado que aqui estamos entrando no campo da ciência social empírica e ninguém poderia saber sobre isto com certeza. Ainda, a insinuação tácita de que a possibilidade de uma firma de segurança vir a se tornar fora-da-lei iria de algum modo indicar uma severa deficiência na filosofia e na economia de uma ordem social puramente capitalista é falaciosa³². Primeiro, deve ser lembrado que qualquer sistema social, uma ordem estatista-socialista não menos que uma economia de puro mercado [p.208] é dependente da opinião pública para a continuação de sua existência, e que um dado estado de opinião pública a todo o tempo delimita o que pode ou não ocorrer, ou o que é ou não mais provável de ocorrer em uma dada sociedade. O estado corrente da opinião pública na Alemanha Ocidental, por exemplo, torna

altamente improvável ou mesmo impossível que um sistema estatista-socialista da então Rússia soviética possa ser imposto ao público na Alemanha Ocidental. A falta de apoio público para tal sistema o levaria à falência e ao colapso, e seria mais improvável que qualquer tentativa de impor uma ordem do tipo russo pudesse ter a esperança de ser bem-sucedida entre os americanos, devido à opinião pública americana. Portanto, para vermos corretamente o problema das firmas fora-da-lei, a questão acima deve ser elaborada da seguinte maneira: Qual a probabilidade de qualquer evento assim vir a ocorrer em uma dada sociedade com seu estado específico de opinião pública? Formulado deste modo, torna-se claro que a resposta teria de ser diferente para diferentes sociedades. Para algumas, caracterizadas por idéias socialistas profundamente arraigadas no público, haveria uma maior probabilidade da re-emergência de companhias agressoras, e para outras sociedades haveria uma chance muito menor disto acontecer. Mas então, iria o prospecto de um sistema competitivo de produção da segurança em qualquer caso ser melhor ou pior que o da continuação de um sistema estatal? Permitam-nos olhar, por exemplo, aos Estados Unidos de hoje. Assuma-se que, por um ato legislativo o estado tenha abolido seu direito a manter a segurança por meio de tributos, e que um sistema competitivo de produção de segurança fosse introduzido. Dado o estado da opinião pública, com quê probabilidade então floresceriam os produtores fora-de-lei, e o que aconteceria se viessem mesmo a ter existência? Evidentemente, a resposta dependeria das reações do público a esta mudança de situação. Portanto, a primeira resposta a aquelas que desafiam a idéia de um mercado privado de segurança teria de ser: “-e quanto a você? Qual seria a sua reação? Por acaso seu temor em relação às companhias fora-da-lei significa que você sairia por aí e faria negócio com um produtor de segurança que houvesse agredido outras [p. 209] pessoas e as suas propriedades, e continuaria a apoiá-lo se tivesse mesmo feito isto?” Certamente o crítico ficaria bastante emudecido por este contra-ataque. Porém, mais importante que isto é o desafio sistemático implicado neste contra-ataque pessoal. Evidentemente, a mudança de situação descrita implicaria uma mudança na estrutura de custo-benefício que qualquer um teria de enfrentar uma vez que tivesse de tomar decisões. Antes da introdução de um sistema competitivo de produção de segurança era legal participar e apoiar a agressão (o estado). Agora tal atividade tornara-se ilegal. Então, de acordo com a consciência individual, o que faz que cada uma das suas decisões pareça mais ou menos custosa, ou seja, mais ou menos em harmonia com seus próprios princípios de comportamento correto, apoiar uma firma engajada na exploração de pessoas indispostas a espontaneamente apoiar suas ações seria mais custoso agora do que antes. Dado este fato, devemos assumir que o número de pessoas – entre elas até aquelas que de outro modo prontamente prestariam seu apoio ao estado – que agora gastariam seu dinheiro para manter uma firma compromissada com negócio honesto iria aumentar, e iria aumentar em qualquer lugar onde este experimento fosse tentado. Em contraste, o número de pessoas ainda comprometidas com uma polícia de exploração, de ganhar às expensas dos outros, cairia. Quão drástico seria este efeito, obviamente, dependeria do estado da opinião pública. No exemplo em mãos – os Estados Unidos, onde a teoria natural da propriedade é extremamente difundida e aceita como uma ética privada, a filosofia liberal como sendo essencialmente a ideologia sobre a qual o país foi fundado e que lhe possibilitou desenvolver-se à altura que conseguiu³³ – o efeito acima mencionado seria particularmente pronunciado. Coerentemente, firmas de produção de segurança adeptas da filosofia de proteção e ação segundo a lei liberal atrairiam o maior número de apoio público e assistência financeira. Enquanto possa ser verdadeiro para algumas pessoas, e dentre elas especialmente aquelas que lucravam com a antiga ordem, poder continuar seu apoio a uma política de agressão, é muito improvável que [p.210]

sejam suficientes em número e poder financeiro para tal mister. Antes, a provável saída seria que as companhias honestas desenvolveriam a força necessária – sozinhas ou segundo um esforço combinado, e apoiadas em seu esforço por seus próprios clientes voluntários – para conter qualquer emergência de produtores fora-da-lei e destruí-los onde e quando viessem a existir³⁴. Se contra todas as probabilidades os produtores de segurança honestos viessem a perder sua luta para manter um mercado livre na produção de segurança e um monopólio fora-da-lei ressurgisse, teríamos simplesmente de novo o estado³⁵.

Em qualquer caso, a implementação de um sistema social puramente capitalista com produtores privados de segurança – um sistema que permita a liberdade de escolha – seria necessariamente melhor do que o que temos agora. Mesmo se tal ordem entrasse em colapso, porque muitas pessoas estivessem a apoiar um política de agressão e exploração de outrem, a humanidade teria pelo menos experimentado um glorioso interlúdio. Deva esta ordem sobreviver, o que parece ser o resultado mais provável, constituiria o início de um sistema de justiça e prosperidade econômica jamais vistos. [p.211]

Notas de Referência

Capítulo 1

1 - Para evitar-se qualquer mal-entendido desde o início: a tese apresentada aqui é a que qualquer dada riqueza geral de uma sociedade será relativamente aumentada, ou seja, irá crescer mais do que de outro modo iria, se o seu nível geral de socialismo for diminuído, e vice-versa. Os Estados Unidos, por exemplo, incrementariam o padrão de vida se adotassem mais capitalismo (acima do nível que seria obtido de outra forma), e assim também a Alemanha, etc. É uma tarefa um pouco diferente, contudo, explicar a posição relativa (assim como “riqueza geral”) de diferentes sociedades em uma dada época porque então, logicamente, os “ceteris” não são mais necessariamente “paribus”, enquanto, obviamente, outras coisas, em adição a um existente nível de socialismo, undubitavelmente afeta a riqueza geral de uma sociedade. A história de uma dada sociedade, por exemplo, tem um tremendo efeito sobre sua atual riqueza. Cada sociedade é rica ou pobre não apenas por causa do presente, mas também por conta de condições passadas; porque o capital tem sido acumulado ou destruído no passado pelos nossos pais e avós. Por que isto pode facilmente acontecer que uma sociedade que seja presentemente mais capitalista possa ainda estar significativamente mais empobrecida que outra, mais socialista. E o mesmo, apenas aparentemente paradoxal resultado pode emergir porque as sociedades podem diferir (e diferem) com respeito a outros fatores antigamente ou atualmente operativos afetando a produção de riqueza. Podem existir e de fato existem, por exemplo, diferenças na ética do trabalho e/ou em prevaescentes visões de mundo e hábitos entre sociedades e que podem contar como divergências (ou similaridades) na produção de riqueza das sociedades semelhantes ou diferentes com respeito ao seu presente grau de socialismo. Então, o caminho melhor e mais direto para ilustrar a validade da tese que o nível de socialismo está inversamente relacionado à riqueza de uma sociedade, sob qualquer análise social comparativa, seria comparar sociedades que, exceto por diferenças em seus respectivos níveis de socialismo, são “paribus” com respeito as suas histórias e as atuais características sócio-psicológicas de suas populações, ou são ao menos bastante similares, como, por exemplo, As Alemanhas Ocidental e Oriental: e aqui os efeitos previstos certamente mostram no modo mais dramático, como será tratado a seguir.

2 - A propósito, “socialismo” nos Estados Unidos é chamado de “liberalismo” e os socialistas, ou social-democratas, que se denominam “liberais”, de uma forma geral, detestariam ser chamados de “socialistas”.

3 - Recordar os repetidos pronunciamentos nos primórdios do comunismo soviético russo, até os dias de Khrushchev, de que o mundo capitalista logo seria economicamente ultrapassado! [p.212]

Capítulo 2

1 – Cf. D. Hume, *A treatise of Human Nature* (ed. Selby-Bigge), Oxford, 1968, esp. 3, 2, p. 484; e “Enquiry Concerning the Principles of Morals” in: Hume, *Enquiries* (ed. Selby-Bigge), Oxford, 1970; cf. também: L. Robbins, *Political Economy: Past and Present*, London, 1977, esp. pp.29-33.

2 – A propósito, o caráter *normativo* do conceito de propriedade também faz a suficiente pré-condição para a sua emergência como um claro conceito: Além da escassez, a “racionalidade dos agentes” deve existir, isto é, os agentes devem ser capazes de se comunicar, discutir, argumentar e em particular, *devem ser capazes de participar em uma argumentação sobre problemas normativos*. Se não há tal capacidade de comunicação, os conceitos normativos simplesmente não seriam de nenhum uso. Por exemplo, nós não tentamos evitar conflitos sobre o uso de um dado recurso com, digamos, um elefante, pela definição de direitos de propriedade, já que não podemos argumentar com um elefante e, portanto, chegar a um acordo sobre direitos de propriedade. A prevenção de futuros conflitos em tal caso é de ordem exclusivamente um problema *técnico* (em contraposição a um normativo).

3 – Deve-se notar que uma pessoa não pode intencionalmente não agir, já que mesmo a intenção de não agir, isto é, a decisão de alguém de não fazer nada e, ao contrário, manter-se em sua prévia posição ocupada ou estado já seria por si mesma qualificada como uma ação, portanto, resultando que este enunciado seja aprioristicamente verdadeiro, ou seja, um enunciado que não pode ser desafiado pela experiência, já que qualquer um que tentasse refutá-lo teria de escolher e colocar seu corpo querendo ou não para um uso específico.

4 – Cf. L. v. Mises, *Human Action*, Chicago, 1966, esp. parte 1; M. N. Rothbard, *Man, Economy and State*, Los Angeles, 1970; também: L. Robbins, *Nature and Significance of Economic Science*, London, 1935.

5 – Sobre o conceito de custom cf. em particular, M. Buchanan, *Cost and Choice*, Chicago, 1969; *L.S.E. Essays on Cost* (ed. Buchanan and Thirlby), Indianapolis, 1981.

6 – Vale mencionar aqui que a validade de tudo o que se segue, obviamente, de modo algum depende da correção da descrição da posição natural como “natural”. Mesmo se alguém estivesse disposto a garantir à assim chamada posição natural o status de um ponto de partida arbitrário, nossa [p.213] análise teria validade. Termos não interessam, o que conta é o que a posição natural é realmente e significa como tal. As análises seguintes preocupam-se exclusivamente com este problema.

7 – Note novamente que o termo “agressão” é usado aqui sem conotações de valor. Apenas mais à frente neste tratado irei demonstrar a agressão que a agressão tal como definida acima é certamente indefensável do ponto de vista moral. Nomes são vazios, o somente o que é importante é o que realmente é chamado de agressão.

8 – Quando eu for discutir o problema da justificativa moral no capítulo 7, retornarei à importância da distinção aqui feita de agressão como uma invasão da integridade *física* de alguém, e, na outra mão, uma invasão da integridade do sistema de valores de outrem, o que não é classificado como uma agressão. Aqui é suficiente notar que se trata de um tipo de necessidade técnica para *qualquer* teoria de propriedade (não somente a posição natural aqui descrita) que a delimitação dos direitos de propriedade de uma pessoa contra os das outras pessoas seja formulada em termos *físicos, objetivos, e intersubjetivamente averiguáveis*. De outro modo seria impossível para um ator determinar *ex ante* se qualquer ação particular dele seria ou não uma agressão, e então a função social das normas de propriedade (quaisquer normas de propriedade), isto é, fazer um conflito – possível a livre interação, não poderia se completar simplesmente por razões técnicas.

9 – É valioso mencionar que o direito de propriedade proveniente da produção encontra sua limitação natural somente quando, como no caso das crianças, a coisa produzida é ela mesma um outro agente-produtor. De acordo com a teoria natural da propriedade, uma criança, uma vez nascida, é tão dona de seu próprio corpo quanto qualquer outra pessoa. Então, não apenas a criança tem o direito de não ser fisicamente agredida, mas como dona de seu próprio corpo a criança tem o direito, em particular, de abandonar seus pais uma vez que esteja capaz de fugir deles e dizer “não” às suas possíveis tentativas de recapturá-la. Os pais apenas têm direitos especiais com relação à sua criança – proveniente de seu único status como os produtores da criança – até quando eles possam (e ninguém mais) reivindicar o direito de serem os tutores da criança enquanto ela for fisicamente incapaz de fugir e dizer “não”.

10 – Sobre a inutilidade do trabalho e da espera, cf. a teoria do tempo-preferência tal como esposada por L. v. Mises, *Human Action*, Chicago, 1966, capítulos 5, 18, 21; também, *Socialism*, Indianápolis, 1981, capítulo 8; M. N. Rothbard, *Man, Economy and State*, Los Angeles, 1970, capítulos 6,9; também E. v. Boehm-Bawerk, *Kapital und Kapitalzins. Positive Theory des Kapitals*, Meisenhein, 1967; F. Fetter, *Capital, Interest and rent*, Kansas City, 1976.

Sobre uma avaliação crítica do termo “capital humano”, em particular do [p.214] tratamento absurdo que este conceito tem tido nas mãos de alguns economistas da escola de Chicago (notavelmente G. Becker, *Human Capital*, New York, 1975), cf. A. Rub-ner, *The Three Sacred Cows of Economics*, New York, 1970.

11 – Sobre a teoria da apropriação original cf. J. Locke, *Two Treatises of Government* (ed. Laslett), Cambridge, 1960, esp. 2,5.

12 – Sobre a distinção, que flui naturalmente da característica única de um corpo de uma pessoa quando contrastada com todos os outros bens escassos, entre títulos de propriedade “inalienáveis” e “alienáveis” cf. W. Evers, “*Toward a Reformation of a Law of Contracts*”, em: *Journal of Libertarian Studies*, 1977.

13 – A superimposição da lei pública sobre a privada tem corrompido e comprometido a última em algum grau em todos os lugares. Apesar disso, não é difícil desembaraçar os sistemas de leis privadas existentes e encontrar o que aqui é chamado de “posição natural” como constituindo seus elementos centrais – um fato que uma vez mais sublinha a naturalidade desta teoria da propriedade. Cf. também Capítulo 8, n. 13 [p. 215].

Capítulo 3

1 - Sobre o marxismo e sua evolução cf. L. Kolakowski, *Main Currents of Marxism*, 3 vols., Oxford, 1978; W. Loenhard, *Sovietideologie. Die politischen Lehren*, Frankfurt/M.; 1963.

2 - Quando falamos do socialismo de estilo russo é evidente que nos abstraímos da multidão de dados concretos que caracterizam qualquer sistema social e com respeito aos quais a sociedade pode diferir. O socialismo de estilo russo é o que tem sido denominado por M. Weber como um “tipo ideal”. “É obtido por meio de uma intensificação unilateral de um ou mais aspectos e da integração com uma representação conceitual imanentemente consistente de uma multiplicidade de fenômenos individuais discretos e esparsos.” (M. Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, Tuebingen, 1922, p. 191). Porém, destacar o caráter abstrato do conceito de modo

algum implica alguma deficiência havida nele. Ao contrário, é justamente o propósito ao se construir tipos ideais trazer à tona aquelas características que os próprios indivíduos agentes consideram como semelhanças relevantes constituintes ou diferenças de significado, e desprezam aquelas que eles mesmos consideram ser de pouca ou nenhuma importância à compreensão das ações suas ou de outras pessoas. Mais especificamente, ao descrevermos o socialismo de estilo russo no nível de abstração escolhida aqui e ao desenvolvermos posteriormente uma tipologia de várias formas de socialismo deve ser entendido como a tentativa de reconstruir as distinções conceituais que as pessoas usam para aderir ideologicamente aos vários partidos políticos ou movimentos sociais, portanto capacitando-as a terem uma compreensão das forças ideológicas que de fato moldam as sociedades dos dias atuais. Sobre tipos idéias como pré-requisitos para uma pesquisa histórico-sociológica cf. L. v. Mises, *Epistemological problems of Economics*, New York, 1981, esp. Pp. 75ff; também, *Human Action*, Chicago, 1966, esp. Pp. 59ff. Sobre a metodologia da “reconstrução do significado” da pesquisa social empírica cf. H. H. Oppe, *Kritic der kausalwis-senschaftlichen Sozialforschung*, Opladen, 1983, capítulo 3, esp. Pp33ff.

3 – Para o seguinte cf. em particular L. v. Mises, *Socialism*, Indianápolis, 1981.

4 – Obviamente, esta completa criminalização do investimento privado, tal como explicado sob (2) apenas se aplica estritamente a uma economia *totalmente* socializada. Se próximo a uma parte socializada da economia uma parte privada também existe, então o investimento privado apenas tornar-se-ia diminuído e prejudicado a um grau em que a economia esteja socializada [p.216].

5 - A diferença crucial, relatada, entre o capitalismo e o socialismo é que sob o primeiro, as ações voluntárias dos consumidores determinam em última instância a estrutura e o processo de produção, enquanto que são os produtores-administradores que fazem isto, sob o socialismo. Cf. em particular, Capítulo 9 em diante.

6 – Escreve Mises, “O traço essencial do socialismo é que *uma só vontade* age. Esta vontade é imaterial. O diretor pode ser ungido rei ou ditador, governar pela virtude de seu carisma, pode ser um Fuehrer ou um conselho de Fuehrers consagrados pelos votos do povo. O que é principal é que o emprego de todos os fatores de produção é dirigido por uma única agência”. (L. v. Mises, *Human Action*, Chicago, 1966, p. 695).

7 – Cf. L. v. Mises, *Socialism*, Indianapolis, 1981, esp. part 2; também *Human Action*, Chicago, 1966, esp. Chapters 25, 26.

8 – No cf. seguinte também F. A. Hayek (ed.), *Collectivist Economic Planning*, London, 1935; *Journal of Libertarian Studies* 5, 1, 1981 (An Economic Critic of Socialism).

9 – No mercado livre como o pré-requisito necessário para o cálculo econômico e alocação racional dos recursos cf. Capítulos 9,10 abalixo.

10 – Incidentalmente, isto prova que uma economia socializada será até menos produtiva que uma economia escravocrata. Em uma economia escravocrata, que obviamente também sofre um incentivo relativamente menor para o trabalho, por parte dos escravos, o senhor de escravos, que pode vender o escravo e reter seu valor de mercado privativamente, não teria um interesse comparável de extrair de seu escravo uma quantidade de trabalho que reduzisse o valor do escravo abaixo do valor de seu produto marginal. Para um administrador de trabalho tal desincentivo inexistente. Cf. também G. Reisman, *Government Against the Economy*, New York, 1979.

11 - Cf. H. H. Hoppe, *Eigentum, Anarchie und Staat*, Opladen, 1987, esp. capítulo 5, 3.2.

12 – Certamente, a Rússia era um país pobre para começar, com pouco capital acumulado para ser extraído e consumido em uma “emergência”. Sobre a história sócio-econômica da Rússia soviética cf. B. Brutzkus, *Economic Planning [p.217] in Soviet Russia*, London, 1935; também, e.g., A. Nove, *Economic History of the USSR*, Harmondsworth, 1969; also S. Welliz, *The Economies of Soviet Bloc*, New York, 1964.

13 – Sobre o sistema econômico do bloco da Europa oriental dominada pelos soviéticos cf. T. Rakowska-Harmstone (ed.)..*Communism in Eastern Europe*, Bloimington, 1984; H.H. Hohmann, M. Kaser, e K. Thalheim (eds.), *The New Economic Systems of Eastern Europe*, London, 1975; C.M. Cipolla (ed.), *Economic History of Europe. Contemporary Economies*, vol 2, Glacow, 1976.

14 – Sobre o cotidiano da Rússia cf., e.g., H. Smith, *The Russians*, New York, 1983; D.K.Willis, *Klass. How Russians Really Live*, New York, 1985; S. Pejovich, *Life in Soviet Union*, Dallas, 1979; M. Miller, *Rise of the Russian Consumer*, London, 1965.

15 – Cf. L. Erhard, o iniciador e maior expoente político da política econômica do pós-guerra, *Prosperity through Competition*, New York, 1958; e *The Economics of Success*, London, 1968. Para os teóricos do “soziale Marktwirtschaft” alemão, cf. W. Eucken, *Grundsätze der Wirtschaftspolitik*, Hamburg, 1967; W. Roepke, *A Human Economy*, Chicago, 1960; também, *Economics of a Free Society*, Chicago, 1963. Para uma crítica sobre a política econômica da Alemanha Ocidental como insuficientemente capitalista e conduzida com inconsistências que levariam a crescentes intervenções socialistas com o passar do tempo cf. as observações proféticas por L. v. Mises, *Human Action*, Chicago, 19966, p. 723.

16 – Para estudos comparativos sobre as duas Alemanhas cf. E. Jesse (ed.), *BRD und DDR*, Berlin, 1982; H. v. Hamel (ed.), *BRD-DDR. Die Wirtschaftssysteme*, Muenchen, 1983; também K. Thalheim, *Die Wirtschaftliche Entwicklung der beiden Staaten in Deutschland*, Opladen, 1978.

Um estudo comparativo de viés empírico honesto, porém simples, que ilustra que, na melhor das hipóteses as estatísticas econômicas guardam muito pouca relação com a realidade tal como a percebida pelas pessoas agentes é *Comparative Economic Systems*, de P. R. Gregory e R.C. Stuart, Boston, 1985, Capítulo 13 (Alemanhas Ocidental e Oriental). Para uma crítica valiosa de estatística econômica cf. ° Morgenstein, *National Income Statistics: A critique of Macroeconomic Aggregation*, San Francisco, 1979. Para uma crítica mais bem fundamentada cf. L. v. Mises, *Theory of Money and Credit*, Irvington, 1971, parte II, capítulo 5.

17 – Sobre a vida na Alemanha Oriental cf. E. Windmoeller e Hoepker, *Leben in der DDR*, Hamburg, 1976. [p.218].

Capítulo 4

1 – Cf. L. Kolakowski, *Main Currents of Marxism*, 3 vols., Oxford, 1978; também W. Leonhard, *Sovietideologie heute. Die politischen Lehren*, Frankfurt/M., 1963.

2 – Cf. note 16 below on the assesment of the somewhat different practice.

3 – Cf. E. Bernstein, *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie*, Bonn, 1975, como um maior expositor do movimento reformista-revisionista; K. Kautsky, *Bernstein und das sozialdemokratische Program*, Bonn, 1976, como expoente da ortodoxia marxista.

4 – Sobre a idéia de um “socialismo de mercado” cf. um de seus maiores representantes, O. Lange, “On the Economic Theory of Socialism”, em M. I. Goldman (ed.), *Comparative Economic Systems*, New York, 1971.

5 – Sobre a ideologia dos social-democratas alemães cf. T. Meyer (ed.), *Demokratischer Sozialismus*, Muenchen, 1980; G. Schwan (ed.), *Demokratischer Sozialismus fu Industriegesellschaften*, Frankfurt/M., 1979.

6 – Indicadores de uma social-democratização do movimento socialista são o surgimento do partido socialista e o corespondente declínio do partido comunista ortodoxo na França; a emergência de um partido social-democrata como um rival ao mais ortodoxo partido dos trabalhadores na Grã-Bretanha; a moderação dos comunistas na Itália como o único partido comunista poderoso remanescente na Europa Ocidental rumo a uma política progressivamente social-democrata; e o crescimento dos partidos socialistas-social-democratas na Espanha e Portugal sob Gonzáles e Soares, ambos com estreitas ligações com o SPD alemão. Além disso, os partidos socialistas na Escandinávia, que tradicionalmente tinham seguido de perto o caminho alemão e que depois proveram abrigo seguro para um número proeminente de socialistas durante a perseguição nazista (mais notavelmente W. Brandt e B. Kreisky), têm de longe dado crédito às crenças revisionistas.

7 – Sobre a posição social-democrata relaciona ao conflito Norte-Sul cf. *North-South: A Programme for Survival*, Independent Comission on International Issues (Chair: W. Brandt), 1980 [p.219].

8 – Observar novamente que esta caracterização do socialismo social-democrata tem o status de um “tipo-ideal” (cf. Capítulo 3, n. 2). Não deve ser tomada como uma descrição da política ou ideologia de qualquer partido real. Ademais, deve ser entendido como uma tentativa de reconstruir o que tem se tornado a essência do moderno socialismo de estilo social-democrata, sublinhando uma realidade muito mais diversa dos programas e políticas de várias partes ou movimentos de nomes diferentes como o núcleo ideologicamente unificador.

9 – Sobre o seguinte cf. L. v. Mises, *Socialism*, Indianápolis, 1981, esp. Part. V; *Human Action*, Chicago, 1966, esp. part 6.

10 – Cf. M. N. Rothbard, *Power and Market*, Kansas City, 1977.

11 – Em adição, não deve ser ignorado que mesmo que isto levasse a um aumento do trabalho por aqueles tributados, uma grau maior de tributação iria em

qualquer caso reduzir a quantidade de laser disponível a eles e portanto reduzir seus padrões de vida. Cf. M. N. Rothbard, *Power and Market*, Kansas City, 1977, pp. 95f.

12 - Uma contagem fictícia da implementação de tal política, supervisionada pela “incessante vigilância dos agentes dos Analistas Gerais dos Estados Unidos” (“The unceasing vigilance of the agents of the United States Handicapper General” – n.t.) tem sido dada por K. Vonnegut em “Harrison Bergeron”, em K. Vonnegut, *Welcome to the Monkey House*, New York, 1970.

13 – Sobre o fenômeno da politização cf. também K. S. Templeton (ed.), *The Politicalization of Society*, Indianápolis, 1977.

14 – Sobre a preocupação do socialismo ortodoxo e do social-democrata com a igualdade cf. S. Lukes, “*Socialism and Equality*” em: L. Kolalowski e S. Hampshire (eds.) *The Socialist Idea*, New York, 1974; também B. Williams, “*The Idea of Equality*”, em P. Laslett e W. G. Runciman (eds.), *Philosophy, Politics, and Society*, 2nd series, Oxford, 1962.

Para uma crítica do conceito socialista de igualdade cf. M. N. Rothbard, “*Freedom, Inequality, Primitivism and the Division of Labor*”, em K. S. Templeton (ed.), *The Politicalization of Society*, Indianápolis, 1977; e “*Egalitarianism as a Revolt Against Nature*”, (title essay), Washington, 1974; H. Schoeck, *Envy*, New York, 1966; e *1st Leistung unastaendig?*, Osnabrueck, 1971; A. Flew, *The Politics of Procrustes*, London, 1980, e *Sociology, Equality and Education*, New York, 1976. [p.220]

15 – Tradicionalmente, esta abordagem tem sido favorecida, pelo menos em teoria, pelo socialismo marxista ortodoxo – em linha com o mais famoso dito de Marx em sua “Crítica ao Programa de Gotha”, (K. Marx, *Selected Works*, vol. 2, London, 1942, p.566), “*de cada um, de acordo com suas habilidades, para cada um, de acordo com suas necessidades*”. A realidade econômica, todavia, tem forçado os países de estilo russo a fazerem concessões consideráveis na prática. Geralmente falando, um esforço certamente tem sido feito para igualar a renda monetária (assumidamente altamente visível) para várias ocupações, mas de modo a manter a economia em funcionamento, diferenças consideráveis em recompensas não-monetárias (assumidamente menos visíveis) (tais como privilégios especiais tais como viagens, educação, moradia, compras, etc.) tiveram de ser introduzidas.

Sondando a literatura, P. Gregory e R. Stuart (*Comparative Economic Systems*, Boston, 1985), declaram: “...salários são distribuídos de forma mais igualitária na Europa Oriental, Yugoslávia e na União Soviética do que nos Estados Unidos. Para a URSS, isto parece ser um fenômeno relativamente novo, já que, tardiamente, até 1957, os salários soviéticos eram mais desiguais que nos Estados Unidos.” Contudo, nos países de estilo soviético “um volume relativamente maior de recursos...é providenciado sobre uma base extra-mercado...”(p.502). Concluindo: “A renda é distribuída mais desigualmente nos países capitalistas em que o estado desempenha um papel redistributivo relativamente menor...(Estados Unidos, Itália, Canadá). Mesmo onde o estado desempenha um papel redistributivo maior (Reino Unido, Suécia), a distribuição das rendas aparenta ser levemente mais desigual que nos países socialistas de economia planejada (Hungria, Tchecoslováquia e Bulgária). A União Soviética em 1966 aparenta ter uma distribuição menos igualitária de renda que seus parceiros do leste europeu” (p.504). Cf. também, F. Parkin, *Class Inequality and Political Order*, New York, 1971, esp. capítulo 6.

16 – Esta abordagem é tradicionalmente mais típica para o socialismo social-democrata. Em anos recentes, tem havido muito apoio público - do lado da profissão dos economistas – por M. Friedman com sua proposta para um “imposto de renda negativo” (Friedman, *Capitalism and Freedom*, Chicago, 1962, Capítulo 12); e por J. Rawls – do lado filosófico – com seu “princípio da diferença” (Rawls, *A Theory of Justice*, Cambridge, 1971, pp 60, 75ff, 83). Coerentemente, ambos os autores têm recebido muita atenção dos intelectuais do partido social-democrata. Geralmente, Friedman foi somente tido por “culpado” por não querer estabelecer um salário mínimo suficientemente alto – mas então, ele não tinha nenhum critério fundamentado para determiná-lo em qualquer ponto específico que fosse. Rawls, que queria coagir a “pessoa mais avantajada” em deixar a “pessoa menos avantajada” compartilhar de sua fortuna sempre que ocorresse de melhorar a sua própria fortuna, foi às vezes mesmo tido como ido muito longe com seu igualitarismo. Cf. G. Schwan, *Sozialismus in der Demokratie. Theorie eine [p.221] konsequent sozialdemokratischen Politik*, Stuttgart, 1982, Capítulo 3. D.

17 – Um exemplo representativo de pesquisa social-democraticamente inclinada sobre igualdade de oportunidades, em particular com respeito à educação, é C. Jenks e outros, *Inequality*, London, 1973; a crescente proeminência da idéia de equalização de oportunidades também explica a enchente de estudos sociológicos sobre “qualidade de vida” e “indicadores sociais”, que têm aparecido desde o final de 1960. Cf., por exemplo, A. Szalai e F. Andrews (eds.), *The Quality of Life*, London, 1980.

18 – Sobre o seguinte cf. também R. Merklein, *Griff in die eigene Tasche*, Hamburg, 1980; e *Die Deutschen werden aermer*, Hamburg, 1982.

19 – Cf. como um exemplo representativo, W. Zapf (ed.), *Lebensbedingungen in der Bundesrepublik*, Frankfurt/M., 1978.

20 – Cf. sobre isto A. Alchian, “*The Economic and Social Impact of Free Tuition*” em: A. Alchian, *Economic Forces at Work*, Indianápolis, 1977. [p.222]

Capítulo 5

1 – Sobre o seguinte cf. em particular o brilhante ensaio “*Left and Right: The Prospects for Liberty*” de M. N. Rothbard no mesmo, *Egalitarianism as a Revolt Against Nature*, Washington, 1974.

2 – Sobre a estrutura social do feudalismo cf. M. Bloch, *Feudal Society*, Chicago, 1961; P. Anderson, *Passages from Antiquity to Feudalism*, London, 1974; R. Hilton 9ed.), *The transition from Feudalism to Capitalism*, London, 1978.

3 – Cf. H. Pirenne, *Medieval Cities. Their Origins and the Revival of Trade*, Princeton, 1974, Capítulo 5, esp. pp. 126ff; também cf. M. Tigar e M. Levy, *Law and the Rise of Capitalism*, New York, 1977.

4 – É importante destacar que, ao contrário do que vários historiadores nacionalistas têm contado, o ressurgimento do comércio e da indústria foi causado pela *fraqueza* dos estados centrais, essencialmente pelo caráter anárquico do sistema feudal. Este ponto de vista tem sido enfatizado por J. Baechler em “The Origins of Capitalism, New Yorker, 1976, esp. Capítulo 7. Ele escreve: “ A expansão constante do mercado, tanto em extensão quanto em intensidade, foi o resultado de uma ausência de uma ordem política que se estendesse sobre a totalidade da Europa Ocidental.” (p.73) “A expansão do capitalismo deve sua origem e razão *d’etre* à anarquia política...”. O coletivismo e o controle estatal prosperaram somente em livros-textos escolares (olhem, por exemplo, ao julgamento constantemente favorável que eles dão ao Colbertismo)”. (p.77) “Todo o poder tende ao absoluto. Se não é absoluto, isto é porque alguns tipos de limitações vieram a ser estabelecidas no jogo...aqueles em posição central do poder incessantemente tentaram erodir estas limitações. Eles nunca conseguiram, e por uma razão que também parece a mim serem ligadas ao sistema internacional: uma limitação de poder de agir externamente e a constante ameaça do ataque estrangeiro (as duas características de um sistema multipolar) implicam que o poder é também limitado internamente e deve repousar em centros autônomos de tomada de decisão e assim fzer uso deles apenas esparsamente.” (p.78)

Sobre o papel das pressões ecológicas e reprodutivas para a emergência do capitalism cf. M. Harris, *Cannibals and King*, New York, 1978, Capítulo 14. [p.223].

5 – Cf. nisto uma descrição ainda mais entusiástica dada por H. Pirenne, *Medieval Cities*, Princeton, 1974, pp.208ff.

6 – Sobre esta coalizão cf. H. Pirenne, *Medieval Cities*, Princeton, 1974. “O claro interesse da monarquia era apoiar os adversários do alto feudalismo. Naturalmente, a ajuda era dada sempre que possível, sem se obrigar com estas classes intermediárias que, ao se levantarem contra seus lordes lutavam, para todos os fins e propósitos, no interesse das prerrogativas reais. Aceitar o rei como árbitro de suas querelas era, para as partes no conflito, reconhecer sua soberania... .Era impossível que a realeza não levasse isto em conta e segurasse qualquer chance de mostrar sua boa vontade às comunas que, sem intenção, trabalharam tanto em seu benefício” (p.179-80; cf também pp.227f).

7 - Cf. P. Anderson, *Lineages of Absolutism*, London, 1974.

8 – Cf. L. Tigar e M. Levy, *Law and the Rise of Capitalism*, New York, 1977.

9 – Cf. L. v. Mises, *Liberalismus*, Jena, 1929; also E. K. Bramsted and K. J. Melhuish (eds.), *Western Liberalism*, London, 1978.

10 – Cf. F. A. Hayek (ed.), *Capitalism and the Historians*, Chicago, 1963.

11 – Sobre a dinâmica social do capitalismo como também sobre o ressentimento por ela causado cf. D. Mc. C. Wright, *Democracy and Progress*, New York, 1948; and *Capitalism*, New York, 1951.

12 - A despeito de sua atitude geralmente progressiva, a esquerda socialista não é inteiramente livre de tais glorificações conservadoras do passado feudal. Eu seu repúdio pela “alienação” do produtor de seu produto, o que obviamente é a consequência normal de qualquer sistema de mercado baseado na divisão de trabalho, eles têm freqüentemente apresentado o domínio feudal economicamente auto-suficiente como um modelo social completo e confortável. Cf., no caso, K. Polanyi, *The Great Transformation*, New York, 1944.

13 – Cf. R. Nisbet, “Conservatism” em: R. Nisbet e T. Bottomore, *History of Sociological Analysis*, New York, 1978; também G. K. Kaltenbrunner (ed.) *Rekonstruktion des Konservatismus*, Bern, 1978; sobre a relação entre [p.224] liberalism and conservatism cf. F. A. Hayek, *The Constitution of Liberty*, Chicago, 1960 (Postscript).

14 – Normalmente, as atitudes das pessoas em relação às mudanças são ambivalentes: de um lado, em seu papel como consumidores, as pessoas vêem as mudanças como um fenômeno positivo desde que lhes traga uma maior variedade de escolhas. Por outro lado, em seu papel de produtores, as pessoas tendem a se ater ao ideal da estabilidade, como um meio de salvá-las da necessidade de adaptar continuamente seus esforços produtivos às circunstâncias modificadas. Isto é, então, largamente em sua capacidade como produtoras é que as pessoas depositam apoio aos vários esquemas e promessas socialistas de estabilização, apenas para prejudicarem a si mesmas como consumidoras. Escreve D. Mc. C. Wright em *Democracy and Progress*, New York, 1948, p.81: “Da liberdade e ciência vem um rápido crescimento e mudança. Do crescimento rápido e mudança vem a insegurança. Da insegurança vêm as demandas que põem um fim ao crescimento e à mudança. O fim da liberdade e da mudança extingue a ciência e a liberdade.”

16 – Sobre o liberalismo, seu declínio, e avanço do socialismo cf. A. V. Dicey, *Lectures on the Relation Between Law and Public Opinion in England during the Nineteenth Century*, London, 1914; W. H. Greenlaf, *The British Political Tradition*, 2 vols., London, 1982.

17 – Posso novamente mencionar que a caracterização do conservadorismo, também, tem o status de um tipo ideal (cf. capítulo 3, nº 02; capítulo 4, nº 8). Este é o esforço de reconstruir aquelas idéias que as pessoas, conscientemente ou não, aceitam ou rejeitam ao aderirem a ou desligarem-se de certas políticas sociais ou movimentos.

Pode-se também dizer que a idéia de uma política conservadora como descrita aqui e a seguir seja uma reconstrução honesta da força ideológica subjacente e unificadora que pode com certeza ser chamada de conservadora na Europa. Todavia, o termo “conservadora” é usado diferentemente nos Estados Unidos. Aqui, muito freqüentemente, qualquer um que não seja um esquerdista-liberal-(social)democrata é rotulado de conservadora. Quando comparada com esta terminologia, nosso uso do termo conservadora é muito mais estrito, mas também muito mais alinhado com a realidade ideológica. Ao rotular tudo o que não seja liberal (no sentido americano),

“conservadorista” ofusca as diferenças ideológicas fundamentais que – a despeito de qualquer concordância parcial relativa à sua oposição ao “liberalismo” – existem nos Estados Unidos entre os libertários, como advogados de uma ordem puramente [p.225] capitalista baseada na teoria natural da propriedade, e os conservadores propriamente, que, de W. Buckley a I. Kristol, nominalmente aclamam o instituto da propriedade privada, somente para desrespeitar os direitos dos donos privados quando julgado necessário de modo a proteger os poderes políticos e econômicos estabelecidos de se erodirem em um processo de competição pacífica. No campo das relações internacionais eles exibem o mesmo desrespeito pelos direitos de propriedade privados por meio de sua defesa de uma política de intervencionismo agressivo. Sobre a diferença polar entre o libertarianism e o conservadorismo cf. G. W. Carey (ed.), *Freedom and Virtue. The Conservative/Libertarian Debate*, Lanham, 1984.

18 – D. Mc. C. Wright (*Capitalism*, New York, 1951, p. 198) corretamente descreve que ambos – a esquerda liberal, ou antes, a social-democracia, e o conservadorismo – implicam uma expropriação parcial dos produtores/contratantes. Ele então interpreta mal a diferença, embora, quando vê isto como um desacordo sobre a questão de quão longe esta expropriação deve ir. De fato, há uma discordância sobre isto entre social-democratas e conservadores. Ambos os grupos têm seus “radicais” e “moderados”. O que faz eles social-democratas ou conservadores é uma idéia diferente sobre quais grupos devem ser favorecidos às expensas de outros.

19 – Note a relação interessante entre a nossa tipologia sociológica das políticas socialistas e a tipologia lógica das intervenções de mercado tal como desenvolvida por M. N. Rothbard. Rothbard (*Poder e Mercado*, Kansas City, 1977, pp.10ff) distingue entre a “intervenção autística” onde “o interventor pode comandar um indivíduo sujeito a fazer ou não fazer certas coisas quando estas ações diretamente envolvem a pessoa ou a propriedade de um indivíduo...(i.e.) quando a troca não é envolvida.”; “intervenção binária” onde “o interventor pode executar uma troca forçada entre o indivíduo a ele sujeito e ele mesmo; e uma “intervenção triangular”, onde “o interventor pode ou compelir ou proibir uma troca entre um par de sujeitos” (p.10). Em termos desta distinção, a marca característica do conservadorismo é então a sua preferência por “intervenção triangular” – e tal como será visto mais tarde neste capítulo, “a intervenção autista” tanto quanto as ações autistas também têm repercussões naturais sobre o padrão das trocas inter-individuais – porque tais intervenções são unicamente adaptadas, de acordo com a psicologia social do conservadorismo, a ajudar a “congelar” um padrão dado de mudanças sociais. Quando comparado com isto, o socialismo igualitarista, alinhado com a sua descrita psicologia “progressiva”, exhibe uma preferência por “intervensões binárias” (tributação). Note-se, contudo, que as políticas atuais dos partidos socialista e social-democrata não coincidem sempre precisamente com a nossa descrição típica ideal de socialismo de estilo social-democrata. Enquanto eles geralmente coincidem – têm também adotado políticas tipicamente conservadoras em uma certa extensão e não são de forma alguma totalmente opostos a qualquer forma de intervenção triangular.

20 - Cf. sobre o seguinte M. N. Rothbard, *power and Market*, Kansas City, 1977, pp.24ff.

21 – Para o fim de estabilizar as posições sociais, onde o congelamento de preços é necessário e pode resultar em preço máximos ou mínimos, os conservadoristas favorecem de forma distinta os controles de preços mínimos à extensão em que isto é comumente considerado até mais urgente que a posição absoluta de alguém – mais que uma posição relativa – a ser protegida contra a erosão.

22 – Certamente, os conservadoristas não estão de forma alguma verdadeiramente desejosos de ir tão longe, mas eles assim o fazem, recorrentemente – a última vez nos Estados Unidos durante o mandato do presidente Nixon. Mais além, os conservadoristas têm sempre exibido uma admiração mais ou menos ostensiva pelo espírito de grande unificação social causado pela economia de guerra que é tipicamente caracterizada precisamente pelos controles de preços em escala total.

23 – Cf. G. Reisman, *Government Against the Economy*, New York, 1979, para um tratamento apologético dos controles de preços cf. J. K. Galbraith, *A theory of Price Control*, Cambridge, 1952.

24 – Reisman, *Government Against the Economy*, New York, 1979, p.141.

25 – Sobre a política e a economia de regulação cf. G. Stigler, *The Citizen and the State, Essays on Regulation*, Chicago, 1975; M. N. Rothbard, *Power and Market*, Kansas City, 1977, Chapter 3.3; sobre as licenças cf. também M. Friedman, *Capitalism and Freedom*, Chicago, 1962, Chapter 9.

26 – Cf. também B. Badie e P. Birnbaum, *The Sociology of the State*, Chicago, 1983, esp. pp. 107f.

27 – Cf. sobre isto R. Radosh e M. N. Rothbard (eds.), *A New History of Leviathan*, New York, 1972.

28 – Cf. Badie and Birbaum, *The Sociology of the State*, Chicago, 1983. [p.227]

29 – Cf. L. v. Mises, *Omnipotent Government*, New Haven, 1944; F. A. Hayek, *The Road to Serfdom*, Chicago, 1956; W. Hock, *Deutscher Antikapitalismus*, Frankfurt/M, 1960.

30 – Cf. um dos representantes mais ilustres da “Escola Historicista” Alemã, o “Katherdersozialist” e apologista do nazismo: W. Sombart, *Deutscher Sozialismus*, Berlin, 1934.

31 - Cf. W. Fischer, *Die Wirtschaftspolitik Deutschlands 1918-45*, Hannover, 1961; W. Treue, *Wirtschaftsgeschichte der Neuzeit*, vol. 2, Stuttgart, 1973 R.A.Brady, “Modernized Cameralism in Third Reich: The Case of the National Industry Group,” em: M. I. Goldman (ed.), *Comparative Economic Systems*, New York, 1971.

32 – A renda bruta média das pessoas empregadas na Alemanha em 1938 (os últimos números disponíveis) era (em termos absolutos, isto é, sem levar a inflação em conta!) ainda menor do que em 1927. Hitler então começou a guerra e os recursos foram progressivamente cambados do usos civis para os não-civis, de modo que com certeza podemos assumir que o padrão de vida decresceu ainda mais e mais drasticamente de 1939 em diante. Cf. *Statistisches Jahrbuch fuer die BRD*, 1960, p. 542; cf. também V. Trivanovitch, *Economic Development of Germany Under National Socialism*, New York, 1937, p. 44. [p.228]

Capítulo 6

1 – Cf. Sobre a posição positivista clássica A. J. Ayer, *Language, Truth and Logic*, New York, 1950; sobre o racionalismo crítico K. R. Popper, *Logic of Cientific Discovery*, London, 1959; *Conjectures and Refutations*, London, 1969; e *Objective Knowledge*, Oxford, 1973; sobre os fundamentos representativos do empirismo-positivismo como a metodologia apropriada de Economia cf. e.g. M. Blaug, *The Methodology of Economics*, Cambridge, 1980; T. W. Hutchinson, *The Significance and Basic Postulates of Economic Theory*, London, 1938; e *Positive Economics and Policy Objectives*, London, 1964; e *Politics and Philosophy of Economics*, New York, 1981; também M. Firedman, “*The Methodology of Positive Economics*” em: M. Friedman, *Essays in Positive Economics*, Chicago, 1953; H. Albert, *Marktsoziologie und Entscheidungslogik*, Neuwied, 1967.

2 – Sobre a engenharia social, passo a passo, cf. K. R. Popper, *The Poverty of Historicism*, London, 1957.

3 - Cf. G. Luehrs (ed.), *Kritischer Rationalismus und SozialdemoKratie*, 2 vols., Bonn, 1975-76.

4 – Sobre o seguinte cf. M. Hollis e E. Nell, *Rational Economic Man*, Cambridge, 1975, pp.3ff.

5 – Cf. D. Hume, *A treatise of Human Nature and Enquiry Concerning Human Understanding*, em: Selby-Bigge (ed.), *Hume’s Enquiries*, Oxford, 1970; também H. H. Hoppe, *Handeln und Erkennen*, Bern, 1976.

6 – Cf. I. Lakatos, “*Falsification and The Methodology of Scientific Research Programmes*”, em: Lakatos e Musgrave (eds.), *Criticism and the Grotwth of Knowledge*, Cambridge, 1970.

7 – Tudo isto tem sido trazido ao seio do Popperianismo, principalmente por T. S. Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, 1964; e foi então P. Feyerabend quem extraiu a conclusão mais radical: jogar fora a toda reivindicação da ciência à racionalidade, e abraçar o niilismo sob a bandeira “qualquer coisa passa” (P. Feyerabend, *Against Method*, London, 1978; e *Science in a Free Society*, London, 1978). Para uma crítica desta conclusão mal-fundamentada [p.229] cf. nota 20 abaixo.

8 – Cf. sobre isto e o seguinte A. Pap, *Semantics and Necessaru Truth*, New haven, 1958; M. Hollis e E. Nell, *Rational Economic Man*, Cambridge, 1975; Blanshar, *Reason and Analysis*, La Salle, 1964.

9 – Cf. sobre isto W. Kamlah e P. Lorenzen, *Logische Propadeutik*, mann-heim, 1967.

10 – Cf. L. v. Mises, *The Ultimate Foundation of Economic Science*, Kansas City, 1978, p.5: “A essência do positivismo lógico é negar o valor cognitivo de um conhecimento a priori ao apontar que todas a proposições a priori são meramente analíticas. Elas não fornecem informação nova, mas que são meramente verbais ou tautológicas...Apenas a experiência pode levar a proposições sintéticas. Há uma objeção óbvia contra esta doutrina, viz.: que esta própria proposição é – por ela mesma – tal

como o presente escritor pensa, sinteticamente falsa pois, como uma proposição a priori que é, manifestamente não pode ser estabelecida pela experiência”.

11 – M. Hollis e E. Nell destacam: “Desde que qualquer enunciado significativo é, para um positivista, analítico ou sintético e nenhum pode ser ambos, nós podemos exigir uma classificação...Sabemos que jamais houve positivista que tenha tentado produzir evidência empírica para seus enunciados (a matéria em questão). Nem podemos ver como poderia fazê-lo, a não ser por argumentar que é uma matéria de fato o modo como as pessoas usam os termos...que nos levaria a perguntar simplesmente “E daí?”(M. Hollis e E. Nell, *Rational Economic Man*, Cambridge, 1975, p.110).

12 – Cf. sobre isto H. H. Hoppe, *Kritic der kausalwissenschaftlichen Sozialforschung*, Opladen, 1983; e “Is Research Based on Causal Scientific Principles Possible in the Social Sciences”, em *Ratio*, XXV, 1, 1983.

13 – Cf. I. Kant, *Kritic der reinen Vernunft*”, em Kant, *Werke* (ed. Weischedel), Wiesbaden, 1956, vol. II, p.45.

14 – Esta, obviamente, é uma idéia kantiana, expressada no ditado de Kant que “a razão pode apenas entender o que se produziu de acordo com seu próprio desígnio” (*Kritic der reinen Vernunft*, em: Kant, *Werke* (ed.) Weischedel), 1956, vol. II, p.23).

15 – Cf. sobre isto P. Lorenzen, “Wiest Objektivitaet in der Physik moeglich”; [p.230] “Das Degruendungsproblem der Geometrie als Wissenschtft der raeum-lichen Ordnung”, em: *Methodisches Denken*, Frankfurt/M.; 1968; e *Normative Logic and Ethics*, Mannheim, 1969; F. Kambartel, *Erfahrung und Struktur*, Frankfurt/M.; 1968, Kap.3; também H. Dingier, *Die Ergreifunf dès Wirklichen*, Muenchen, 1955; P. Janish, *Protophysik der Zeit*, Mannhei., 1969.

16 – Sobre o problema das definições reais vs. Convencionais ou estipuladas cf. M. Hollis e E. Nell, *Rational Economic Man*, Cambridge, 1975, pp.177ff. “Definições honestas são, de um ponto de vista empiricista, de dois tipos, léxicos e estipulativos”. (p.177). Entretanto “quando tentam justificar (tal) visão, nos é presumivelmente oferecida uma definição de “definição”. Qualquer categoria de definir a definição...desaba, nós precisamos não aceitá-la como de um valor epistemológico qualquer. Certamente, não seria nem mesmo uma tese epistemológica possível, a menos que não fosse nem léxica nem estipulativa. Tal visão é ao mesmo tempo inconveniente e auto-contraditória. Uma opinião contrária com um longo pedigree é a de que há definições “reais”, que capturam a essência da coisa definida”. (p.178); cf. também B. Blanshard, *Reason and Analysis*, la Salle, 1964, pp.268f.

17 – Cf. A. v. melsen, *Philosophy of Nature*, Pittsburg, 1953, esp. Capítulos 1,4.

18 – Cf. também H. H. Hoppe, *Kritic der kausalwissenschaftlichen Sozialforschung*, Opladen, 1983; e “Is Research Based on Causal Scientific Principles Possible in the Social Sciences” em *Ratio* XXV, 1, 1983. Aqui o argumento é adicionado deste modo (p.37): “ (1) Eu e – os possíveis oponentes em um argumento – as outras pessoas são capazes de aprender. (Este enunciado não pode ser desafiado sem implicitamente admitir-se que é correto. Acima de tudo, qualquer um que realize pesquisas sobre causas deve assumi-lo. A esta altura, a proposição (1) é válida *a priori*). (2) Se é possível aprender, não pode alguém saber a qualquer tempo dado o que alguém virá a saber em um qualquer tempo posterior e como agirá com base neste conhecimento. (Se alguém soubesse a qualquer tempo o que alguém viria a saber em algum tempo futuro, seria mesmo impossível aprender qualquer coisa – mas veja a proposição (1) neste ponto). (3) A asserção de que é possível predizer o estado futuro do

conhecimento próprio ou de outrem e as correspondentes ações que manifestem tal conhecimento (i.e. encontrar as variáveis que podem ser interpretadas como as causas) envolve uma contradição. Se o sujeito de um dado estado de conhecimento ou de um ato intencional pode aprender, então não há causas para isto; contudo, se há causas, então o sujeito não pode aprender – mas veja novamente a proposição (1)”. [p.231]

19 – M. Singer, *Generalization in Ethics*, London, 1863; P. Lorenzen, *Normative Logic and Ethics*, Mannheim, 1969; S. Toulmin, *The Place of Reason in Ethics*, Cambridge, 1970; F. Kambartel (ed.), *Praktische Philosophie und konstruktive Wissenschaftstheorie*, Frankfurt/M, 1964; Gewirth, *Reason and Morality*, Chicago, 1978.

20 – A causalidade, então, não é uma característica contingente da realidade física, mas antes uma categoria da ação, e como tal, um traço logicamente necessário do mundo físico. Este fato explica porque, a despeito da possibilidade explicada acima de imunizar qualquer hipótese contra as refutações possíveis por meio de postular quaisquer novas variáveis não-controladas, nenhuma consequência nihilística relacionada à tomada de pesquisa científica causal se segue (cf. nota 7 acima). Porque é entendido que a ciência natural não é um empreendimento contemplativo mas, em última instância, um instrumento da ação (cf. sobre isto também J. Habermas, *Knowledge and Human Interests*, Boston, 1971, esp. Capítulo 6), então nem o fato de que a hipótese possa ser imunizada nem que uma seleção entre teorias rivais possam nem sempre parecer possíveis (porque as teorias são, admitidamente, sub-determinadas por dados) jamais afetam a permanente existência do critério de racionalidade do “sucesso instrumental”. Nem imunizando as hipóteses nem referindo às diferenças paradigmáticas faz qualquer um menos sujeito a este critério sob cuja luz qualquer teoria por fim prova-se comensurável. É a inexorabilidade do critério de racionalidade do sucesso instrumental que explica porque – a despeito de Kuhn, Feyerabend et al. – o desenvolvimento das ciências naturais poderia trazer por fim um progresso tecnológico constante e inegável.

Em outra mão, no campo da ação humana, onde, como demonstrado acima, nenhuma pesquisa científica causal é possível, onde o conhecimento previsto jamais pode alcançar o status de uma hipótese científica empiricamente testável, mas antes apenas o de uma previsão informada, explanável de uma forma não-sistemática, e onde em princípio o critério do sucesso instrumental, portanto, é inaplicável, o espectro do niilismo certamente pareceria ser real, se fossemos tomar as prescrições metodológicas empiristas a sério. Entretanto, não apenas tais prescrições são inaplicáveis às ciências sociais como ciências empíricas (cf. sobre isto H. H. Hoppe, *Kritik der kausalwissenschaftlichen Sozialforschung*, Opladen, 1983, esp. Capítulo 2); Como demonstrei aqui, contrariamente à doutrina empirista, de acordo com a qual tudo deve ser testado antes que seu resultado possa ser conhecido, um conhecimento a priori com relação à ação existe, e apodicticamente previsões verdadeiras relacionadas ao mundo social podem ser feitas com base neste conhecimento apriorístico. É isto, portanto, o que prova ser todas as tentações niilistas infundadas. [p.232]

21 – Cf. também H. H. Hoppe, *Handeln und Erkennen*, Bern, 1976, pp62f.

22 – Cf. também L. v. Mises, *Human Action*, Chicago, 1966; *Epistemological Problems of Economics*, New York, 1981; e *The Ultimate Foundation of Economic Science*, Kansas city, 1978.

23 – O caráter apriorístico do conceito de ação – i.e., a impossibilidade de contestar a proposição que o homem age e que a ação envolve as categorias explanadas

acima, porque mesmo a tentativa de contestá-la já seria por si mesma uma ação – tem seu complemento no campo da epistemologia, na lei de contradição e na impossibilidade de pensar em sua negação. Com relação a esta lei B. Blanshard escreve: “Negar a lei significa dizer que é *antes falsa que verdadeira*, que ao ser falsa exclui ser verdadeira. Entretanto, ela é a própria coisa que está sendo supostamente negada. Ninguém pode negar a lei de contradição sem pressupor sua validade no ato de negá-la.” (B. Blanshard, *Reason and Analysis*, La Salle, 1964, p. 276).

De fato, tal como L. v. Mises indica, a lei de contradição está implicada nos epistemologicamente mais fundamentais “axiomas da ação”. (L. v. Mises, *The Ultimate Foundation of Economic Science*, Kansas City, 1978, p.35). Sobre a relação entre praxeologia e epistemologia cf. também capítulo 7, n.5.

24 – Sobre o efeito dos salários mínimos cf. também Y. Brozen e M. Friedman, *The Minimum Wage: Who Pays?*, Washington, 1966.

25 – Sobre os efeitos do controle dos aluguéis cf. também C. Baird, *Rent Control: The Perennial Folly*, San Francisco, 1980; F.A. Hayek et al., *Rent Control: A Popular Paradox*, Vancouver, 1975.

26 – Cf. também L. v. Mises, *A Critique of Intervencionism*, New Rochelle, 1977. [\[p.233\]](#)

Capítulo 7

1 – Para tal posição cf. A. J. Ayer, *Language, Truth and logic*, New York, 1950.

Sobre a posição emotivista cf. C. L. Stevenson, *Facts and Values*, New Haven, 1963; and *Ethics and Language*, London, 1945; cf. também a instrutiva discussão por G. Harman, *The Nature of Morality*, New York, 1977; a esposição clássica da idéia de que a “razão é e pode ser não mais que a escrava das paixões” é encontrável em D. Hume, *Treatise on Human Nature*, (ed. Selby-Bigge). Oxford, 1970.

2 – Cf. também Capítulo 6 acima.

4 – Para várias abordagens “cognitivistas” sobre a ética cf. K. Baier, *The Moral Point of View*, Ithaca, 1958; M. Singer, *Generalization in Ethics*, London, 1963; P. Lorenzen, *Normative Logic and Ethics*, Manhein, 1969; S. Toul-min, *The Place of Reason in Ethics*, Cambridge, 1970; F. Kambartel (ed.); *Praktische Philosophie und constructive Wissenschaftstheorie*, Frankfurt/M.; 1975; A. Gewirth, *Reason and Morality*, Chicago, 1978.

Outra tradição cognitivista é representada por vários teóricos dos “direitos naturais”. Cf. J. Wild, *Plato’s Modern Enemies and the Theory of Natural Law*, Chicago, 1953; H. Veatch, *Rational Man. A Modern Interpretation of Aristotelian Ethics*, Bloomington, 1962; e *For An Ontology of Morals. A Critique of Contemporary Ethical Theory*, Evanston, 1968; e *Human rights. Fact or Fancy?*, Baton Rouge, 1985; L. Strauss, *Natural Right and History*, Chicago, 1970.

5 – C. K. O. Apel, *Transformation der Philosophie*, Vol. 2, Frankfurt/M, 1973, em particular o ensaio “*Das Apriori der Kommunikationsgemeinschaft und die Grundlagen der Ethik*”; também J. Habermas, “Wahrheitstheorien” em: H. Fahrenbach (ed.), *Wirklichkeit und Reflexion*, Pfullingen, 1974; *Theorie des kommunikativen Handelns*, Vol.1, Frankfurt/M, 1981, pp. 44ff; e *Moralbewusstsein und kommunikatives Handeln*, Frankfurt/M., 1983.

Observe a semelhança estrutural do “a priori da argumentação” com o “a priori da ação”, i.e., o fato, tal como explicado no Capítulo 6 acima, de que não há meio de falsear o enunciado de que qualquer sabe o que significa agir, desde que a mera tentativa de contestar este enunciado pressuporia o seu próprio conhecimento de como executar certas atividades. Certamente, a inquestionabilidade do conhecimento do significado das requisições de validade e a ação estão intimamente relacionadas. Em uma mão, as ações são mais fundamentais que a argumentação [p.234] com cuja existência a idéia de validade emerge, enquanto que a argumentação é claramente apenas uma subclasse da ação. Em outra mão, dizer o que tem sido dito sobre ação e argumentação e sua inter-relação já requer uma argumentação e, portanto, neste sentido – epistemologicamente, isto é – a argumentação deve ser considerada como sendo mais fundamental que a ação não-argumentativa. Todavia, então, assim como isto é epistemologia, também, que revela a percepção que, embora possa não ser conhecida como tal antes de qualquer argumentação, de fato o desenvolvimento da argumentação *pressupõe* a ação no que as reivindicações de validade podem apenas ser explicitamente discutidas em um argumento se as pessoas que as fazem já sabem o que significa ter conhecimento implicado nas ações; ambos, o significado da ação em geral e a argumentação em particular, devem ser pensadas logicamente como os necessários fios entrelaçados de um conhecimento a priori.

6 – Metodologicamente, nossa abordagem exhibe uma estreita semelhança ao que A. Gewirth tem descrito como o “método dialeticamente necessário” (*Reason and Morality*, Chicago, 1978, p. 42-47) – um método de raciocínio modelado após a idéia kantiana das deduções transcendentais. Desafortunadamente, embora, em seu importante estudo Gewirth escolhe o ponto de partida errado para a sua análise. Ele tenta derivar um sistema ético não do conceito de argumentação, mas do da ação. Contudo, isto certamente não funciona, porque do fato estatuído corretamente que na ação o agente deve, necessariamente, pressupor a existência de certos valores ou bens, disto não se segue que tais bens são então universalizáveis e devem, portanto, ser respeitados pelos outros, tal como os bens do agente por direito. (Sobre o requisito para que os enunciados normativos sejam universalizáveis cf. a discussão seguinte no texto.) Antes, a idéia da verdade, ou relacionada à moral, dos bens ou direitos universalizáveis somente emerge com a argumentação como uma subclasse de ações mas não com a ação como tal, já que é claramente revelado pelo fato que Gewirth, também, não está engajado simplesmente na ação, mas mais especificamente na argumentação quando ele tenta nos convencer da verdade necessária de seu sistema ético. Entretanto, com a argumentação reconhecida como tal e o único ponto de partida apropriado para o método dialeticamente necessário, uma ética capitalista (i.e., non-Gewirthian) se segue, como será visto. Sobre a falha da tentativa de Gewirth de derivar direitos universalizáveis da noção de ação cf. também as perceptivas observações de M. MacIntyre, *After Virtue*, Notre Dame, 1981, pp.6465; J. Habermas, *Moralbewusstsein und kommunikatives Handeln*, Frankfurt/M., 1983, pp.110-111; e H. Veatch, *Human Rights*, Baton Rouge, 1985, pp. 159-160.

7 – A relação entre nossa abordagem e a dos “direitos naturais” pode agora ser descrita com alguns detalhes, também. A lei natural ou tradição dos direitos naturais [p.235] do pensamento filosófico mantém que normas universalmente válidas podem ser discernidas por meio da razão tal como enraizado na própria natureza humana. Tem havido uma disputa comum com esta posição, mesmo da parte dos leitores simpatizantes, que o conceito de natureza humana é de longe “muito difuso e variado para prover um conjunto determinado de conteúdo da lei natural” (A. Gewirth, “Law, Action, and Morality”, em: Georgetown Symposium on Ethics. Essays in Honor of H. Veatch (ed. R. Porreco), New York, 1984, p. 73). Mais além, sua descrição de racionalidade é igualmente ambígua naquilo que não parece distinguir entre o papel da razão ao estabelecer leis empíricas da natureza em uma mão, e leis normativas de conduta humana, na outra. (Cf, no caso, a discussão em H. Veatch, *Human Rights*, Baton Rouge, 1985, p. 62-67.)

Ao reconhecer o conceito mais estrito de argumentação (ao invés do conceito amplo de natureza humana) como o ponto de partida necessário para a derivação de uma ética, e para a atribuição ao raciocínio moral do status de um raciocínio a priori, claramente a ser distinguido do papel da razão desempenhada na pesquisa empírica, nossa abordagem não apenas reivindica evitar tais dificuldades desde o início, mas reivindica assim ser de uma só vez mais direta e rigorosa. Ainda, para assim dissociar-me da tradição dos direitos naturais não significa dizer que eu poderia não concordar com esta avaliação crítica da maioria da teoria ética contemporânea; certamente eu concordo com a refutação complementar de H. Veatch de todos desejos (teleológico, utilitário) éticos bem como todos deveres (deontológico) éticos (ver *Direitos Humanos*, Baton Rouge, 1985, Capítulo 1). Nem reivindico que seja impossível interpretar minha abordagem como tendo caído afinal em uma “corretamente concebida” tradição dos direitos naturais. O que reclamo, entretanto, é que a abordagem seguinte está claramente

fora da linha com o que a abordagem dos direitos naturais na verdade vem a ser, e que ela não deve nada a esta tradição tal como se apresenta.

8 – O princípio da universalização situa-se proeminentemente entre todas as abordagens cognitivistas à moral. Para a exposição clássica cf. I. Kant, “Grundlegung zur Metaphysik der Sitten” e “Kritik der praktischen Vernunft” em: Kant, Wreke (ed. Weischedel), vol. IV, Wiesbaden, 1956.

9 – Pode se notar aqui que somente porque a escassez existe há mesmo um problema de formulação de leis morais. Tanto quanto os bens são superabundantes (bens “livres”) nenhum conflito sobre o uso dos bens é possível e nenhuma ação coordenada é necessária. Conseqüentemente, segue-se que *qualquer* ética, corretamente concebida, deve ser formulada como uma teoria de propriedade, i.e., uma teoria de atribuição de direitos de controle exclusivo sobre meios escassos. Porque somente então se torna possível evitar o que de outro modo ocorreria, inescapáveis e insolúveis conflitos. Desafortunadamente, filósofos morais, em sua larga ignorância de economia, dificilmente têm percebido isto com clareza suficiente. Ademais, [p.236] como H. Veatch (*Human Rights*, Baton Rouge, 1985, p.170), no caso, eles parecem pensar que podem fazer sem uma definição precisa de propriedade e direitos de propriedade apenas para então necessariamente vagarem num mar de ambiguidades e *ad-hoc*erias. Sobre direitos humanos como direitos de propriedade cf. também M. N. Rothbard, *The Ethics of Liberty*, Atlantic Highlands, 1982, Capítulo 15.

10 – Cf. J. Locke, *Two Treatises on Government* (ed. P. Laslett), Cambridge, 1970, esp. 2,5.

11 – Sobre o princípio de não-agressão e o princípio de apropriação original cf. também M. N. Rothbard, *For A New Liberty*, New York, 1978, Capítulo 2; e *The Ethics of Liberty*, Atlantic Highlands, 1982, Capítulos 6-8.

12 – Esta, no caso, é a posição tomada por J. J. Rousseau, quando ele nos pede para resistir às tentativas de apropriar privativamente os recursos dados pela natureza por, como exemplo, cercá-los. Em seu famoso dito, diz, “Previna-se de dar ouvidos a este impostor; você cai em erro se esquece que os frutos da terra pertencem a todos nós, e a terra mesma não pertence a ninguém” (“Discurso sobre a Origem e Fundação da Desigualdade entre a Humanidade”, em: J.J. Rousseau, *The Social Contract and Discourses* (ed. G. Cole), New York, 1950, p.235). Contudo, somente é possível argumentar desta forma se for assumido que as reivindicações de propriedade possam ser justificadas por decreto. Porque como poderiam “todos” (i.e., mesmo aqueles que nunca fizeram nada com os recursos em questão) ou “ninguém” (i.e., nem mesmo aqueles que realmente fizeram uso deles) possuir qualquer coisa – a menos que a as reivindicações de propriedade fossem fundadas por mero decreto?!

13 – Sobre o problema da derivabilidade dos enunciados “é” dos “deve ser” cf. W. D. Hudson (ed.), *The is-Ought Question*, London, 1969; para a visão de que a dicotomia fato-valor é uma idéia totalmente infundada cf. a literatura sobre os direitos naturais citados na nota 4 acima.

14 – Escreve M. N. Rothbard em *The Ethics of Liberty*, Atlantic Highlands, 1982, p. 32: “Agora, qualquer pessoa participando de qualquer sorte de discussão, inclusive uma sobre valores, esta, em virtude desta participação, vivo e afirmando a vida. Porque se estivesse *realmente* opondo-se à vida não teria nenhum interesse em tal discussão, e certamente ele não teria nenhum interesse em continuar vivo. Conseqüentemente, o *suposto* oponente da vida está realmente a afirmando no próprio processo de discussão,

e portanto a preservação e longevidade da vida de alguém toma a estatura de um axioma incontestável”. Cf. também D. Osterfeld, “the Natural Rights Debate” em: *Journal of Libertarian Studies*, VII, I, 1983, pp.106f. [p.237]

15 – Cf. também M. N. Rothbard, *The Ethics of Liberty*, Atlantic Highlands, 1982, p. 45.

16 – Sobre a importância da definição de agressão como uma agressão física cf. também M. N. Rothbard, *The Ethics of Liberty*, Atlantic Highlands, 1982, Capítulos 8-9; o mesmo, “*Law, Property Rights and Pollution*”, em: *Cato Journal*, Spring 1982, esp. Pp. 60-63.

17 – Sobre a idéia de violência estrutural em distinção à violência física cf. D. Senghaas (ed.) *Imperialismus und strukturelle Gewalt*, Frankfurt/M.; 1972.

A idéia de definir a agressão como uma invasão do valor da propriedade também serve de base às teorias de justiça de J. Rawls e R. Nozick, conquanto diferente estes dois autores possam ter parecido ser aos muitos comentadores. Porque como poderia ele pensar ser justificado o seu então chamado princípio da diferença – “desigualdades sociais e econômicas devem ser arrançadas de modo que ...delas razoavelmente todos esperem – incluindo os menos beneficiados – vantagens ou benefícios” (J. Rawls, *A Theory of Justice*, Cambridge, 1971, pp. 60-83; ver também pp. 75ff) – a menos que Rawls acredite que simplesmente ao aumentar sua riqueza relativa uma pessoa mais afortunada tenha cometido uma agressão, e que outra menos afortunada então tenha uma reivindicação válida contra a mais afortunada somente devido porque a sua posição relativa em termos de valor tem se deteriorado? Mais além, como poderia Nozick reivindicar ser justificável para uma “agência de proteção dominante” incriminar competidores, a despeito do que teriam sido suas ações? (R. Nozick, *Anarchy, State and Utopia*, new York, 1974, pp.55f). Ou como poderia ele acreditar ser moralmente correto incriminar as então chamadas trocas não-produtivas, i.e., trocas onde uma parte estaria melhor se a outra nem sequer existisse, ou que pelo menos não tivesse nada a ver com ela (como, por exemplo, no caso de um chantageado e um chatageador), sem levar em conta que tal troca envolva ou não invasão física de qualquer tipo (*ibid.*, pp 83-86), a não ser que ele pensasse existir o direito de ter a integridade do valor da propriedade de alguém (mais que a sua integridade física) preservada? Para uma crítica particularmente devastadora da teoria de Nozick, cf. M. N. Rothbard, *The Ethics of Liberty*, Atlantic Highlands, 1982, capítulo 29; sobre o uso falacioso da análise da curva de indiferença, empregada tanto por Rawls quanto por Nozick, cf o mesmo, “*Toward a reconstruction of Utility and Welfare Economics*”, *Center for Libertarian Studies, Occasional Paper No. 3*, New York, 1977.

18 – Cf. também M. N. Rothbard, *The Ethics of Liberty*, Atlantic Highlands, 1982, p. 46. [p.238]

19 – Para uma tentativa filosófica desastrada de justificar uma ética do “chega-depois” cf. J. Rawls, *A Theory of Justice*, Cambridge, 1971, pp.248ff; J. Sterba, *The Demands of Justice*, Notre Dame, 1980, esp. Pp58ff, pp137ff; Sobre o absurdo de tal ética cf. M. N. Rothbard, *Man, Economy and State*, Los Angeles, 1972, p. 427.

20 – Deve ser notado aqui, também, que somente se os direitos de propriedade são conceituados como direitos de propriedade privada originados no tempo, torna-se possível fazer contratos. De forma claramente suficiente, contratos são acordos entre inumeráveis unidades fisicamente independentes que são baseadas no reconhecimento mútuo das reivindicações de propriedade privada de cada contratante sobre as coisas

adquiridas antes do acordo, e que fazem parte da transferência dos títulos de propriedade de coisas definidas de um possuinte anterior a um outro possuinte posterior. Nada tal como os contratos poderia concebivelmente existir dentro da estrutura de uma ética do “chega-depois”! [p.239]

Capítulo 8

1 - Sobre a diferença entre a agressão institucional cometida pelo estado como a própria incorporação do socialismo e a ação comum, criminal cf. L. Spooner, *No Treason*, Colorado Springs, 1973, pp. 19-20.: “o governo, tal como o assaltante da estrada, diz a um homem: “- seu dinheiro, ou sua vida”. E muitos dos tributos, senão a maioria, são pagos sob a compulsão desta ameaça. Certamente o governo não atocaia um homem em um lugar solitário, salta sobre ele e, apontando uma pistola para a sua cabeça, revista seus bolsos. Porém, o roubo não é nada menos que um roubo nesta história; e é muito mais covarde e vergonhoso. O assaltante toma somente pra si próprio a responsabilidade, o perigo e o crime de seu próprio ato. Ele não finge ter algum direito sobre dinheiro da vítima, ou pretender usá-lo em benefício dela mesma. Ele não finge ser nada, mas somente um bandido. Não adquiriu impudência suficiente para professar ser meramente um “protetor”, e que toma o dinheiro do homem contra a vontade dele, meramente para capacitar-se a proteger os viajantes mais afoitos, que se sentem perfeitamente capazes de proteger a si mesmos, ou que não apreciam este peculiar sistema de proteção. Ele é um homem muito sensível para fazer tais declarações. Além disso, tendo tomado o seu dinheiro, ele o deixa, tal como você espera que ele faça. Ele não persiste em segui-lo pela estrada, contra a sua vontade, arrogando ser seu “soberano” por direito, à conta da “proteção” que lhe põe à disposição. Ele não continua a “proteger” você, comandando-o a curvar-se perante ele e a servi-lo. Ao requerer que você faça isto, e proibindo-o de fazer aquilo; ao roubar de você tanto mais dinheiro que comumente, quanto o encontra, para seu interesse ou prazer; e brandindo você como um rebelde, um traidor e um inimigo de seu país, e atirando em você sem misericórdia, se você disputar a autoridade dele ou resistir às suas demandas. Ele é muito cavalheiro para ser culpado por tais imposturas, insultos e vilanias. Resumindo, além de roubá-lo, ele não tenta faze-lo seu bobo ou seu escravo. Os procedimentos de tais assaltantes e assassinos, que chamam a si mesmos de “governos”, são diretamente o oposto dos de um simples assaltante da estrada.”

2 – Sobre a teoria do estado cf. M. N. Rothbard, “*The Anatomy of the State*” em: o mesmo, *Egalitarian As A Revolt Against Nature*, Washington, 1974; *For a New Liberty*, New York, 1978; e *The Ethics of Liberty*, Atlantic Highlands, 1982. H. H. Hoppe, *Eigentum, Anarchie und Staat*, Opladen, 1987; cf. também A. Herbert, *The Right and Wrong of Compulsion by the State* (ed. E. Mack), Indianapolis, 1978; H. Spencer, *Social Statics*, London, 1851; F. Oppenheimer, *The State*, New York, 1926; A. J. Nock, *Our Enemy, the State*, [p. 240] Delevan, 1983; cf. também a observação direta de J. Schumpeter’s contra as então prevalentes visões, notavelmente entre os economistas, que “a teoria que explica os tributos com base na analogia da mensalidade do clube ou da aquisição de um serviço, digamos, de um médico, apenas prova o quão longe esta parte das ciências sociais se encontra dos hábitos científicos das mentes” (J. Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy*, New York, 1942, p. 198.).

3 – Em adição, o uso de pelo menos algum armamento contra seus súditos, tal como bombas atômicas, seria proibitivo, desde que os governantes dificilmente poderiam evitar que eles mesmos também fossem feridos ou mortos por elas.

4 – D. Hume, *Essays, Moral, Political and Literary*, Oxford, 1971, p. 19; cf. também E. de La Boetie, *The Politics of Obedience: The Discourse of Voluntary Servitude*, New York, 1975.

5 – A exposição clássica da idéia que no “estado da natureza” nenhuma distinção entre “justo” e “injusto” possa ser feita e que apenas o estado cria justiça encontra-se em T. Hobbes, *Leviathan*, Oxford, 1946. Que esta teoria positivista da lei é insustentável tem sido demonstrado no Capítulo 7 acima. Em adição, deve-se notar que tal teoria nem mesmo prospera no que se supõe fazer: em *justificar* o estado. Porque a transição do estado da natureza para um sistema estatista pode obviamente apenas ser chamado de justificado (em oposição a arbitrário) se as normas naturais (pré-estatistas) existentes forem a base justificadora para esta própria transição.

Para os positivistas modernos cf. G. Jellinek, *Allgemeine Staatslehre*, Bad Homburg, 1966; H. Kelsen, *Reine Rechtslehre*, Wien, 1976; for a critique of legal positivism cf. F. A. Hayek, *Law, legislation and Liberty*, 3 vols., Chicago, 1973-79.

6 – Para a exposição clássica desta visão de política cf. N. Machiavelli, *The Prince*, Harmondsworth, 1961; cf. também Q. Skinner, *The Foundations of Modern Political Thought*, Cambridge, 1978.

7 – Cf. sobre isto e o seguinte, M. N. Rothbard, *Power and Market*, Kansas City, 1977, pp. 182ff.

8 – Sobre o papel dos intelectuais e professors como advogados do socialismo e estatismo cf. B. de Jouvenel, “The Treatment of Capitalism by Continental Intellectuals” em: F. A. Hayek, *Capitalism and the Historians*, Chicago, 1954; L. v. Mises, *The Anti-Capitalism Mentality*, South Holland, 1972 [p.241].

9 – Sobre o sistema monetário de livre mercado e os efeitos da intervenção governamental neste sistema cf. R. Paul and L. Lehrman, *The Case for Gold*, San Francisco, 1983, capítulos 2,3; M. N. Rothbard, *What Has Government Done to Our Money?* Novato, 1973.

10 – Sobre o problema de uma produção de lei e ordem de livre mercado cf. Capítulo 10 abaixo.

11 – Cf. sobre isto Capítulo 5, n.4.

12 – Sobre este ponto cf. também Capítulo 10 abaixo.

13 – F. Oppenheimer, *System der Soziologie*, Vol II, *Der Staat*, Stuttgart, 1964. Oppenheimer soma ao peculiar e discriminatório caráter dos bens providos pelo estado, em particular de sua produção de lei e ordem, desta maneira (pp.322-323-): “a norma básica do estado é a força, isto é, visto do lado de sua origem: violência transformada em poder. A violência é um das forças mais poderosas a moldar a sociedade, mas não é ela mesma uma forma de interação social. Deve tornar-se lei no senso positivo deste termo, isto é, sociologicamente falando, deve permitir o desenvolvimento de um sistema de “reciprocidade subjetiva”: e isto é possível somente por meio de um sistema de restrições auto-impostas sobre o uso de violência e a sujeição de certas obrigações em troca por seus direitos arrogados. Desta maneira a violência é transformada em poder, e uma relação de dominação emerge que é aceita não somente pelos governantes, mas sob circunstâncias não opressivas em demasiado, também por todos os cidadãos, como a expressão de uma “justa reciprocidade”. Fora desta norma básica normas derivadas secundárias e terciárias agora emergem: normas de direito privado, de herança, criminal, obrigacional, e constitucional, todas elas carregando a marca da norma básica de poder e dominação”. A análise é fundamental que “a lei cresce a partir de duas raízes essencialmente diferentes (...): em uma mão, a lei de associação de iguais, que pode ser

chamada de direito “natural”, mesmo que não seja nenhum “direito natural”, e em outra mão, a lei de violência transformada em poder regulado, a lei dos desiguais.”.

14 – Somente pelo fato que a democracia tem se tornado uma vaca sagrada na política moderna pode-se explicar o porquê da extensão com que a idéia de governo majoritário é conduzida [p.242] com contradições internas é quase geralmente omitida: primeiro, e isto já é decisivo, se a democracia é aceita como justificada, então também deve ser aceita uma abolição democrática da democracia e uma substituição ou por uma autocracia ou por um capitalismo libertário – e isto demonstraria que a democracia como tal não pode ser tida como um valor moral. Da mesma forma teria de ser aceito como justificado se as maiorias decidissem eliminar as minorias até o ponto onde houvesse apenas duas pessoas, a última maioria, pelo que a norma de maioria não poderia mais ser aplicada, por razões lógico-aritméticas. Isto provaria novamente que a democracia não pode, de *per se*, ser considerada justificável. Ou, se não se quisesse aceitar estas conseqüências e ao invés, adotar-se a idéia de uma democracia constitucionalmente limitada e liberal, ter-se-ia ao mesmo tempo de admitir que os princípios de onde se derivam tais limitações devem portanto ser logicamente mais fundamentais que a regra da maioria – e isto novamente iria apontar para o fato que não pode haver nenhuma moral particular na democracia. Segundo, a aceitação da regra de maioria não é automaticamente clara para a população com relação ao quê deve ser aplicada. (A maioria de quê população deve decidir?) Aqui há exatamente três possibilidades. Cada uma se aplica ao princípio democrático novamente com respeito a esta questão, e decide por optar pela idéia que as maiores maiorias devem sempre prevalecer sobre as menores – mas então, obviamente, não haveria um modo de salvar a idéia de uma democracia regional ou nacional, já que ter-se-ia de escolher a população total do globo como um grupo de referência. Ou, decidir-se-ia que a determinação da população é uma matéria arbitrária, mas neste caso, ter-se-ia de aceitar a possibilidade crescente de secessão das menores minorias das maiores, com cada indivíduo humano sendo sua própria maioria auto-determinante, como o ponto final lógico de tal processo de secessão – e mais uma vez a injustificabilidade da democracia, como tal, terá sido demonstrada. Terceiro, poder-se-ia adotar a idéia que a seleção da população ao qual o princípio de maioria é aplicado não é feita nem democraticamente, nem arbitrariamente, mas de alguma forma diferentemente – mas então, novamente, ter-se-ia de admitir que qualquer que fosse este princípio diferente que viesse a justificar tal decisão, deveria ser mais fundamental que a própria regra de maioria, e a regra de maioria deveria ela mesma ser classificada como completamente arbitrária. Cf. sobre isto M. N. Rothbard *Power and Market*, Kansas City, 1977, pp. 189ff., H. H. Hoppe, *Eigentum, Anarchie und Staat*, Opladen, 1987, Capítulo 5.

15 – B. de Jouvenel, *On Power*, New York, 1949, pp. 9-10; sobre a psicologia social da democracia cf. também o mesmo, *On Sovereignty*, Cambridge, 1957; G. Mosca, *The Ruling Class*, New York, 1939; H. A. Mencken, *Notes on Democracy*, New York, 1926; sobre a tendência do regime democrático “degenerar-se” em uma oligarquia cf. R. Michels, *Zur Soziologie des Parteiwesens* [p. 243] *in der modernen Demokratie*, Stuttgart, 1957.

16 – Cf. sobre este processo, R. Bendix, *Kings or people*, Berkeley, 1978.

17 – Sobre a diferença fundamental entre organizações empresariais privadas e o estado, cf. L. v. Mises, *Bureaucracy*, New Haven, 1944.

18 – L. Spooner descreve os apoiadores do estado como pertencentes a duas categorias: “1. Os vassalões, uma classe numerosa e ativa, que vê no governo um

instrumento que eles podem usar para seu próprio engrandecimento e poder. 2. Os bobos – uma grande classe, sem dúvida, cada um deles, porque lhe é permitida uma voz entre milhões para decidir o que ele pode fazer com a sua própria pessoa e sua própria propriedade, e porque lhe é permitido ter a mesma voz para roubar, escravizar e matar os outros que os outros têm para roubar, escravizar e matar ele mesmo, é suficientemente idiota para imaginar que ele é um “homem livre”, “um soberano”, que este é um “governo livre”, “o melhor governo na terra” e outros absurdos semelhantes” (L. Spooner, *No Treason. The Constitution of No Authority*, Colorado Springs, 1973, p.18).

19 – Escreve E. de la Boetie (*The Politics of Obedience: The Discourse of Voluntary Servitude*, New York, 1975, pp. 52-53): “ Aquele que domina você...tem certamente nada mais que o poder que você lhe confere para destruí-lo...Resolva não mais servi-lo, e você estará de uma vez libertado. Não peço que você ponha as mãos sobre o tirano para tomba-lo, mas simplesmente que você não o apóie mais; então você o verá como um grande Colosso cujo pedestal foi puxado pra fora, cair por seu próprio peso e quebrar-se em pedaços.”

20. Sobre a estratégia de liberdade, e em particular sobre a importância de um movimento libertário para a conquista destes objetivos, cf. M. N. Rothbard, *For a New Liberty*, New York, 1978, capítulo 15; e *The Ethics of Liberty*, Atlantic Highlands, 1982, part. 5. [p.244]

Capítulo 9

1 – Cf. sobre isto também o capítulo 3 acima e o Capítulo 10 abaixo.

2 – Sobre a função do lucro e prejuízo cf. L. v. Mises, *Human Action*, Chicago, 1966, Capítulo 15; e “Lucro e Prejuízo” em: o mesmo, *Planning for Freedom*, South Holland, 1974; M. N. Rothbard, *Man, Economy and State*, Los Angeles, 1970, Capítulo 8.

3 – Sobre a economia estatal, cf. esp. M. N. Rothbard, *Power and Market*, Kansas City, 1977, capítulo 5.

4 – Com respeito às alocações democraticamente controladas, várias deficiências têm se tornado bastante evidentes. Por exemplo, J. Buchanan e R. Wagner escrevem (*The Consequences of Mr. Keynes*, London, 1978, p.19), “a competição de mercado é contínua; a cada compra, um comprador é capaz de selecionar entre vendedores concorrentes. A competição política é intermitente; uma decisão é obrigatória geralmente por um número fixo de anos. A competição de mercado permite a vários competidores sobreviver simultaneamente...a competição política leva a um resultado do tipo tudo-ou-nada...na concorrência de mercado o comprador pode ter alguma certeza razoável sobre exatamente o quê estará recebendo de sua compra. Na competição política, o comprador está na verdade comprando os serviços de um agente, a quem ele não pode obrigar... além disso, porque um político necessita segurar a cooperação de uma maioria de políticos, o significado de um voto para um político é menos clara que o de um “voto” para uma empresa privada. (Cf. sobre isto também J. Buchanan, “*Individual Choice in Voting and the Market*” em: o mesmo, *Fiscal Theory and Political Economy*, Chapel Hill, 1962; para um tratamento mais geral do problema, J. Buchanan e G. Tullock, *The Calculus of Consent*, Ann Arbor, 1962.)

Todavia, o que tem sido omitido – especialmente por aqueles que tentam exaltar a virtude do fato que uma democracia dá um poder igual de voto a cada um, enquanto que a soberania do consumidor permite que haja “votos” desiguais – é a mais importante deficiência de todas: que sob um sistema de soberania do consumidor as pessoas podem distribuir votos desiguais, mas em qualquer caso, eles exercem controle exclusivamente sobre as coisas que eles adquiriram por meio de apropriação original ou contrato e portanto são forçados a agir moralmente. Sob uma democracia de produção cada um é habilitado a dar a sua palavra sobre coisas que ele necessariamente não adquiriu, e portanto é permanentemente convidado, deste modo, a não apenas criar instabilidade legal com todos os seus efeitos negativos [p.245] no processo de formação de capital, mas, mais do que isto, a agir de forma imoral. Cf. sobre isto também L. v. Mises, *Socialism*, Indianápolis, 1981, Capítulo 31; também cf. Capítulo 8 acima.

5 – M. N. Rothbard, *Power and Market*, Kansas City, 1977, p. 176.

6 – Esta é uma hipótese bastante generosa, com certeza, tanto quanto é justamente certo que o assim chamado setor público de produção atrai um tipo diferente de pessoa logo do início e vangloria um incomum alto número de pessoas ineficientes, preguiçosas e incompetentes.

7 – Cf. L. v. Mises, *Bureaucracy*, New Haven, 1944; Rothbard, *Power and Market*, Kansas City, 1977, pp.172ff; e *For a New Liberty*, New York, 1978, Capítulo

10; também M. e R. Friedman, *The Tyranny of the Status Quo*, New York, 1984, pp. 35-51.

8 – Sobre o seguinte cf. L. v. Mises, *Human Action*, Chicago, 1966, Capítulo 23:6; M. N. Rothbard, *Man, Economy and State*, Los Angeles, 1970, Capítulo 7, esp. 7.4-6; “Conservation in the Free Market” em: *Egalitarianism As a Revolt Against Nature*, Washington, 1974; e *For a New Liberty*, New York, 1978, Capítulo 13.

9 – Sobre isto e o seguinte cf. L. v. Mises, *Socialism*, Indianápolis, 1981, part. 3.2.

10 – Assim declara J. W. McGuire, *Business and Society*, New York, 1963, pp. 38-39: “De 1865 a 1897, os preços declinando ano após ano fizeram difícil para o empresário planejar o futuro. Em muitas áreas, novas linhas férreas tinham resultado em uma nacionalização do mercado leste do Mississipi, e mesmo pequenas firmas em pequenas cidades foram forçadas a competir uma com as outras, freqüentemente firmas maiores localizadas á distância. Ao mesmo tempo houve notáveis avanços em tecnologia e produtividade. Em breve esta era uma era maravilhosa para o consumidor e uma época amendrontadora para os produtores, especialmente quando a competição foi se tornando mais e mais severa.”

11 – Cf. sobre isto G. Kolko, *The Triumph of Conservatism*, Chicago, 1967; and *Railroads and Regulation*, Princeton, 1965; J. Weinstein, *The Corporate Ideal in the Liberal State*, Boston, 1968; M. N. Rothbard e R. Radosh (eds.), *A New History of Leviathan*, New York, 1972. [p.246]

12 – G. Kolko, *The Triumph of Conservatism*, Chicago, 1967; cf. também as investigações de M. Olson, *The Logic of Collective Action*, Cambridge, 1965, sobre o efeito que as organizações de massa (em particular, os sindicatos de trabalhadores), também, não são fenômenos de mercado mas antes, devem a sua existência à ação legislativa.

13 – Sobre o seguinte, cf. L.v. Mises, *Socialism*, Indianápolis, 1981, part 3.2; and *Human Action*, Chicago, 1966, Capítulos 25-26; M. N. Rothbard, *Man, Economy and State*, Los Angeles, 1970, pp.544ff; pp. 585ff; e “Ludwig von Mises and Economic Calculation under Socialism” em: L. Moss (ed.), *The Economics of Ludwig von Mises*, Kansas City, 1976, pp. 75-76.

14 – Cf. F. A. Hayek, *Individualism and Economic Order*, Chicago, 1948, esp. Capítulo 9; Kirzner, *Competition and Entrepreneurship*, Chicago, 1973.

15 – Com relação à propriedade em larga escala, em particular de terra, Mises observa que ela é normalmente adquirida e mantida por forças extra-mercado: por violência coerciva e um sistema legal apoiado pelo estado que incrimina ou prejudica a venda de terra. “Em nenhum lugar e a nenhum tempo a propriedade em larga escala de terra veio a existir por meio do funcionamento de forças econômicas do mercado. Fundadas por meio da violência, por meio dela e somente assim têm sido mantidas. Tão logo os latifúndios são incluído na esfera das transações de mercado começam a desintegrar, até finalmente a desaparecerem completamente...Que em uma economia de mercado é difícil até hoje manter os latifúndios, é mostrado pelo empenho em criar institutos legais tais como o “fideicomisso” (“*Fideikommiss*” no original - n.t.) e outros parelhos, tais como o “entail” inglês...Jamais esteve a propriedade dos meios de produção mais concentrada que no tempo de Plínio, quando metade da província da África estivera sob as mãos de apenas seis pessoas, ou na época de Merovingian, quando a igreja possuía a maior parte do solo francês. Além disso, em nenhuma parte do

mundo há menos latifúndios que na capitalista América do Norte”, *Socialism*, 1981, pp.325-326.

16 – Cf. sobre o seguinte em M. N. Rothbard, *Man, Economy and State*, Los Angeles, 1970, esp. Pp.586ff; também W. Block, “Austrian Monopoly Theory. A Critique” em: *Journal of Libertarian Studies*, 1977.

17 – L. V. Mises, *Human Action*, Chicago, 1966, p.359; cf também qualquer texto atual, tal como P. Samuelson, *Economics*, New York, 1976, p.500. [p.247]

18 – Cf. M. N. Rothbard, *Man, Economy and State*, Los Angeles, 1970, Capítulo 10, esp. pp. 604-614.

19 – M. N. Rothbard, *Man, Economy and State*, Los Angeles, 1970, 1970, p. 607.

20 – L. v. Mises, “Lucro e Prejuízo” em: *Planning for Freedom*”, South Holland, 1974, p.116.

21 – De fato, historicamente, a política governamental anti-truste tem sido quase exclusivamente uma prática de prover os competidores menos bem-sucedidos com as ferramentas legais necessárias para prejudicar a operação de seus rivais mais bem-sucedidos. Para uma montagem impressionante dos estudos de caso deste efeito cf. D. Armentano, *Antitrust and Monopoly*, New York, 1982; também Y. Brozen, *Is Government the Source of Monopoly? And Other Essays*, San Francisco, 1980. [p.248]

Capítulo 10

1 – G. de Molinari, “The Production of Security”, Center for Libertarian Studies, *Occasional Paper No. 2*, New York, 1977, p.3.

2 – Ibid, p.4.

3 – Para várias abordagens dos teóricos dos bens públicos cf. J. Buchanan e G. Tullock, *The Calculus of Consent*, Ann Arbor, 1962; J. Buchanan, *The Public Finances*, Homewood, 1970; e *The Limits of Liberty*, Chicago, 1975, G. Tullock, *Private Wants, Public Means*, New York, 1970; M. Olson, *The Logic of Collective Action*, New York, 1965; W. Baumol, *Welfare Economics and the Theory of the State*, Cambridge, 1952.

4 – Cf. sobre o seguinte M. N. Rothbard, *Man, Economy and State*, Los Angeles, 1970, pp.883ff; e “The Myth of Neutral Taxation” em: *Cato Journal*, 1981; W. Block, “Free Market Transportation: Denationalizing the Roads”, em: *Journal of Libertarian Studies*, 1979; e “Public Goods and Externalities: The Case of Roads”, em: *Journal of Libertarian Studies*, 1983.

5 – Cf. por exemplo, W. Baumol e A. Blinder, *Economics, Principles and Policy*, New York, 1979, capítulo 31.

6- Um outro critério usado frequentemente para os bens públicos é o do “consumo não-competitivo”. Geralmente, ambos os critérios parecem coincidir: quando meros boca-livres^M não podem ser excluídos, o consumo não-competitivo é possível; e quando eles podem ser excluídos, o consumo se torna competitivo, ou assim parece. Contudo, tal como afirmam os teóricos dos bens públicos, esta coincidência não é perfeita. Dizem, isto é concebível que enquanto a exclusão dos boca-livres possa ser possível, sua inclusão pode não estar relacionada com nenhum custo adicional (isto é, o custo marginal da admissão de boca-livres é zero), e que o consumo do bem em questão pela admissão adicional de boca-livres não levará necessariamente à uma subtração no consumo dos bens disponíveis aos outros. Tal bem poderia ser um bem público, também. Desde que a exclusão fosse praticada no mercado livre e o bem não se tornasse disponível para um consumo não-competitivo para todos, ele poderia de outra forma – mesmo que não requeresse nenhum custo adicional – de acordo com a lógica estatista-socialista, prover uma falha do mercado, ou seja, um nível subótimo de consumo. Conseqüentemente, o estado teria de fornecer a provisão de tais bens. (um filme no cinema, por exemplo, poderia ter a sala preenchida somente com a metade dos expectadores, portanto seria “sem custos” admitir expectadores adicionais com entrada franca, e o fato de assistirem ao filme poderia também não afetar o público pagante; portanto, o filme poderia ser qualificado como um bem público. Desde que, todavia, o dono do cinema estivesse engajado em excluir, ao invés de permitir a entrada gratuita de boca-livres para gozarem de um espetáculo “sem custos”, os cinemas estariam prontos para serem nacionalizados.). Sobre as numerosas falácias envolvidas na definição de bens públicos em termos de consumo não-competitivo cf. notas 12 e 16 abaixo.

7 – Cf. sobre isto W. Block, “Public Goods and Externalities”, em: *Journal of Libertarian Studies*, 1983.

^M boca-livre, aqui, como tradução de “free rider”, uma gíria que significa alguém que consegue algo sem custo e sem esforço – n.t.

8 – Cf. no caso, J. Buchanan, *The Public Finances*, Homewood, 1970, p. 23; P. Samuelson, *Economics*, New York, 1976, p. 160.

9 – Cf. R. Coarse, “The Lighthouse in Economics” em: *Journal of Law and Economics*, 1974.

10 – Cf., a propósito, o caso irônico que W. Block faz sobre as meias soquetes serem bens públicos em “Public Goods and Externalities” em: “*Journal of Libertarian Studies*”, 1983.

11 – Para evitar qualquer mal-entendido aqui, qualquer produtor individual e qualquer associação de produtores que façam suas decisões juntos podem, a qualquer tempo, decidir sobre produzir ou não um bem baseados na avaliação do caráter público ou privado deste. De fato, decisões sobre produzir ou não bens públicos de modo privado são feitas constantemente dentro da estrutura de uma economia de mercado. O que é impossível é decidir ignorar ou não o resultado da operação de um mercado livre baseado na avaliação do grau do caráter público ou privado de um bem.

12 - De fato, então, a introdução da distinção entre bens públicos e privados é contumaz na era pré-subjetivista da Economia. Do ponto de vista do subjetivismo econômico nenhum bem existe que possa ser categorizado objetivamente como privado ou público. Isto, essencialmente, é porque o segundo critério proposto para os bens públicos, i.e.; a permissão de consumo não-competitivo (cf. nota 6 acima), cai por terra, também. Porque, como poderia algum observador de fora determinar se a admissão de um boca-livre gratuitamente levaria ou não a uma redução do gozo de um bem [p.250] pelos outros? Claramente, não há nenhum meio pelo qual ele pudesse objetivamente fazer isto. De fato, pode muito bem ser que o gozo de assistir a um filme ou dirigir em uma estrada seria consideravelmente reduzido se mais pessoas tivessem a o acesso ao cinema ou à estrada. Novamente, para descobrir se este é ou não o caso seria necessário perguntar a cada indivíduo – e nem todos poderiam concordar. (E então?) Ademais, desde que mesmo um bem que permita que o consumo não-competitivo não é um bem grátis, como consequência da admissão de boca-livres uma multidão poderia eventualmente resultar, e portanto cada um deveria ser perguntado sobre a “margem” apropriada. Em adição, pode o meu consumo ser ou não afetado, dependendo de *quem está* sendo admitido gratuitamente, de modo que eu também deveria ser ouvido sobre isto. Finalmente, qualquer um pode mudar a sua opinião sobre todas estas questões ao longo do tempo. Assim, ao mesmo tempo é impossível decidir se um bem é ou não um candidato à produção pelo estado (mais que pela iniciativa privada), baseando-se no critério de consumo não-competitivo como hipótese de não-excludência. (Cf. também nota 16 abaixo).

13 – Cf. P. Samuelson, “The Pure Theory of Public Expenditure”, em: *Review of Economics and Statistics*, 1954; e “Economics”, New York, 1976, Capítulo 8; M. Friedman, *Capitalism and Freedom*, Chicago, 1962, Capítulo 2; F.A. Hayek, *Law, Legislation and Liberty*, vol. 3, Chicago, 1979, Capítulo 14.

14 – Nos anos recentes os economistas, em particular os da chamada Escola de Chicago, tem estado crescentemente preocupados com as análises de direitos de propriedade (cf. H. Demsetz, “The Exchange and Enforcement of Property Rights” em: *Journal of Law and Economics*, 1964; e “Toward a Theory of Propriety rights” em: *American Economic Review*, 1967; R. Coase, “The Problem of Social Cost” em *Journal of Law and Economics*, 1960; A. Alchian, *Economic Forces at Work*, Indianápolis, 1977, part 2; R. Posner, *Economic Analysis of Law*, Boston, 1977). Tais análises, contudo, não têm nada a ver com ética. Ao contrário, elas representam tentativas de

substituir considerações sobre eficiência econômica para o estabelecimento de princípios éticos justificáveis (sobre a crítica de tais tentativas cf. M. N. Rothbard, *The Ethics of Liberty*” em: Atlantic Highlands 1982, Capítulo 26; W. Block, “Coase and Demsetz on Private Property Rights” em: *Journal of Libertarian Studies*, 1977; R. Dworkin, “Is Wealthy a Value” em: *Journal of Legal Studies*, 1980; M. N. Rothbard, “*The Myth of Efficiency*” em: M. Rizzo (ed.), *Time, Uncertainty, and Disequilibrium*, Lexington, 1979). Ultimamente, todos os argumentos sobre eficiência são irrelevantes porque simplesmente não há nenhum meio não-arbitrário de medição e comparação, e a agregação de utilidades ou desutilidades individuais que resultam de alguma dada alocação de direitos de propriedade. Conseqüentemente, qualquer tentativa de recomendar algum sistema particular de atribuir direitos de propriedade em termos de sua alegada maximização de “bem-estar social” é uma farsa pseudo-científica (ver [p.251] em particular, M. N. Rothbard, “*Toward a Reconstruction of Utility and Welfare Economics*” Center for Libertarian Studies, Occasional Paper no. 3, New York, 1977; também , L. Robbins, “*Economics and Political Economy*”, em: *American Economic Review*, 1981).

O “princípio de unanimidade” que J. Buchanan e G. Tullock, seguindo K. Wicksell (*Finanztheorie Untersuchungen*), Jena, 1896) têm repetidamente proposto como um guia para a política econômica também não deve ser confundido com um princípio ético propriamente. De acordo com este princípio somente as mudanças de políticas que devem ser decretadas são as que encontram consentimento unânime – e que certamente soam atrativas; mas então, *mutatis mutantis*, isto também determina o status quo seja preservado se houver um consenso menor que a unanimidade, sobre qualquer proposta de mudança – e isto soa muito menos atrativo porque implica que qualquer dado estado de coisas atual com respeito à alocação de direitos de propriedade deve ser legitimado ou como um ponto de partida ou como um estado continuado. Entretanto, os teóricos da escolha pública não oferecem nenhuma justificativa em termos de uma teoria normativa sobre direitos de propriedade por sua audaciosa reivindicação, como seria de se esperar. Portanto, o princípio de unanimidade, em última instância, carece de um fundamento ético. De fato, porque iria legitimar qualquer *status quo* concebível, o princípio mais caro aos simpatizantes de Buchanan não é menos que um verdadeiro absurdo como um critério moral (cf. sobre isto também M. N. Rothbard, “*The Ethics of Liberty*”, Atlantic Highlands, 1982, Capítulo 26; e “*The Myth of Neutral Taxation*” em: *Cato Journal*, 1981, pp.549f).

O que quer que ainda possa ser deixado para o princípio de unanimidade, Buchanan and Tullock, seguindo a Wicksell novamente, então cedem e o reduzem a um critério de “relativa” ou “quase” unanimidade.

15 – Cf. sobre este argumento M. N. Rothbard, “*The Myth of Neutral Taxation*” em *Cato Journal*, 1981, p. 533. Incidentalmente, a existência de um único anarquista também invalida todas as referências ao chamado Ótimo de Pareto como um critério para a ação estatal economicamente legítima.

16 – Essencialmente, o mesmo raciocínio que leva alguém a rejeitar a teoria estatista-socialista construída sobre o caráter alegadamente único dos bens públicos como definidos pelo critério de não-exclusão, também se aplica quando, ao contrário, tais bens são definidos por meio do critério de consumo não-competitivo (cf. notas 6 e 12 acima). Por uma coisa, para derivar do enunciado normativo que eles *devem* então ser oferecidos do enunciado de que os bens que permitem o consumo não-competitivo não seriam oferecidos ao mercado livre a tantos consumidores quantos fosse possível, esta teoria enfrenta exatamente o mesmo problema de requerer uma justificativa ética.

Além disso, o raciocínio utilitário é descaradamente errado, também. Raciocinar, assim como o fazem os teóricos dos bens públicos, que a prática do livre-mercado de exclusão dos boca-livres* (boca-livres, aqui, como a tradução para a gíria “free riders”, que significa aquele que ganha algo sem custo ou esforço) do gozo dos bens que permitiriam um consumo não-competitivo a um custo marginal zero indicaria um nível sub-ótimo de bem-estar social e conseqüentemente requereria a ação estatal compensatória é falho sob dois aspectos. Primeiro, o custo é uma categoria subjetiva e não pode jamais ser objetivamente medido por qualquer observador externo. Portanto, dizer que os “boca-livres” adicionais poderiam ser admitidos a nenhum custo é totalmente inadmissível. De fato, se os custos subjetivos de admitir mais consumidores graciosamente fossem realmente sem custo, o dono-produtor privado do bem em questão certamente o faria. Se ele não o faz, isto revela que, ao contrário, os custos para ele *não* são zero. A razão para isto pode ser a sua crença que ao agir assim reduziria a satisfação disponível para os outros consumidores e desta forma tenderia a desvalorizar o preço para o seu produto; ou pode simplesmente ser a sua repulsa por “boca-livres” não-convidados como, por exemplo, quando eu me oponho à proposta de colocar a minha sala-de-estar sub-utilizada à disposição de vários hóspedes auto-convidados para um consumo não-competitivo. Em qualquer caso, desde que por qualquer razão não se pode admitir o custo zero, é então falacioso falar de uma falha de mercado quando certos bens não são colocados à disposição gratuitamente. Em outra mão, perdas de bem-estar tornar-se-iam certamente inevitáveis se alguém aceitasse a recomendação dos teóricos dos bens públicos de deixar os bens que alegadamente permitissem o consumo não-competitivo serem providos gratuitamente pelo estado. Além da insuperável tarefa de determinar o que preenche este critério. O estado, independente das compras voluntárias pelos consumidores que é, iria, em primeiro lugar, enfrentar o problema igualmente insolúvel de racionalmente determinar o quantum de bens públicos a prover. Claramente, desde que mesmo os bens públicos não são bens livres, mas estão sujeitos a criar multidões em algum nível de uso, não existe um ponto de parada para o estado, porque em qualquer nível de suprimento haveria ainda usuários que teriam de ser excluídos e que, com uma oferta maior, poderiam gozar uma boca-livre. Entretanto, mesmo que este problema pudesse ser resolvido miraculosamente, em qualquer caso o custo de produção e operação (necessariamente inflado) dos bens públicos distribuídos gratuitamente para consumo não-competitivo teria de ser pago por tributos. Então isto, i.e., o fato de que os consumidores têm sido coagidos a gozar suas bocas-livres, novamente prova além de qualquer dúvida que do ponto de vista dos consumidores estes bens públicos, também, são inferiores em valor aos bens competidos privativamente que eles agora não podem mais adquirir.

17 – Os campeões modernos mais proeminentes da orwelliana fala ambígua são J. Buchanan e G. Tullock (cf. seus trabalhos citados na nota 3 acima). Eles argumentam que o governo é fundado sobre um “contrato constitucional” no qual cada um “conceitualmente concorda” a se submeter aos poderes coercivos do governo com a compreensão que qualquer outro cidadão é também sujeito a ele, também. Conseqüentemente, o governo é apenas aparentemente coercivo, mas realmente voluntário. Há muitas objeções evidentes [p.253] a este curioso argumento. Primeiro, não existe evidência empírica qualquer que seja para a questão de que qualquer constituição tem sempre sido aceita voluntariamente por cada um envolvido. Pior, a própria idéia de todas as pessoas voluntariamente coagindo-se umas às outras é simplesmente inconcebível, tanto quanto do mesmo modo é inconcebível negar a lei da contradição. Porque se a coerção voluntariamente aceita é voluntária, então teria de ser possível revogar a sujeição de alguém à constituição e o estado não seria mais do que

um clube ao qual se aderisse voluntariamente. Se, entretanto, não se tem o “direito de ignorar o estado” – e o fato de não se ter este direito é, obviamente, a marca característica de um estado quando comparado a um clube – então seria logicamente inadmissível alegar que a aceitação de alguém à coerção estatal é voluntária. Adicionalmente, mesmo que tudo isto fosse possível, não poder-se-ia alegar ser contrato constitucional válido para todos, mas tão somente para os signatários originais da constituição.

Como podem Buchanan e Tullock virem com tais idéias absurdas? Por um truque semântico. O que era “inconcebível” e “sem acordo” no discurso pré-orwelliano, é para eles “conceitualmente possível” e um “acordo conceitual”. Para um pequeno exercício mais instrutivo neste tipo de raciocínio aos trancos e barrancos cf. J. Buchanan, “A Contractarian Perspective on Anarchy” em: *Freedom in Constitutional Contract*, College Station, 1977. Aqui nós aprendemos (p.17) que mesmo a aceitação do limite de velocidade de 55 m.p.h (aprox. 89 km/h) é possivelmente voluntária (Buchanan não tem tanta certeza), desde que ultimamente repouse em todos nós conceitualmente concordar com a constituição, e que Buchanan não é realmente um estatista, mas na verdade um anarquista (p.11).

18 - M. N. Rothbard, *Man, Economy and State*, Los Angeles, 1970, p.887.

19 – Isto, primeiro de tudo, deveria ser mantido em mente sempre que alguém tivesse que avaliar a validade dos argumentos estatistas-intervencionistas tais como o seguinte, por J. M. Keynes (“The End of Laissez faire” em: J. M. Keynes, *Collected Writings*, London, 1972, vol. 9, p.291): “A agenda mais importante do estado relaciona-se não àquelas atividades que os indivíduos privados já estão preenchendo, mas àquelas funções que saem para fora da esfera do indivíduo, para aquelas decisões que são feitas por *ninguém* se o estado não as fizer. O importante para o governo não é fazer as coisas que os indivíduos já estão fazendo e as fazem de uma forma um pouco melhor ou pouco pior: mas fazer aquelas coisas que não são feitas por ninguém” Este raciocínio não apenas parece falso, ele realmente o é.

20 – Alguns minarquistas libertários objetam que a existência de um mercado pressupõe o reconhecimento e execução de um corpo de lei comum, e conseqüentemente um governo com um juiz monopolístico e uma agência executiva. [p.254] (Cf., por exemplo, J. Hospers, *Libertarianism*, Los Angeles, 1971; T. Machan, *Human Rights and Human Liberties*, Chicago, 1975.). Agora, é certamente correto que um mercado pressupõe o reconhecimento e execução daquelas normas que possibilitam a sua operação. Porém, disto não se segue que esta tarefa deve ser confiada a uma agência monopolística. De fato, também são pressupostos pelo mercado uma língua comum ou um sistema de sinais; todavia, dificilmente alguém haveria de pensar convincentemente que por isto o governo deve garantir a observância das regras de linguagem. Portanto, justo como o sistema de linguagem, as normas de comportamento de mercado emergem espontaneamente e podem ser executadas pela “mão invisível” do interesse próprio. Sem a observância das normas comuns da fala as pessoas não poderiam auferir as vantagens que a comunicação oferece, e sem a observância de normas comuns de conduta, as pessoas não poderiam aproveitar os benefícios da maior produtividade de uma economia de mercado baseada na divisão do trabalho. Adicionalmente, como eu tenho demonstrado no Capítulo 7, independente de qualquer governo, as normas do mercado podem ser defendidas justamente como sendo apriorísticas. Além disso, como eu irei comentar na conclusão deste capítulo, é precisamente um sistema competitivo de administração e de execução da lei que proporciona a maior pressão possível para que se elaborem e decretem leis de conduta

que incorporem o mais alto grau de consenso concebível. Além disso, as mesmas regras que fazem justamente isto são aquelas que um raciocínio apriorístico estabelece como o pressuposto necessário da argumentação e do acordo argumentativo.

21 – Incidentalmente, a mesma lógica que forçaria alguém a aceitar a idéia da produção de segurança pela iniciativa privada como a solução economicamente melhor para a satisfação do problema do consumidor também a força, tanto quanto importem as considerações de ordem moral e ideológica, a abandonar a teoria política do liberalismo clássico e a tomar o pequeno, mas não obstante, decisivo patamar (daqui) para a teoria do libertarianismo, ou anarquismo da propriedade privada. O Liberalismo clássico, com L. v. Mises como seu mais proeminente representante de seu século, advogar um sistema social baseado nas regras fundamentais da teoria natural da propriedade. Estas também são as regras que o libertarianismo advoga. Porém, o liberalismo clássico então quer ter estas leis executadas por uma agência monopolística (o governo, o estado), uma organização, diga-se, que não é exclusivamente dependente de apoio voluntário e contratual pelos consumidores de seus respectivos serviços, mas ao contrário, tem o direito de unilateralmente determinar sua própria receita, ou seja, os tributos a serem impostos sobre os consumidores para realizar o seu trabalho na área de produção de segurança. Agora, conquanto plausível isto possa soar, deve ser claro que é inconsistente. Ou os princípios da teoria natural da propriedade são válidos, em cujo caso o estado como um monopolista privilegiado é imoral, ou o negócios construído com base em agressão [p.255] – o uso da força e dos meios não-contratuais de aquisição de recursos – é válido, em cujo caso deve-se abandonar a primeira teoria. É impossível sustentar ambas as posições e não ser inconsistente, amenos, obviamente, que seja possível haver viger um princípio que seja mais fundamental que ambas a teoria natural da propriedade e o direito do estado à violência agressiva e do qual ambos, com as respectivas limitações com respeito aos domínios em que eles são válidos, possa ser logicamente derivado. Entretanto, o liberalismo nunca propôs tal princípio, nem será jamais capaz de fazê-lo, desde que, como eu demonstrei no Capítulo 7, argumentar em favor de qualquer coisa pressupõe o direito de estar livre da agressão. Dado o fato então que os princípios da teoria natural da propriedade não podem ser contestados argumentativamente como princípios morais válidos, sem implicitamente reconhecer a sua validade, por força da lógica somos cometidos a abandonar o liberalismo e aceitar, ao contrário, sua criança mais radical: o libertarianismo, a filosofia do puro capitalismo, que propõe que a produção de segurança seja conduzida pela iniciativa privada também.

22 - Cf. sobre o problema da produção de segurança G. de Molinad, “*The Production of Security*” Center for Libertarian Studies, Occasional Paper No. 2, New York, 1977; M. N. Rothbard, *Power and Market*, Kansas city, 1977, Capítulo 1; e *For a New Liberty*, New York, 1978, capítulo 12; também: W.C. Wooldridge, *Uncle Sam the Monopoly Man*, New Rochelle, 1970, capítulos 5-6; M. e L. Tannehill, *The Market for Liberty*, New York, 1984, part. 2.

23 – Cf. M. Murck, *Soziologie der oeffentlichen Sircherheit*, Frankfurt/M., 1980.

24 – Sobre as deficiências da alocação de decisões democraticamente controlada cf. acima, Capítulo 9, no. 4.

25 – Acrescenta Molinari (“Production of Security”, Center for Libertarian Studies, Occasional Paper No. 2, New York, 1977, pp. 13-14): “ Se...o consumidor não é livre para contratar a segurança com quem ele deseja, ato contínuo vê-se aberta uma ampla profissão dedicada à arbitrariedade e ao mal-gerenciamento. A Justiça torna-se lenta e custosa, a polícia vexaminosa, a liberdade individual não é mais respeitada, o

preço da segurança é abusivamente inflado e injustamente repartido, de acordo com o poder e influência desta ou daquela classe de consumidores” [p.256]

26 - Cf. a literatura citada na nota 21 acima; também: B. Leoni, *Freedom and the Law*, Princeton, 1961; J. Peden, “Property Rights in Celtic Irish Law” em: *Journal of Libertarian Studies*, 1977.

27 – Cf. T. Anderson e P.J. Hill, “The American Experiment in Anarcho-Capitalism: The Not So Wild, Wild West”, em: *Journal of Libertarian Studies*, 1980.

28 – Cf. sobre o seguinte H. H. Hoppe, *Eigentum, Anarchie und Staat*, Opladen, 1987, capítulo 5.

29 – Contraste com isto a política do estado de engajar-se em batalhas sem ter o apoio deliberado de todos porque tem o direito de tributar as pessoas; e pergunte a si mesmo se o risco da guerra seria menor ou maior se se tivesse o direito de parar de pagar os tributos tão logo se tivesse a impressão que a consuação das relações internacionais pelo estado não fosse de seu gosto!

30 – Pode-se notar aqui novamente que as normas que incorporam o mais alto grau possível de consenso são, obviamente, aquelas que estão pressupostas pela argumentação e cuja aceitação resulta em máximo consenso sobre qualquer coisa, como mostrado no Capítulo 7.

31 – Novamente, contraste com os juízes contratados pelo estado que, por serem pagos pelos tributos e portanto por serem relativamente independentes da satisfação do consumidor, podem passar julgamentos que claramente não são aceitáveis como justos por todos; e pergunte a si mesmo se o risco de não encontrar a verdade em um dado caso seria menor ou maior se alguém tivesse a possibilidade de exercer pressão econômica sempre que se tivesse a desconfiança de que um juiz que um dia possa ter adjudicado em seu próprio caso (desta pessoa) não tem sido suficientemente cuidadoso em associar e julgar os fatos de um caso, ou simplesmente os distorceu completamente.

32 – Cf. sobre o seguinte em particular, M. N. Rothbard, *For A New Liberty*, New York, 1978, pp.233ff.

33 – Cf. B. Bailyn, *The Ideological Origins of the American Revolution*, Cambridge, 1967; J. T. Main, *The Anti-Federalists: critics of the Constitution*, Chapel Hill, 1961; M. N. Rothbard, *Conceived in Liberty*, 4 vols., New Rochelle, 1975-1979. [p.257]

34 – Naturalmente, companhias de seguros assumiriam um papel importante ao checarem a emergência de companhias foras-da-lei. Note M. and L. Tan-nhill: “Companhias de seguros, um setor bastante importante de qualquer economia totalmente livre, teriam um incentivo especial para se dissociarem de quaisquer agressores e, em adição, trazerem toda a sua considerável influência nos negócios para combatê-los”. *Violência agressiva causa perda de valor*, e a indústria de seguros sofreria o maior custo na maior parte de tais perdas. Um agressor não contido é um sinistro ambulante, e nenhuma seguradora, por mais remotamente afastada que esteja de sua agressão, desejaria arcar com o risco que ele pode representar contra um de seus próximos clientes. Além disso, agressores e aqueles que a eles se associam têm mais probabilidade de se envolver em situações de violência e representam, portanto, riscos de baixa cobertura. Uma companhia seguradora provavelmente recusaria cobrir tais pessoas desprovidas de uma previdência de minimizar quaisquer perdas futuras que suas agressões possam causar. Porém, mesmo se a companhia não estivesse motivada por tal

previdência, ela ainda assim seria forçada a aumentar seus prêmios drasticamente ou cancelar a sua cobertura completamente para evitar carregar o risco extra envolvido em sua inclinação para a violência. Em uma economia competitiva, nenhuma companhia seguradora poderia concordar em continuar a cobrir agressores e aqueles que com eles mantêm negócios e simplesmente repassar o custo para os seus clientes honestos; logo perderia estes clientes para firmas com maior reputação, que concordariam em cobrar menos por sua cobertura.

O quê significaria a perda de cobertura em uma economia livre? Mesmo se [o agressor] pudesse gerar força suficiente para proteger a si mesmo de qualquer força agressiva ou retaliadora que se voltasse contra ele por qualquer fator ou combinação de fatores, ele ainda teria de fazê-lo sem muitas necessidades econômicas. Ele não poderia adquirir a proteção do seguro contra acidentes de automóveis, desastres naturais ou disputas contratuais. Ele não teria proteção danos resultantes de acidentes que ocorressem em sua propriedade. Seria muito possível que tivesse até de fazê-lo sem os serviços de uma companhia de combate a incêndios, desde que tais companhias são evoluções das firmas de seguros contra incêndios.

Em adição às terríveis penas impostas pelo ostracismo comercial que iria naturalmente se seguir de seu ato agressivo também teria problemas com seus empregados...[Porque] se um agente de serviço de defesa executasse uma ordem que envolvesse a iniciação intencional de força, ambos o agente e o empresário ou o gerente que lhe dera tal ordem, bem como quaisquer outros empregados sabidamente envolvidos, seriam responsabilizados por quaisquer danos causados. (M. e L. Tannehill, *The Market for Liberty*, New York, 1984, pp.110-111).

35 – O processo de uma empresa fora-da-lei emergir como um estado seria até mesmo mais [p.258] complicado, desde que teria de redquirir a legitimação ideológica que marca a existência dos atuais estados existentes e que lhes custaram séculos de incessante propaganda para desenvolver. Desde que esta legitimidade é perdida por meio da experiência com um sistema puro de livre mercado, é difícil imaginar como ele poderia reobté-la novamente. [p.259]

Bibliografia

- Albert, H. *Marktsoziologie und Entscheidungslogik*, Neuwied, 1967.
- Alchian, A. *Economic Forces at Work*. Indianapolis, 1977.
- Anderson, P. *Passages from Antiquity to Feudalism*, London, 1974.
- _____. *Lineages of Absolutism*. London, 1974.
- Anderson, T. and Hill, P.J. "The American Experiment in Anarcho-Capitalism": The Not So Wild, Wild West." *Journal of Libertarian Studies*, 1980.
- Apel, K. O. *Transformation der Philosophie* (2 vols). Frankfurt/M, 1973.
- Armentano, D. *Antitrust and Monopoly*, New York, 1982.
- Ayer, A. J. *Language, Truth and Logic*, New York, 1950.
- Badie, B. and Birbaum, P. *The Sociology of the State*. Chicago, 1983.
- Baechler, J. *The Origins of capitalism*. New York, 1976.
- Baler, K. *The Moral Point of View*. Ithaca, 1958.
- Bailyn, B. *The Ideological Origins of the American Revolution*. Cambridge, 1967.
- Baird, C. *Rent Control: The Perennial Folly*. San Francisco, 1980.
- Baumol, W. *Welfare Economics and the Theory of the State*, Cambridge, 1952.
- _____. And Blinder, A. *Economics, Principles and Policy*. New York, 1979.
- Becker, G. *Human Capital*. New York, 1975. Bendix, R. *Kings or People*, Berkeley, 1978.
- Bernstein, E. *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgebender Sozialdemokratie*. Bonn, 1975 [p.260]
- Blanshard, B. *Reason and Analysis*. La Salle, 1964.
- Blaug, M. *The Methodology of Economics*. Cambridge, 1980.
- Bloch, M. *Feudal Society*. Chicago, 1961.
- Block, W. "Public Goods and Externalities: The case of roads". *Journal of Libertarian Studies*, 1983.
- _____. "Free Market Transportation: Denationalizing the Roads:.. *Journal of Libertarian Studies*, 1979.

_____. "Austrian Monopoly Theory. A Critique" *Journal of Libertarian Studies*, 1977.

_____. "Coase and Demsetz on Private Property Rights" *Journal of Libertarian Studies*, 1977.

Boehm-Bawerk, E. v. *Kapital und Kapitalzins. Positive Theorie des Kapitals*. Meisenheim, 1967.

Boetie, E. de La. *The Politics of Obedience : The Discourse of Voluntary Servitude* (ed. M.N. Rothbard). New York, 1975.

Brady, R.A."Modernized Cameralism in the Third Reich: The case of the National Industry Group" em: M.I. Goldman (ed.) *Comparative Economic Systems*. New York, 1971.

Bramsted, E. K. e Melhuish, K.J.(eds). *Western Liberalism*. London, 1978.

Brandt, W. (ed.). *North-South: A Programme for Survival*. 1980.

Brozen, Y. *Is Government the Source of Monopoly? And Other Essays*. San Francisco, 1980.;

_____ and Friedman, M. *The Minimum Wage: Who Pays?* Washington, 1966. [\[p.261\]](#)

Brutzkus, B. *Economic Planning in Soviet Russia*. London, 1935.

Buchanan, J. *Freedom in Constitutional Contract*. College Station, 1977.

_____. *The Limits of Liberty*. Chicago, 1975.

_____. *The Public Finances*. Homewood, 1970.

_____. *Cost and Choice*. Chicago, 1969.

_____. *Fiscal Theory and Political Economy*. Chapel Hill, 1962.

_____. /Thirlby (ed.). *L. S.E.Essays on Cost*. Indianapolis, 1981.

_____. And Tullock, G. *The Calculus of Consent*. Ann Arbor, 1962.

_____. And Wagner, R. *The Consequences of Mr. Keynes*. London, 1978. Carey, L. W. (ed). *Freedom and Virtue. The Conservative/Libertarian Debate*. Lanham, 1984.

Cipolla, C. M. (ed.) *Economic History of Europe. Contemporary Economies*, Glasgow, 1976.

Coase, R. "The Lighthouse in Economics". *Journal of Law and Economics*, 1974.

Coase, R. "The Problem of Social Cost." *Journal of Law and Economics*, 1960.

Demsetz, H. "Toward a Theory of Property Rights" *American Economic Review*, 1967.

_____. "The Exchange and Enforcement of Property Rights" *Journal of Law and Economics*, 1964.

Dicey, A. V. *Lectures on the Relation Between Law and Public opinion in England During the Nineteenth Century*. London, 1974.

Dingier, H. *Die Ergreifung des Wirklichen*. Muenchen, 1955.

Dworkin, R. "Is Wealth a Value?" *Journal of Legal Studies*, 1980. Erhard, L. *The Economics of Success*. London, 1968. [p.262]

_____. *Prosperity Through Competition*. New York, 1958.

Eucken, W. *Grundsätze der Wirtschaftspolitik*. Hamburg, 1967.

Evers, W. "Toward a Reformation of a Law of Contracts" *Journal of Libertarian Studies*, 1977.

Fetter, F. *Capital, Interest and Rent*. Kansas City, 1976.

Feyerabend, P. *Against Method*. London, 1978.

_____. *Science in a Free Society*. London, 1978.

Fischer, W. *Die Wirtschaftspolitik Deutschlands 1918-45*. Hannover, 1961.

Flew, A. *The Politics of Procrustes*. London, 1980.

_____. *Sociology, Equality and Education*. New York, 1976.

Friedman, M. *Capitalism and Freedom*. Chicago, 1962.

_____. *Essays in Positive Economics*. Chicago, 1953.

_____ and Friedman, R. *The Tyranny of the Status Quo*. New York, 1984.

Galbraith, J. K. *A Theory of Price Control*. Cambridge, 1952.

Gewirth, A. "Law, Action and Morality" em: Porreco, R. (ed.) *Georgetown Symposium on Ethics. Essays in Honor of H. Veatch*. New York, 1984.

Greenleaf, W. H. *The British Political Tradition* (2 vols.). London, 1983.

Gregory, P.R. and Stuart, R. C. *Comparative Economic Systems*. Boston, 1985.

Habermas, J. *Moralbewusstsein und kommunikatives Handeln*. Frankfurt/M., 1983.

_____. *Theorie des kommunikativen Handelns* (2 vols.). Frankfurt/M, 1981.

_____. "Wahrheitstheorien" in: Fahrenbach, H. (ed.) *Wirklichkeit und Reflexion*. Pfullingen, 1974. [p.263]

_____. *Knowledge and Human Interest*. Boston, 1971.

- Hamel, H. v.(ed.) *BRD-DDR. Die Wirtschaftssysteme*. Muenchen, 1983.
- Harman, G. *The Nature of Morality*. New York, 1977.
- Harris, M. *Cannibals and Kings*. New York, 1978.
- Hayek, F.A. *Law, Legislation and Liberty* (3 vols). Chicago, 1973-79.
- _____. (ed.) *Capitalism and the Historians*. Chicago, 1963.
- _____. *The Constitution of Liberty*. Chicago, 1960.
- _____. *The Road to Serfdom*. Chicago, 1956.
- _____. *Individualism and Economic Order*. Chicago, 1948.
- _____. (ed.). *Collectivist Economic Planning*. London, 1935.
- _____. Et. Al. *Rent Control. A Popular Paradox*. Vancouver, 1975.
- Herbert, A. *The Right and Wrong of Compulsion by the State*. Indianapolis, 1981.
- Hilton, R. (ed.). *The Transition from Feudalism to Capitalism*. London, 1978.
- Hock, W. *Deutscher Antikapitalismus*. Frankfurt/M, 1960.
- Hohmann, H.H., Kaser, M., and Thalheim. K.(eds.) *The New Economic Systems of Eastern Europe*. London, 1975.
- Hollis, M. and Nell, E. *Rational Economic Man*. Cambridge, 1975.
- Hoppe, H.H. *Eigentum, Anarchie und Staat*. Opladen, 1987.
- _____. "Is Research Based on Causal Scientific Principles Possible in the Social Sciences" *Ratio*, 1983.
- _____. *Kritic der kausalwissenschaftlichen Sozialforschung*. Opladen, 1983.
- _____. *Handeln und Erkennen*. Bern, 1976.
- Hospers, J. *Libertarianism*. Los Angeles, 1971. [p.264]
- Hudson, W. D. (ed.). *The Is-Ought Question*. London, 1969.
- Hume, D. *Essays. Moral, Political and Literary*. Oxford, 1971.
- _____. *Enquiries* (ed. Selby-Bigge). Oxford, 1970.
- _____. *A Treatise of Human Nature* (ed. Selby-Bigge). Oxford, 1968.
- Hutchinson, T. W. *Politics and Philosophy of Economics*. New York, 1981.
- _____. *Positive Economics and Policy Objectives*. London, 1964.

- _____. *The Significance and Basic Postulates of Economic Theory*. London, 1938.
- Janich, P. *Protophysik der Zeit*. Mannheim, 1969.
- Jellinek, G. *Allgemeine Staatslehre*. Bad Hamburg, 1966.
- Jencks, C. et. Al. *Inequality*. London, 1973.
- Jesse, E. (ed.) *BRD und DDR*. Berlin, 1982.
- Jouvenel, B. de. *On Sovereignty*. Cambridge, 1957.
- _____. "The Treatment of Capitalism by Continental Intellectuals" in: F. A. Hayek (ed.) *Capitalism and the Historians*. Chicago, 1954.
- _____. *On Power*. New York, 1949.
- Kaltenbrunner, G.K. (ed.). *Rekonstruktion des Konservatismus*. Bern, 1978.
- Kambartel, F. (ed.). *Praktische Philosophie und konstruktive Wissenschaftstheorie*. Frankfurt/M., 1974.
- _____. *Erfahrung und Struktur*. Frankfurt/M., 1968.
- Kamlah, W. and Lorenzen, P. *Logische Propädeutik*. Mannheim, 1967.
- Kant, I. Werke (6 vols., ed. W. Weischedel). Wiesbaden, 1956.
- Kautsky, K. *Bemstein und das sozialdemokratische Programm*. Bonn, 1976. [p.265]
- Kelsen, H. *Reine Rechtslehre*. Wien, 1976.
- Keynes, J. M. *The End of Laissez Faire (Collected Writings, VO1.IX)*. London, 1972.
- Kirzner, I. *Competition and Entrepreneurship*. Chicago, 1973.
- Kolakowski, L. *Main Currentes of Marxism* (3 vols.). Oxford, 1978.
- Kolko, G. *The Triumph of Conservatism*. Chicago, 1967.
- _____. *Railroads and Regulation*. Princeton, 1965.
- Kuhn, T. S. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago, 1964.
- Lakatos, I. "Falsification and the Methodology of Scientific Research Programmes" in: Lakatos/Musgrave (ed.) *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge, 1970.
- Lange, O. "On the Economic Theory of Socialism" in: Goldman, M.I. (ed.) *Comparative Economic Systems*. New York, 1971.
- Leonhard, W. *Sovietideologie. Die politischen Lehren*. Frankfurt/M, 1963. Leoni, B. *Freedom and the Law*. Princeton, 1961.

- Locke J. *Two Treatises of Government* (ed. P. Laslett). Cambridge, 1960.
- Lorenzen, P. *Normative Logic and Ethics*. Mannheim, 1969.
- _____. *Methodisches Denken*. Frankfurt/M., 1968.
- Luehrs, G. (ed.) *Kritischer Rationalismus und Sozialdemokratie* (2 vols.). Bonn, 1975-76.
- Lukes, S. "Socialism and Equality" in: Kolakowski/Hampshire (eds.) *The Socialist Idea*. New York, 1974.
- Machan, T. *Human Rights and Human Liberties*. Chicago, 1975.
- Machiavelli, N. *The Prince*. Harmondsworth, 1961.
- MacIntyre, A. *After Virtue*. Notre Dame, 1981. [p.266]
- Main, J. *The Anti-Federalists: Critics of the Constitution*. Chapel Hill, 1961.
- Marx, K. *Critique of the Gothe Programme*. (Selected Works, Vol.2). London, 1942.
- McGuire, J. W. *Business and Society*. New York, 1963.
- Melsen, A. v. *Philosophy of Nature*. Pittsburgh, 1953.
- Mencken, H. A. *Notes on Democracy*. New York, 1926.
- Merklein, R. *Die Deutschen werden aermer*. Hamburg, 1982.
- _____. *Griff in die eigene Tasche*. Hamburg, 1980.
- Meyer, T. (ed.) *Demoktaischer Sozialismus*. Muenchen, 1980.
- Michels, R. *Zur Soziologie des Parteiwesens in der modernen Demokratie*. Stuttgart, 1957.
- Miller, M. *Rise of the Russian Consumer*. London, 1965.
- Mises, L. v. *The Anti-Capitalist Mentality*. San Francisco, 1983.
- _____. *Epistemological Problems of Economics*. New York, 1981.
- _____. *Socialism*. Indianapolis, 1981.
- _____. *The Ultimate Foudation of Economic Science*. Kansas City, 1978.
- _____. *A Critique of Intervencionism*. New Rochelle, 1977.
- _____. *Planning for Freedom*. South Holland, 1974.
- _____. *Theory of Money and Credit*. Irvington, 1971.
- _____. *Human Action*. Chicago, 1966.

- _____. *Bureacracy*. New Haven, 1944.
- _____. *Omnipotent Government*. New Haven, 1944.
- _____. *Liberalismus*. Jena, 1929.
- Mittelstaedt, P. *Philosophische Probleme der modernen Physik*. Mannheim, 1966. [p.267]
- Molinari, G. de. "The Production of Security". Center for Libertarian Studies, Ocasional Paper No. 2. New York, 1977.
- Morgenstern, O. *National Income Statistics: A Critique of Macro-economic Aggregation*. San Francisco, 1979.
- Mosca, G. *The Ruling Class*. New York, 1939.
- Murck, *Sociologie der oeffentlichen Sicherheit*. Frankfurt/M., 1980.
- Nisbet, R. "Conservatism" in: Nisbet/Bottomore (eds.), *History of Sociological Analysis*. New York, 1978.
- Nock, A.J. *Our Enemy: the State*. Delevan, 1983.
- Nove, A. *Economic History of the USSR*. Harmondsworth, 1969.
- Nozick, R. *Anarchy, State and Utopia*. New York, 1974.
- Olson, M. *The Logic of Collective Action*. Cambridge, 1965.
- Oppenheimer. *System der Soziologie. Vol II Der Staat*. Stuttgart, 1964.
- Osterfeld, D. "The Natural Rights Debate". *Journal of Libertarian Studies*, 1983.
- Pap, A. *Semantics and Necessary Truth*. New Haven, 1958.
- Parkin, F. *Class Inequality and Political Order*. New York, 1971.
- Paul, R. and Lehrman, L. *The Case for Gold*. San Francisco, 1983.
- Peden, J. "property Rights in Celtic Irish Law" *Journal of Libertarian Studies*, 1977.
- Pejovich, S. *Life in the Soviet Union*. Dallas, 1979.
- Pirenne, H. *Medieval Cities. Their Origins and the Revival of Trade*. Princeton, 1978.
- Polanyi, K. *The Great transformation*. New York, 1944.
- Popper, k. R. *Objeticve Knowledge*. Oxford, 1973.
- _____. *Conjectures and Refutations*. London, 1969. [p.268]
- _____. *Logic of Scientific Discovery*. London, 1959.

- _____. *The Poverty of Historicism*. London, 1957.
- Posner, R. *Economic Analysis of Law*. Boston, 1977.
- Radosh, R. and Rothbard, M. N. (eds.). *A New History of Leviathan*. New York, 1972.
- Rakowska-Harmstone, T. (ed.). *Communism in Eastern Europe*. Bloomington, 1984.
- Raws, J. *A Theorie of Justice*. Cambridge, 1971.
- Reisman, G. *Government Against the Economy*. New York, 1979.
- Robbins, L. "Economics and Political Economy" *American Economic Review*, 1981.
- _____. *Political Economy: Past and Present*. London, 1977.
- _____. *Nature and Significance of Economic Science*. London, 1935.
- Roepke, W. *Economics of a Free Society*. Chicago, 1963.
- _____. *A Humane Economy*. Chicago, 1960.
- Rothbard, M.N. *The Ethics of Liberty*. Atlantic Highlands, 1982.
- _____. "Law, Property Rights and Pollution" *Cato Journal*, 1982.
- _____. "The Mith of Neutral Taxation". *Cato Journal*, 1981.
- _____. "The Mith of Efficiency" in: M. Rizzo (ed.) *Time, Uncertainty and Disequilibrium*. Lexington, 1979.
- _____. *For a New Liberty*. New York, 1978.
- _____. "Freedom, Inequality, Primitivism and the Division of Labor" in: K. S. Templeton (ed.) *The Politicalization of Society*. Indianapolis, 1977.
- _____. *Power and Market*. Kansas City, 1977.
- _____. "Toward a Reconstruction of Utility and Welfare Economics" center for Libertarian Studies, *Ocasional Papers No. 3*. New York, 1977. [p.269]
- _____. "Ludwig von Mises and Economic Calculation Under Socialism" in: Moss (ed.) *The Economics of Ludwig von Mises*. Kansas city, 1976.
- _____. *Conceived in Liberty* (4 vols.), New Rochelle, 1975-79.
- _____. *Egalitarianism as a Revolt Agaisnt Nature and Other Essays*. Washington, 1974.
- _____. *What has Government Done to Our Money?* Novato, 1973.
- _____. *Man, Economy and State* (2 vols). Los Angeles, 1970.

- Rousseau, J. *The Social Contract and Discourses* (ed. G. Cole). New York, 1950.
- Rubner, A. *The Three Sacred Cows of Economics*. New York, 1970.
- Samuelson, P. *Economics*. New York, 1976.
- _____. "The Pure Theory of Public Expenditure" *Review of Economics and Statistics*, 1954.
- Schoeck, H. *1st Leistung unanstaendig?* Osnabrueck, 1971.
- _____. *Envy*. New York. 1966.
- Schumpeter, J. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York, 1942.
- Schwan, G. *Sozialismus in der Demokratie. Theorie einer konsequent sozialdemokratischen Politik*. Stuttgart, 1982.
- Senghaas, D. (ed.) *Imperialismus und strukturelle Gewalt*. Frankfurt/M, 1972.
- Singer, M. *Generalization in Ethics*. London, 1963.
- Skinner, Q. *The foundations of Modern Political Thought*. Cambridge, 1978.
- Smith, H. *The Russians*. New York, 1983. [p.270]
- Sombart, W. *Deutscher Sozialismus*. Berlin, 1934.
- Spencer, H. *Social Statistics*. London, 1851.
- Spooner, L. No Treason. *The Constitution of No Authority*. Colorado Springs, 1973.
- _____. *Statistisches Jahrbuch fuer die BRD, 1960*.
- Sterba, J. *The Demands of Justice*. Notre Dame, 1980.
- Stevenson, C. L. *Facts and Values*. New Haven, 1963.
- _____. *Ethics and Language*. London, 1945.
- Stigler, G. *The Citizen and the State. Essays on Regulation*. Chicago, 1975.
- Strauss, L. *Natural Right and History*. Chicago, 1970.
- Szalai, A. and Andrews, F. (eds.) *The Quality of Life*. London, 1980.
- Tannehill, M. and Tannehill, L. *The Market for Liberty*. New York. 1984.
- Templeton, K.S. (ed.) *The Politicalization of Society*. Indianapolis, 1977.
- Thalheim, K. *Die wirtschaftliche Entwicklung der beiden Staaten in Deutschland*. Opladen, 1978.
- Tigar, m. and Levy, M. *Law and the Rise of Capitalism*. New York, 1977.

- Toulmin, S. *The Place of Reason in Ethics*. Cambridge, 1970.
- Treue, W. *Wirtschaftsgeschichte der Neuzeit*. Stuttgart, 1973.
- Trivanovitch, V. *Economic Development of Germany Under National Socialism*, New York, 1937.
- Tullock, G. *Private Wants, Public Means*. New York, 1970.
- Veatch, H. *Human rights. Fact ou Fancy?* Baton Rouge, 1985.
- _____. *For an Ontology of Morals. A Critique of Contemporary Ethical Theory*. Evanston, 1968. [p.271]
- _____. *Rational Man. A Modern Interpretation of Aristotelian Ethics*. Bloomington, 1962.
- Vonnegut, K. *Welcome to the Monkey House*. New York, 1970.
- Weber, M. *Gesammelte Aufsaetze zur Wissenschaftslehre*. Tuebingen, 1922.
- Weinstein, J. *The Corporate Ideal in the Liberal State*. Boston, 1968.
- Wellisz, S. *The Economies of the Soviet Bloc*. New York, 1964.
- Wicksell, K. *Finanztheoretische Untersuchungen*, Jena, 1986.
- Wild, J. *Plato's Modern Enemies and the Theory of Natural Law*. Chicago, 1953.
- Williams, B. "The idea of Equality" in: Laslett/Runciman (eds.), *Philosophy, Politics and Society* (2nd series). Oxford, 1962.
- Willis, D. K. K/ass. *How Russians Really Live*. New York, 1985.
- Windmoeller, E. and Hoepcker. T. *Leben in der DDR*. Hamburg, 1976.
- Wooldridge, W.C. *Uncle Sam the Monoploy Man*. New Rochelle, 1970.
- Wright, D. Mc. C. *Capitalism*. New York, 1951.
- _____. *Democracy and Progress*. New York, 1948.
- Zapf, W. (ed.) *Lebensbedingungen in der Bundesrepublik*. Frankfurt/M., 1978. [p.272][p.273]

Index

Nota: um numeral entre os parênteses após o número da página indica o número de uma nota de referência naquela página.

Albert, H., 228 (1)
Alchian, A., 221 (20), 250 (14)
Anderson, P., 222(2), 223 97)
Anderson, T., 256 (27)
Andres, F., 221 (17)
Apel, K. O., 233 (5)
Armentano, D., 247 (21)
Ayer, A.J., 228 (1), 233 (1)
Badie, B., 226 (26,28)
Baechler, J., 222 (4)
Baler, K., 233 (94)
Bailyn, B., 256 (33)
Baird, C., 232 (25)
Baumol, W., 248 (3,5)
Becker, G., 214 (10)
Bendix, R., 243 (16)
Bernstein, E., 218 (3)
Birnbaum, P., 226 (26,28)
Blanshard, B., 229 (8), 230 (16), 232 (23)
Blaug, M., 228 (1)
Blinder, A., 248 (5)
Bloch, M., 222 (2)
Block, W., 246 (16), 248 (4), 249 (7,10), 250 (14)
Boehm-Bawerk, E. v., 213 (10)
Boetie, E. de La, 240(4), 243 (19)
Bottomore, T., 223 (13)
Brady, R.A., 227 (31)
Bramsted, E.K., 223 (9)
Brandt, W., 62, 218 (6,7)
Bright, J., 73
Broizen, Y., 232 (24), 247 (21)
Brutzkus, B., 216 (12)
Buchanan, J. M., 212 (5), 244 94), 248 (3), 249 (8), 251 (14), 252 (17)
Buckley, W., 225 (17)
Carey, G. W., 225 (17)
Cipolla, C.M., 217 (13)
Coase, R., 249 (9), 250 (14)
Cobden, R., 73
Demsetz, H., 250 (14)
Dicey, A.V., 224 (16)
Dingier, H., 230 (15)
Dworkin, R., 250 (14)
Erhard, L., 217 (15)
Eucken, W., 217 (15)

Evers, W., 214 (12)
 Fahrenbach, H., 233 (5)
 Fetter, F., 213 (10)
 Feyerabend, P., 226 (7)
 Fischer, W., 227 (31)
 Flew, A., 219 (14)
 Friedman, M., 220 (16), 226 (25), 228 (1), 232 (24), 245 (7), 250 (13)
 Friedman, R., 245 (7)
 Galbraith, J. K., 226 923)
 Gewirth, A., 231 (19), 233 (4), 234 (6), 235 97)
 Goldman, M. t., 218 94), 227 (31)
 Gonzales, F., 218 (6)
 Greenleaf, W. H., 224 (16)
 Gregory, P.R., 217 (16), 220 (15)
 Habermas, J., 231 920), 233 (5), 234 (6)
 Hamel, H. v., 217 (16)
 Hampshire, S., 219 (14)
 Harris, M., 222 (4)
 Harman, G., 233 (1)
 Hayek, F.A., 216 (8), 224 (13), 227 (29), 232 (250), 240 (5,8), 246 (14), 250 913)
 Herbert, A., 239 (2)
 Hill, P.J., 256 (27)
 Hilton, R., 222 (2)
 Hitler, A., 227 (32)
 Hobbes, T., 240 (5)
 Hock, W., 227 (29)
 Hoepcker, T., 217 (17)
 Hohmann, H.H., 217 (13)
 Hollis, M., 228 (4), 229 (8,11), 230 916)
 Hoppe, H. H., 215 (2), 216 (11), 228 (5), 229 (12),. 230 (18), 231 (20), 232 (21), 239 (2), 242 (14), 256 (28)
 Hospers, J., 254 (20)
 Hudson, W. D., 236 (13)
 Hume, D., 101, 150, 212 (1), 228 (5), 233 (1), 240 (4)
 Hutchinson, T. W., 228 (1)
 Janich, P., 230 (15) [p.274]
 Jellinek, G., 240 (5)
 Jencks, C., 221 (17)
 Jesse, E., 217 (16)
 Jouvenel, B. de, 181, 242 (8), 242 (15)
 Kaltenbrunner, G. K., 223 (13)
 Kambartel, F., 230 (9,15), 231 919), 233 (4)
 Kamlah, W., 229 (9)
 Kant. I., 229 (13,14), 235 98)
 Kaser, M., 217 (13)
 Kautsky, K., 218 (3)
 Kelsen, H., 240 95)
 Keynes, M., 253 (19)
 Khrushchev, N., 211 93)
 Kirzner, I., 246 914)

Kolakowski, L., 215 (1), 217 (1), 219 (14)
 Kolko, G., 177, 245 (11), 246 (12)
 Kreisky, B., 218 (6)
 Kristol, I., 225 (17)
 Kuhn, T. S., 228 (7)
 Lakatos, I., 102, 228 (6)
 Lange, O., 218 (4)
 Laslett, P., 219 914)
 Lehrman, L, 241 (9)
 Lenin, V., 40
 Leonhard, W., 215 91), 218 (1)
 Leonl, B., 256 (26)
 Levy, M., 222 (3), 223 (8)
 Locke, J., 69, 134, 214 (11), 238 (10)
 Lorenzen, P., 229 (9,15), 231 (19), 232 (4)
 Luehrs, G., 228 (3)
 Lukes, G., 228 (3)
 Machan, T., 254 (20)
 Machiavelli, N., 240 (6)
 MacIntyre, A., 234 (6)
 Main, J. T., 256 (33)
 Marx, K., 19, 97, 220 (15)
 McGuire, J. W., 245 (10)
 Melhuish, K.J., 223 (9)
 Melsen, A. v., 230 (1,7)
 Mencken, H. A., 242 (15)
 Merklein, R., 221 (18)
 Meyer, T., 218 (5)
 Michels, R., 242 (15)
 Miller, M., 217 (14)
 Mises, L. v., 181, 185, 212 (4), 213 (10), 215 (2,3), 216 (6,7), 217 (15,16), 219 (9), 227
 (29), 229 (10), 232 (22,23,26), 240 (8), 243 (17), 244 (2), 245 (4), 245 (7,8,9), 246
 (13,15,17), 247 (20), 254 (21)
 Mitterand, F., 61
 Molinari, G. de, 188, 189, 198, 248 (1,2), 255 (22,25)
 Morgenstein. O., 219 (16)
 Mosca, G., 242 (15)
 Moss, L, 246 (13)
 Murck, M., 255 (23)
 Musgrave, A., 228 (6)
 Nell, E., 228 (4), 229 (8,11), 230 (16)
 Nisbet, R., 223 (13)
 Nixon, R., 226 (22)
 Nock, 239 (2)
 Nove, A., 217 (12)
 Nozick, R., 237 (17)
 Olson, M., 246 (12)
 Oppenheimer, F., 239 (2)
 Osterfeld, D., 236 (14)
 Pap, A., 229 (8)

Parkin, F., 220 (15)
 Paul, R., 241 (9)
 Peden, J., 256 (26)
 Pejovich, S., 217 (14)
 Pirenne, H., 222 (93), 223 (5,6)
 Polanyi, K., 223 (12)
 Pol Pot, 85
 Popper, K. R., 96, 97, 228 (1,2)
 Porreco, R., 235 (7)
 Posner, p., 250 (14)
 Radosch, R., 226 (27), 245 (11)
 Rakowska-Harmstone, T., 217 (13)
 Pawls, J., 220 (16), 237 (17), 238 (919)
 Reisman, G., 83, 218 (10), 226 (23,24)
 Ricardo, D., 97
 Rizzo, M., 250 (914)
 Robbins, L., 212 (1,4), 251 (914)
 Roepcke, W., 217 (15)
 Rothbard, M., 170, 182, 184, 197, 212 (4), 213 (10), 219 (910,11,14), 222 (1), 226 (19),
 226 (20,25,27), 236 (9,11,14), 237 (15,16,17,18), 238 (19), 239 (2), 240 (7), 241 (9),
 242 (14), 243 (20), 244 (2,3), 245 (5,7,8,11), 246 (13,16), 247 (18,19), 248 (4), 250
 (14), 251 (15), 253 (18), 255 (22), 255 (32,33)
 Rousseau, J.J., 236 (12)
 Rubner, A., 214 (10)
 Runciman, W. G., 219 (14)
 Samuelson, P., 246 (917), 249 (8), (13)
 Schimidt, H., 62, 97
 Schoeck, H., 219 (14)
 Schumpeter, J., 240 (2)
 Schwan, G., 218 (5), 220 (16) [P. 275]
 Senghaas, D., 237 (17)
 Singer, M., 231 (910), 233 (4)
 Skinner, Q., 241 (6)
 Smith, H., 217 (14)
 Soares, M., 218 (6)
 Sombad, W., 227 (30)
 Spencer, H., 239 (2)
 Spooner, L., 239 (1), 243 (18)
 Sterba, J., 238 (19)
 Stevenson, C. L., 233 (1)
 Stigler, G., 226 (25)
 Strauss, L., 233 (4)
 Stuart, R. C., 217 (16), 220 (15)
 Szalal, A., 221 (17)
 Tannehill, M. and L., 255 (922), 257 (34)
 Templeton, K. S., 219 (13,14)
 Tigar, M., 222 (3), 223 (8)
 Thalheim, K., 217 (13,16)
 Thirlby, J.F., 212 (5)
 Topulmin, S., 231 (19), 233 (4)

Treue, W., 227 (31)
Trivanovitch, V., 227 (32)
Tulloch, G., 244 (4), 248 93), 251 (14), 252 (17)
Veatch, H., 233 (4), 234 (6), 235 (7), 238 (9)
Vonnegut, K., 219 912)
Wagner, R., 244 (4)
Weber, M., 215 (2)
Weinstein, J., 245 (I I)
Wellisz, S., 217 (12)
Wicksell, K., 251 (14)
Wild, J., 233 (4)
Williams, B., 219 914)
Willis, D.K., 217 (14)
Windmoeller, E., 217 (17)
Woolridge, W. C., 255 (22)
Wright, D. McC., 223 (11), 224 (15), 225(18)
Zapf, W., 221 (19)